

Memórias e Futuro 2

Revista da Associação de Professores e da
Universidade Sénior de Almada



F. BRONZE 01

MEMÓRIAS
E
FUTURO 2

Revista da Associação de Professores e da Universidade Sénior de Almada

MEMÓRIAS E FUTURO 2

**Revista da Associação de Professores e da
Universidade Sénior de Almada**

Ernesto Fernandes

Edite Prada

Coordenadores

FICHA TÉCNICA

Título: Revista Memórias e Futuro 2

Autor: Associação de Professores e Universidade Sénior de Almada

Director: Jerónimo de Matos - Presidente da Direcção da APCA

Coordenação: Ernesto Fernandes e Edite Prada

Revisão: Edite Prada, Ernesto Fernandes, Feliciano Oleiro e Paulo Eufrásio

Propriedade e Editor: Associação de Professores do Concelho de Almada

Pintura da Capa: Francisco Bronze

Capa, Concepção Gráfica e Paginação: Joaquim Ribeiro

Impressão e Acabamento: Textype Artes Gráficas, L.^{da}

APCA – Associação de Professores do Concelho de Almada

Rua Conde Ferreira, 2800 – 077 Almada

Tel: 21 274 39 28 Fax: 21 274 39 28

E-mail: apcalmada@sapo.pt

ISSN 1647-3515

Depósito Legal 297554/09

1.^a Edição Outubro 2011

Índice

Introdução	9
Facsimile dos Últimos Editoriais dos Boletins	11
Editorial	13
Parte I: Artigos e Outros Textos	19
Parte II: Práticas em Reflexão	117
Parte III: Poesia e Escrita Criativa da Usalma	175
Parte IV: Projectos e Actividades	195
Eventos Socioculturais	197
Voluntariado Social	206
Projectos de Equipamentos	211
Projecto Editorial e Publicações	214
Parte V: A APCA-Usalma na Imprensa	217
Parte VI: Parcerias e Protocolos	223
Anexos	227
Índice Analítico	253

Introdução

Ernesto Fernandes

Édite Prada

Coordenadores

A APCA – Associação de Professores do Concelho de Almada celebra o seu 8.º aniversário, por Estatuto em 29 de Maio, com a publicação do segundo número de *Memórias e Futuro* – Revista da Associação de Professores e da Universidade Sénior de Almada.

O Número 1 da Revista, em edição patrocinada pela Câmara Municipal de Almada, por Outubro de 2009, consubstancia os cinco primeiros anos da actividade associativa desenvolvida.

O Número 2 de *Memórias e Futuro* consagra matéria publicada nos Boletins *Profalmada* e *Correio da Usalma*, Separatas e Opúsculos. Recolhe ainda artigos e outros documentos disponíveis, tendo por horizonte temporal os anos de 2009 e 2010.

Considera-se que é um imperativo cívico da APCA devolver à Cidade, de modo sistemático, através da Revista, o seu projecto associativo. Exigência incontornável, conforme os objectivos estatutários de uma comunidade de educadores e professores. Anima-nos uma cultura de *pensar para agir e agir para pensar melhor*, condição necessária para a inovação no campo da educação para o desenvolvimento humano e social.

O presente número da Revista privilegia a lógica das problemáticas – actividades – projectos e não das fontes bibliográficas ou documentais em sua cronologia. Nesta perspectiva, a organização da informação estrutura-se em

Parte I: Artigos e Outros Textos

Parte II: Práticas em Reflexão

Parte III: Poesia e Escrita Criativa da Usalma

Parte IV: Projectos e Actividades

Eventos Socioculturais

Voluntariado Social

Projectos de Equipamentos

Projecto Editorial e Publicações

Parte V: A APCA-Usalma na Imprensa

Parte VI: Parcerias e Protocolos

Anexos

Escolhida a orientação técnico-formal, a leitura dos textos manifesta conceitos e palavras de centenas de autores, entre investigadores, educadores, professores e

alunos da Usalma, que se entrecruzam por saberes e práticas no sentido da *Cidade Educadora* (cf. *Índice Analítico*). Subjaz uma cultura pelos direitos e deveres humanos, não apenas por consagração constitucional (Constituição da República de Abril, 1976), mas sobretudo pelo *desassossego* da não garantia desses direitos. Drama recorrente da cultura portuguesa entre discurso/retórica e prática, desde sempre, em ciclos alternativos de expansão/riqueza e de recessão/pobreza. Na contemporaneidade, em contraponto histórico com os países do Norte, o analfabetismo literal e cívico é um *fado*, significativamente desacelerado depois de Abril, que *História de Portugal*, sob a direcção de José Mattoso (1994), nos esclarece e convoca para um tempo novo, segundo a ética dos direitos e responsabilidades humanos (cf. ONU, *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948).

No sentido de uma cultura informada e propositiva, a educação para a literacia humanista, científica e cívica é um desígnio estratégico para um Portugal com sentido de futuro, como, de modo exemplar, avisaram António Sérgio (1883-1969), Bento de Jesus Caraça (1901-1948), Agostinho da Silva (1906-1994) ou Lourdes Pintasilgo (1930-2004). Apesar de todas as incertezas, a APCA representa um *signal dos tempos* (cf. João XXIII, *Pacem in Terris*, 1963).

Acreditando no poder das palavras como *promessa e perdão* (cf. Hannah Arendt, *Condição Humana*, 1958), ou como palavra de honra, quando a precariedade afecta globalmente o Mundo, escutemos a palavra de Albert Einstein (1879-1955): *Em momentos de crise, só a imaginação é mais importante que o conhecimento*. Acolhamos ainda a palavra de Sophia de Mello Breyner Andresen (1919-2004), em *Olhos* (in *Búzio de Cós*, 1997):

*É fácil desenhar olhos que divagam
Pelo quadro todo
Mas só até ao instante em que se tornam
Os que vão à proa do barco*

*Olho do piloto fito
No real
Atento
À rota nunca recta*

Almada, Setembro de 2011

Editorial

Prof. Jerónimo de Matos



1 – A comemoração do 8.º aniversário da APCA foi uma expressiva manifestação da vitalidade associativa dos professores. Com efeito, o almoço/convívio que teve lugar nas instalações do INATEL da Costa e juntou cerca de uma centena de sócios e convidados foi um excelente pretexto para o encontro de amigos, a troca de ideias e novidades, a alegria e o divertimento que se prolongou pela tarde dentro.

Não faltou também a presença solidária expressa em ofertas dos sócios dados à criação artística, destinadas a apoiar os projectos maiores, com destaque para o Lar/Residência.

É justo salientar a generosidade das professoras Maria Delfina, Celeste Dulce e Judite Salvado cujos trabalhos artísticos foram muito apreciados e adquiridos em disputado leilão.

2 – O mandato dos atuais corpos sociais termina em Novembro próximo, mês em que, por determinação estatutária, se deve proceder à eleição para o próximo triénio dos novos corpos sociais.

É, nestes momentos, que as instituições se revelam dinâmicas e abertas à inovação e ao futuro ou letárgicas e vegetando à sombra do passado.

Com 8 anos de existência é curta ainda a história da APCA, mas ampla a sua intervenção social e cultural, cívica e solidária.

A constituição de listas concorrentes aos corpos sociais requer sócios com disponibilidade de tempo, perfil humanista e solidário e capacidade de realização para dar continuidade aos projetos em curso. A equipa exige-se espírito democrático para trabalhar em corresponsabilidade e repartir tarefas de acordo com as competências estatutárias e as apetências individuais.

Há um objetivo geral a cumprir: continuar e desenvolver a intervenção social e cultural da APCA em Almada, sem descuidar os objetivos legítimos dos sócios e o esforço continuado de integração de novos sócios de todos os graus de ensino.

3 – Este é mais um número temático que cumpre o propósito de mostrar aos sócios no ativo que a APCA se preocupa especialmente com a sua atualização profissional, fornecendo-lhes instrumentos de intervenção docente e pistas para o seu desenvolvimento.

Por outro lado, reunimos colaboração de sócios a trabalhar nas escolas com as quais temos parcerias, tornando assim as reflexões e experiências mais próximas da nossa realidade e dando oportunidade nas escolas ao debate com os próprios autores. Boas leituras e aplicação às práticas no universo docente.

Este é o último número do Profalmada antes das férias de Verão, oportunidade para desejar a todos os sócios e seus familiares umas excelentes férias e um revigorado regresso ao trabalho associativo em Outubro.

Editorial

Professor

Jerónimo de Matos

1. Estão a decorrer as actividades de encerramento do 7º ano lectivo da Usalma que contou, no seu início, com cerca de 900 estudantes inscritos e um acrescido número de professores a rondar os 85, em regime de voluntariado.

Manteve-se a distribuição por vários pólos disseminados pelas escolas secundárias e do 2º e 3º ciclos e instituições de cultura do concelho, modelo que se manterá enquanto aguardamos a nova sede, passando então a ser reformulado, sem abandonar aquela presença nas escolas, embora menos massiva.

Como é natural num projecto que em sete anos passou de 300 para novecentos estudantes e de 30 para 85 professores, a Usalma atravessa actualmente uma crise de crescimento. A crise é um fenómeno que afecta o crescimento dos homens assim como o das instituições humanas. O importante é que da crise, através da reflexão e do debate de ideias sobre o percurso feito e as perspectivas para o futuro, os humanos surjam mais enriquecidos e as instituições mais robustas e dinâmicas.

De formas mais ou menos explícitas ou larvares vão-se desenhando modelos e concepções divergentes para a orgânica e futuro da Usalma. Um primeiro que procura explorar as potencialidades do projecto consubstanciado na definição de princípios e objectivos que presidiram à sua fundação: “a Usalma é um projecto de ensino-aprendizagem ao longo da vida, conjugando a liberdade organizativa, o voluntariado docente e a exigência de qualidade”. Um segundo que, de forma implícita, se vai insinuando como dirigismo e pretensa eficácia, avaliando tudo e todos dum ponto de vista superior e dogmático.

O primeiro é aberto e inclusivo, o segundo autoritário e exclusivo.

O primeiro aposta na inovação pela qualidade e credibilização.

O segundo é burocrático, estático e desconfia da inovação.

É dentro de parâmetros semelhantes, através do debate civilizado, que se irá definindo o futuro da Usalma, consolidando ou divergindo da matriz fundadora.

Editorial

Jerónimo de Matos
Presidente da Direcção da APCA

1) Em *Memórias e Futuro* – 1 (Outubro de 2009) fez-se o balanço do percurso dos primeiros cinco anos (2004-2008) da Associação de Professores do Concelho de Almada (APCA) e da sua instituição de ensino – aprendizagem ao longo da vida, a Universidade Sénior de Almada (Usalma).

Ali se traçou em linhas gerais a história da fundação da APCA, desde a constituição do grupo de trabalho da pró-Associação, à definição de princípios e objectivos, à elaboração dos estatutos, à divulgação e apresentação da nova Associação aos professores do Concelho, às primeiras eleições dos Corpos Sociais, à planificação das suas actividades que estruturou e pôs em marcha um conjunto de programas de curto, médio e longo prazo, cuja realização evoluiu no decorrer dos cinco anos, de acordo com a disponibilidade de recursos humanos e financeiros que foi possível reunir.

Ali, nesse primeiro número, se confirmaram princípios, objectivos e estratégias da APCA, concebida como *um fórum de debate de ideias e realização de projectos* e sobretudo mobilização de vontades, aberta a todos os professores de todos os graus de ensino para a sua concretização, destacando a Usalma como *projecto maior que congrega recursos culturais, científicos e vontades solidárias, colocando-as ao serviço dos seniores da cidade e Concelho de Almada, de acordo com os princípios da justiça social e do civismo democrático.*

Ali se definiu, em síntese e em jeito de estatuto editorial, o sentido do título escolhido: *Memórias e Futuro pretende ser um olhar crítico sobre o caminho percorrido pela APCA na concretização dos seus objectivos estatutários e pela Usalma como instituição de ensino-aprendizagem sénior, conjugando a liberdade organizativa, o voluntariado docente e a exigência de qualidade.*

Em suma: um olhar crítico sobre o seu percurso – a *memória* e, ao mesmo tempo, um olhar que indaga e perscruta o *futuro*.

13

2) *Memórias e Futuro* – 2 é, em primeiro lugar, uma revisitação dos dois anos subsequentes (2009-2010), recolhendo dos boletins bimestrais *Profalmada* (n.ºs 17 a 23) e *Correio da Usalma* (n.ºs 18 a 24) ensaios que representam estudos de investigação ou reflexão sobre práticas sociais, pedagógicas e científicas, tendo como primeiros destinatários os sócios da APCA na sua actividade docente ou os estudantes da Usalma como complemento das suas aulas e outras actividades de ensino – aprendizagem; por outro

lado, sintetiza a evolução de projectos relativos ao voluntariado social e solidário ou à criação de equipamentos destinados ao alargamento e optimização das suas actividades sociais e culturais; selecciona textos poéticos e de escrita criativa, dando-lhes maior eco e divulgação e incentivando a criação literária; traça uma panorâmica dos eventos socioculturais, das intervenções e colóquios sobre os mais diversos temas, da saúde à interculturalidade, à literatura, à história geral, regional e local; recupera memórias de viagens no país e no estrangeiro, itinerários de cultura e lazer, visitas de estudo, como extensão das aulas e oportunidades de convívio.

3) A APCA é uma instituição jovem, nascida da determinação de um grupo de docentes que concretizou uma antiga aspiração dos professores do Concelho de Almada.

Ao longo de oito anos procurou definir um conjunto de objectivos sociais, culturais e solidários, emanados dos princípios e orientações dos seus estatutos.

A sua preocupação inicial foi dar-se a conhecer ao maior número de professores dos vários graus de ensino e convidá-los a inscreverem-se como sócios. Para tanto, elaboraram-se planos de actividades que procuram ir ao encontro dos seus interesses: colóquios, debates de temas de interesse científico, pedagógico e cultural, encontros e passeios de convívio, itinerários de cultura dentro e fora do país, celebrações de efemérides ao longo do ano, concertos, recitais de poesia...

A afluência de sócios foi crescendo e atingindo números consideráveis: 500, 600, 700..., muitos desejosos de ocupação em trabalho voluntário. Foi assim criada uma dinâmica de voluntariado que levou, no segundo ano de vida da Associação, à criação da Usalma, instituição de ensino sénior que abriu a APCA à população do concelho de Almada, incarnando assim um espírito associativo moderno, ao serviço de um novo conceito de cidadania e de democracia solidária.

14

A dinâmica do serviço voluntário alargou-se com o projecto *Uma Palavra Um Alento*, integrando já sócios da APCA e estudantes da Usalma no combate à solidão dos doentes acamados e colaborando com outras instituições de solidariedade social.

A relação dinâmica APCA/Usalma tem sido um laboratório de ideias e projectos. Citamos apenas alguns:

- O clube de leitura que reúne mensalmente cerca de 20 membros que debatem os vários aspectos literários, filosóficos e sociais de um livro ou um autor previamente escolhido. É dinamizado por duas professoras de Português da Usalma.

- O grupo editorial que, além dos boletins *Profalmada* da APCA e *Correio da Usalma*, é responsável pela edição dos n.ºs 1 e 2 de *Memórias e Futuro*, de separatas temáticas e recentemente de dois livros, um de prosa memorialista e outro de poesia da autoria de dois sócios e dois opúsculos um de poemas de alunos de Literatura Portuguesa e outro sobre receitas integrado num festival de *Saberes e Sabores*, organizado pelos professores e alunos de línguas da Usalma.

- Mencionaremos ainda várias iniciativas no âmbito das turmas da Usalma como clubes de língua, coleccionismo e outros em organização. Esta vertente de empreendedorismo de professores e alunos da Usalma vai adquirir nova dinâmica, estamos em crer, logo que a Usalma tenha sede própria, com condições de trabalho em termos de horários, espaços e recursos disponíveis.

4) É de elementar justiça reconhecer que os projectos da APCA, nomeadamente a Usalma, não teriam viabilidade sem a compreensão e aceitação das forças vivas da sociedade almadense. Já referimos o apoio e, mais do que apoio, as manifestações de apreço e incentivo que a APCA tem recebido da Câmara Municipal e especialmente da sua Presidente Maria Emília Neto de Sousa.

Queremos agora destacar especialmente as Escolas Secundárias e EB 2,3 do Concelho, as suas Direcções que, com franca hospitalidade e simpatia pelo projecto do ensino sénior, nos franquearam as portas da escola, das salas, das bibliotecas, dos auditórios, dos bares, fazendo com que os estudantes seniores se sentissem na *sua escola*, algumas vezes interagindo com os jovens, com benefício mútuo; de destacar igualmente os seus professores, dos quais vieram, por convite ou por oferecimento pessoal, a maior parte dos professores da Usalma; reconhecer a disponibilidade e bom acolhimento dos funcionários, a sua diligência no apoio às aulas seniores.

A Universidade Sénior tem actualmente a *sua sede* nas Escolas Secundárias: Cacilhas Tejo, Emídio Navarro, Anselmo de Andrade, Fernão Mendes Pinto, António Gedeão (Laranjeiro), Ruy Luís Gomes (Laranjeiro), Secundária Monte de Caparica, EB 2,3 D. António da Costa, EB 2,3 Costa da Caparica.

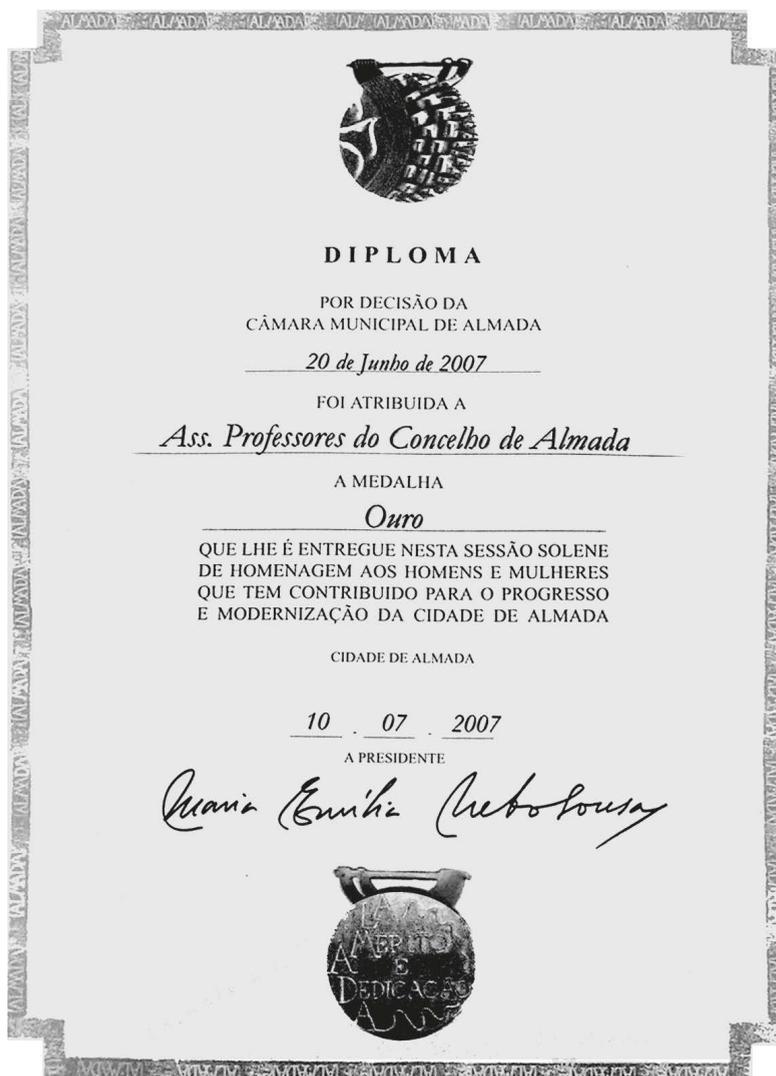
De igual modo, o nosso reconhecimento às Direcções do Externato Frei Luís de Sousa, da Imargem, do Arquivo Municipal, ao Reitor do Seminário de S. Paulo, pela disponibilidade de espaços e a generosa hospitalidade.

Uma palavra de gratidão ainda aos Presidentes das Juntas de Almada, Pragal, Cacilhas, Cova da Piedade, Laranjeiro, Feijó, Monte de Caparica e Costa da Caparica, pela colaboração e apoio, nomeadamente no acolhimento nas suas salas das exposições dos nossos artistas plásticos.

5) Termina em fins de Dezembro o mandato dos actuais Corpos Sociais da APCA, pelo que em Novembro haverá eleições e uma nova equipa assumirá os destinos da Associação e da Usalma.

É de elementar justiça reconhecer que todo o trabalho, iniciativas e projectos se devem à dinâmica introduzida pelos corpos sociais (Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal) que conseguiram agregar cerca de uma centena de sócios e estudantes da Usalma, criando grupos de trabalho, incentivando o voluntariado, atraindo gente de boa vontade, artistas, cientistas, excelentes profissionais da saúde que enriqueceram a nossa actividade com a sua arte, o seu saber e a sua solidariedade. Concluimos com a promessa de que os actuais Corpos Sociais tudo farão para que a sucessão se processe em termos de continuidade dos projectos em vias de realização.

Atribuição de Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção



Por decisão da Câmara Municipal de Almada, foi atribuída à Associação de Professores do Concelho de Almada (APCA) a Medalha de Ouro, entregue na Sessão Solene de 10 de Julho de 2007, em homenagem aos que têm contribuído para o progresso e modernização da cidade de Almada, em especial, no caso presente, a criação da Universidade Sénior de Almada.



Parte I: Artigos e Outros Textos

† BRONZE

A Democracia em Construção na Escola: A Participação dos Alunos

Introdução

Este artigo é elaborado a partir de um estudo mais vasto sobre modos de produção de práticas de participação discente na organização escolar, o qual teve por objectivo fundamental compreender como se constrói e processa a participação dos alunos numa escola secundária.

Estudou-se “um caso” de construção e de actualização da participação dos alunos, recorrendo a contributos da Ciência Política, das Teorias Democráticas e Modelos de Cidadania, privilegiando a análise sócio-organizacional.

Desenvolveu-se um trabalho de cariz etnográfico, com base numa metodologia de campo que integrou a observação directa das práticas de participação dos actores em contextos formais, não formais e informais, a consulta de documentos produzidos pela escola e a realização de entrevistas aos alunos.

Descreve-se aqui a forma como se efectiva e actualiza a participação dos alunos na organização escolar e apresenta-se uma reflexão-interpretação sobre o seu sentido para estes actores.¹

1. Democratização do ensino e participação dos alunos

Problematizar a participação dos alunos na escola implica pesquisar a natureza da participação como poder de decisão e não apenas como meio/instrumental, considerando que pensar a participação no contexto escolar é pensar a participação na sociedade: *a educação não pode contentar-se com reunir pessoas, fazendo-as aderir a valores comuns forjados no passado. Deve, também, responder à questão: ‘viver juntos, com que finalidades, para fazer o quê?’ e dar a cada um, ao longo da vida toda, a capacidade de participar, activamente, num projecto de sociedade* (Unesco, 1996: 52).

Neste quadro conceptual, questionamo-nos sobre o papel que a participação poderá ter na construção de sentimentos de pertença a uma comunidade escolar e desse modo reforçar o auto conceito de crianças e jovens, assim como contribuir para a construção de projectos de vida: *a participação terá que ser entendida como direito e como condição de cidadania, (...) apresentando-se ela, no actual modelo de sociedade, como um direito fundamental ligado à natureza da educação. (...), trata-se de garantir o direito de todos acederem à capacidade de intervir no projecto da sua própria existência* (Galego, 1993, citado por Homem, 1998: 9).

No quadro das reformas educativas, nomeadamente com o Regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, é definido o regime que consagra o estatuto dos alunos, integrando direitos e deveres, em que a participação destes deve ser exercida nas várias áreas da vida escolar. Ainda, neste contexto, o regime de Gestão Flexível do Currículo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 7/2001, de 18 de Janeiro, refere na e) do artigo 3.º: *a integração, com carácter transversal, da educação para a cidadania em todas as componentes curriculares.*

Esta perspectiva de participação assume os diferentes micro-contextos em que os alunos circulam no interior da escola, para além do “sacrossanto” contexto da sala de aula, enquanto modos singulares de participação, às vezes, silenciosos/subtis (um gesto, um olhar...), às vezes, claramente expressos (uma reivindicação, uma conversa, um evento...).

Licínio Lima (1988) apresenta uma classificação das teorias democráticas tendo por base o estudo efectuado por Catonilho (1981), que apresentamos de forma sintética:

- A *teoria democrático-pluralista* apresenta uma visão da sociedade como algo estável e igualitário onde os conflitos e as diferenças de poder não existem, considerando que todos os grupos e pessoas têm iguais oportunidades de intervir e de influenciar;

- A *teoria elitista democrática* privilegia os grupos que detêm maior poder económico, como garante do processo democrático e liberal (Lima, 1988: 23), limitando-se a sociedade civil a elegê-los;

- A *teoria da democracia com participação* enfatiza a participação da sociedade civil, considerando cada pessoa como o principal responsável pela construção da sociedade democrática.

Tomando por base a sistematização sobre os modelos de cidadania elaborada por Ernesto Fernandes (2000: 239-242), apresentamos:

- *O modelo liberal reproduzido, exemplarmente, no modelo norte-americano*

Com a dupla revolução (política e industrial) consagra-se a primeira geração dos direitos humanos (cívico-políticos). Neste modelo, é enfatizada a cidadania civil em detrimento da cidadania social;

- *O modelo da democracia cristã contraditado pela crítica dos católicos progressistas*

Este modelo dá valor a uma cidadania social posicionada na pena e na compaixão, cuja face é a esmola, apelando, não reconhecendo, uma cidadania social posicionada numa cultura dos direitos e deveres das pessoas e da responsabilidade dos poderes públicos;

- *O modelo marxista subvertido pelo modelo do socialismo real*

Neste modelo, a ideia central é a de uma proposta alternativa ao modelo liberal, que conjuga cidadania civil e cidadania social;

- *O modelo europeu... uma porta entreaberta.*

Com a institucionalização do Estado Providência e de políticas sociais públicas de defesa dos direitos económico-sociais (segunda geração) foi possível à Europa não mediterrânica (bem diferente da trajectória da Itália, Espanha, Portugal e Grécia) ser capaz de combinar a defesa da cidadania civil com certas garantias a nível da cidadania social, na base de uma cultura dos direitos individuais (cívico-políticos) e dos direitos colectivos (económicos, sociais e culturais), na era da globalização.

No que diz respeito à formação para a cidadania, segundo Giroux (1986), esta deve ser vista em função dos enfoques teóricos e dos contextos, pelo que a divide em: *racionalidade técnica* (relação de dominação); *racionalidade hermenêutica* (relação de comunicação) e *racionalidade emancipatória* (relação de libertação).

Por outro lado, Manzini-Couvre (1995) apresenta uma outra tipologia, tendo em conta também o contexto histórico-político-social-cultural: *cidadania passiva e con-*

sumista, centrada numa relação utilitária com o Estado, numa lógica de consumo; *cidadania activa*, centrada no agir para dar forma a um existir, uma relação de reivindicação em nome de interesses próprios; *cidadania nova*, centrada na ideia do sujeito em construção e nas contínuas transformações que ocorrem na subjectividade humana: *A raiz mais profunda da politicidade da educação se acha na educabilidade mesma do ser humano, que se funda na sua natureza inacabada e da qual se tornou consciente* (Freire, 1996: 124).

Deste modo, as necessidades humanas, tradicionalmente designadas por primárias e secundárias ou por materiais e espirituais, afirmam-se numa totalidade indissociável em que, quer as *necessidades de subsistência*, dimensão biológica e material (trabalho, pão, casa), quer as *necessidades de existência*, dimensão psicológica e simbólica (expressar-se, ser autónomo, ser diferente, associar-se), se afirmam como necessidades básicas, de implicação mútua, construídas socialmente e, à semelhança dos direitos humanos, indivisíveis.

Esta perspectiva de necessidades humanas remete-nos para os valores subjacentes a uma cultura democrática e de participação na cidade, na medida em que a acção dos actores sociais implica uma adesão mais ou menos consciente a determinados modelos de acção.

Licínio Lima (1988) apresenta a classificação dos valores, elaborada por Talcott Parsons, com base em cinco dilemas fundamentais com que os seres humanos se deparam e que apresentamos de forma sintética: 1. Livre expressão dos sentimentos e realização imediata dos desejos – *afectividade*; controle, restrição ou inibição da sua expressão – *neutralidade afectiva*; 2. Julgamento de situações segundo critérios gerais – *universalismo*; recurso a critérios/normas que se aplicam a uma situação específica – *particularismo*; 3. Valorização na acção com os outros daquilo que eles são – *o ser*; valorização do que fazem e dos resultados – *o agir*; 4. Consideração da pessoa na sua totalidade – *globalismo*; consideração de um segmento do ser – *especificidade*; 5. Agir em função de interesses próprios – *orientação para si*, agir em função de interesses comuns a um grupo – *orientação para a comunidade*.

A participação dos alunos nas organizações educativas levanta inúmeras questões, por um lado, devido às concepções dos adultos sobre as competências e direitos de participação de crianças e jovens e, por outro lado, porque a própria escola continua a ser alvo de um grande controlo político e administrativo por parte do poder central que dita as normas e as regras do jogo e é também *altamente estratificada e hierarquizada, a todos os níveis (estatutários, curriculares, sociais, culturais, etc.)*, embora sob um discurso democrático e igualitário que obscurece hierarquias, assimetrias de poder e diferenças de status, e que, de outro modo, ao ganharem maior visibilidade, seriam certamente geradoras de conflitos (Lima e Afonso, 1990: 31).

Neste sentido, ao conceito de participação é inerente o conceito de poder que implica *a capacidade de intervenção nos processos de decisão e não apenas a consagração do direito de ser ouvido ou ser informado* (Lima e Afonso, 1990: 31).

Assim, ao conceito de participação-meio ou participação-instrumental, baseado na consulta, adesão por consentimento, contrapõe-se o conceito de participação como finalidade, radicado no poder de escolha, decisão e co-responsabilidade.

Por outro lado, o poder e a influência são também conceitos não alheios ao de participação e, por isso, a carecer de alguma problematização teórica. Como refere Pateman (1970), o facto de uma pessoa ou grupo de pessoas se encontrar numa posição de poder influenciar uma tomada de decisão não significa o mesmo do que estar, de facto, numa posição de poder determinar o rumo de um determinado acontecimento ou de ter poder de decisão (p. 69), ou seja, esta última pressupõe uma tensão inevitável, entre partes, com lógicas de dominação e de emancipação, em que o jogo de interesses dos actores é constante e incontornável.

Reportando-nos à organização-escola e à participação dos alunos, apresentamos, de forma sintética, a classificação efectuada por Licínio Lima (1998), enquanto possível modelo de análise, com base nos critérios apresentados: 1) *Democraticidade*; 2) *Regulamentação*; 3) *Envolvimento*; 4) *Orientação* (Lima, 1998: 183):

Relativamente à *democraticidade* com vista à distribuição controlada de poderes, a participação pode ser *directa* ou *indirecta*. No que respeita aos representantes, o autor considera que estes *podem assumir diferentes tipos de representação – da ‘representação livre’ à ‘representação vinculada ou imperativa’ – isto é, o representante pode assumir-se como ‘fudiciário’ (representante dos interesses gerais) ou como ‘delegado’ (representante de interesses particulares).*

Relativamente à natureza da *regulamentação*, temos a *participação formal* constituída por um conjunto de regras impostas externamente ou pela própria instituição. A *participação não formal* diz respeito às regras e documentos produzidos pela escola em que a possibilidade de os actores contribuírem para a construção de margens de participação pode ser maior. A *participação informal* diz respeito ao conjunto de regras que surgem de forma mais ou menos espontânea e deriva das práticas de subgrupos da organização.

Relativamente ao *envolvimento* dos actores em relação à organização, a participação pode ser *activa*, exibindo níveis de posicionamento em prol da organização ou contra ela através da reivindicação e da contestação; *reservada*, ou seja, os sujeitos como que aguardam determinadas circunstâncias para assumir formas de participação activas ou passivas. Por outro lado, pode ser *passiva*, caracterizando-se por uma lógica de *laisser-faire, laisser-passer* em que direitos e responsabilidades não são assumidos.

Relativamente à *orientação* dos actores face aos objectivos da organização, esta pode ser *convergente* (procura de consensos) ou *divergente* (procura de mudança).

Um outro quadro de análise do conceito de participação é-nos apresentado por Carole Pateman (1970), considerando a autora três níveis de participação:

- *pseudo-participação*, em que não há qualquer envolvimento dos actores nos processos de tomada de decisões e em que, através de estratégias de discussão e de persuasão, se tenta inculcar nos participantes o sentimento de participação num processo em que as decisões já foram tomadas *a priori* por quem tem o poder de decidir;

- *participação parcial*, processo em que os vários intervenientes se encontram em posição de influenciar as tomadas de decisão, mas o poder de decidir mantém-se sob a tutela de apenas uma das partes;

- *participação total*, neste nível, virtualmente, não existem partes com diferentes

poderes de decisão, mas em que a cada participante é conferido poder igual para determinar os processos de tomada de decisões.

Neste quadro de análise, a autora refere a importância de distinguir a participação ao nível do poder de influência e ao nível do poder efectivo de tomar decisões no sentido de determinar o desenrolar dos acontecimentos.

Assim, a análise da acção enquanto processo de construção simbólica e intersubjectiva, do *eu* consigo próprio, do *eu* com o *outro* generalizado e com o *outro* significativo, apresenta-se-nos como sendo mediada pelos actores, enquanto seres ontológicos, ou seja, seres dotados de história(s), cultura(s), valores, interesses e necessidades, situados em contextos sociais e histórico-culturalmente determinados.

Os grupos em função dos seus interesses podem afirmar diferentes lógicas de acção, ou seja, *os diferentes grupos podem encarar as ideologias, as políticas, os meios e os objectivos de forma radicalmente diferentes* (Bacharach e Mundell, 1999: 135), o que nos remete para a escola-organização enquanto *arena política* em que a racionalidade dos actores é restrita e intersectada por interesses que redundam em lutas de poder entre esses mesmos grupos ou subgrupos.

No caso do nosso estudo coloca-se, em relação ao conceito de poder, segundo Pateman (1970), a questão entre poder de influência e poder de decisão ou, na designação de Bacharach e Mundell (1999), entre autoridade e influência² ainda que existam outras noções de poder.

Neste sentido, as lógicas de acção encetadas pelos diferentes grupos de interesse constituem-se como interacções dependentes da posição e do tipo de poder que os actores utilizam e possuem dando origem, assim, a diferentes tipos de micropolíticas, como sejam, micropolíticas de natureza *burocrática*, de *domínio*, de *participação* e de *bases*³, que se conjugam com diferentes modalidades de controlo sobre os processos de tomada das decisões.

Daí que um dos maiores desafios que se coloca, actualmente, à escola é o de reinventar o sentido da sua própria existência, o que passa pela co-construção de sentidos de pertença e de identidade pelos actores de cada contexto escolar local, histórica e culturalmente situados na linha da consolidação da *Escola Cultural* e dos direitos de 3.^a geração (direitos culturais).

2. O amanhã desde hoje. Principais conclusões em campo aberto

Abordamos **duas das dimensões da participação dos alunos na organização escolar**, nomeadamente no que diz respeito aos processos de construção da democracia na escola no contexto das actividades de complemento curricular e no que respeita à cultura ético-política expressa ou subjacente às práticas de participação dos alunos.

Ao longo do texto serão apresentados excertos das observações e das entrevistas no sentido de ilustrar a descrição e clarificar a interpretação.

Assim, em relação às **actividades de complemento curricular**, estas parecem emergir enquanto potencial contexto em que os alunos exercem a sua participação enquanto poder de decisão, ou seja, parecem considerar-se, em algumas situações, *parceiros de concepção* (Charlot, 1995), e não apenas parceiros de execução: (...)*a iniciativa dos clubes em si, da organização dos clubes é dos professores, mas projectos*

no interior do clube, normalmente é nossa. Por exemplo, nós estamos a pensar fazer uma revisãozinha ao nosso aquário e essa revisão parte de nós, claro que os professores dizem – ‘Já houve ali um surto de canibalismo vocês tenham cuidado com aquilo’ – pronto, também nos alertam, mas em geral as ideias dos projectos são nossas, agora sem dúvida com o suporte fundamental, vital, da parte dos professores (E9, p. 11).

Evidencia-se, neste contexto, a possibilidade de conceber, apresentar e desenvolver os seus próprios projectos na linha de uma *participação total* (Pateman, 1970) em que, virtualmente, não existem partes com diferentes poderes de decisão, mas em que a cada participante é conferido poder igual para determinar as decisões.

Nestes grupos de trabalho, as relações de maior proximidade/convívio com os professores são referenciadas como importantes, ou seja, permitem o estabelecimento de relações *dialógicas*:

nos aquários, nos desportos, a relação professor-aluno é muito mais próxima do que numa sala de aula, é uma relação onde nós estamos a desenvolver uma actividade que gostamos, porque se estamos num clube é porque gostamos mesmo do que estamos a fazer, o professor que está a fazer, provavelmente também gosta daquilo que está a fazer, não é, porque é o professor do clube, é o professor-dinamizador, é o aluno que quer trabalhar e trabalha-se, não como... não temos o problema da avaliação, não é, não há competição pela nota, de ser melhor do que o outro (E2, p. 22).

A possibilidade da livre escolha parece surgir, assim, como dimensão fundamental para o exercício da participação enquanto poder de decisão em que, na base das interações sociais, os actores constroem uma subjectividade individual e colectiva estruturada em interesses próprios e comuns, co-construindo identidades, sentimentos de pertença e práticas de partilha de poderes.

A teoria dialógica da acção não oculta ou ignora a diversidade de papéis, antes apela à *dialogicidade* e à *horizontalidade* enquanto matriz teórica da *libertação/emancipação* em oposição à *antidialogicidade* e à *verticalidade* como matriz teórica da *opressão*: *as professoras eram as chamadas orientadoras protocolares – ‘Isto tem que ser entregue até não sei quando, isto tem que ser entregue até não sei que mais’ – era o grilo falante, de que nós necessitamos sempre* (E9, p. 10).

Acentua-se, assim, a qualidade relacional do desempenho de diferentes papéis, como analisa Paulo Freire (1996), no sentido de uma educação *problematizadora* que visa a capacitação (*empowerment*) de cada pessoa, trabalhando-a como indivíduo único que se trabalha também a si próprio na relação com os outros.

26

Contudo, em relação a uma das actividades de complemento curricular, verifica-se que à medida que esta foi avançando as relações, professor-alunos, foram sendo sentidas como verticais e em que são expressos sentimentos de que o projecto se foi transformando em mais uma disciplina: *o professor L. deu-nos as fotografias e isso tudo e pronto... e ainda fez qualquer coisa, pronto. Agora, a professora R. estava lá para nos dizer o que é que a gente devia fazer e... como é que devíamos fazer, quando é que devíamos fazer, acabava por não nos ajudar grande coisa, dava-nos as indicações, mas... estava no grupo, dava as indicações, mas não foi participar do grupo* (E3, p. 8).

Evidencia-se a ideia de que em relação a um dos professores, este não foi *parceiro de concepção* (Charlot, 1994), mas antes *parceiro de fiscalização/execução* em que

parece, neste caso, existir uma aparente tolerância face aos jovens e aos seus ritmos, interesses e necessidades e que se vem a reflectir *a posteriori* em dificuldades no que respeita a uma efectiva integração dos projectos dos jovens-alunos em algumas das actividades de complemento curricular.

Podemos colocar como hipótese que estas dificuldades se prendem, por um lado, com a sobredeterminação da identidade de aluno e de professor, no contexto da escola, enformadora de relações entre docentes e discentes mesmo para além do contexto da sala de aula em que parece quase impossível, para alguns, retirar os seus *óculos profissionais*.

Deste modo, parece acontecer uma contaminação de espaços e tempos não formais por lógicas escolares de relação que se traduzem em apreciações avaliativas de carácter disciplinar: *O prof. L. pega no texto da Rita e começa a ler e diz - Bom, isto tem aqui vários erros e, por outro lado... a vossa professora poderá falar com mais propriedade do que eu, mas isto não é um texto jornalístico...* A Rita diz: *'Pois, só que eu não sabia como é que havia de fazer.'* Diz a prof. R.: *'Não sabia! Mas já deu isto no 8º ano, as diferentes formas de textos!'* (obs. n.º 14, p. 1).

Podemos avançar com a hipótese de que, face a esta reprodução de uma estrutura hierárquica e *piramidal* (do topo para a base) – intervenção disciplinarizante, alguns dos atrasos e não consecução de algumas tarefas planeadas possam ser estratégias, utilizadas pelos alunos, como forma de manifestarem a sua rejeição por estes processos de dominação em nome de uma escola *criadora* e não de uma escola *transmissora* (Sampaio, 1997).

E, por outro lado, parece existir uma sobrevalorização daquilo que é feito e dos resultados – *o agir* e uma subvalorização na acção com os outros, daquilo que eles são – *o ser* (Lima, 1988): [No dia da montagem do jornal], *a Rita tinha ido buscar o seu vestido para o baile de finalistas que se realizou nessa noite. Quando chegou mostrou o vestido e começaram a falar entusiasmadamente do baile. A prof. R diz: 'Vá, vamos lá, agora estamos a fazer o jornal'. Por volta do 12.30h as alunas saíram e os professores terminaram a montagem tecendo comentários como: 'são muito irresponsáveis e imaturas; não levam as coisas a sério'* (obs. n.º 20, p. 1).

Deste modo, os dados parecem apontar para uma organização escolar burocrática que se caracteriza por uma estrutura fortemente hierarquizada que parece não se coadunar com registos de funcionamento mais informais e imediatos, ou seja, em função de necessidades do aqui e agora dos jovens-alunos que começam a experimentar-se no desenvolvimento de projectos e formas de intervenção/trabalho fora do contexto “controlado” e “previsível” da sala de aula.

Os alunos expressam sentimentos de contínua subordinação e dependência das ideias dos professores, uma vez que, mesmo quando se consideram *parceiros de concepção*, referem a sua margem de poder de decisão como dependente da natureza das decisões a tomar: *nós não podemos escolher o nosso aquário, podemos escolher os peixes que tratamos, portanto quando foi a compra dos animais, não é, foi-se a uma loja de animais e escolheu-se os peixes e isso foi a nossa possibilidade de escolha* (E2, p. 5).

Face a esta inevitável subordinação/dependência em relação ao pessoal docente, os alunos, por vezes, invertem os papéis e colocam-se numa posição de condes-

condição em relação às decisões dos professores: *deixámos que ela [a professora] escolhesse aqueles [trabalhos] que ela achava que representava melhor os projectos que nós realizámos, deixámo-la escolher (...), disse-nos apenas para trazermos os quadros, os quadros não, os trabalhos e daí escolheria* (E7, p. 4).

Emerge, assim, uma estratégia racional e alternativa de obtenção de poder no sentido de lidar com sentimentos de impotência.

Podemos, assim, identificar várias situações de participação dos alunos através de diversas realizações, como sejam o jornal escolar, os diferentes clubes e projectos que se constituem como contextos de aprendizagem e exercício de cidadania.

A este nível, apontam como importante a maior proximidade/convívio nas relações com os professores, permitindo o estabelecimento de formas de comunicação *dialógicas*, em que a aproximação a iguais direitos e deveres entre alunos e professores surgem como dimensões facilitadoras do exercício da participação como poder de decisão.

Daí que, na base de processos de livre escolha, seja mais concretizável, na interacção com outros, a construção da subjectividade, estruturada em interesses próprios e comuns, co-construindo identidades, sentimentos de pertença, partilha de poderes e, em termos ideais, a efectivação de uma *participação total* (Pateman, 1970) ou *directa, activa e convergente* (Lima, 1998).

Relativamente a estas modalidades de participação coloca-se a questão, como referem Dubet e Martuccelli (1996), de que a construção de um sistema de participação dos alunos não passa, apenas, por multiplicar os clubes e as actividades de complemento curricular, mas pelo poder real dos alunos na construção dos seus projectos, nas decisões sobre que actividades devem ser financiadas, na gestão de determinados fundos e não apenas consumir e executar as ideias/propostas dos professores.

No entanto, verificamos ser nestes contextos de participação que os alunos se consideram potencialmente como *parceiros de concepção* e em que a *teoria dialógica da acção cultural* (Freire, 1972) não oculta ou ignora a diversidade de papéis e de experiências dos diferentes actores, antes acentua a qualidade relacional – profissional dessa diversidade no sentido de democratizar a democracia pela educação (Giddens, 2000).

No que respeita à **cultura ético-política expressa ou subjacente às práticas de participação**, identificamos diversos valores, nomeadamente a valorização do lado expressivo e convivial da escola, não considerando o sucesso escolar como algo divorciado da integração social, do exercício da autonomia, da afirmação da identidade (pessoal e escolar) e da responsabilidade solidária com vista à construção de uma cultura radicada na junção dos *direitos individuais (cívico-políticos)* e dos *direitos colectivos (económicos, sociais e culturais)* (Fernandes, 2000): (...) *participei no Conselho Pedagógico e acho que também por ter esses conhecimentos que tenho o dever de dar o meu contributo da forma como puder porque isto, apesar de não ser para mim, é também para os outros alunos, mas também é para mim e não estou a pensar de forma nenhuma individualista em que estou ali por causa de mim, porque não é nada disso, mas acho que realmente tenho um contributo para dar e acho que é importante* (E8, p. 18).

Assim, podemos dizer que o discurso dos alunos evidencia a valorização na acção

com os outros daquilo que eles são, ou seja, *o ser*, a valorização da livre expressão de sentimentos e realização dos desejos – *afectividade*, a valorização do que fazem e dos seus resultados – *o agir*, a valorização do agir em função de interesses próprios – *orientação para si* e a valorização da acção em função de interesses comuns a um grupo – *orientação para a comunidade* (Lima, 1988): [Na reunião do Jornal, uma aluna disse]: *‘Eu também estou cá pela experiência nova e também porque a nossa área [Humanidades] não tem visibilidade. Esta escola não está preparada para a nossa área... é tudo ciências e os cursos tecnológicos. Na nossa área só há uma turma por cada ano’* (obs. n.º 7, p. 2)

Esta perspectiva está, paradigmaticamente, consagrada na *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (ONU, 1948), no n.º 1, artg.º 29: *O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.*

A construção de uma cultura democrática e de participação na vida da escola, encerra em si uma variedade de valores, na medida em que a acção dos actores sociais implica uma adesão mais ou menos consciente a determinados modelos de acção em que *o efeito afectivo associado à dinâmica da interiorização de valores, passa por mecanismos complexos de identificação, imitação, rejeição e reconstrução* (Roldão, 1992: 107). Daí que o poder de mobilização, por parte de alguns colegas, se constitua como energia e força de entusiasmo e alento para a participação:

(...) o Zénine é realmente o que tem mais poder de mobilização, digamos assim, é o que está mais empenhado, até por causa das questões partidárias (E2, p. 16); porque ele [o colega] argumentava muito bem. A gente fazia um trabalho por trás de pesquisa e o V., às vezes, de um argumento minúsculo, aquele que parecia insignificante, o V. conseguia pôr toda a gente a olhar para ele, porque tinha um à-vontade a falar, tinha uma maneira de dizer as coisas que... as coisas parece que entravam nas pessoas como ouro..., deslizavam (...) e depois era muito dinâmico, juntava muito as pessoas (...) (E4, p. 18).

O processo de construção de valores implica, por um lado, uma escolha entre as diferentes formas de agir possíveis face a determinada situação e, por outro lado, *para além da dimensão substantiva que a participação necessariamente deve ter (e que é do domínio dos ‘valores’), é preciso que ela tenha também um sentido instrumental, que seja finalizada e se traduza em coisas concretas. Só assim é possível fazer com que as pessoas reconheçam a sua necessidade e utilidade (...)* (Barroso, 1995: 34): [sobre o jornal] *(...) vemos aquilo terminado e estarmos a ver o nosso trabalho é sempre bom, mas foi tudo, desde o início, a ideia de criarmos um projecto e levar até ao fim, isso é que eu acho gratificante, apesar das dificuldades, conseguir-se fazer uma coisa, conseguir-se ter um produto no final, eu acho que isso é gratificante (...)*, (E5, p. 12).

São referidos como aspectos positivos das experiências de participação não tanto as possibilidades de esta se efectivar enquanto finalidade, mas as possibilidades de converter gostos individuais e políticos em ganhos/desempenhos escolares e pessoais, no sentido de combinar/complementar os diferentes domínios da experiência escolar:

(...) no clube de Aquarofilia, nós temos a possibilidade de conciliar uma série de conheci-

mentos, conhecimentos de Biologia, portanto, inerentes à compreensão de todo um ecossistema, de Química com a detecção de compostos que são tóxicos, temos também Física (...) e eu creio que consegui compatibilizar uma série de conhecimentos que já adquiri em algo prático, eu vejo alguns sucessos naquilo que aprendi, vejo que não são só calhamaços que li, vejo que é alguma coisa que se reflecte numa coisa real, concreta e passa do plano teórico (E9, p. 9).

Evidencia-se a necessidade de cruzar um projecto pessoal e profissional, na tentativa de construir sentidos para as suas experiências escolares, quando confrontados com uma escola que sentem que fracassa ao nível das suas restantes funções, como sejam, a criação cultural, a capacidade crítica, a observação, a experimentação e articulação de saberes, no fundo, da própria função democratizante da escola.

Do menos gratificante, são identificadas sobretudo as experiências de participação nos órgãos de gestão e que parecem incidir nas dificuldades de lidar com alguns documentos mais complexos e na morosidade das reuniões, pelo que, *parece que os jovens tendem a rejeitar ou a não aderir com tanto entusiasmo a formas de participação mais duradouras e formais (Estevão e Afonso, 1998: 103).*

Parece, assim, evidenciar-se uma certa inaceitabilidade, por parte dos alunos, sobre as formas como são consideradas a sua participação e a sua presença nos órgãos de gestão, desencadeando desinteresse, falta de motivação e sentimentos de subalternidade face ao poder docente em matéria de poder de decisão, assim como a consciência sobre a sua condição de pseudo-representantes da comunidade estudantil: *[em relação aos órgãos de gestão] (...) é a esperança de que seja mesmo necessário tomar, assim, alguma decisão em condições, obviamente que depois funcionam muito poucos que poderão tomar essa decisão e pronto..., acho que o estar lá sempre dará um certo poder de opinião mais influente do que outros que não estejam lá (E11, p. 9).*

Deste modo, a gestão participada na organização escolar *parece esgotar-se em processos eleitorais e num tipo de representatividade que é mais potencial do que efectivo porque parece não ter condições nem possibilidades de afirmação (Lima, 1988: 145).*

Assim, quer por falta de informação e de descredibilização perante o pessoal docente, quer por dificuldade de organização e comunicação entre si, os alunos não se sentem ou não conseguem constituir-se como grupo ou estabelecer coligações no sentido de fortalecer o seu poder de intervenção na gestão da instituição educativa.

São evidenciados, também, sentimentos de ambivalência que se prendem sobretudo com a dificuldade de articular projecto pessoal e profissional, na medida em que apesar de alguns destes alunos considerarem importante a compatibilização entre estes projectos, esta tarefa aparece como quase impossível sobretudo para os alunos dos anos terminais do ensino secundário.

Por um lado, a sobrecarga de estudo e a pressão das médias para entrada na universidade, parecem não se coadunar com práticas de participação na vida da escola e, por outro, o facto de pertencer àquela escola e exercer determinados cargos é algo transitório e, portanto, não susceptível de grande investimento, enquanto que as notas/médias influenciam o seu projecto académico-profissional. Daí que sintam a dificuldade de ajustar estas duas dimensões do seu projecto de vida:

(...) eu, como delegada de turma, se tiver teste no dia seguinte eu não vou à reunião dos delegados porque tenho teste. Porque este ano sou delegada e depois já não sou, mas aquele teste pode-me influenciar a nota do final do período e a nota do final do período ou a minha nota do final do ano conta para a minha média para entrar na faculdade, tão simples quanto isso (E5, p. 16).

Conclusão

Do nosso estudo parece emergir um potencial emancipatório da participação dos alunos, sobretudo em contextos e processos não formais, baseado na construção de um sistema de valores orientado para interesses pessoais, mas também para o bem comum – participação da sociedade civil, realçando que *a formação para a democracia não é endoutrinadora não só porque aceita e encoraja uma pluralidade de valores, mas também porque se coaduna melhor com o desenvolvimento individual, incluindo a capacidade do indivíduo se relacionar autónoma, paritária e solidariamente com os outros* (Santos, 1985: 140).

Partimos, assim, do princípio de que o desenvolvimento de práticas de participação dos alunos se operacionaliza pela confluência de múltiplos factores, desde o contexto sócio-político às reformas e medidas de política educativa que enformam as culturas, os contextos organizacionais e os modos de produção de práticas de participação.

Uma gestão e administração participada da organização escolar pelos vários parceiros do processo educativo, com diferentes poderes e interesses, implica repensar, segundo Coutinho (1998), a estrutura organizacional da escola no que respeita à participação dos alunos na área da gestão e na área pedagógica.

Relativamente à área da gestão, parece importante uma cultura propositiva de efectiva partilha de poder na gestão dos recursos e na definição de projectos/actividades, identificados em colegialidade por elementos da escola e da comunidade, para superar uma gestão burocrático-administrativa dos mesmos.

No que respeita à área pedagógica, é importante a construção conjunta de um projecto político-pedagógico local, com a participação dos principais agentes do processo educativo, tendo por base os princípios de liberdade, de autonomia crítica e de responsabilidade solidária com vista à edificação de uma escola virada para as pessoas e para a comunidade, em que possamos conjuntamente desenvolver *uma concepção cada vez menos resignada com a mera promulgação dos direitos humanos, e cada vez mais atenta às práticas quotidianas em que se satisfazem efectivamente as necessidades básicas, não só as materiais, mas também as necessidades afectivas e expressivas, aquelas cuja satisfação nos confere um sentido e um lugar no mundo, num mundo de cidadãos* (Santos, 1990: 30).

31

Referências Bibliográficas

AFONSO, N. e VISEU, S. (2001). *A reconfiguração da estrutura e gestão das escolas públicas dos ensinos básico e secundário – Relatório Sectorial 4*, Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, pp. 53-55.

- BACHARACH, S. B. e MUNDELL, B. L.** (1999). *Políticas Organizacionais nas Escolas: Micro, Macro e Lógicas de Acção*. In Sarmento, M. J. (org.) *Autonomia da Escola. Políticas e Práticas*. Porto: Edições ASA, pp. 123-156.
- BARROSO, J.** (1995). *Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- CHARLOT, B.** (coord.) (1994). *L'école et le territoire: nouveaux espaces, nouveaux enjeux*. Paris: Armand Colin.
- COUTINHO, R.M.T.** (1998). *A contribuição da educação para a formação da cidadania*, in *Inovação*, 11 (3), pp. 161 - 169.
- DOMINGUES, I., TORRES, L. e SÁ, V.** (1995). *O Associativismo Estudantil Numa Escola Secundária: Estruturas, Práticas e Paradoxos*, in *Inovação*, 8, pp. 123-149.
- DUBET, F. e MARTUCELLI, D.** (1996). *A l'école. Sociologie de l'expérience scolaire*. Paris: Éditions du Seuil.
- ESTEVÃO, C. V. e AFONSO, A. J.** (1998). *Associações de Estudantes em Contexto Escolar: A Construção Sociológica de uma Singularidade Organizacional*, in Lima, L. C. (dir.). *Por Favor, Elejam a B. O Associativismo Estudantil na Escola Secundária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 75-112.
- FALCÃO, M. N.** (2000). *Parcerias e poderes na organização escolar. Dinâmicas e lógicas do conselho de escola*. Lisboa: IIE.
- FERNANDES, E.** (2000). *A Cidadania em Tempo de Globalização. A Centralidade do Local como Campo de Aprendizagem Cívica*, in *Anais de Almada*, 3, pp. 237-249.
- FREIRE, P.** (1972). *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Afrontamento.
- FREIRE, P.** (1996). *Educação e participação comunitária*, in *Inovação*, 9 (3), pp. 305-312.
- GIDDENS, A.** (2000). *O mundo na era da globalização*, Lisboa: Editorial presença.
- HOMEM, M. L. F.** (1998). *A Participação dos pais na educação pré-escolar – um estudo de caso numa Instituição Particular de Solidariedade Social*. Lisboa: FPCE (dissertação de Mestrado).
- LIMA, L. C.** (1988). *Gestão das Escolas Secundárias. A Participação dos Alunos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LIMA, L. C. e AFONSO, A. J.** (1990). *Participação Discente e Socialização Normativa. Na perspectiva de uma sociologia das organizações educativas*, in *Aprender*, n.º 11, pp. 29-37.
- LIMA, L. C.** (1998). *A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia. Centro de Estudos em Educação e Psicologia. Universidade do Minho.
- PALHARES, J.** (1998). *A Participação Estudantil em Eleições Associativas no Ensino Secundário*, in Lima, L. C. (dir.). *Por Favor, Elejam a B. O Associativismo Estudantil na Escola Secundária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 75-112.
- PATEMAN, C.** (1970). *Participation and Democracy Theory*. London: Cambridge University Press.
- ROLDÃO, M. C.** (1992). *A Educação Cívica nas Áreas Disciplinares do Currículo Formal: Uma Dimensão Esquecida?*, in Vários. *Formação Pessoal e Social*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, pp. 105-110.
- SAMPAIO, D.** (1997). *Escola, família e amigos – alguns resultados de um inquérito*, in Pais, J. M. e Chisholm, L. *Jovens em mudança. Actas do Congresso Internacional. Growing up between centre and periphery*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 53-57.
- SANTOS, B. S.** (1989/90). *Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade.*, in *O Estudo da História*. Vol.10/11. Lisboa: Boletim da APH, pp. 19-30.
- UNESCO**, (1996). *Educação: um tesouro a descobrir, Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*, Porto: ASA.

Elena de Oliveira David, *Profalmada* n.º 17, 2009, pág. 3-7 e 16

¹Artigo elaborado a partir da tese de mestrado em Ciências da Educação – Formação de

Adultos, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, em 2004, cuja cópia, em dois volumes, se encontra disponível na Divisão de História Local e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Almada.

² Afirmam os autores: *A autoridade é o direito de tomar a decisão final: a influência consiste em tentar persuadir os que detêm essa autoridade a tomar essa decisão, seguindo uma determinada via* (Bacharach e Mundell, 1999: 135).

³ Para uma análise mais aprofundada destes tipos de micropolíticas, cf. Bacharach e Mundell, 1999: 136.

Cultura das Profissões da Educação. Reconstrução da Identidade

É nosso propósito problematizar o conceito de identidade dos educadores-professores em sua sócio-historicidade. A identidade das profissões da educação, à semelhança de todas as profissões científico-intelectuais, ganha em compreensão se inscrita nas mutações socioculturais ocorridas entre o século XIX e o tempo actual, particularmente a partir dos anos sessenta do século XX. Para esta abordagem, questiona-se o conceito de cultura e retoma-se a tradição clássica de cruzamento entre *verdade* (o científico-técnico), *belo* (o estético-expressivo) *bem* (o ético-político). Assim, propõe-se como indissociável a relação entre *projecto pessoal*, *projecto profissional* e *projecto societário*, ancorada na reflexividade partilhada como condição e finalidade da reinvenção da identidade como *profissional do ser* em ruptura com a de *funcionário da instrução*.

Palavras-chave: modernidade; cultura; educação; identidade profissional.

1. O projecto da modernidade à deriva

A dupla revolução (política – francesa e industrial – britânica), desde meados do século XVIII, consubstancia o projecto da modernidade, ancorado na *razão* (ciências-tecnologias), na *ordem* (o Estado de direito) e no *progresso* (o mercado como campo da livre produção e circulação). Um projecto societário em ruptura com as sociedades rurais ou de capitalismo mercantil, estruturadas em relações sociais de senhor – súbdito (teocracias). A emancipação/democracia anuncia-se como promessa da nova era (Cf. Santos, 2000).

Neste quadro sociopolítico de separação do poder da fé e do poder da razão, afirma-se o princípio da divisão-especialização do trabalho e a definição das profissões técnico-intelectuais (médico, jurista, engenheiro, professor). Ou seja, o científico-técnico divorcia-se do ético-político e do estético-expressivo em identidades profissionais-funcionais entrincheiradas que, em termos simbólicos, se traduzem em cientistas/técnicos, pastores/religiosos e artistas/criativos. Neste contexto de busca do progresso, aceleradamente se impôs o *Mercado* e o *Estado* em detrimento da *Comunidade* (campo da família, da vizinhança, das relações de amizade, do associativismo). A regulação pelo Estado e pelo Mercado, colonizando a Comunidade/Sociedade Civil, traduz-se em espaços urbanos gigantescos e também nos problemas sociais que gera e reproduz.

A partir de meados dos anos sessenta do século XX, num mundo dramaticamente dividido entre países ricos e países pobres, emergem novos valores contra a discriminação pelo género, pela cor da pele, pela condição de imigrante, pelo abuso dos recursos naturais e degradação do planeta (Cf. Hobsbawm, 1984).

A crise actual, denominada de *fim do capitalismo liberal*, de *turbo-capitalismo* ou de *capitalismo cowboy*, convoca-nos para uma nova cultura centrada nos direitos-responsabilidades humanos como projecto de *democratização da democracia* (Cf. Giddens, 2000), de *humanização da condição humana* (Cf. Arendt, 1958) contra a *barbárie*, como proclama a ONU, na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948: n.º 1, art.º 29 º): *O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.*

Cultura alternativa, pronunciada também pela poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen (1919-2004):

*Abre a porta e caminha
Cá fora
Na nitidez salina do real*

Contra os *produtos tóxicos* do capitalismo global, haja lugar aos produtos de esperança-coragem da *Utopia*, segundo as palavras do professor de histórico-filosóficas e artista José Afonso (1929-1987):

*Cidade
Sem muros nem ameias
Gente igual por dentro
gente igual por fora
Onde a folha da palma
afaga a cantaria
Cidade do homem
Não do lobo mas irmão
Capital da alegria*

2. Urge repensar-libertar a palavra *cultura*

A importância das palavras. As palavras são mediadoras da comunicação de cada um consigo, das pessoas entre si, das gerações, dos países, dos tempos históricos. Variabilidade/polissemia é o mistério das palavras. Campo fértil da poesia. Campo a objectivar/delimitar pelas ciências. Campo da comunicação em conflitualidades múltiplas. Daí, a determinante **contextual** da(s) palavra(s). Contextual, na gramática das civilizações, das nações, das pessoas. Vejamos: nomear *liberdade*, *criança* ou *mãe* ganha densidades/musicalidades até na história de vida de cada um de nós.

Neste quadro de reflexão, identifiquemos algumas noções de *cultura*:

- a cultura como conjunto de comportamentos, crenças, costumes e valores materiais e simbólicos transmitidos colectivamente e característicos de uma classe, região ou sociedade;
- a cultura como ciência ou criação artística, ornamento, luxo, decoração ou requinte de elites (cultura erudita);

- a cultura como núcleo tradicional de saberes, artesanato de utilidades ou de artes musicais e festivas (cultura popular);
- a cultura como paradigma histórico-simbólico de povos/civilizações (cultura judaica, cristã ou islâmica).

Acrescente-se que, na modernidade, pela divisão social do trabalho, institucionalizam-se culturas profissionais técnico-intelectuais *fortes* (médico, advogado, professor) e culturas profissionais *emergentes* (assistente social, psicólogo, jornalista). Uma e outras em processo de permanente crise/recomposição.

No caso dos educadores-professores, enquanto profissionais da *instrução*, a sua matriz identitária, desde os anos sessenta, é desafiada pela conjuntura: ensino de elites ou ensino para todos, ensino para crianças-jovens ou educação ao longo da vida, ensino direccionado para saberes disciplinares ou educação integral da pessoa, escola *quartel* ou escola *democrática*.

Assim, e apesar da turbulência que afecta os professores, nomeadamente em Portugal, a reconfiguração da cultura/identidade da profissão deve balizar-se pelos seguintes princípios:

- o saber profissional não se reduz ao saber disciplinar que cada um academicamente ensina, antes a esse saber importa articular o saber ético-político e o saber estético-expressivo (Cf. Unesco, 1996) – *arquitecto* do ensino-aprendizagem;
- o poder profissional afirma-se sempre em tensão com o poder das organizações e das políticas governamentais, através da crítica e da reivindicação propositiva (Cf. Caria, 2008);
- os ganhos identitários são sempre o resultado da reflexividade partilhada em cada conjuntura, ou seja, não há forma de fugir à interacção social com os alunos, os colegas, as famílias e a sociedade próxima e global (Cf. Lesne, 1984).

3. Reinvenção da cultura profissional dos educadores-professores

No campo das profissões técnico-intelectuais, importa afirmar que a cultura ou identidade de uma profissão nunca é uma questão fechada, a-historicamente consagrada. As profissões definem-se dinamicamente em interacção com as relações sociais, em cada tempo-espço, em conjunturas nacionais e internacionais. Nada é compreensível por isolamento da profissão, ou seja, fora das políticas educativas nacionais, europeias e internacionais. Parecendo óbvio, não é contudo, no quotidiano das nossas práticas, suficientemente investigado e estrategicamente planificado. Campeiam críticas, reivindicações e medidas avulsas que apenas enunciam a necessidade da actualização da identidade/estatuto profissional.

A profissão de educador-professor, num contexto de alta tensão sociopolítica, nacional e global, está convocada para a reconfiguração da sua identidade e estatuto na sociedade. Nada estranho: a modernidade é indissociável da vida/consciência em crise-mutações.

Neste quadro de pensamento, consideramos que a actualização da cultura-identidade profissional deve conjugar:

- uma cultura de auto-reflexividade partilhada, que acentue o dever do TPC de

cada um em comunicação intersubjectiva, departamental e organizacional, recusando a competição e o mal-dizer de corredor como paradigma da prática social escolar ainda dominante, optando pela ousada palavra de Bento de Jesus Caraça, professor universitário de matemática (1939, ed. s/d: 30):

O que é o homem culto? É aquele que:

1.º *Tem consciência da sua posição no cosmos e, em particular, na sociedade a que pertence;*

2.º *Tem consciência da sua personalidade e da dignidade que é inerente à existência como ser humano;*

3.º *Faz do aperfeiçoamento do seu interior a preocupação máxima e fim último da vida.*

*Ser-se culto não implica ser-se sábio; há sábios que não são homens cultos e homens cultos que não são sábios; mas o que o ser culto implica, é um certo grau de saber, aquele precisamente que fornece uma base mínima para a satisfação das três condições enunciadas. A aquisição da cultura significa uma elevação constante, servida por um florescimento do que há de melhor no homem e por um desenvolvimento sempre crescente de todas as suas qualidades potenciais, consideradas do **quádruplo ponto de vista** físico, intelectual, moral e artístico; significa, numa palavra, **a conquista da liberdade;***

- uma cultura de cruzamento entre o saber científico-tecnológico, o saber ético-político e o saber estético-expressivo, condição para uma cultura profissional que rompe com os constrangimentos culturais, políticos e organizacionais da modernidade: ser professor não é ser instrutor de Física, de Português ou de Inglês, é ser profissional da cultura integral de cada indivíduo, sustentando a educação à volta de quatro aprendizagens fundamentais: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser* (Cf. Unesco, 1996: 77-88);

- uma cultura profissional a reconstruir – em tempos e espaços de multiplicidade de subculturas dos colegas, dos alunos, das famílias, das comunidades – para gerar cidadania e aprofundamento da democracia pluralista e de tolerância activa e não apenas consentida, suportada em consciência críscico-patológica, ou seja, uma deontologia ou ética profissional centrada nos direitos e responsabilidades humanos em tridimensionalidade: o homem actual, as gerações vindouras e o ambiente-planeta.

Pertence-nos o dever de responder ao desafio: professor, *funcionário* ou *profissional do ser?* (Cf. Monteiro, 2005).

Profissional do ser, não na lógica tradicional de missionário ou sacerdote, mas na perspectiva de educar para o sentido do *belo*, indissociável da educação para a procura/investigação da *verdade* e para a prática do *bem*. O *Belo* não é apenas uma categoria do estético é correlativamente a beleza da investigação-produção científica e a beleza da ética humanista, do cuidado ou emancipatória.

À maneira de conclusão

A cultura clássica legou-nos um património de casamento tridimensional entre *verdade*, *bem* e *belo*. A modernidade divorciou-fragmentou esta unidade triangular, impondo territórios separados de saberes: a ciência, a ética e a criação artística.

Cada pessoa intui e os tempos incertos desta fase da modernidade reclamam uma

cultura de radical articulação entre **projecto pessoal** (autonomia, auto-estima, expressividade), **projecto profissional** (competência, responsabilidade por um trabalho socialmente útil e pessoalmente gratificante) e **projecto societário** (compromisso com valores de defesa e promoção das pessoas e da saúde do planeta azul, em andamentos de redução/eliminação da pobreza, fome, desemprego, precarização).

As utopias são o seio-mãe da humanização do homem e das sociedades, como escreveu o professor Agostinho da Silva (1989: 48):

(...) apesar de todas as pressões de Economias, Estados e Igrejas, sempre houve dentro delas quem defendesse acima de tudo o direito à pesquisa e à publicação e aproveitamento de seus resultados, e quase sempre foi possível levar por diante o trabalho de construção científica, que, pela sua aplicação técnica, é a grande força que permitirá à humanidade ser realmente fraterna se esse for o seu desejo, exactamente como na Idade Média a invenção de um novo arreo de cavalo deixou que se libertassem os servos da gleba, porque havia o ideal cristão de os ver livres.

Concluindo. Na conjuntura actual, até como terapia pessoal e colectiva, importa desenvolver a reflexão partilhada. Nesta perspectiva, a reflexividade interactiva potencia a auto-regulação profissional e a saúde mental do cidadão-professor. Revela-se interessante a obra de Marinoff (1999): *Mais Platão, Menos Prozac!*

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Annah (1958) - *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 2001.
- CANÁRIO, Rui (1999) - *Educação de Adultos. Um campo e uma problemática*, Lisboa, EDUC.A.
- CARAÇA, Bento de Jesus (1939) - *A Cultura Integral do Indivíduo - problema central do nosso tempo*, Lisboa, ITAU, s.d..
- CARIA, Telmo (2008) - *O uso do conceito de cultura na investigação sobre profissões*, in "Análise Social", n.º 189, Lisboa, ICS - UL, p. 749-773.
- DAVID, Elena; Fernandes, Ernesto; Matos, Manuela; Santos, Miquelina (1999) - *Espreitando as Margens de Abril. Os direitos da criança e do jovem*, Almada, Associação Semear para Unir.
- FERNANDES, Ernesto e BRANCO, Francisco (org.) (1998) - *Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*, n.º especial da Rev. "Intervenção Social", Lisboa, Departamento Editorial do ISSSCoop - Cooperativa de Ensino Superior Intervenção Social, CRL.
- FERNANDES, Ernesto (2002) - *O Associativismo no Tempo da Globalização: Voluntariado e Cidadania Democrática*, in Rev. "Intervenção Social", n.º 27, Lisboa, ISSSCoop - Cooperativa de Ensino Superior de Intervenção Social, CRL, Junho de 2003, p. 159-190.
- FERNANDES, Ernesto (2004) - *Por uma carta ética da intervenção social*, in Rev. "Intervenção Social", n.º 29, Lisboa, CESDET, 2004, p. 139-151.
- FERNANDES, Ernesto (2005) - *A Educação como Eixo Essencial do Desenvolvimento Sustentado. A re-invenção da educação pela comunidade*, in Rev. "Intervenção Social", n.º 31, Lisboa, CESDET, 2004, p. 85-97.
- FREIRE, Paulo (1991) - *A Educação na Cidade*, São Paulo, Cortez.
- GIDDENS, Anthony (2000) - *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Presença.
- GRESH, Alain et al. (dir.), (2003) - *Atlas da Globalização - Le Monde Diplomatique*, Lisboa, Campo da Comunicação, SA.
- HOBBSAWM, Eric (1994) - *A Era dos Extremos*, Lisboa, Presença, 1996.

LESNE, Marcel (1978) - *Trabalho Pedagógico e Formação de Adultos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

MARINOFF, Lou (1999) - *Mais Platão, Menos Prozac!*, Lisboa, Presença, 5.^a ed., 2004.

MONTEIRO, A. Reis (2005) - *Deontologia das Profissões da Educação*, Coimbra, Almedina.

NÓVOA, António et. al. (1992) - *Formação para o Desenvolvimento*, Lisboa, Edições Fim de Século.

ONU (1948) - *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

PINTASILGO, M. Loudes (presid.), Comissão Independente População e Qualidade de Vida (1998) - *Cuidar o Futuro. Um programa radical para viver melhor*, Lisboa, Trinova.

PNUD (1998) - *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana*, Lisboa, Mensagem, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2000) - *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*, Porto, Afrontamento.

SCHMIDT, Luísa e CABRAL, João de Pina [organizadores] (2008) - *Ciência e Cidadania: Homenagem a Bento de Jesus Caraça*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

SILVA, Agostinho da (1989) - *Educação de Portugal*, Lisboa, Ulmeiro.

UNESCO - Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (1996) - *Educação: um tesouro a descobrir*, Lisboa, ASA.

UNESCO (1997) - *V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos*, Lisboa, Ministério da Educação, 1999.

Ernesto Fernandes, *Profalmada*, n.º 18, 2009, p. 3-5

Multiculturalidade e Educação

Apesar de durante os anos 1980 ter havido, em Portugal, alguns projectos pontuais que tiveram como objectivo a intervenção em contexto escolar junto de algumas minorias - então, quase exclusivamente os cabo-verdianos e os portugueses ciganos -, a verdade é que o sistema educativo português apenas passou a ter esta questão como preocupação permanente a partir de Março de 1991, com a criação do Secretariado Coordenador de Programas de Educação Multicultural (SCOPREM), do Ministério da Educação. Dois anos depois foi publicada a primeira de sete bases de dados anuais sobre os grupos etno-culturais minoritários no ensino básico português. Emergiu, então, como terceiro grupo minoritário mais numeroso o dos ex-emigrantes portugueses.

Pouco depois da sua entrada em funcionamento, este organismo adoptou como oficiosa a designação Secretariado Entreculturas, dando conta da diferença entre multicultural e intercultural. Em português europeu, estes dois adjectivos parece terem um uso diferenciado que permite conhecer melhor o seu significado. Com efeito, multicultural parece servir mais para descrever situações, contextos ou territórios em que há reconhecidamente duas ou mais culturas distintas - assim, po-

deremos falar de país multicultural, cidade multicultural, escola multicultural ou turma multicultural –, enquanto intercultural parece ocorrer mais frequentemente para caracterizar interações ou processos durante os quais interagem diferentes culturas – assim, poderemos falar em abordagem intercultural, educação intercultural, projecto intercultural ou competência intercultural. É evidente nesta proposta de sistematização que multicultural tem um carácter predominantemente estático de constatação de uma realidade fragmentada em várias culturas, ao contrário de intercultural que tem o carácter essencialmente dinâmico de uma atitude que busca o enriquecimento mútuo de diferentes culturas.

Neste contexto, a educação multicultural, com raízes na tradição educativa anglo-saxónica, procura apenas aprofundar o conhecimento de todas as culturas que constituem a comunidade, em particular as culturas minoritárias, em projectos em que se dão a conhecer a música, a literatura, as tradições ou a gastronomia dessas culturas e que, em última análise, poderão contribuir para a “folclorização” do outro, confirmando e aprofundando o seu carácter exótico e estranho ao país de acolhimento. Foi aquilo a que alguém chamou a “pedagogia da katxupa”. Já a tradição continental europeia, de forte influência francesa, protagonizada pelo Conselho da Europa, propõe uma pedagogia intercultural em que as diferentes culturas minoritárias e maioritária(s) interagem e em que o conhecimento do outro permite, não só compreender melhor o outro, mas também reconhecer o universal e aprofundar o conhecimento do próprio eu.

A ideia central é conhecer melhor o(s) outro(s) e através do seu olhar conhecermo-nos melhor a nós próprios, tal como cada indivíduo se conhece melhor a si próprio se conhecer outros. Assim, por exemplo, analisar textos literários de diferentes origens permite conhecer outras tradições literárias orais e escritas, mas também pode permitir conhecer melhor a nossa literatura. Também a análise da estrutura e do funcionamento de outras línguas, além de dar acesso ao conhecimento dessas línguas, pode permitir não só identificar especificidades da nossa língua materna como ainda reconhecer o que há em comum entre diferentes línguas, desenvolvendo assim importantes **competências plurilingues** e de **intercompreensão**. De igual modo, o estudo de um acontecimento histórico internacional pode ser enriquecido com relatos e documentos oriundos das diferentes partes implicadas.

Esta perspectiva tem conhecido desenvolvimentos recentes que levaram à cunhagem da nova expressão **competências transculturais** no sentido de desenvolver em cada indivíduo a capacidade de, em diferentes contextos, assumir diferentes culturas ou, se preferirmos, de viajar entre as culturas. Apesar de a educação intercultural ter surgido como uma resposta à multiculturalidade da escola, no mundo cada vez mais globalizado, a educação intercultural tornou-se num imperativo também nas escolas e nas turmas (ainda) monoculturais, pois o futuro dos seus alunos dificilmente será vivido num ambiente culturalmente homogéneo.

Aliás, não obstante as novas terminologias, ao longo da história da humanidade sempre existiram sociedades multiculturais e estratégias de regulação dessa diversidade cultural e linguística de que são paradigmáticos, na época moderna, os colonialismos europeus. Do ponto de vista sociolinguístico, a regulação do contacto entre

diferentes grupos linguísticos pode resultar em quatro situações fundamentais. O *glotocídio* ou marginalização de línguas que, por diferentes razões, são proscritas da sociedade, como foi o caso do romanó-caló, em Portugal, entre o século XVI e o século XX, ou o caso do árabe e do hebraico, entre 1496 e o século XVIII, altura em que o país já se tornara, pelo fogo da Inquisição, basicamente monocultural e monolíngue como ainda o era há apenas quatro décadas.

Até 1496, ano do édito de expulsão de judeus e muçulmanos, a relação entre os diferentes grupos culturais foi progressivamente tornando-se numa situação de segregação. O árabe e o hebraico puderam ser utilizados em registos oficiais até cerca de 1400, mas muçulmanos e judeus eram obrigados a viver nas mourarias e judiarias, respectivamente. Ou seja, uma situação de aceitação de diversidade com a separação dos grupos. Na história recente, o sistema sul-africano de *apartheid* constituiu o melhor (ou pior!) exemplo da tradição segregacionista anglo-germânica cuja justificação oficial era permitir que cada grupo vivesse de acordo com a sua cultura, com o ensino da e na sua língua materna, reduzindo contactos e possibilidades de interferências. Outro caso extremo desta separação é o da colonização holandesa do arquipélago indonésio, em que, nos primeiros séculos, não só não havia ensino de holandês para os autóctones, como os colonos evitavam falá-lo diante deles para reduzir o risco de o aprenderem e assim o desvirtuarem¹. Mas ainda hoje (ou ainda mais hoje!), no Reino Unido e na Alemanha, se discute o facto de grupos minoritários há muito estabelecidos não saberem falar inglês e alemão, respectivamente.

Mais a sul, em França e em Portugal, as práticas foram e são outras. A tradição aqui tem sido a de considerar que a cultura e a língua dominantes, maioritárias ou não, devido a qualidades intrínsecas, se encontram num nível civilizacional superior e que, por isso, a sua aprendizagem é um factor de desenvolvimento humano. Neste contexto, o ensino do francês e do português integrava-se na missão civilizadora das potências coloniais, mas também no objectivo de constituição de sociedades culturalmente homogéneas. Trata-se claramente de um sistema de assimilação que conduz ao monolíngüismo, só possível através do contacto entre os diferentes grupos. No caso português, a assimilação foi o objectivo oficial nas colónias continentais africanas, entre 1836 e 1961. Segundo esta política de regulação (e extinção) da diversidade, os indígenas, isto é, “os indivíduos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça” (Diário do Governo, 1929), para adquirirem a cidadania portuguesa tinham obrigatoriamente que saber “falar correctamente português” e “ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses” (Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, 1954). Uma vez nestas condições, aos indivíduos em questão eram passados alvarás de assimilação que, em qualquer momento, podiam ser substituídos pelo bilhete de identidade. Neste sistema português de assimilação, importa realçar três aspectos cruciais. Primeiro, a sua aplicação apenas nas colónias continentais, pois nas insulares – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – só eram (e são) faladas línguas crioulas de base lexical portuguesa que, por isso, eram erradamente consideradas variedades africanas do português, estu-

dadas na então designada “dialectologia colonial”. Segundo, a exclusão de todas as línguas autóctones do ensino. Terceiro e último, o facto de este sistema só ter sido oficialmente abolido depois (e na sequência) do início da guerra em Angola.

Passado meio século depois do fim oficial da política de assimilação, o Portugal democrático do século XXI subscreveu, em 2001, a Convenção Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais de acordo com a qual o país refutou a implementação de “qualquer política ou prática tendente a uma assimilação”. Porém, parece persistir entre nós a tendência para considerar que a prioridade diante da diversidade cultural e linguística é a aprendizagem da língua e cultura portuguesas, não conferindo às línguas maternas minoritárias qualquer papel ou estatuto – o multilinguismo parece ser encarado como uma ameaça que convém combater para restabelecer o paraíso monolíngue. Assim, na sequência da chegada de imigrantes “não-lusófonos” na viragem do século, foi pela primeira vez instituído, também em 2001, o ensino do português como língua não materna, nos ensinos básico e secundário.

Este projecto de assimilação das minorias tem sido enganosamente apresentado como se de integração se tratasse. Na realidade, a **integração** pressupõe a aprendizagem da língua dominante, no nosso caso o português, mas também a manutenção das línguas maternas de origem e a sua presença no sistema educativo de acolhimento, pois a manutenção e desenvolvimento de qualquer língua materna permite: (1) um mais profundo desenvolvimento cognitivo facilitador de todas as aprendizagens incluindo as de outras línguas, como o português; (2) um mais equilibrado desenvolvimento do indivíduo que vê as suas especificidades valorizadas; (3) um desenvolvimento afectivo harmonioso ao manter a comunicação intergeracional no seio das famílias. Este modelo de integração é aquele que a generalidade dos portugueses deseja para os seus concidadãos residentes no estrangeiro, nomeadamente em França, e é o adoptado há gerações pelas comunidades anglófonas do Porto e da Madeira.

Em síntese, a educação intercultural – aprender com o outro, acerca do outro e acerca de si próprio – deve ser uma (pre)ocupação de todos os professores, de todas as turmas, em todas as escolas. Em contextos multiculturais, a verdadeira integração passa pela aprendizagem da língua e cultura da maioria, mas também pela manutenção das línguas e culturas minoritárias.

Leituras de aprofundamento

- Calvet, Louis-Jean (1999). *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon.
- Coulmas, Florian (ed) (1997). *The Handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Groeneboer, Kees (1998). *Gateway to the West. The Dutch Language in Colonial Indonesia 1600-1950*. Amsterdão: Amsterdam University Press.
- Harris, Roy & Taylor, Talbot J. (1989). *Landmarks in Linguistic Thought*. Londres: Routledge.
- Margarido, Alfredo (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Neto, Félix (2002). *Psicologia Intercultural*. Lisboa: Universidade Aberta.

Pinto, Paulo Feytor (1997). *Educação intercultural na aula de Português*. In *Palavras 11*. Lisboa: Associação de Professores de Português. pp. 57-61

Pinto, Paulo Feytor (2001). *Como Pensamos a Nossa Língua e as Línguas dos Outros*. Lisboa: Editorial Estampa.

Pinto, Paulo Feytor (2002). *Lições Africanas. Uma proposta para o novo milénio*. In *Revista Internacional de Língua Portuguesa, v. 1, n.º 2*. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa. pp. 6-13.

Pinto, Paulo Feytor (2008). *Os gajos não falam calão. O que falam os portugueses ciganos então?*. In *Palavras 34*. Lisboa: Associação de Professores de Português. pp. 61-68.

Pinto, Paulo Feytor, Brohy, Claudine & Turi, Joseph-G. (orgs), (2009) - *Direito, Língua e Cidadania Global. Droit, langue et citoyenneté mondiale. Law, Language and Global Citizenship*. Lisboa: Associação de Professores de Português & Academia Internacional de Direito Linguístico.

Paulo Feytor Pinto*, *Profalmada*, n.º 19, 2009, p. 3-5

* Associação de Professores de Português.

¹ Este facto estará na origem da grande difusão do crioulo malaio-português, essencialmente na ilha de Java, pois tornou-se na língua veicular entre colonos e colonizados.

Universidade popular O legado de Bento de Jesus Caraça

Uma referência singular de cidadania

Bento de Jesus Caraça (1901-1948), nascido em terras do Alentejo – Vila Viçosa, afirmou-se como professor do ensino universitário na área disciplinar da Matemática. Homem raro que desafia a ciência pela cultura humanista, como traduz em *A Cultura Integral do Indivíduo: problema central do nosso tempo* (original de 1933: 30):

O que é o homem culto? É aquele que:

1.º - *Tem consciência da sua posição no cosmos e, em particular, na sociedade a que pertence;*

2.º - *Tem consciência da sua personalidade e da dignidade que é inerente à existência como ser humano;*

3.º - *Faz do aperfeiçoamento do seu interior a preocupação máxima e fim último da vida.*

Ser-se culto não implica ser-se sábio; há sábios que não são homens cultos e homens cultos que não são sábios; mas o que o ser culto implica é um certo grau de saber, aquele precisamente que fornece uma base mínima para a satisfação das três condições enunciadas.

O ideal da Universidade Popular

A Universidade Popular, depois designada de UPP – Universidade Popular

Portuguesa, que tem seu rosto em Bento de Jesus Caraça, desde 1931, e por raízes a cultura da *instrução popular*, animada por Alexandre Herculano no século XIX e cultivada pela *Voz do Operário*, nascida em Lisboa em 1883 e pela *Academia de Estudos Livres*, também em Lisboa em 1889.

Com a implantação da República, a *Universidade Livre*, criada em 1911 e a *Universidade Popular do Porto* (1918) consolidam o projecto de uma Universidade que não separa a ciência e a formação pela *arte e cultura popular*, como defende B.J.C. em palestra na UPP, em 17 de Novembro de 1935, na sede da Cooperativa *A Padaria do Povo*, em Campo de Ourique.

Sobre o projecto da Universidade Popular, diz Bento de Jesus Caraça:

O seu ensino não deve cristalizar em certas fórmulas, pois, se isso acontecer, tornar-se-ão obstáculos ao progresso. Devem constituir, por assim dizer, a vanguarda do ensino e a sua acção, sem contrariar a da escola, deve ser complementar dela. A sua utilidade e justificação da sua existência está nas possibilidades de libertação espiritual que der às massas trabalhadoras. Às organizações sindicais cabe um papel enorme nesse trabalho de libertação, promovendo intensamente a cultura dos seus membros. A emancipação futura da humanidade será o resultado da união de todos os esforços individuais e colectivos orientados pelos mesmos ideais.

O projecto da Usalma

A nossa universidade, em funcionamento pelo 5.º ano lectivo, acolhe e inspira-se na tradição da *Universidade Popular*.

São palavras do Presidente da Direcção da APCA, Prof. Jerónimo de Matos, na Sessão Solene de Abertura da Usalma:

A Universidade Sénior de Almada entrou no 5.º ano lectivo. No dia 15 de Outubro, 700 estudantes seniores iniciaram os seus estudos, em cerca de 75 disciplinas, constituindo mais de uma centena de turmas.

Eram aguardados pelos 75 professores voluntários nas 10 escolas secundárias, parceiras do projecto, que ainda este ano constituem o recurso fundamental para o prosseguimento deste serviço cultural e social à população do Concelho de Almada (Boletim Correio da USALMA, n.º 15, Outubro de 2008, p. 3).

Proponho para reflexão-debate:

- a palavra **universidade**, do Lat. *Universitate*, significa universalidade, conjunto, totalidade;
- a palavra **sénior**, do Lat. *Seniore*, significa mais velho, desportista da classe dos mais velhos, em oposição aos juniores.

Assim, *sénior* (mais velho) entra em contradição com *universidade* (universalidade). Tendo a Usalma estudantes entre os 30 e os 80 anos, porquê imprimir-lhe a conotação socialmente excludente de *sénior*?

Quem sabe, alterar a denominação para: *Universidade para Todos* ou *Universidade Popular* ou *Universidade Intergeracional* ou *Universidade Sem Fronteiras* ou *Universidade*

ao *Longo da Vida* ou Para já, uma hipótese: UTALMA – Universidade Para Todos de Almada.

Se repararmos, a universidade como instância do ensino superior (Universidade de Lisboa, Universidade de Coimbra, Universidade do Porto) não delimita idades, está vocacionada para estudantes entre os 17/18 anos até qualquer pessoa sem limite de idade.

Escutemos Bento de Jesus Caraça (1933:30) para que o projecto da nossa universidade possa ter sentido de futuro:

A aquisição da cultura significa uma elevação constante, servida por um florescimento do que há de melhor no homem e por um desenvolvimento sempre crescente de todas as suas qualidades potenciais, consideradas do quádruplo ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico; significa, numa palavra, a conquista da liberdade.

A estratégia de *educação ao longo da vida* tem vindo a ser acolhida, paulatinamente, no nosso país, através das chamadas universidades seniores. Uma nova cultura – educação em expansão no ocidente, sendo de registar, nomeadamente em França, o protagonismo do filósofo Michel Onfray, que criou a Universidade Popular de Caen e, em 2006, a Universidade Popular do Gosto, não pelo *hedonismo consumista, liberal, capitalista, assente na noção de ter, mas por um hedonismo filosófico, do ser em vez do ter, que não passa pelo dinheiro, mas por uma modificação dos comportamentos* (Cf. Expresso – Revista Única, 20.12.2008: p. 65-66)

Bibliografia

CARAÇA, Bento de Jesus (1933), *A Cultura Integral do Indivíduo – problema central do nosso tempo*, Lisboa, ITAU, s.d. .

CARAÇA, Bento de Jesus (1935), *A Arte e a Cultura Popular*, Lisboa, ITAU, s.d. .

SCHMIDT, Luísa e CABRAL, João de Pina, organizadores (2008), *Ciência e Cidadania: Homenagem a Bento de Jesus Caraça*, Lisboa, ICS.

Ernesto Fernandes. *Correio da Usalma*, n.º 18, 2009, p. 6-7

A Cidadania dos Idosos em Almada*

Andamentos Reflexivos

44

Primeiro Andamento: a iliteracia sobre o idoso ou a reprodução de preconceitos

a) A cidadania dos idosos (cidadãos em idade mais ou menos avançada), sendo uma questão política, não deixa de ser uma questão cultural.

Vejamos:

- a esperança de vida no ocidente duplicou entre o século XIX e o século XX, contudo a mudança das mentalidades/representações sociais está longe de ter evoluído em paralelo;

- são as imagens: os reformados e os idosos vistos como um fardo para a sociedade, confronto população activa e população inactiva;

- são as práticas: a piedade/compaixão/misericórdia ou a esmola escondida pela solidariedade ou o sacrifício egocêntrico.

Imagens e práticas que ferem/ofendem a dignidade humana, coração de todos os outros direitos, individuais e sociais, segundo a cultura proposta pela *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (ONU, 1948).

Vejamos ainda:

- as necessidades humanas são confundidas com as necessidades materiais ou de subsistência (a habitação, a alimentação, a saúde,...), considerando que as necessidades tradicionalmente chamadas de espirituais não são necessidades básicas;

- impõe-se criticar esta visão redutora ou simplista das necessidades humanas: as necessidades humanas materiais /subsistência e não materiais/existência são igualmente básicas, ou seja, a auto-estima, a autonomia, a capacidade de comprometer-se e associar-se por uma *vida com sentido*, pelo homem de hoje, pelas gerações vindouras e pelo planeta, são valores contra uma *vida consentida*.

b) O modo como uma sociedade cuida das crianças-jovens, dos deficientes e dos idosos é **o indicador** da humanização e da qualidade da democracia do município, do país ou do mundo. O princípio vem do século XIX: cuidar de cada um segundo as suas necessidades e exigir de cada um segundo as suas possibilidades ou, na linguagem de Marx e Engels, no *Manifesto* (1848): (...) *o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos*. Utopia ou princípio socialista?

c) Na política sobre reformados e idosos, há dois planos:

- **o central/nacional:** o valor das pensões e reformas; a política de habitação e acessibilidades; o complemento solidário para idosos; a garantia dos serviços de saúde; a rede de equipamentos e serviços sociais;

- **o local/municipal.**

São dois planos interdependentes e complementares, cabendo ao **poder local** um papel específico através de políticas de proximidade, de parceria com as instituições da sociedade civil, em dinâmicas ascendentes de audição das pessoas e das comunidades de freguesia ou inter-freguesias. A qualidade da estratégia de desenvolvimento de um Município **mede-se** pelo modo como garante uma política centrada nos direitos e responsabilidades humanos, reduzindo (ou eliminando...) desigualdades, discriminações ou exclusões, sejam pela idade, cor da pele, centralidades urbanas ou entre nacionais e emigrantes.

Segundo Andamento: situação demográfica do envelhecimento em Almada

a) Estrutura etária da população residente (2001 – 160 825 habitantes)

- decréscimo da população com menos de 15 anos

1960 26,5%

1991 17,8%

2001 14,1%

- aumento sucessivo da população com idade igual ou superior a 65 anos
- 1960 4,9%
- 1991 11,7%
- 2001 16,8% (26 945 pessoas)
- 2011 19,5% - 32 237 pessoas (projecção demográfica)

Envelhecimento acentuado que acompanha a tendência nacional, pese embora que, em 2008 face a 2007, a natalidade subiu 2%, mantendo-se o saldo contínuo negativo entre nascimentos e óbitos.

b) Distribuição do envelhecimento por freguesia em 2001

- Almada 5 397 27,66%
- Cacilhas 1 801 25,84%
- C. da Piedade 4 424 20,95%
- Laranjeiro 3 096 14,62%

A nível do Concelho, o eixo do envelhecimento centra-se nas freguesias referidas.

c) Distribuição por sexo e freguesia

Nas 11 freguesias do Concelho, a percentagem de mulheres é superior a 54%, destacando-se Almada com 59,40% e Charneca de Caparica com o menor peso relativo de mulheres - 54,25%.

Terceiro Andamento: por uma política concelhia de respeito pela cidadania das pessoas e recusa de qualquer tipo de discriminação expressa ou velada

a) É urgente superar as **políticas sectoriais**, segmentando a vida por idades (criança, jovem, adulto, idoso) ou fracturando a vida por territórios (urbano, rural, periferia) ou excluindo (nacionais e estrangeiros), antes a construção de **políticas integradas**, cuja centralidade deve ser as pessoas, em que cada geração complementa e puxa por cada outra, em horizontalidade com sentido de futuro, na base do lema do associativismo almadense:

Cada um entrega o melhor de si

Para colher o melhor da comunidade.

46 É **exemplar** o trabalho do GCIA - *Grupo Concelhio de Idosos de Almada* que, desde 1981, trabalha o problema dos idosos e, actualmente, agrupa 25 instituições de solidariedade social e 4 instituições públicas (CMA, Segurança Social, Centros de Saúde e Hospital Garcia da Horta). O *Guia Sénior* (2006) é um instrumento importante e sem a visibilidade pública necessária. Que valha a experiência de concertação social para inspirar e responsabilizar as forças político-partidárias do Concelho em favor de *candidaturas eleitorais*, pautadas não pela conquista do poder, mas pela missão de serviço à causa pública das pessoas e da *democratização da democracia*.

b) Na base dos *Princípios/Direitos* (ONU, 1998), está disponível a audição levada a cabo pelo GCIA sobre necessidades - problemas - propostas divulgada no Fórum

de Participação *Melhorar a Qualidade de Vida dos Cidadãos Seniores do Concelho de Almada*, realizado em 28 de Janeiro de 2009.

c) Sobre as *respostas sociais para idosos do Concelho*, divulgadas no Fórum referido, que elegeu o *envelhecimento activo* como questão central, a experiência da APCA – Associação de Professores do Concelho de Almada, através da **Universidade Sénior**, desde há cinco anos, constitui-se como intervenção cívica baseada no dever de associar-se e no voluntariado. Saliente-se que os estudantes da Usalma, inscritos 730, entre os 30 e os 80 anos, não são na sua maioria sócios da APCA e os 82 professores exercem a sua actividade em voluntariado (2008/2009).

É importante salientar que a concepção da nossa Universidade como projecto de aprendizagem ao longo da vida articula as aulas semanais (línguas, artes, ciências sociais, ciências exactas, tecnologias da informação) com visitas de estudo, convívios, espectáculos, concertos coral e instrumental, exposições de artes plásticas, fotografia e de outros trabalhos desenvolvidos pelos estudantes.

d) O voluntariado, entendido como exercício e educação para a cidadania participativa, deve constituir-se como campo de formação inicial e de formação continuada sobre a prática, superando a cultura tradicional, ou seja, a *cultura dos deveres* (Portugal do Estado Novo) e a *cultura dos direitos* (Portugal de Abril) em favor de uma *cultura de direitos e deveres* (Portugal em reinvenção).

e) A especificidade do Poder Local deve traduzir-se numa **metodologia de audição** não só para escutar-observar a população em períodos pré-eleitorais, mas igualmente para testar – certificar a bondade das medidas de política. Parece-me que desenvolver esta relação entre eleitores e políticos é fundamental para o desenvolvimento de uma consciência social crítica e propositiva, condição necessária da democracia.

f) Considerando que o eixo poder local – sociedade civil é estruturante, importa que haja regulamentação sobre os critérios, apoios e exigências no que respeita às instituições sociais sem fins lucrativos, nomeadamente a apresentação fundamentada de projectos e relatórios de avaliação sobre os objectivos visados e os resultados alcançados.

Ernesto Fernandes. *Correio da Usalma*, n.º 20, 2009, p. 4, 5 e 8

* Texto da Comunicação proferida no Colóquio sobre Políticas Sociais – Terceira Idade, no Ginásio Clube do Sul, iniciativa do Partido Socialista, em 18 de Fevereiro de 2009.

Aprendizagem. E depois dos 65?

We are here to celebrate one of humanity's great achievements and face one of its greatest challenges: The increasing ageing of our global population. Our celebration is of an average increase in life expectancy of more than 30 years over the last century.

Our challenge is to turn this seismic shift into a full benefit for society.¹

Dra. Gro Harlem Brundtland, Directora Geral da OMS (1998–2003),

Discurso na Second World Assembly on Ageing, Madrid, 9 April 2002

Na sua versão em português, a Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), referida frequentemente como *Life Long Learning* (LLL) ou ainda como *Life Wide Learning* (LWL), é reconhecida como fundamental para a promoção da cidadania activa e para a participação no desenvolvimento das sociedades em direcção a um futuro assente no conhecimento, para o que se torna imprescindível a elevação da qualificação da população. Tem vindo a ser uma preocupação de várias organizações internacionais e, conseqüentemente, dos governos dos seus estados-membros, definindo responsabilidades em sectores sociopolíticos específicos como são os da educação, os do trabalho e o das políticas regionais e sociais, colocando como desafios encontrar formas e infra-estruturas de cooperação entre os sectores público e privado ao nível nacional, regional e local, implicando uma transferência de responsabilidade para a esfera individual, já que é o indivíduo que identifica as suas próprias necessidades educativas face ao seu presente e à configuração do seu futuro, definidas pelo seu desejo de aprender e de se desenvolver, ou de consolidar a sua auto-confiança face à intervenção ou controlo dos processos de mudança ou de incerteza que vive, ou cuja aproximação pressente.

Esta preocupação levou a que no encontro de ministros da educação dos países da OCDE, em 1996, “Ano Europeu da Aprendizagem ao Longo da Vida”, fossem acordados quatro pilares fundamentais para a LLL:

- *Melhorar as condições de acesso à escola pré-primária, transformar o ensino primário obrigatório orientando-o para o indivíduo, alargar a todos o ensino secundário e diversificar o conjunto de ofertas para a área da educação não formal;*

- *Desenvolver mecanismos de ligação entre o trabalho e os ambientes formativos, flexibilizando a transição entre a educação e a formação em contexto de trabalho, como suporte à aquisição e desenvolvimento de competências laborais. Criar e melhorar competências e instrumentos para a sua validação;*

- *Criar incentivos para os indivíduos, para os empregadores e para as entidades formadoras investirem mais na Aprendizagem ao Longo da Vida;*

- *Rever os papéis e a distribuição de responsabilidades entre todas as partes, especialmente os empregadores e as diferentes agências, departamentos e autoridades governamentais.*

Na sequência do Conselho Europeu de Lisboa (Março de 2000), vem a UE, em Outubro seguinte, emitir um “Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida” com o objectivo de lançar o debate sobre o tema à escala europeia, avançando com um conjunto de seis “mensagens-chave”:

- *Garantir o acesso universal e contínuo à aprendizagem, com vista à aquisição e renovação das competências necessárias à participação sustentada na sociedade do conhecimento;*
- *Aumentar visivelmente os níveis de investimento em recursos humanos, a fim de dar prioridade ao mais importante trunfo da Europa – os seus cidadãos;*
- *Desenvolver métodos de ensino e aprendizagem eficazes para uma oferta contínua de aprendizagem ao longo e em todos os domínios da vida;*
- *Melhorar significativamente a forma como são entendidos e avaliados a participação e os resultados da aprendizagem, em especial da aprendizagem não-formal e informal;*
- *Assegurar o acesso facilitado de todos à informação e consultoria de qualidade sobre oportunidades de aprendizagem em toda a Europa e durante toda a vida;*
- *Providenciar oportunidades de aprendizagem ao longo da vida tão próximas quanto possível dos aprendentes, nas suas próprias comunidades e apoiadas, se necessário, em estruturas TIC.*

O Conselho da União Europeia de 12/05/2009 vem reconhecer o sucesso evidenciado pelo programa de trabalho “Educação e Formação para 2010” e propor que essa estratégia de cooperação se alargue até 2020, acordando como principal objectivo [...] apoiar o desenvolvimento nos sistemas de educação e formação dos estados membros que visem garantir:

a) *A realização pessoal, social e profissional de todos os cidadãos [...]. Reforçando o mesmo documento que essa cooperação [...] deverá ser estabelecida no âmbito de um quadro estratégico que englobe os sistemas de educação e formação no seu todo numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida (Comissão Europeia, 2009).*

Este acordo inclui quatro pontos (objectivos) dos quais destacamos o primeiro: *Tornar a Aprendizagem ao Longo da Vida e a mobilidade uma realidade.* Podendo-se ler na justificação para este objectivo: *É também necessário prosseguir esforços para promover a educação de adultos [...] tornar a aprendizagem [...] através de novas formas de aprendizagem e da utilização de novas tecnologias de ensino e aprendizagem.*

As metas definidas são suportadas por critérios de referência que, sobre a participação dos adultos na ALV, estabelece médias superiores a 15% (até 2020).

No contexto das várias políticas e estratégias aqui referidas, são considerados como adultos os indivíduos com idades entre os 25 e os 64 anos de idade.

Sobre o que referimos acima, dois pontos nos merecem atenção especial: primeiro, o facto das preocupações “oficiais” quanto à educação e formação incidirem apenas sobre a população activa; segundo, o Memorando explicitar, na sua sexta mensagem, [...] e apoiadas, se necessário, em estruturas TIC.

Reservando a desenvolvimentos sobre o segundo ponto para um próximo artigo, retemo-nos no primeiro para salientar a importância que a população dos maiores de 65, habitualmente tratados como “os seniores”, ou até, em referências mais institucionais e menos humanizantes, “os idosos” ou “a terceira idade” tem, na sociedade actual e futura, constituindo um grupo significativo quer em termos numéricos quer do ponto de vista da sua importância e influência social.

Os seniores constituem o segmento da população cujo número tem aumentado mais rapidamente. Entre 1970 e 2025 espera-se um crescimento de 223%. Enquanto em 1900 a esperança de vida da população andava pelos 47 anos e apenas 4% chega-

va aos 65 anos, hoje a esperança de vida subiu para os 78 anos.

Este crescimento terá efeitos relevantes em todo o mundo ao nível do ambiente, da economia, da estruturação familiar, das políticas sociais e dos estilos de vida.

Calcula-se que em 2030 os idosos serão 19,7% da população e, por alturas de 2050, atingirão a cifra de 2 biliões, localizando-se cerca de 80% nos países em vias de desenvolvimento (Figuras 1 e 2).

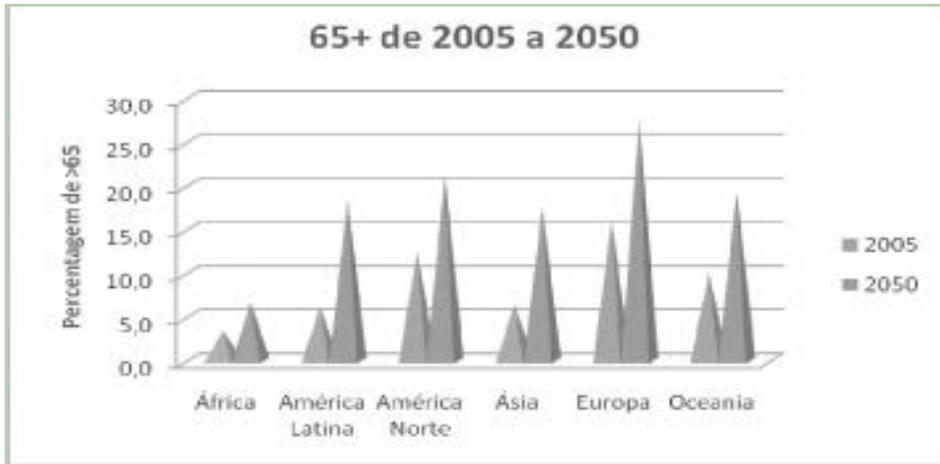


Figura 1: Comparando a População de maiores de 65 anos em 2005 e em 2050

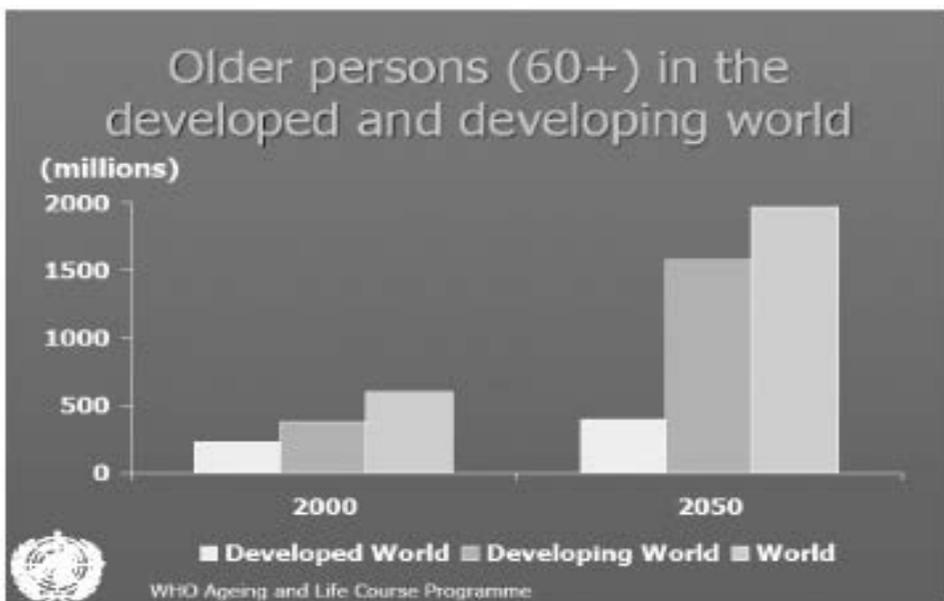


Figura 2: Maiores de 60 anos em 2000 e em 2050

Não estando habitualmente contemplada em programas com patrocínio político ou oficial para a área da educação/formação, este grupo manifesta grande apetência pela frequência de ambientes académicos e/ou formativos, quer pela “necessidade”, agora mais no campo da satisfação pessoal do que no da valorização profissional, quer pelo prazer de conviver e socializar, de estar junto dos seus “iguais” e de fazer coisas em conjunto, combater a solidão, o isolamento e o ócio, e de, concomitantemente, aproveitar o tempo (mais tempo) agora disponível, para rememorar ou sistematizar conhecimentos antigos ou dedicar-se a áreas do saber que foram relegadas para segundo plano durante o que foi a sua vida activa.

A integração dos seniores em grupos activos, quer por iniciativa própria quer por sugestão de interventores ou dinamizadores sociais pode, em nosso entender, contribuir para pôr termo ou atenuar de algum modo atitudes discriminatórias da sociedade. Porque o grupo pode ser socialmente activo, inserido ou inserindo-se na comunidade em vez de cultivar o isolamento que proporciona a segregação, desenvolver algum tipo de actividade positiva que lhe traga visibilidade, que construa a afirmação da sua importância e identidade social.

A constituição de grupos que conduzam à criação de ambientes formativos adequados a este conjunto social surge, não da intervenção directa do Estado, embora possam vir a beneficiar do seu apoio, mas de atitudes individuais aglutinadas em torno de ideais sobretudo de preocupação social e de solidariedade, e que abraçam a ideia do professor Pierre Vellas (1924-2005), da Universidade de Toulouse, que se interessou, gradualmente, pelas necessidades das pessoas idosas da sua época, com o objectivo de melhorar as suas condições de vida.

Nesse sentido, surgiu a ideia da criação de uma Universidade de Terceira Idade, com o objectivo final de oferecer aos mais velhos uma possibilidade de educação permanente e proporcionar-lhes diferentes actividades culturais, mas, acima de tudo criar uma instituição de saúde pública que desse maior prioridade aos programas de investigação para melhorar as suas condições de vida.

Segundo ele, o facto de lhes oferecer actividades de formação proporcionará aos seniores uma abertura de espírito e uma oportunidade de contactar com os outros, de socializar, e suscitará comportamentos favoráveis à adaptação de todos os problemas ligados ao envelhecimento.

Em Fevereiro de 1973, propõe ao Conselho de Administração da Unidade de Investigação e Ensino da Universidade de Toulouse onde, para além dos representantes universitários, tinham também assento os directores gerais adjuntos da Organização Mundial de Saúde, da Organização Mundial do Trabalho e da UNESCO, a criação da Université du Troisième Age de Toulouse. A proposta é aprovada pela unanimidade do Conselho. Nasce assim aquela que viria a ser a primeira Universidade da Terceira Idade em todo o mundo, e um paradigma para muitas outras cidades e países, gerando-se um enorme movimento de criação destas instituições com elevado sucesso ao nível mundial, e que veio demonstrar que as Universidades da Terceira Idade (Seniores ou do Tempo Livre) correspondem a uma necessidade profundamente sentida numa sociedade que caminha, mais rapidamente do que nunca, para o envelhecimento.

Bibliografia e ligações à internet

Comissão Europeia (2000). *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida*, EU, Bruxelas 30.10.2000 SEC(2000) 1832. Acedido: em 10 Out. 2009 em http://www.un.org/esa/socdev/ageing/popageing_demo5.html Comissão Europeia (2006). Educação de adultos: nunca é tarde para aprender. Bruxelas. Acedido em 10 Out. 2009 em http://eur_lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0614:FIN:PT:PDF

Comissão Europeia (2008). Projecto de relatório conjunto de 2008 do Conselho e da Comissão sobre a aplicação do programa de trabalho “Educação e Formação para 2010 - Aprendizagem ao longo da vida ao serviço do conhecimento, da criatividade e da inovação”. Bruxelas. Acedido em 10 Out2009 em http://ec.europa.eu/education/pdf/doc66_pt.pdf

Comissão Europeia (2009). Conclusões do Conselho da Europa de 12/05/2009 in *Jornal Oficial da EU* (28/05/2009). Acedido em 10 Out. 2009 em <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2009:119:0002:0010:PT:PDF>

Comissão Europeia. e-Inclusion http://ec.europa.eu/information_society/policy/accessibility/eincl

Europe's Information Society http://ec.europa.eu/information_society/index_en.htm

HARRIS, Michael (2009). *Preapring for Ageing – NESTA* - Acedido em 10Out2009 em <http://www.nesta.org.uk>

NASCIMENTO, Carlos M. M. (2009). *O Ensino-Aprendizagem das TIC numa Universidade Sénior. Dissertação de Mestrado*. FCHS da Universidade do Algarve.

SITOE, Reginaldo M. (2006). *Aprendizagem ao Longo da Vida: Um conceito utópico? Comportamento Organizacional e Gestão*: 2006, Vol. 12, n.º 2, (pp. 283-290).

Carlos Nascimento*. *Profalmada*, n.º 20, 2009, p. 3-5

* Escola Secundária Anselmo de Andrade – Almada. Professor da Usalma

¹ “Estamos aqui para celebrar um dos maiores sucessos da humanidade e enfrentar um dos seus maiores desafios: o aumento da idade da população ao nível global. A nossa celebração é a do aumento da esperança de vida em mais 30 anos relativamente ao século passado. O nosso desafio é transformar este movimento telúrico num verdadeiro benefício para a sociedade” (tradução e adaptação do autor).

A Educação ao Longo de Toda a Vida Quem Educa Quem? Educar para Quê?*

52

Introdução

O presente artigo, em complemento a *Aprendizagem. E depois dos 65?*, de Carlos Nascimento (*Profalmada* n.º 20, Dezembro de 2009, p.3-5), pretende partilhar uma leitura sócio-histórica da iliteracia-instrução-educação. Uma abordagem sucinta para que o conceito de *aprendizagem ao longo da vida* seja apreendido em sua complexidade.

Palavras – chave: *educação formal, educação não formal e educação informal*.

1. Breve circuito sócio-histórico

Quando a instrução era um privilégio das classes possidentes, as classes populares

eram ditas analfabetas. A sabedoria popular como filosofia de vida e as artes e os ofícios como saber prático não eram socialmente reconhecidos. Atente-se na hierarquia social de clero-nobreza-povo, de senhor-servo ou de homem livre e escravo.

A partir dos séculos XVIII e XIX, a tripla revolução (industrial-britânica, política-francesa e social-alemã) abre horizontes para um tempo de promessa pela *razão-ordem-progresso*. Neste espaço social, paulatinamente faz caminho a instrução primária para crianças e adultos das classes oprimidas através da escola pública, das igrejas e particularmente das associações operárias e populares.

Durante o século XX, o analfabetismo e a baixa escolaridade são considerados como um entrave ou bloqueio ao crescimento económico. Daí, a democratização do ensino nos países ricos. Os países pobres ou subdesenvolvidos, como Portugal, ostentam taxas de analfabetismo superiores a 50% por meados do século XX.

A partir dos anos sessenta do século XX, a escola-instrução é radicalmente contestada e a educação afirma-se gradualmente como estratégia para o desenvolvimento económico-social. Emergem os conceitos de *educação de adultos*, de *formação permanente*, de *formação contínua* ou de *aprendizagem ao longo da vida*, segundo o desígnio da Unesco de *Aprender a Ser para aprender a viver, na cidade educativa* (cf. Edgar Faure, presid. da Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação, 1972).

Para este projecto político-pedagógico, *a educação deve organizar-se à volta de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer (...); aprender a fazer (...); aprender a viver juntos (...); finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes* (Unesco, 1996:77-88). Antecipando esta perspectiva, são obras de referência de Paulo Freire: *Educação Como Prática da Liberdade* (1967) e *Pedagogia do Oprimido* (1972).

As vias da educação não formal e da educação informal, em cruzamento com a educação formal, representam campos privilegiados de *Educação na Cidade* (cf. Freire, 1991) ou, segundo a Unesco (1996), *da comunidade de base à sociedade mundial*.

No campo da educação de adultos, em expansão desde a década de cinquenta do século XX nos países ricos, em Portugal, na última década, a população da terceira e quarta idades constitui-se como destinatária através dos centros, núcleos e universidades seniores, como é o caso singular da Usalma. Neste sentido, a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos propõe como *agenda para o futuro*:

O 'Plano de Acção' centra-se nas preocupações comuns que se colocam à humanidade na alvorada do século XXI e no papel essencial que a educação de adultos tem a desempenhar para permitir que homens e mulheres de todas as idades defrontem estes desafios imperiosos com saber, coragem e criatividade.

O desenvolvimento da educação de adultos exige a colaboração entre departamentos governamentais, intergovernamentais e organizações não-governamentais, empregadores e sindicatos, universidades e centros de investigação, meios de comunicação, associações civis e comunitárias, instrutores de educação de adultos e dos próprios educandos adultos. (Unesco, 1997: 27)

Esta breve abordagem sócio-histórica não trata as tendências que configuram

a educação dos povos primitivos à actualidade, nomeadamente a educação *como recapitulação, liberal, como treino para a vida prática, humanista, realista*, as tendências *científica, psicológica, sociológica* ou *eclética* (cf. Monroe, 1977).

2. Itinerários educativos

O desenvolvimento e universalização da *educação ou aprendizagem formal* (por instituições de ensino e conducente a diplomas e qualificações academicamente certificadas), em seu conceito redutor, tem feito emergir a importância da *educação ou aprendizagem não formal* (diversa nos promotores – associações, empresas, sindicatos ou partidos políticos, diversa nas temáticas, destinada a pessoas qualificadas e indivíduos ou grupos marginalizados, não conduzindo necessariamente a certificados académicos). Igualmente, liberta-se o conceito de *educação ou aprendizagem informal*, aquela que se tece no quotidiano e transversa os olhares, os gestos, as palavras e as práticas espontâneas do dia-a-dia, em seus instantes, mesmo que não sejam conscientemente reconhecidos pelos próprios indivíduos, em socialização difusa e divergente (cf. Comissão das Comunidades Europeias, *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida*, Bruxelas, 2000).

A *crise-crítica-criação* (palavras irmãs em sua etimologia do grego) é a atitude que se recomenda como terapia pessoal e social, sustentada no uso consciente da educação informal, como consagra a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (ONU, n.º 1, Artigo 29.º, 1948): *O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade*. No contexto actual de crise multiforme (económico-financeira, desemprego, solidão, delinquência juvenil,...), importa cuidar das relações familiares, entre amigos e comportamentos cívicos para *aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros* (Unesco, 1996).

Educação formal	Educação não formal	Educação informal
<ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar • Jardins de Infância • Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) • Ensino Secundário • Ensino Artístico Especializado • Ensino Profissional (certificação escolar e profissional) • Ensino <i>Novas Oportunidades de Qualificação</i> • Ensino Superior politécnico universitário • Ensino do Português e Escolas Portuguesas no Estrangeiro • Centros de Formação de Associação de Escolas 	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos, Seminários, Jornadas, Oficinas, Colóquios, Conferências, Círculos de Estudo, Exposições, Espectáculos • Iniciativa de Pólos e Universidades Seniores, Associações, Instituições Públicas e Particulares, Empresas, nos campos: formação para o trabalho formação para a cidadania formação para a saúde formação artística formação ecológica formação científico-disciplinar formação para o desenvolvimento humano e social • Intervenção sócio-educativa ou comunitária 	<p>Campo aberto e transversal, em tempos e espaços cruzados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • relações interpessoais • família • grupos de pertença • bairro, freguesia, concelho • escolas • associações • instituições-serviços • espaços desportivos, de lazer e cultura • comunicação social

Notas complementares ao quadro

a) A expansão do pré-escolar, tendo por objectivo a sua universalização, é da responsabilidade do Ministério da Educação, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e das Autarquias. Em 2008/2009, frequentaram o pré-escolar 264 mil crianças, das quais 52% em estabelecimentos da rede pública, 31% na rede solidária e 17% na rede privada.

b) No ano lectivo de 2006/2007, mais de 1,55 milhões de alunos jovens frequentaram o ensino básico e cerca de 357 mil o ensino secundário. Entre 2006 e 2008, cerca de 700 mil alunos adultos estavam envolvidos em processos de qualificação escolar e profissional, nomeadamente no âmbito do Programa *Novas Oportunidades de Qualificação* através do Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) pelos Centros Novas Oportunidades, que passaram de 98 em 2005 para 459 em 2008.

c) A diversificação da oferta formativa materializou-se nos Cursos de Educação e Formação, Formação Modular Certificada e Ensino Profissional, cuja evolução é relevante: de 28 mil inscritos em 1998/1999 passou para 91 mil em 2008/2009, distribuídos por 96 Cursos Profissionais, com dupla certificação, habilitação escolar e qualificação profissional, 9.º ano e 12.º ano.

d) Integração no currículo nacional da disciplina de *Português Língua Não Materna* para garantir *o domínio suficiente da língua portuguesa como veículo de todos os saberes escolares*.

e) A projecção do ensino do Português e a promoção de escolas portuguesas no estrangeiro revelam-se como tarefa fundamental do Estado, quer junto das comunidades portuguesas, quer para todos os que, independentemente da sua nacionalidade, queiram ter acesso à aprendizagem da língua, tendo por objectivo a efectiva validade e mobilidade da certificação das aprendizagens em língua portuguesa.

f) A estratégia de *envelhecer com qualidade*, quando a esperança média de vida, no último século, passou de 36 para mais de 75 anos, nos países ricos, tem-se constituído como uma nova cultura de pensões, serviços de saúde e sociais, formação-aprendizagem e lazer-cultura.

Em Portugal, na última década, os centros e universidades seniores, em centena e meia, são um campo de educação não formal na perspectiva da aprendizagem ao longo de toda a vida. Em Almada, a Usalma- Universidade Sénior de Almada afirma-se pela sua singularidade no cenário do país (cf. Rev. *Memórias e Futuro*, APCA, 2009).

g) O associativismo (recreativo, artístico, desportivo, solidariedade social, económico,...) representa um eixo da sociedade civil em progressiva expansão no campo da educação não formal e informal. O direito-dever de associação alicerça-se no trabalho voluntário como expressão da cidadania solidária. Em Portugal, o caso de Almada, desde o século XIX, é exemplar, segundo a expressão do médico José Malheiro Almada, *Capital do Associativismo* (cf. Catálogo da Exposição *Associativismo e Cidadania*, Museu da Cidade, Câmara Municipal de Almada, 2006).

h) Reinventar a importância da educação informal face ao isolamento,

individualismo e solidão da sociedade urbano-industrial, a cultura de família, vizinhança e comunitária assenta nas relações inter-pessoais, campo de aprendizagem dos valores e sentido da vida, em todas as idades e intergeracional. Campo de afectos e histórias de vida partilhados, alavanca para a modulação de comportamentos pautados pela *dignidade humana* (cf. Immanuel Kant, 1724-1804).

i) A compreensão dos itinerários da educação, na actualidade, obriga-nos a uma leitura histórico-filosófica, sobretudo obrigatória para nós educadores-professores, considerando que o *ensino da filosofia* deve ser transversal na formação. Neste sentido, recomenda-se a leitura de *O Mundo de Sofia. Uma Aventura na Filosofia*, de Jostein Gaarden, Presença, 1995.

Conclusão

Quando a União Europeia desenvolve o Programa *Aprendizagem ao Longo da Vida* (2007-2013), emerge uma nova cultura no campo da educação-formação.

Abraçar uma cultura de aprendizagem ao longo de toda a vida é uma exigência para a construção de *idades educadoras* (cf. Carta, 2004), constituindo como pilar o movimento associativo, tão amplo e diverso em Almada, desde o século XIX.

A APCA – Associação de Professores do Concelho de Almada tem-se afirmado como actor social, particularmente com o seu projecto *Usalma*, desde 2005. *Aprender É Viver Melhor* anima e projecta a sua intervenção no concelho, em parceria com as autarquias, escolas, serviços sociais e de saúde, associações locais.

Não há *analfabetos*, há *oprimidos*, daí o livro de referência de Paulo Freire – *Educação para a Liberdade* (1968). Nesta perspectiva e sem ignorar a gravidade do analfabetismo *literal e funcional*, escutemos António Aleixo, em poesia que o Prof. Joaquim Magalhães, em *Este Livro Que Vos Deixo...* (1969), compilou e cuidou da revisão formal do texto:

<i>Tu que tens saber profundo, que és engenheiro e vês bem, ergue uma ponte, onde o mundo passe sem magoar ninguém.</i>	<i>O homem sonha acordado: sonhando a vida percorre e desse sonho dourado só acorda, quando morre!</i>
<i>Desprezo o que eles preferem, Porque quero ser sincero E quero o que eles não querem Por não quererem o que eu quero.</i>	<i>Ser artista é ser alguém! Que bonito é ser artista, ver as coisas mais além do que alcança a vista!</i>

56

Em cultura de cruzamento de saberes eruditos e populares, em cultura de diálogo entre o saber científico-tecnológico, o saber estético-expressivo e o saber ético-político, plasma-se uma cultura emergente, simbolicamente traduzida por Mía Couto em *Jesusalém* (2009): *Aquela era a terra onde Jesus haveria de se descruificar (...)*, designada por *Lado-de-lá* (p.13). *Velhice não é idade: é um cansaço (...)*, *a vida é demasiado preciosa para ser esbanjada num mundo desencantado* (p.25). *Não viver é o que mais cansa* (p.72). *Não é segurando as asas que se ajuda um pássaro a voar. O pássaro voa simplesmente porque o deixam ser pássaro* (p.57). *Se pensarmos que a vida é um rio, o teu sonho é verdadeiro (...)*, *o mundo termina quando já não somos capazes de o amar* (p.255).

A educação (formal, não formal e informal), campo de aprendizagem ao longo de toda

a vida, é um tesouro a descobrir (Unesco, 1996), em *pedagogia da esperança* (Freire, 1992).

A educação convoca-nos, segundo o cientista Alexandre Quintanilha (Revista *Expresso*, 12.09.2009), para a curiosidade-experiência: *Quem está satisfeito com o seu pequenino mundo não faz perguntas*. Assim, a educação é campo de investigação-reflexão e aprendizagem com sentido ético, ou seja, uma educação ancorada na ética dos direitos e responsabilidades humanos, pelo presente, gerações vindouras e natureza-ambiente, sem fronteiras de género, idade, etnia, religião ou qualquer tipo de discriminação que ofenda a dignidade humana:

Aprender a viver juntos para aprender a ser (...), a educação é um tesouro a descobrir (cf. Unesco, 1996).

Referências Bibliográficas

- ALEIXO, António (1969) – *Este livro que vos deixo...*, Lisboa, Ed. Vitalino M. Aleixo.
- APPLE, Michael W. e NÓVOA, António (org.) – *Paulo Freire: Política e Pedagogia*, Porto, Porto Editora, 1998.
- CANÁRIO, Rui (1999). *Educação de Adultos. Um Campo e uma Problemática*. Lisboa: Educa.
- COUTO, Mía (2009) – *Jesusalém*, Lisboa, Caminho.
- DELORS, Jacques et al. (1996), presid. da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, *Educação. Um Tesouro a Descobrir*, Porto, Edições ASA.
- FAURE, Edgar et al. (1972), presid. da Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação, *Aprender a Ser*, Lisboa, Bertrand, 1981.
- FERNANDES, Ernesto e DAVID, Elena (coord.) – *Quem Educa Quem? Educar para Quê?. II Jornadas Almada e a Educação*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1997.
- FREIRE, Paulo (1992) – *Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GAADER, Jostein – *O Mundo de Sofia. Uma Aventura na Filosofia*, Lisboa, Presença, 1.ª ed., 1995.
- LIMA, Licínio C., coord. da Comissão da Reforma do Sistema Educativo (1988) – *Reorganização do Subsistema de Educação de Adultos*, Lisboa, Ministério da Educação.
- MONROE, Paul e BECKER, Idel (nova tradução e notas) *História da Educação*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 12.ª edição, 1977.
- SCHMIDT, Luísa e CABRAL, João de Pina, organizadores (2008), *Ciência e Cidadania: Homenagem a Bento de Jesus Caraça*, Lisboa, ICS - Instituto de Ciências Sociais.
- SILVA, Augusto Santos (1990) – *Educação de Adultos: educação para o desenvolvimento*, Porto, ASA.
- TORRES, Leonor Lima e PALHARES, José Augusto, *Cultura, formação e aprendizagem em contextos organizacionais*, in “Revista Crítica de Ciências Sociais”, n.º 83, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Dez. 2008.
- UNESCO – *V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos*, Hamburgo 1997, Lisboa, Ministério da Educação, 1998.

Ernesto Fernandes, *Profalmada*, n.º 21, 2010, p. 3-5

* Adopto como subtítulo deste artigo o título do Livro das II Jornadas *Almada e a Educação*, coordenação de Ernesto Fernandes e Elena David, organizadas pela Associação *Semear para Unir*, em 17-18 de Janeiro de 1997, ed. da Câmara Municipal de Almada (íntegra Balanço e Conclusões das I Jornadas *Almada e a Educação* e Proposta *Conselho Municipal de Educação*, org. Associação *Semear para Unir*, Almada, 7-9 de Novembro de 1991).

O Movimento Associativo de Pais - MAP

Uma participação activa nas escolas

O desenvolvimento do Movimento Associativo de Pais foi sempre surgindo sem suporte legal, o que o torna mais antigo que a própria lei. Esta lei surge da necessidade de regulamentar aspectos e consequências que, com alguma frequência, iam surgindo nas escolas.

O 25 de Abril de 1974 foi propício a este movimento, o qual até então tinha pouca expressão, não indo além de meia dúzia de associações ligadas ao ensino particular.

Na escola pública esta real necessidade fez com que em 1976 surgisse o decreto-lei 769/76, referindo a participação dos pais nos Conselhos de Turma para efeitos disciplinares, surgindo assim a sua primeira forma de participação nos órgãos da escola. Deve referir-se que, naquele ano, ainda continuavam a existir poucas Associações de Pais em Portugal, o que significa que, considerado o território nacional e, considerando também que aquele reconhecimento de participação só produzia efeitos nas escolas do então Ensino Preparatório e Secundário, o papel das famílias era pouco significativo.

Um ano mais tarde, com a lei 7/77, de 1 de Fevereiro, as Associações de Pais vêm legalizada a sua existência, consagrando os direitos e deveres da sua participação no sistema educativo. A sua regulamentação surge no despacho normativo 122/79, possibilitando, assim, a sua participação nos Conselhos Pedagógicos, mas sem direito a voto. A educação Pré-escolar e o 1.º Ciclo continuam excluídos deste processo. Surge então o Decreto-Lei 542/79 que consagra o Estatuto dos Jardins-de-infância das redes do Ministério da Educação e dos Assuntos Sociais que merece uma atenção especial em consequência do elevado número de referências às relações entre o Jardim-de-Infância, as famílias e a comunidade.

Daqui em diante foram surgindo diplomas que evidenciam a necessidade de uma presença efectiva e interventiva dos pais na definição política/educativa, presença essa que contribuiu marcadamente para a melhoria da qualidade do ensino e da educação em Portugal.

58

Com todas estas novas medidas o Movimento Associativo de Pais foi crescendo, dando origem a novas associações e, com ele, a necessidade de melhor se organizar e estruturar. Progressivamente, vão surgindo algumas organizações federativas, com vista a apoiar esse movimento na luta pela representatividade e pelos direitos dos seus educandos.

Surge assim o Secretariado Nacional das Associações de Pais (SNAP), que mais tarde dá origem à Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap), as Federações Regionais e mais recentemente as Uniões Concelhias. Esta descentralização visa a aproximação às Associações de Pais, com o intuito de as tornar mais fortes e esclarecidas e lhes prestar todo o tipo de apoio necessário ao desenvolvimento das suas funções junto das escolas.

Após muitos anos de um trabalho válido e persistente na luta pelos direitos dos educandos surge a Lei das Associações de Pais que, através do Decreto-lei 372/90, confere ao Movimento Associativo de Pais e Encarregados de Educação, o objecto, os princípios, a constituição e os direitos das Associações de Pais no sistema educativo.

A Escola, especialmente ao longo do Ensino Básico e Secundário, deixou de visar apenas a transmissão de conhecimentos para privilegiar o desenvolvimento de capacidades e aptidões dos alunos, atitudes de autonomia pessoal e de solidariedade. Mas, para que essas finalidades se cumpram, é necessário aproximar a escola do meio familiar e social em que a criança e o adolescente vivem, já que aos pais e encarregados de educação cabe um papel decisivo nesse desenvolvimento. Esta participação pode assumir duas formas distintas: individualmente, enquanto encarregado de educação de um aluno de determinada escola e ou enquanto membro de uma Associação de Pais.

Com as sucessivas alterações no regime da escola pública, o envolvimento parental torna-se cada vez mais inevitável passando este a ter assento nos vários órgãos da escola.

Em 1980 é publicado o Decreto-Lei 376/80, que apresenta alterações na composição do Conselho Pedagógico. Este prevê um representante dos pais naquele órgão, mas apenas se for convocado para tal pelo respectivo presidente. A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86) representa um avanço bastante significativo, no que respeita a esta participação, apesar das diferentes interpretações, embora no seu art.º 45.º estabeleça que a administração e gestão das escolas se deve orientar por *princípios de democraticidade e de participação de todos os implicados no processo educativo*.

Após vários avanços e recuos na lei que respeita à participação dos pais nas escolas, o Decreto-Lei 115-A/98 aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de ensino básico e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos. É importante a referência à *responsabilidade partilhada por toda a comunidade educativa, na valorização dos diversos intervenientes no processo educativo, designadamente professores, pais, estudantes, pessoal não docente e representantes do poder local (...)*. Deste modo, a participação dos pais está garantida nos diversos órgãos, excepto no Conselho Executivo.

Esta participação que foi evoluindo ao longo dos últimos vinte anos, já não limita os pais e as associações a colaborar meramente na execução de algumas acções, pois agora participam também activamente na concepção, no planeamento e na execução das actividades. Nesta fase, tem-se sentido algumas dificuldades que advêm da in experiência tanto das Associações de Pais como do próprio corpo docente. Estamos a iniciar uma nova etapa que provoca naturais receios e hesitações.

Referências Bibliográficas

Lemos, Valter – *Contextos de eficácia em Escolas do 1.º ciclo – Estudo de caso*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação, 1997.

Marques, Ramiro – *A Escola e os Pais – como colaborar*. Lisboa: Texto Editora, lda, 1997.

Revista trimestral da Confederação Nacional das Associações de Pais – *A Voz dos Pais*.

Legislação consultada

Decreto-Lei n.º 769-A/76 de 23 de Outubro.

Lei n.º 7/77 de 1 de Fevereiro.

Despacho Normativo n.º 122/79 de 22 de Maio.

Decreto-Lei n.º 542/79 de 31 de Dezembro.

Decreto-Lei n.º 376/80 de 12 de Setembro.

Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro.

Decreto-Lei n.º 372/90 de 27 de Novembro.

Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio.

Luis Barradas*, *Profalmada*, n.º 22, 2010, p. 3-4

* Associação de Pais – Escola Secundária Anselmo de Andrade.

Agrupamento de Escolas Anselmo de Andrade

O papel das suas Associações de Pais

Actualmente a Escola, especialmente ao longo do Ensino Básico e Secundário, deixou de visar apenas a transmissão de conhecimentos para privilegiar o desenvolvimento de capacidades e aptidões dos alunos. Para que essa finalidade se cumpra, é necessário aproximar a escola do meio familiar e social em que as crianças e os adolescentes vivem, já que aos pais e encarregados de educação cabe um papel decisivo nesse desenvolvimento. É-lhes pedido que acompanhem regularmente as actividades dos seus educandos, os ajudem a desenvolver hábitos de trabalho e atitudes de cooperação e sigam atentamente as informações fornecidas pela escola.

Todos os pais e encarregados de educação têm o direito e o dever de participar no processo educativo dos seus educandos, podendo esta participação assumir duas formas distintas – **individualmente**, enquanto encarregado de educação de um aluno de determinada escola, ou **enquanto membro de uma Associação de Pais e Encarregados de Educação**.

Esta mudança de atitude por parte da escola, até aqui fechada sobre si e sobre os seus métodos e programas, levou a que os pais e os encarregados de educação assumissem também uma nova postura perante esta realidade. Neste processo de envolvimento dos pais no meio escolar assumem particular importância as Associações de Pais. Este envolvimento carece de um conhecimento normativo legal, que gere a sua participação, não apenas como encarregado de educação mas também como representante dos outros pais, da escola.

Em Almada, o Movimento Associativo de Pais tem mantido ao longo dos anos uma forte expressão, sendo este um dos mais interventivos a nível nacional, através das suas estruturas – a Federação Regional de Setúbal das Associações de Pais (Fersap) e a União Concelhia das Associações de Pais de Almada (Ucapa), representadas na Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap). É de salientar que alguns dos elementos que têm representado estas estruturas estão ou estiveram ligados a Associações de Pais pertencentes ao Agrupamento de Escolas

Anselmo de Andrade, que de uma forma empenhada e voluntariosa têm vindo a intervir no processo educativo dos seus filhos ou educandos, que se desenvolve no seio da escola. Desde que foi criado em 2007, este Agrupamento contou sempre com a participação consciente, activa e cooperante, das Associações de Pais pertencentes às suas três escolas do primeiro ciclo (EB1 JI n.º 1 do Pragal, EB1 JI n.º 1 de Almada e EB1 JI n.º 2 de Almada, actual EB1 JI Feliciano Oleiro) e com a Associação de Pais da escola sede, embora esta esteja mais virada para questões de representação dos Encarregados de Educação nos vários órgãos da escola.

Apesar de alguma inexperiência, já não nos limitamos a colaborar na execução de algumas acções. Participamos, como já foi mencionado, nos vários órgãos da escola (Conselho Pedagógico, Conselho Geral, etc.), na concepção, no planeamento e na execução de algumas actividades. Nesta fase temos tido, como é natural, dificuldades que advêm da já referida inexperiência tanto das Associações de Pais como do próprio Agrupamento, que até à data da sua criação tinha pouco contacto com a realidade das escolas do primeiro ciclo.

Estamos todos a iniciar um novo caminho, tendo por isso que compreender mutuamente os nossos receios e os nossos erros, mas sem nunca descurar a razão da nossa existência – as crianças.

As Associações de Pais, nomeadamente as que integram actualmente este Agrupamento, desde sempre têm vindo a prestar às famílias um serviço social, sem receber nenhum apoio do Estado, através dos chamados Centros de Actividades de Tempos Livres (CATL), vulgarmente conhecidos como ATL, que foram criados para dar resposta a uma cada vez maior necessidade por parte das famílias na qualidade da ocupação dos tempos livres dos seus educandos. A gestão dos refeitórios escolares, que actualmente é assumida pela Câmara Municipal, foi outro serviço desenvolvido ao longo de anos pelas Associações.

Em 2006, o Ministério da Educação lançou o Programa de Alargamento e Generalização das Actividades de Enriquecimento Curricular, com o objectivo de tornar os horários dos estabelecimentos de ensino mais compatíveis com as necessidades das famílias (Escola a Tempo Inteiro), proporcionando simultaneamente novas oportunidades de aprendizagem aos alunos do primeiro ciclo, em que todas as escolas passaram a assegurar aos seus alunos as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), que contemplam o ensino do Inglês, da Música, da Actividade Física e Desportiva e o Apoio ao Estudo (este da responsabilidade dos professores titulares de turma). Estas actividades são gratuitas e segundo a lei podem ser protocoladas com as Associações de Pais, que mais uma vez aceitaram o desafio, pois ao longo dos anos foram conquistando o seu lugar como parceiros educativos, justificando plenamente a confiança que o Ministério da Educação, os Agrupamentos de Escolas e as Câmaras Municipais lhe têm vindo a atribuir.

Nas três escolas do primeiro ciclo do Agrupamento Anselmo de Andrade, as Associações de Pais foram convidadas a efectuar parcerias com o Agrupamento e com a Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (Drelvt), com vista à promoção das referidas actividades. Esta responsabilidade passa maioritariamente pela contratação de professores e funcionários afectos às AEC. A atribuição de

competências aos representantes dos pais tem vindo a tranquilizar os Encarregados de Educação, no sentido em que estes sabem que esta intervenção garante a aplicação das verbas para os fins a que se destinam, tendo sempre presente que o tempo passado na escola é pedagogicamente rico e que complementa as competências básicas das crianças, adquiridas no 1.º ciclo.

A evolução do actual quadro social e familiar tem influenciado as medidas de orientação política, no que diz respeito à educação pré-escolar, já que esta nos dá conta de alterações na sua organização ao longo dos últimos anos, no sentido em que pai e mãe trabalham fora de casa. Neste âmbito, a Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, no seu ponto 1, do artigo 12.º, determina que “os estabelecimentos de educação pré-escolar devem adoptar um horário adequado para o desenvolvimento das actividades pedagógicas, no qual se prevejam períodos específicos para actividades educativas, de animação e de apoio às famílias, tendo em conta as necessidades destas”. Também aqui foi mais uma vez solicitada a participação das Associações de Pais e à semelhança do que acontece noutros Agrupamentos, também a Componente de Apoio à Família no Pré-Escolar (CAF), que envolve o serviço de refeições e o prolongamento de horário, patrocinada pelo Estado de acordo com as condições sócio-económicas das famílias, passou a ter a nossa colaboração na gestão de verbas atribuídas pela Câmara Municipal, destinadas à contratação de monitoras, limpeza de espaços, aquisição de materiais e toda a logística que envolve o processo, de modo a que a satisfação às necessidades das famílias seja feita de uma forma pedagógica e com uma forte componente lúdica e de prazer para as crianças, que nalguns casos passam o equivalente a um horário de trabalho na escola.

Como é notório as responsabilidades que recaem sobre as Associações de Pais são imensas e só com muita dedicação e grande rigor conseguem fazer face a tanta exigência e solicitação.

É também num espírito de colaboração, de compreensão e de aceitação que professores, pais, alunos e funcionários estão a construir a verdadeira comunidade educativa.

Bibliografia

Folgado, Teresa (1998). *As Actividades extracurriculares no Jardim de Infância*. – *Um projecto sócio-educativo de intervenção comunitária*. Comunicação apresentada no encontro “Trilhos e Andarilhos”, organizado pela Delegação da APEI de Coimbra em colaboração com o ICE, em Novembro de 1995. In *Cadernos de Educação de Infância*, n.º 45: 11-16.

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo.

Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro – Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar.

Pereira, B.; Neto, C. (1997). A infância e as práticas lúdicas. Estudo das actividades de tempos livres nas crianças dos 3 aos 10 anos. In M. Pinto; M. J. Sarmento (coord.) *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Universidade do Minho.

Luís Barradas*. *Profalmada*, n.º 23, 2010, p. 3-5

* Associação de Pais – Escola Secundária Anselmo de Andrade.

A Segurança não é um custo mas sim um investimento

Se tivermos em conta que a insegurança é normalmente exógena às Sociedades correctamente estruturadas, seremos forçados a dar razão a Trotsky que dizia: *Talvez a guerra não vos interesse, mas a guerra interessa-se por vós.*

Isto remete-nos para os efeitos colaterais das guerras que são estranhas aos nacionais de um Estado não beligerante, com as inevitáveis perdas de Segurança e Liberdade.

Surge assim o primeiro patamar de análise a esta problemática e que se situa na relação, quase sempre tumultuosa, entre o Estado e o indivíduo.

Ou seja, a Segurança ou é uma “condição” assumida e inerente ao Estado, que visa proteger a sociedade da violência quer seja interna quer seja externa, ou então é a expressão da ordem política e social, naturalmente imposta pelo próprio Estado.

Estas relações de exercício da soberania foram sendo contratualizadas ao longo dos tempos pelo Direito, quer interno, quer internacional, sendo que neste último caso, não raras vezes vê ser posta em causa a sua eficácia, por se constatar a não observância do seu valor real e operacionalidade.

Como dizia alguém, *não se pode prender um Estado.*

Ainda recentemente e a propósito da decisão do Tribunal Penal Internacional, de emitir um mandato internacional de captura contra Omar Al-Bashir, Presidente do Sudão, foi de imediato avançada a hipótese, de o mesmo mandato ser suspenso pelo Conselho de Segurança da ONU, mediante a aceitação de certas condições por parte do referido Al-Bashir. Naturalmente que pelo menos os EUA e o Reino Unido vetariam a suposta suspensão. Ou seja, também na cena internacional a Política (ONU) conflitua com a Justiça (TPI), o que é de todo inaceitável.

Contudo, a comunidade internacional sabe, como no dizer de Erasmo *as guerras são basicamente inúteis*, pelo que vem utilizando outras medidas de coacção de carácter não beligerante, tais como os “embargos”, os “bloqueios”, “os cortes de relações diplomáticas”, ou em sentido oposto, as “parcerias económicas, militares e culturais”.

As guerras e a consequente perda de segurança e liberdade, como vimos, causam efeitos colaterais, até mesmo em termos da elementar cidadania.

O Comissário Europeu Fritz Bolkestein, contava com certa graça que um cidadão europeu da cidade de UNGVAR, ao ser-lhe perguntado em quantos países tinha vivido, respondeu que em 5, obtendo como comentário do interrogador, que então tinha feito muitas viagens. Não, respondeu o interrogado, vivi sempre no mesmo local. Primeiro na Hungria depois na Checoslováquia, em seguida na Ucrânia, mais tarde na URSS e agora novamente na Ucrânia.

Reflectindo sobre esta situação algo anedótica, percebe-se o que os conflitos podem fazer às fronteiras geográficas pré-existentes, alterando-as nem sempre respeitando critérios sócio-culturais e características das nacionalidades, adulterando por

completo as estruturas das comunidades nacionais e desregulando as suas identidades históricas, costumes, língua e cultura, para além das implicações de carácter económico e territorial.

Por esta razão, e por outras mais marcadamente militares, entende-se melhor a mudança ocorrida no Conceito Estratégico da NATO, ao assumir a adopção do critério de intervenção numa lógica de **fronteiras móveis**, a qual subalterniza as fronteiras geográficas, sempre que seja posta em causa a segurança dos Estados e/ou dos cidadãos e também dos seus interesses. Digamos que o betão rígido das fronteiras deu lugar a membranas permeáveis e facilmente transponíveis.

Esta mudança do conceito estratégico da NATO nem sempre é vista como conforme com o normativo do Direito Internacional e poderá mesmo conduzir a situações de grande conflitualidade legal, sempre que as acções tomadas não se sustentarem na legitimação por parte do Conselho de Segurança da ONU, como aconteceu na intervenção da NATO no ataque à Sérvia por causa do Kosovo, e também quando a Administração Republicana dos EUA decidiu unilateralmente intervir no Iraque.

Face a tudo o que se tem passado neste conturbado período do já chamado “unilateralismo”, a sociedade global clama pelo regresso ao multilateralismo, principalmente quando estão em causa eventuais tomadas de decisão de carácter violento. Recordo aqui o enorme esforço diplomático desenvolvido pelos EUA para agregar outros Países à decisão já tomada de invadir o Iraque, no sentido de diminuir o impacto negativo duma decisão puramente unilateral e solitária.

Acontece que, no Mundo real, as estratégias conflitantes não obedecem a regras previamente estabelecidas, aceites e respeitadas por todos os actores internacionais, e por isso as ameaças à segurança e liberdade dos indivíduos é cada vez menos transfronteiriça e cada vez mais caracterizada pela capacidade de organizações paramilitares, dissimuladas e infiltradas no tecido social dos países alvo, exercerem as chamadas “**ameaças assimétricas**” o que conduziu a uma situação quase paradoxal.

Ou seja: A única superpotência que sobreviveu ao período da guerra fria, os EUA, detêm a maior capacidade estratégica de todos os tempos, mas também as maiores fragilidades, alguma vez sentidas ao longo da sua história.

Assim, tem-se vindo a assistir a um movimento de pressão internacional, no sentido de levar a uma reforma urgente da ONU, naturalmente sem alterar os seus princípios inspiradores, mas reforçando a operacionalidade da sua função regularizada da ordem internacional e fazendo com que a lógica maquiavélica do Conselho de Segurança se coadune com o legado humanista da Assembleia Geral.

Contudo, também existem duas faces nesta moeda e a lógica da diplomacia também se subordina a interesses bastas vezes inconfessáveis, tornando-se assim num obstáculo ao funcionamento regular da Assembleia Geral da ONU, dando razão a Paul Spaak, que terá afirmado *Durante a minha vida ouvi muitos discursos que fizeram mudar a minha opinião, mas não ouvi nenhum que tivesse mudado o meu voto.*

Este é o drama da existência das famílias geopolíticas no seio da ONU, por vezes inviabilizando discussões pragmáticas e tomadas de decisão que defendam o interesse comum e sejam conformes à Carta e ao Direito Internacional.

Tenho portanto a convicção de que independentemente da relevância geopolítica detida por um determinado Estado e das características sócio culturais a ele vinculadas, o mesmo deverá deter capacidades diplomáticas e de segurança, nomeadamente Forças Armadas, Polícias e Serviços de Informações, porque, como vimos, as ameaças são assimétricas, ou seja, são aleatórias quer no modo quer na sua efectivação, e não respeitam fronteiras, justificando assim a integração dos Países em Organizações Internacionais, quer elas sejam de matriz militar ou não e, nesta condição, quanto a mim inquestionável, temos que ser contributivos para podermos também ser receptadores, numa lógica de **“mutualista de segurança”**, concluindo-se que a **Segurança dever ser considerada um investimento absolutamente necessário.**

A.M. da Silva e Pinho*, *Correio da Usalma*, n.º 24, 2010, p. 6-7

*Professor da Usalma

A Biologia

A propósito da exposição sobre a obra e vida de Darwin...

Se ainda não foi, não deixe de ir ver a exposição sobre a Evolução de Darwin, na Fundação Calouste Goulbenkian, até 24 de Maio.

Nós fizemos todo o percurso da exposição e ficámos com vontade de voltar, pela riqueza de informação, pelo didactismo com que está construída, deixando perceber ao visitante atento a forma como Darwin foi mentalmente mudando as suas convicções e, a pouco e pouco, construindo a sua teoria.

Desde já aconselhamos a leitura da informação que acompanha as imagens e os modelos de seres vivos que levaram Darwin a questionar-se sobre a imutabilidade das espécies, bem como sobre a idade da Terra e da vida nela existente.

Não esqueçamos que naquela época, a única teoria oficialmente aceite para explicar a existência de vida na Terra, era o Fixismo/Criacionismo, segundo a qual as espécies seriam fixas e imutáveis, correspondendo às criaturas que Deus pôs na Terra no acto da criação!

Durante a viagem que Darwin fez no *Beagle* (navio cuja expedição se destinava essencialmente a fazer a cartografia do continente sul-americano) e que durou cerca de 5 anos, pôde observar uma diversidade de seres para ele desconhecidos, encontrou fósseis de animais já desaparecidos, reparou que os hábitos dos animais se relacionavam com o meio ambiente e que isso de algum modo condicionava a forma como “evoluíam”. É muito interessante perceber quais foram os pormenores que o impressionaram, quais as perguntas que formulou e que novos problemas foi levantando.

Só cerca de 20 anos após o seu regresso desta viagem, Darwin publica o seu livro

sobre a origem das espécies, no qual defende a evolução. Este livro, esgotou no dia em que saiu e deu origem a uma acesa polémica que se estendeu a toda a sociedade.

No final da exposição, documenta-se como o Evolucionismo tem vindo a ser apoiado pelas mais recentes descobertas científicas. Destaque para a referência aos trabalhos de Mendel (apesar de contemporâneo de Darwin, nunca cruzaram as suas descobertas...), de Morgan e de muitos outros que levaram à descoberta dos cromossomas, dos genes e, posteriormente, do DNA.

Actualmente, a teoria que é aceite pela generalidade da comunidade científica para explicar a origem das espécies existentes na Terra é o Neodarwinismo ou Teoria Sintética da Evolução, que corresponde ao Evolucionismo de Darwin, acrescentado e adaptado aos novos dados da ciência.

A exposição está aberta todos os dias da semana das 10h às 18h. Ao domingo é gratuita e à semana paga-se 4€ pelo bilhete; os seniores têm desconto!

Elsa Oliveira*, *Correio da Usalma*, n.º 18, 2010, p. 12

* Estudante da Usalma.

Ano Internacional da Biodiversidade

A **Biodiversidade** pode definir-se como a diversidade de espécies num determinado ambiente. Existe numa fina camada da Terra – a **Biosfera**.

Determinadas actividades humanas têm posto em risco a sobrevivência de certas espécies de seres vivos e, desse modo, contribuído para a redução da Biodiversidade. De entre essas actividades destacam-se a exploração comercial de espécies, como por exemplo o coleccionismo, os troféus, a caça, a pesca intensiva, a introdução de espécies exóticas responsáveis por quarenta por cento das extinções, a desflorestação, a poluição, as alterações climáticas e, ainda, a fragmentação, a destruição e degradação dos *habitats*.

O Ano Internacional da Biodiversidade tem como missão alertar para o contínuo empobrecimento do planeta, numa altura em que os cientistas estimam que 34 mil espécies de plantas e 5200 de animais estão em risco de extinção. Desta forma vai contribuir para a consciencialização da Sociedade para a importância da biodiversidade como sustentáculo da vida no nosso planeta e para a necessidade da sua protecção.

A iniciativa, cujo arranque foi assinalado em Berlim, foi lançada em 2006 pela Organização das Nações Unidas (ONU), que apelou à participação das associações internacionais em acções que visem alertar todos os cidadãos para o contínuo empobrecimento da biodiversidade, com o desaparecimento de milhares de espécies.

Em Portugal há algumas espécies que se encontram ameaçadas de extinção tais como o azevinho (*Ilex aquifolium*), o lince ibérico (*Lynx pardina*), o morcego-de-feradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*), a foca-monge (*Monachus monachus*), a gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*), a cegonha-negra (*Ciconia nigra*), o lobo ibérico (*Canis lúpus signatus*) e a águia-imperial (*Aquila adalberti*).

Estão planeadas várias acções de sensibilização e divulgação ao longo do ano para “levar a temática da biodiversidade ao cidadão”: concursos escolares, prémios de criatividade e um encontro de jovens cientistas são iniciativas que vão sensibilizar para a importância da natureza e do seu valor.

A Assembleia-geral das Nações Unidas declarou o ano de **2010** como **Ano Internacional da Biodiversidade**, com o propósito de aumentar a consciência sobre a importância da preservação da biodiversidade em todo o mundo.

Esta celebração oferece oportunidade para:

- Evidenciar a importância da biodiversidade para a nossa qualidade de vida.
- Reflectir sobre os esforços já empreendidos para salvaguardar a biodiversidade até ao momento, reconhecendo as organizações actuais.
- Promover e dinamizar todas as iniciativas de trabalho para reduzir a perda da biodiversidade.

A protecção da biodiversidade requer um esforço por parte de todos.

Os **objectivos** do **Ano Internacional da Biodiversidade 2010** são os seguintes:

- Aumentar a consciência pública sobre a importância de salvaguardar a biodiversidade para a **continuidade da vida na Terra**, identificando e combatendo as ameaças subjacentes;
- Aumentar a consciência sobre a importância dos esforços já empreendidos por governos e comunidades para **salvar a biodiversidade**, promovendo a participação de todos;
- Incentivar os povos, organizações e governos a tomarem medidas imediatas necessárias à **defesa da perda da biodiversidade**;
- **Promover soluções inovadoras** para reduzir as ameaças que se abatem sobre a biodiversidade;
- Estabelecer um diálogo entre os participantes sobre medidas a serem adoptadas após o ano de 2010, garantindo a continuidade segura dos programas desenvolvidos.

O que faz a União Europeia?

Segundo as últimas notícias o “Conselho de Ministros do Ambiente da União Europeia – UE”, e o comissário para aquela área, Janez Potocnick, reconheceram que a meta dos 27 para a biodiversidade no espaço europeu falhou. O erro foi não terem posto em prática planos para travar a perda de biodiversidade no espaço europeu. Nesta conformidade o Conselho de Ministros adiou para 2020 a concretização dessa meta e solicitou à Comissão Europeia um plano de acção.

Como podemos todos colaborar?

A protecção da biodiversidade requer a adopção de medidas por parte de todos os níveis: **o governo, o empresariado, o público e o privado**.

Centros de organização em todo o mundo estão desenvolvendo campanhas mobilizadoras para estimular esses grupos a tomarem medidas para salvar a biodiversidade. O êxito destas iniciativas depende das medidas inspiradoras em todos os sectores a nível mundial. Assim, devemos trabalhar juntos, difundindo mensagens coerentes e convincentes a todo o público comum.

A Disciplina de “Origem da Vida e Biodiversidade”, iniciada no ano lectivo de 2009/2010, na Universidade Sénior de Almada – USALMA, visa dois temas principais:

- A Terra no espaço;
- A Terra em transformação.

Neste âmbito têm sido praticadas actividades diversificadas tendo como objectivo primordial o desenvolvimento de uma maior consciência ecológica através de: aconselhamento e troca de bibliografia, estímulo à participação da turma com a partilha dos materiais recolhidos nas aulas (apenas uma por semana) e durante a semana por cada um dos alunos e professoras. Troca de informações por email com todos os elementos da turma sobre os acontecimentos a nível mundial relacionados com a disciplina tais como sismos, actividades vulcânicas, catástrofes naturais.

Além das aulas teóricas, têm sido realizadas aulas de práticas laboratoriais nomeadamente de observações ao microscópio, simulação de um vulcão, identificação de rochas, minerais e fósseis.

Também têm sido realizadas visitas de estudo:

- Planetário Calouste Gulbenkian em Lisboa (programas 5 e 6),
- ETAR do Portinho da Costa;
- Museu de Geologia de Lisboa;
- Grutas de Mira de Aire e Pegadas de Dinossauros da Serra de Candeeiros;

Para o ano de 2010/2011, iremos propor a continuação desta disciplina com novos alunos e a possibilidade de aprofundamento desta turma numa outra aula a que chamaremos: “A Biodiversidade e a sustentabilidade da Terra”.

Maria da Graça Pessoa e Ivone Ferro*, *Correio da Usalma*, n.º 23, 2010, p. 7 e 11

*Professoras da Usalma

José Afonso O Andarilho Entre Professor e Criador Artístico

68

Pelo aniversário do nascimento do cidadão-professor-artista, em 2 de Agosto de 1929, na freguesia da Glória, em Aveiro, filho de pai advogado e mãe professora, a nossa homenagem.

Nasceu José Manuel Cerqueira Afonso dos Santos, o menino-poeta que cantou “Menino d’Oiro”, gravado em *Baladas de Coimbra* (1958).

Nasceu um menino-compositor, que faria oitenta anos este ano, se a morte o tivesse poupado naquela madrugada de 23 de Fevereiro de 1987, em Setúbal.

Nasceu um menino-intérprete, que tomou por nome ser andarilho, como se manifesta em *Cantares do Andarilho* (1968).

Nasceu um menino-andarilho que, por razões familiares, cresceu entre Aveiro,

Silva Porto e Luanda, Lourenço Marques e Coimbra, e que, por razões de professor, desde 1955, calcorreou o Portugal de então (Mangualde, Aljustrel, Lagos, Faro, Alcobça, Lourenço Marques, Beira e Setúbal). Do Liceu Nacional de Setúbal é compulsivamente afastado do ensino por razões políticas, em 1967.

Nasceu um menino-professor que, licenciado em Ciências histórico-filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1961, se cultivou para a cidadania como membro da Tuna e do Orfeão Académico em cantor da resistência e da transformação social.

Nasceu um menino d'oiro que, entre baladas e canções de intervenção, cantou, pela primeira vez, na Galiza, "Grândola Vila Morena", em 1972. Premonitório de Abril, o Zeca gravou, em Paris de 1971, o seu álbum *Cantigas do Maio*:

Terra da fraternidade	Maio com meu amigo
Grândola vila morena	Quem dera já
Em cada rosto igualdade	Sempre no mês do trigo
O povo é quem mais ordena	Se cantará
	Qu'importa a fúria do mar
	Que a voz não te esmoreça
	Vamos lutar

O criador-andarilho, sufocado pela ditadura e pela apatia, em Genebra, Paris, Zurique, Frankfurt, Rio de Janeiro, Cuba, Moçambique encena-se em último concerto no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, (1983), depois no Coliseu do Porto, nas Caldas da Rainha e em Coimbra, seu berço de artista do encontro cultural e humano.

Em reconhecimento, quando o lembro a cantar, em nosso *colectivo*, em Setúbal, Zeca o resistente e nós jovens em busca da liberdade, escutemos poesia sua ritmada pela viola:

Negro bairro negro	Cantai bichos da treva e da aparência
Bairro negro	Na absolvição por incontinência
Onde não há pão	Cantai cantai no pino do inferno
Não há sossego	Em Janeiro ou em Maio é sempre cedo
Os ricos mentem ao povo	Cantai cardumes da guerra e da agonia
Com artes de feiticeiro	Neste areal onde não nasce o dia
Dizem que são pela Pátria	Somos filhos da madrugada
Mas só pensam em dinheiro	Pelas praias do mar nos vamos
Amigo	À procura de quem nos traga
Maior que o pensamento	Verde oliva de flor no ramo
Por essa estrada amigo vem	Navegámos de vaga em vaga
Não percas tempo que o vento	Não soubemos de dor nem mágoa
É meu amigo também	Pelas praias do mar nos vamos
	À procura da manhã clara

José Afonso (1929-1987), *O Rosto da Utopia* (cf. José A. Salvador, 1994), *O Porta-Voz da Esperança* ou *Lúcido até ao Fim* (cf. Irene Pimentel, 2009), quando, por sua vontade, escolhe um pano vermelho sem insígnia para coberta da sua urna, canta em sua voz de trovador:

O meu menino é d'oiro	Cidade
É d'oiro fino	Sem muros nem ameias
Não façam caso	Gente igual por dentro
Que é pequenino	gente igual por fora
Não façam caso	Onde a folha da palma
Que é pequenino	afaga a cantaria
	Cidade do homem
Venham altas montanhas	Não do lobo mas irmão
Ventos do mar	Capital da alegria
Que o meu menino	
Nasceu p'ra amar	

Sendo o seu último álbum *Galinhas do Mato* (1985), o duplo álbum *Ao Vivo no Coliseu* (1983) representa simbolicamente o legado do professor-criador artístico para a cultura da liberdade em fraternidade, sem fronteiras.

Em reconhecimento comprometido, abrigo-me na poesia do professor Sebastião da Gama (1924-1952):

<i>Para onde te levaram?</i>	<i>Entre olivais, montados, trigos novos,</i>
<i>Aqui é que é o Sol, o orvalho, a esteva.</i>	<i>ando a lembrar-te.</i>
<i>Aqui é que os sobreiros e os teus versos</i>	<i>Saudosamente aperto entre os meus dedos</i>
<i>dizem quem foste.</i>	<i>húmida, negra, cheia de promessa,</i>
<i>O Céu é para os mortos.</i>	<i>terra que amaste.</i>
<i>Tua égua lazã, tua seara,</i>	<i>O Céu é para os mortos, Lavrador!</i>
<i>teu gado, tua vinha,</i>	<i>- Nesta terra fecunda é que ficaste.</i>
<i>bem sabiam que um vivo é que os sustinha.</i>	
<i>O Céu é para os mortos, Lavrador!</i>	

Referências Bibliográficas

- Barros, Santos J. H. (1988) - *José Afonso: Textos e Canções*, 2.^a ed revista e aumentada, Lisboa, Assírio e Alvim.
- Gama, Sebastião da (1971) - *Pelo Sonho É Que Vamos*, Lisboa, Bertrand.
- Pimentel, Irene Flunser (2009) - *José Afonso*, Lisboa, Temas e Debates - Actividades Editoriais.
- Salvador, José A. (1994) - *José Afonso o Rosto da Utopia*, Lisboa, Terramar.

Portugal, país periférico

Esta é uma verdade que nos habituámos a ouvir, mas que só corresponde a essa mesma verdade, do ponto de vista geográfico enquanto inseridos na União Europeia. Mas Portugal detém um superior poder funcional que lhe advém do facto de deter a soberania no tão famoso e apetecido triângulo estratégico Atlântico. Estamos naturalmente a falar do triângulo Continente, Açores e Madeira. Esta situação geográfica privilegiada que detemos mas que não exploramos convenientemente em termos estratégicos, nomeadamente na estrutura portuária, e aqui com evidente importância o porto de Sines, enquanto porta marítima Peninsular de excelência e as plataformas insulares de Porto Santo e Terceira, dizia eu que este privilégio geográfico torna-nos num País que, sendo periférico no enquadramento Europeu, é indubitavelmente central e charneira face à América do Norte e ainda nos dá a característica de prolongamento da UE para a África Ocidental e América do Sul.

Recordo aqui o enorme contributo que foi dado ao Mundo por Gilberto Freyre com o seu Lusotropicalismo, enquanto teoria de sustentação e desenvolvimento da Língua Portuguesa nos trópicos, mas como espíritos mais inquietos e suspeitosos vislumbrassem nesta teoria antropológica, humanista e profundamente cultural, laivos de um renascido neo-colonialismo, levou a que alguns autores marxistas dos Países envolvidos no conceito, atacassem violentamente o pensamento tão brilhantemente desenvolvido por Freyre.

É contudo neste âmbito de afirmação da Lusofonia, quer nas relações económicas quer nos aspectos de segurança, que a relação Luso-Brasileira assume especial relevo e recomenda um atento e eficiente estudo, no sentido duma reavaliação séria e portanto descomplexada, da história comum, aconselhando um “sedutor” piscar de olhos ao parceiro da Costa Oeste de África (Angola), e podendo e devendo dar corpo àquilo a que Adriano Moreira chamou, com grande sentido estético, o Oceano Moreno. Independentemente de outros e sérios propósitos relativos a Moçambique, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Timor, entendo que o esforço de cooperação do Portugal do século XXI, deverá adquirir maior significado no espaço balizador do já referido Oceano Moreno, ou seja Angola e Brasil, abarcando naturalmente a plataforma logística arquipelágica que é Cabo Verde, em cuja zona de influência, a curto prazo, muitas acções de carácter preventivo e repressivo deverão ocorrer no âmbito da segurança internacional. Não devemos ignorar que a sua vizinha Nigéria é hoje uma das zonas do globo de significativa incidência da pirataria marítima. Por isso constatamos positivamente que não foi de simples cortesia a visita a Cabo Verde de uma importante delegação Política e Empresarial Portuguesa nem foi de simples cortesia a visita a Portugal do Presidente de Angola, País onde se prevê um crescimento económico anual na ordem dos dois dígitos, enquanto que no nosso País estamos como na década de 1900, com um crescimento previsto na casa dos 0,5%.

Esta perspectiva ao ser observada peca por tardia, dado que as antigas potências Europeias coloniais, há muito que incluíram nos seus conceitos estratégicos nacionais, acções de preservação da sua condição de potência marítima ex-colonizadora. Senão vejamos:

A França insiste em marcar as fronteiras da francofonia, um conceito que vai muito mais além da língua francesa, não renunciando também à função de “gendarmerie” que vem exercendo com eficácia na antiga África Francesa e, porque não dizê-lo, com implicações noutros Países adjacentes, como é o caso da Guiné-Bissau, com algum desprestígio nosso. Atente-se na celeridade de afirmação pública do Governo Francês, aquando dos assassinatos do Presidente e do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau. Tenho para mim que este incidente, deveria preocupar muitíssimo os governos Europeus, tendo em conta as variáveis sociopolíticas envolvidas, que assentam em rivalidades étnicas, passando por meras questões de afirmação pessoal e de poder, até ao insondável mundo do tráfico de drogas, que utiliza a auto-estrada 10, assim chamada por se tratar de uma rota marítima, praticada sensivelmente ao longo do paralelo de latitude 10° N, que liga os dois pontos mais próximos entre o continente Sul Americano e África, concretamente entre uma localidade costeira na Venezuela e o arquipélago dos Bijagós, para abastecer os mercados Europeus através da placa giratória actualmente existente em território da Guiné-Bissau centrada naquele arquipélago composto por mais de 80 ilhas das quais menos de 10% são habitadas. A este respeito é bom lembrar que é em Lisboa que está sediado o Centro de Análise e de Operações contra o Narcotráfico Marítimo (MAOC) que reúne polícias de sete Países (Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Irlanda, Itália e Holanda), tendo ainda como observadores o Canadá e os EUA, sendo que estes pretendem construir uma Base Operacional em Cabo Verde. Segundo alguns analistas a Guiné-Bissau configura a natureza de Estado falhado, a caminho de se transformar em narco-Estado, dado o valor da droga ali traficada ser superior ao PIB. Estas considerações políticas sobre a natureza do Estado tem necessariamente em conta que o mesmo se resume a ter um território onde não é exercida a plena soberania no seu todo, tendo como elementos de validação, o Território (?) o Hino e a Bandeira, sendo que o factor integrador por excelência, a Língua, está confinado a um crioulo não totalmente comum a toda a população. Recordo que actualmente a Língua Portuguesa quase que se restringe à condição de Língua de conveniência para ser usada nas Relações Internacionais do Estado. Esta última situação, a meu ver, é totalmente penalizante da potência colonizadora. Estou em crer que dada a sua inserção no espaço Francófono Africano, a médio prazo, e se nada for feito para o evitar, a Língua oficial da Guiné-Bissau será o Francês.

72

O Reino Unido, por sua vez, procura, com sucesso manter viva e autónoma a concepção da Comunidade Britânica e, também, aquilo que entende ser, provavelmente com toda a propriedade, a sua relação privilegiada com os EUA, o que de alguma forma condiciona a sua adesão por inteiro e sem hesitações ao projecto Europeu. Tem-se constatado as suas dificuldades em participarem de uma forma não mitigada, na construção da realidade da União.

Finalmente a Espanha, ainda que com dificuldades internas fruto da sua condição de Estado multinacional, consegue, apesar disso e de uma forma quase homogénea, que todos contribuam para um Bem transfronteiriço assumido que é o da Hispanidade, hoje em dia, por si só uma realidade sócio-política da mais elevada envergadura, em quase todo o continente americano, com excepção do Canadá, do Brasil e de umas pequenas e quase irrelevantes outras comunidades nacionais. Tudo isto sem perder de vista, igualmente com grande sucesso, a sua marcada e notada presença nos areópagos internacionais (Parlamento Europeu, NATO, Unesco, etc.)

Concluindo, muito temos que fazer, para não perdermos os comboios das oportunidades transfronteiriças que estão ao nosso alcance, e não se trata de nenhuma posição neo-colonial, mas antes, também, de globalizar as nossas capacidades económicas, políticas e culturais.

Eis então a condição dual em que nos posicionamos no Mundo: Periféricos na Europa, mas País Charneira entre esta e as Américas e África.

A.M. da Silva e Pinho*, *Correio da Usalma*, n.º 22, 2010, p. 6-7

*Professor da Usalma

Memória das palavras

Dentro do campo lexical que envolve a actividade docente, pesquisámos a etimologia de alguns termos mais comuns:

EDUCAÇÃO é um vocábulo que tanto pode significar a acção de «educar» como o resultado dessa acção, conforme é entendido na expressão «fulano tem boa educação» ou «sicrano é mal-educado». Da educação integral fazem parte não apenas os cuidados com o desenvolvimento da personalidade e do corpo das crianças e jovens, em paralelo com as normas de convívio social e de cidadania, mas também o ensino de aspectos culturais e científicos, o que se costuma designar por «educação formal», e que é sobretudo da responsabilidade das escolas. «Educar» deriva do latim *educare* que, na origem, significava «criar; alimentar; cuidar» não apenas pessoas mas também animais e até plantas. Mas, indo mais atrás, temos que este verbo latino deriva de *ducere* «conduzir; guiar; comandar», ao qual se acrescentou o prefixo «e» que designa a acção de «tirar de dentro para fora». É, de certo modo, neste pressuposto etimológico que muitos pedagogos se baseiam para defenderem que a educação mais não é do que ajudar os alunos a revelarem capacidades inatas, que apenas é necessário fazer despertar.

ENSINO, por sua vez, já subentende um movimento de fora para dentro, como se deduz da etimologia da palavra. Deriva de *in-signare* «assinalar; pôr uma marca». Todos conhecemos aquela expressão, felizmente ainda algumas vezes ouvida, «N. foi um professor que me marcou». «Ensino» é a marca de conhecimentos ou de valores que o educador (pais, professores...) conseguem incutir nos seus filhos/alunos.

ESCOLA é, com demasiada frequência, sinónimo de penosa obrigação que é necessário cumprir. Mas não era assim no princípio, em que ir à escola não era uma actividade a tempo inteiro e, muito menos, um frete. É que o termo, na origem, vem do grego *shol* «repouso; descanso; tempo livre». Em latim deu origem a *schola*, vocábulo polissémico, com significados vários, como: ócio (dedicado ao estudo); lição; curso; conferência; lugar onde se ensina; corrente de pensamento; sistema de doutrina. Entre os romanos, por conseguinte, ir à escola era uma ocupação pós-laboral e voluntária, não só para valorização pessoal mas também para ocupar o tempo livre. Graças à evolução semântica, o vocábulo usa-se hoje para designar quer o estabelecimento de ensino quer todos aqueles que lhe dão vida – alunos, professores e restantes funcionários. Mantém igualmente a acepção de doutrina, tendência artística ou de pensamento.

AULA, na origem, não se referia à acção de “dar/receber uma lição”. O termo continha apenas a ideia de espaço físico para diversos fins. É o que nos explica qualquer dicionário de latim, onde a palavra *aula* apresenta os seguintes significados: pátio de uma casa; aprisco; curral; palácio; pátio do palácio; corte. Só a partir das primeiras universidades medievais, este vocábulo foi associado à terminologia pedagógica, não apenas com a acepção de espaço (sala) onde decorre a lição, como também para designar a actividade aí realizada, destinada a alunos agrupados em classe e levada a efeito, sob orientação de um professor, em lugar determinado e em período fixo de tempo.

ALUNO provém da palavra latina *alumnus*, que significa «criança de peito; lactente; discípulo», e que, por sua vez, é um substantivo derivado do verbo *alere* «fazer aumentar; fazer crescer; criar; sustentar; alimentar». O vocábulo «alimento» tem, portanto, a mesma raiz... Não é, pois, aceitável a opinião dos que sustentam que o termo tenha origem em *a-lumen*, em que o «a» funcionaria como partícula de negação (“alfa privativo”) e «lumen» significa «luz», partindo-se assim para a ideia errada de que aluno seria alguém que vive nas trevas, «sem a luz» (da sabedoria).

PROFESSOR/PROFISSÃO são palavras que se encontram etimologicamente relacionadas por intermédio do verbo latino *proferre*, que significa «trazer para a frente, declarar, apresentar, proferir». Podemos considerá-las, portanto, palavras ainda da mesma família. Assim, *professor*, em latim, é aquele que se entrega ao cultivo de uma ciência ou arte, advindo daí o impulso natural para as divulgar ou ensinar. Parte-se do conhecimento adquirido, para a necessidade de o comunicar. Já *professio*, em latim, para além de significar «declaração pública», também significa «ofício; profissão». É sabido que em Roma, como aconteceu mais tarde em toda a Europa medieval, os artífices das diversas profissões formavam associações, nas quais prestavam um juramento, que era uma espécie de profissão religiosa. Apetece concluir que, pelo menos etimologicamente, professor era a *profissão*, por excelência.

Ratificou-se o acordo ortográfico. E agora?

Foi publicado no Diário da República n.º 145, I série, de 29 de Julho de 2008, o Decreto do Presidente da República n.º 52/2008 que ratifica o segundo protocolo modificativo do acordo ortográfico de 1990, aprovado, por sua vez, pela Resolução n.º 26/91 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 43/91, ambos publicados no Diário da República n.º 193, de 23 de Agosto.

Esta aprovação não diminui, no entanto, as dúvidas que muitos portugueses continuam a ter em relação à utilidade deste acordo bem como à sua eficácia. Com efeito, sempre que vem à praça pública a questão do acordo ortográfico, logo se instala a discussão e, frequentemente, a confusão, surgindo, por diversos quadrantes, tanto defensores convictos como detractores aguerridos e inconformados. Destacam-se sobretudo as editoras, particularmente as escolares, e os autores de dicionários, assustados com o desperdício e os pesados encargos da necessária actualização em novas edições. Transporta-se assim o problema linguístico para uma questão económica, deixando para trás as vantagens indiscutíveis do futuro de uma língua de quase 230 milhões de falantes, para se perseverarem os recursos ou interesses do presente.

Há que recordar, no entanto, que a ortografia é apenas uma parte da língua escrita e que esta não pode ser estática. Para prová-lo, vejamos só o que foi evoluindo ao longo dos últimos 100 anos (para não irmos mais longe).

Em 1911, por portaria publicada no Diário do Governo n.º 213, de 12 de Setembro, dá-se a primeira grande alteração na escrita, numa reforma ortográfica que ficou conhecida como Reforma de Gonçalves Viana, tendo sido eliminado o uso do «y» e as consoantes duplas como o «ph», o «th» ou o «ll», deixando de se escrever *orthographia*, *physica*, *aquelle*...

Mais tarde, em 1945, pelo Dec. n.º 35 228, que, grosso modo, é o que ainda rege a nossa ortografia, suprime-se o trema e algumas consoantes mudas que, por imposição etimológica, existiam em *victima*, *fructo*, *aflicção*, etc. ...

Já em 1973, quase todos nos recordamos da supressão do acento nos advérbios de modo terminados em *-mente* (admiravelmente em vez de *admiravelmente*), oficializada pelo Decreto-Lei n.º 32/73.

Há que recordar também e justificando de algum modo os movimentos divergentes de que se falou acima, que a ligação dos falantes à sua língua materna se faz, de forma mais evidente, através da **palavra** pelo que tudo o que com ela se prende é muito forte e envolve grandes emoções, logo, grandes reacções, como já aflorámos... E é na **palavra** que a ortografia se impõe, razão pela qual não devem ser subestimadas quaisquer reacções.

Será eficaz?

Por tudo o que foi dito, para que o acordo seja eficaz é preciso que haja um envolvimento claro e empenhado por parte de toda a comunidade lusófona, e, sobretudo, dos dois países que iniciaram esta contenda, ou seja por parte de Portugal e por parte do Brasil.

Isto porque o desacordo ortográfico começou com a já referida Reforma ortográfica de 1911 e, a partir daí, têm sido vários os momentos em que se tenta, sem resultados, reunificar a grafia do português. Focámos, acima, alguns dos momentos mais relevantes na tentativa dessa reunificação. Ilustramos, agora, com uma pequena citação do Decreto n.º 35 228, de 1945, que publica

o acordo ortográfico ainda em uso. Diz-se nesse decreto:

«[...]a Conferência realizada em Lisboa [...] permitiu completar a obra da unidade universal da língua portuguesa [...]»

Como se pode ver, já nessa altura a intenção era uniformizar. E, porque nessa altura se não conseguiu, será bom que se aprenda com os erros do passado e se faça um investimento na divulgação do acordo, para que, dentro de algumas dezenas de anos não estejamos de novo perante o mesmo dilema.

Será útil?

Quanto à utilidade do acordo, podemos adoptar três pontos de vista:

- **externo**, ou **internacional**;
- **lusófono**, que tem em conta todos os países de expressão portuguesa e, ainda, a Galiza;
- **interno**, ou seja, nacional.

Espaço internacional

O espaço internacional é, estamos convictos, de longe, aquele que requer, que exige mesmo, uma uniformização da ortografia. É pelo espaço que queremos, ou não, que a língua portuguesa ocupe no mundo que importa tudo fazer para que haja uma só grafia, pois o que acontece hoje é que a língua portuguesa tem duas grafias oficiais:

- **a portuguesa**, adoptada em Portugal, e, oficialmente, nos Países Africanos de Expressão Portuguesa, vulgo, PALOP, e em Timor;
- **a brasileira**, utilizada no Brasil.

Esta situação não favorece a expansão da nossa língua.

Exemplificamos com duas situações em que essa uniformização se revela crucial: o ensino do português enquanto língua estrangeira e o uso do português como língua oficial em organizações mundiais.

Quanto ao ensino, tanto Portugal como o Brasil têm professores no estrangeiro, bem como manuais (aliás, o mesmo acontece nos outros países de língua oficial portuguesa). Acontece mesmo, por exemplo em França, que os alunos num determinado ano lectivo têm um professor português que ensina a norma portuguesa e no ano seguinte têm um professor brasileiro, que oscila entre as duas normas.

O mesmo se pode dizer dos manuais... Pelo reduzido número utilizado, a produção de manuais de língua portuguesa não é muito atractiva para as editoras, pelo que os manuais existentes no mercado são produzidos quer por Portugal, quer pelo Brasil. Os alunos podem aprender num ano português por manuais portugueses e no ano seguinte verem-se confrontados com manuais brasileiros.

Ora esta situação é incomportável e provoca insucesso, o que pode dissuadir um estrangeiro de aprender português e um país de aprovar a inclusão da nossa língua como oferta curricular de língua estrangeira.

A situação não é mais fácil quanto à adopção do português como língua de comunicação em instituições internacionais. Perante a decisão de proceder a essa adopção, uma questão importante se coloca: que grafia usar?

Talvez por isso, o português, a sexta língua mais falada e a que tem maior índice de crescimento enquanto língua materna, não tenha a projecção institucional que poderia ter. Sendo de louvar atitudes como a do Presidente Cavaco Silva em colocar a Língua Portuguesa como idioma oficial de trabalho nas Nações Unidas, importa ir mais fundo e tudo fazer para que

haja uma grafia uniformizada. Esta realidade é, diga-se, reconhecida como relevante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2008, de 27 de Novembro de 2008, que aprova uma estratégia de reconhecimento e promoção da Língua Portuguesa, em cujo preâmbulo se pode ler: «...saliente-se que o acordo ortográfico, que é um instrumento de unificação de grafia, é de particular relevância na criação de oportunidades para a língua portuguesa no quadro dos organismos internacionais». Mais adiante, na alínea d) do ponto 3, pretende-se «Promover o uso extensivo da língua portuguesa como língua de trabalho em organizações internacionais, incluindo as instâncias comunitárias».

Espaço lusófono

No espaço lusófono, a uniformização é útil se, insistimos, for universal, ou seja, se todos os países de expressão portuguesa assumirem, efectivamente, a mesma grafia.

Importaria saber muito bem o que vai acontecer com a língua portuguesa após um acordo a quatro, pois o segundo protocolo rectificativo agora aprovado em Portugal foi assinado por quatro países: Portugal, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Brasil (bastavam três assinaturas para que entrasse em vigor!).

Os restantes países, que não têm talvez conseguido centrar-se no problema para tomar uma posição, vão mobilizar-se para mudar a sua ortografia? Ou vão ter condições para tal?

Vão poder mudar todos os seus manuais e formar todos os seus professores?

Ou vão manter-se como estão? E aí o acordo não será um desacordo maior?

Portugal e o Brasil têm de ter este aspecto em conta e têm de se mobilizar e contribuir para a difusão do novo acordo. Do lado português, pelo menos na letra da lei, está a fazer-se alguma coisa. A resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2008, indica, na alínea b) do já referido ponto 3, que se pretende «Apoiar o desenvolvimento e a qualificação dos sistemas de ensino e formação nos países de língua oficial portuguesa». No Brasil, a julgar pelo resultados obtidos através de uma simples pesquisa Google, parece haver um maior envolvimento dos falantes do que entre nós.

Ponto de vista interno

Do ponto de vista interno, no nosso dia-a-dia, o acordo não vai trazer nada de bom, ou seja, não vai melhorar a nossa relação com a língua portuguesa.

Vai, isso sim, durante algum tempo, trazer alguma confusão, mas nada que se não ultrapasse ou que possa ser impeditivo da sua aplicação, até porque só em 2014 essa aplicação será generalizada ainda que haja intenção de aplicar o Acordo em documento oficiais a partir de 2009. Porém, importa ter conta que a entrada em vigor de um novo acordo ortográfico envolve muitos aspectos, desde alterações dos manuais escolares aos jornais diários, passando por todos os impressos oficiais e, talvez mais importante do que tudo o resto, não se pode menosprezar o facto de a língua materna ser o veículo dos afectos, pelo que importa prever e gerir adequadamente as reacções mais extremistas que possam surgir.

Para o lançamento eficaz de um novo acordo ortográfico não basta aprovar um documento na Assembleia da República. A sua aplicação tem de ser bem preparada. Bem divulgada. Muito discutida. Programada. Cada falante/escrivente tem de perceber por que razão lhe estão a pedir que altere os seus hábitos de escrita para aceitar a alteração. E temos seis anos para nos adaptarmos. Como os gastaremos? Que campanhas surgirão?

Reconheça-se, em abono da verdade, que algo tem sido feito. A Texto Editores publicou uma pequena brochura da autoria de Malaca Casteleiro e Pedro Dinis Correia, intitulada

atual: o novo acordo ortográfico, sintetizando as principais mudanças. A Editorial Caminho publicou um Vocabulário que contém as palavras que vão sofrer alteração, indicando as duas grafias, nos casos em que as haverá. Este documento é produzido pela equipa do Instituto de Linguística Teórica e Computacional - ILTEC e está disponível on-line no Portal da Língua Portuguesa.

Um aspecto, porém nos merece especial reparo. É a situação dos jovens que, até 2014, vão aprender uma grafia que, sabemos-lo todos, vão ter de abandonar. Será justo? Será lícito? A este propósito, diz o linguista Malaca Casteleiro em declarações à comunicação social, aquando do 7.º Colóquio Anual da Lusofonia, em Bragança, que, sendo razoável o prazo de seis anos para a adaptação dos editores, se não compreende o facto de o Ministério da Educação não accionar medidas no sentido de permitir que os jovens que, em 2008-2009, começam a aprender a escrever (no 1.º ano do 1.º ciclo), o façam já segundo o novo acordo. De facto, porque hão-de aprender a escrever palavras com consoantes duplas, como óptimo, por exemplo, se no início do 3.º ciclo, ou ainda no 2.º ciclo, lhes vai ser dito para esquecerem essa grafia?

O que muda, afinal?

As mudanças vão ocorrer nas duas normas:

KWY - Passarão a constar do nosso alfabeto que, assim, será formado por 26 letras.

CONSOANTES MUDAS - É a maior alteração em Portugal. São suprimidas aquelas consoantes que, até agora, se mantinham apenas por respeito à etimologia. Assim, à semelhança dos brasileiros, passaremos a escrever lecionar, ação, coleção, elétrico, adoção, batismo... Nos casos em que a consoante se articula, vai permanecer, como em ficção, convicção, intelectual, opção, facto...

HÍFEN - Será eliminado nos casos em que o prefixo termina em vogal e o elemento seguinte começa por vogal diferente (autoestrada), ou por «r» ou «s» (antirreligioso; minissaia). No entanto, o hífen continua a usar-se sempre que o prefixo termine com a mesma vogal que inicia o elemento seguinte (micro-ondas; contra-almirante), excepto no caso de «co» (coobrigação). Mantém-se nas palavras compostas da área da zoologia e botânica (papa-formigas; couve-flor). É suprimido no presente do indicativo do verbo haver (hei de; hás de; há de; heis de; hão de).

ACENTOS - Suprime-se o acento circunflexo na 3ª pessoa do plural do presente do indicativo e do conjuntivo dos verbos crer, dar, ler e ver (creem; deem; leem; veem em vez de crêem; dêem; lêem; vêem). Também são eliminados os acentos nas palavras graves com ditongo «oi» (heroico), assim como em «pêlo» e «pára», passando a distinguir-se de «pelo» e «para» apenas pelo contexto. O acento circunflexo apenas se mantém na forma verbal «pôr» e «pôde» (3ª pessoa do singular do pretérito perfeito). No Brasil, verificar-se-á a queda do trema, em palavras como tranquilo (tranqüilo] e do acento agudo em palavras como ideia, assembleia, que lá se escrevem idéia, assembléia;

MAIÚSCULAS E MINÚSCULAS - Além de várias situações em que o uso de maiúscula ou minúscula continua a ser facultativo, passarão a escrever-se obrigatoriamente com minúsculas os dias da semana, os meses do ano, os pontos cardeais, e as designações usadas para mencionar alguém cujo nome não é referido (fulano, beltrano e sicrano).

Formação de termos técnico-científicos utilizando o alfa privativo

Se na rubrica *Memória das Palavras* me ocupei, por vários anos neste boletim, de termos com semânticas curiosas, volto-me agora para uma não menos interessante intromissão na área da *raiz das palavras*, quando formadas a partir dum radical grego.

O meu mestre de Grego, o insigne Professor António Freire, defendia que, aos médicos e profissões afins, traria grande vantagem a aprendizagem de algumas noções básicas de Latim e Grego, poupando a mera memorização, com benefício da compreensão etimológica aplicada aos inúmeros termos que têm de utilizar no seu jargão técnico-científico.

Uma particularidade da grande maioria desses termos reside na utilização sistemática do chamado *alfa privativo*, no início da palavra, para traduzir a ideia de *privação* ou *ausência* relativamente ao significado expresso pelo radical grego que se lhe segue. Dando um exemplo, temos a palavra grega *képhalos* «cabeça» a que se antepõe o alfa privativo (*a-*) resultando a palavra *aképhalos* «acéfalo», ou seja, sem cabeça.

De notar que é sobretudo na área das doenças ou malformações (*teratologia*) que surge a grande maioria de termos formados a partir dum radical grego com *a-* como prefixo, e o final com o sufixo *-ia* traduzindo este a ideia de qualidade, doença ou estado.

Na lista que segue, com uns termos mais conhecidos que outros, apenas indico o significado do radical grego, dado que o prefixo *a-* (*an-* antes de vogal) e o sufixo *-ia* são constantes em todos eles.

Acardia <gr *kardia* «coração»: falta congénita de coração

Acatisia <gr *kathizein* «sentar-se»: incapacidade de estar sentado

Acinesia <gr *kinesis* «movimento»: ausência de movimento; paralisia

Acistia <gr *kístis* «bexiga»: ausência congénita de bexiga

Acloroblesia <gr *khlorós* «verde»+*blépsis* «vista»: incapacidade de distinguir a cor verde

Acomia <gr *kómos* «cabelo»: calvice

Acoria <gr *kóre* «pupila»: ausência de pupila ocular

Acrinia <gr *krinein* «segregar»: suspensão da acção secretora de um órgão, por ex. do pâncreas (insulina)

Agenesia <gr *génésis* «geração»: impossibilidade de gerar; esterilidade

Agerasia <gr *géron* «velho»: aspecto jovem dum idoso

Ageustia <gr *geustós* «que se pode saborear»: perda do sentido do gosto

Aglossia <gr *glóssa* «língua»: sem língua

Agnosia <gr *gnósis* «conhecimento»: incapacidade de reconhecer os objectos e os símbolos usuais

Agnatia <gr *gnáthos* «maxilar»: sem maxilar inferior

Alalia <gr *laléo* «falar»: incapacidade total ou parcial de falar

- Aleucia**<gr *leukós* «branco»: falta de glóbulos brancos (sangue)
Amimia<gr *mímos* «acto mímico»: sem expressão
Amixia< gr *mýxa* «muco»: ausência de secreção mucosa nas relações sexuais
Anacusia<gr *akoúsis* «audição»: perda da audição
Anafia< *haphé* «tacto»: insensibilidade táctil
Anandria<gr *andrós* «homem»: privação de órgãos masculinos
Anartria<gr *árthron* «articulação»: perda da fala
Anedonia<gr *hedoné* «prazer»: perda do prazer
Anoniquia<gr *ónikhos* «unha»: falta congénita de unhas
Anosia<gr *nósos* «enfermidade”: ausência de doenças
Anosmia<gr *osmé* «cheiro»: sem sensibilidade olfactiva
Anotia<gr *otós* «orelhas»: sem orelhas
Anoxia< gr *oxýs* «oxigénio»: sem oxigenação
Anúria<gr *oúron* «urina»: sem formação de urina
Apraxia<gr *práksis* «ação»: incapacidade de realizar movimentos voluntários
Aprosopia<gr *prósopon* «face»: falta congénita de face
Apsitiria<gr *psithirós* «murmúrio»: perda da voz; afonia
Ascelia<gr *skéles* «pernas»: ausência congénita de pernas
Astomia<gr *stóma* «boca»: ausência congénita de boca
Ataraxia<gr *táraktos*«perturbação»: tranquilidade de espírito preconizada pelos filósofos epicuristas e estoicos
Ataxia<gr *táxis* «ordem»: falta de coordenação dos movimentos do corpo
Atimia <gr *tymós* «sopro; vida»: abatimento; desânimo
Atocia < gr *tókos* «parto»: infecundidade da mulher
Atonia<gr *tónos* «vigor»: fraqueza muscular; falta de tonicidade nos tecidos
Atraquelia <gr *trákhelos* «pescoço»: extrema curteza ou ausência de pescoço
Atrepsia <gr *thrépsis* «nutrição»: estado de desnutrição nos lactentes
Atresia <gr *trésis* «orifício»: falta de uma qualquer abertura natural no organismo
Atriquia<gr *trikhós* «pêlo; cabelo»: ausência de cabelos
Azimia <gr *zíme* «fermentação»: falta de fermentos para formação do quimo no estômago

Apoio bibliográfico:

António Freire – *Helenismos Portugueses*, Publicações da Faculdade de Filosofia de Braga, 1984.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Editora Objectiva, Rio de Janeiro, 2004.

José Pedro Machado – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989.

Acordo ortográfico: visão global¹

Segundo notícias que têm vindo a lume, em janeiro deste ano deu-se início ao processo de entrada em vigor do novo acordo ortográfico, passando, gradualmente, os documentos oficiais a ser escritos segundo as novas regras, às quais, paulatinamente, todos vamos ter de nos adaptar.

Não se pense, no entanto, que essa adaptação é pacífica. Não! Levanta dúvidas e cria descontentamento. Têm sido muitas as vozes que se têm erguido quer contra, quer a favor, tal como aconteceu com acordos e em momentos anteriores. Com efeito, a necessidade de uma ortografia – *Arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua Portuguesa*, como diz João de Moraes Madureira Feijó, em 1734 – é reconhecida por muitos estudiosos, sobretudo a partir do Renascimento.

Mas nem sempre a ortografia foi interpretada da mesma forma. Durante a **Idade Média**, a escrita era sobretudo **fonética**, ou seja, os escribas tentavam registar por escrito os sons que ouviam. Não havia regras comuns, mas havia situações novas, diferentes das que o Latim – língua de aprendizagem escrita desses escribas – continha e que implicavam uma tomada de posição e uma opção de escrita, muitas vezes individual. Por essa razão, é possível encontrar palavras escritas das mais diversas formas. Igreja, por exemplo, ocorre como: *ygreja, eygreya, eygleyga, eigreia, eygreia, egregia*; e para homem poder-se-ão encontrar as variantes: *home, homee, ome, omee*.

Durante o período do **Renascimento**, alguns estudiosos interessaram-se por este assunto e recorreram ao Latim e ao Grego para definir uma regra de escrita, ou ortografia, com base na etimologia. É o **período etimológico** da ortografia portuguesa, que alguns designam de **pseudo-etimológico** por nem sempre se ter respeitado a etimologia. Esta opção implicou a introdução de letras existentes (e às vezes imaginadas) em radicais gregos e latinos. Passa a escrever-se *pharmacia* (farmácia), química (química), teatro (teatro), etc.

A forma etimológica, se teve defensores que se esforçaram por definir regras e critérios para a sua boa aplicação (sem muito sucesso), começou a ter críticos, sobretudo durante o séc. XIX e início do séc. XX. Em 1825, no *Prefácio* ao seu poema *Camões*, que pode ser consultado na Biblioteca Nacional Digital, em http://purl.pt/16/3/cam-423-p_PDF/cam-423-p_PDF_08-G-R0072/cam-423-p_0000_rosto-217_t08-G-R0072.pdf, diz Garrett:

Sôbre orthographia (que é força cada um fazer a sua entre nós, por que não a temos) direi só que segui sempre a ethymologica em razão composta com a pronúncia; que accentos, só os puz onde, sem eles, a palavra se confundiria com outra; e que de boamente seguirei qualquer methodo mais accertado, apenas haja algum geral, e racionável em portuguez: o que tam fácil, e simples seria, se a nossa academia, e governo em tam importante cousa se empenhassem.

Almeida Garrett, *Camões*, 1825.

Numa tentativa de alterar o caos ortográfico, que se mantinha, Gonçalves Viana e Guilherme Abreu lançam, em outubro de 1885, as *Bases da Ortografia Portuguesa*, de distribuição gratuita. Essa bases, disponíveis em <http://purl.pt/437/6/1-11025-5->

v_PDF/1-11025-5-v_PDF_T-C/1-11025-5-v_tT-C.pdf, apresentam soluções radicais e muito mais inovadoras do que as que se encontram em todos os acordos ortográficos que “povoam” o século XX. Previamente, por exemplo, que o som /z/, como o j de janela, se escrevesse sempre com j:

Carecemos de caracteres próprios para distinguir na escrita as articulações _j_(a_), _g_(e, i_), _j_(o, u_), nas palavras _Jacob, Jeremias, José, Jesus, Jutlandia, Jerusalem, geme, gemer, gentes, gymnasio, Gil_; etc.; e é certo que não podemos, tão pouco, distinguir _Guilherme, guerra, garra, gume_, causando estranheza invencível especial para a conjugação dos verbos em (_ger, gir_) _-jer, -jir_. I a grafia _Geremias, Gesus_, e ficando ainda infiel _gemer, geral_, e sempre em contradição com uma pronúncia _Gêrusalém_ ou _Jerusalém_; tendo nós, pois, de escrever _Jeremias, Jesus_, adoptámos o símbolo _j_ para os fonemas articulados das sílabas _ja, jo, ju, ge, gi_, e por êste sistema gráfico evitamos também regra especial para a conjugação dos verbos em (_ger, gir_) _-jer, -jir_.

Bases da Ortografia Portuguesa, II-b), 2.º.

A consciência de que era necessário simplificar e regular a ortografia foi crescendo ao mesmo tempo que se tornava evidente a importância de difundir o ensino e de combater o analfabetismo. Com este intuito, o governo da recém-implantada República Portuguesa nomeia uma comissão constituída por Gonçalves Viana, Carolina Michaëlis, Cândido de Figueiredo, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Gonçalves Guimarães, Ribeiro de Vasconcelos, Júlio Gonçalves Moreira, José Joaquim Nunes, Borges Grainha e Augusto Epifânio da Silva Dias. Do trabalho desta equipa nasceu a *Reforma Ortográfica*, também conhecida por *Reforma de Gonçalves Viana*. O relatório desta Reforma foi publicado no *Diário de Governo*, n.º 213, de 12 de setembro de 1911.

Foram profundas as alterações introduzidas, que implicaram:

- a) simplificação dos dígrafos de origem grega: *pharmacia* passou a escrever-se *farmácia*, *theatro* passou a *teatro*, etc.;
- b) passagem de y a i: *lyrio*, passou a escrever-se *lírio*, etc.
- c) simplificação de consoantes geminadas no radical latino, como em *innocente*, *immortal*, que passaram, respetivamente, a *inocente*, *imortal*;
- d) queda de algumas consoantes mudas, como em *sancto*, *prompto*, *damno* e *escripta*, respetivamente *santo*, *pronto*, *dano* e *escrita*;
- e) introdução de acentuação mais sistemática, nomeadamente nas palavras esdrúxulas.

82

Reações

Não se pense que alterações tão significativas foram recebidas sem protesto. Não! Sendo, outrora como hoje, a língua o espaço dos afetos e havendo uma clara e cimentada ligação de todos os alfabetizados à palavra, muitos foram os que contestaram as mudanças:

Imaginem esta palavra phase, escripta assim: fase. Não nos parece uma palavra, parece-nos um esqueleto (...) Affligimo-nos extraordinariamente, quando pensamos que haveríamos de ser obrigados a escrever assim!

Alexandre Fontes, *A Questão Orthographica*, Lisboa, 1910, p. 9.

Na palavra lagryma, (...) a forma do y é lacrymal; estabelece (...) a harmonia entre a sua expressão gráfica ou plástica e a sua expressão psicológica; substituindo-lhe o y pelo i é ofender as regras da Estética. Na palavra abysmo, é a forma do y que lhe dá profundidade, escuridão, mistério... Escrevê-la com i latino é fechar a boca do abysmo, é transformá-lo numa superfície banal.

Teixeira de Pascoais, in *A Águia*, citado por Francisco Álvaro Gomes, *O Acordo Ortográfico*. Porto, Edições Flumen e Porto Editora, 2008, p. 10.

... odeio, com odio verdadeiro, com o unico odio que sinto, não quem escreve mal portu-guez, não quem não sabe syntaxe, não quem escreve em orthographia simplificada, mas a pagina mal escripta, como pessoa própria, a syntaxe errada, como gente em que se bata, a orthographia sem ípsilon, como escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiisse.

Bernardo Soares (Fernando Pessoa), *Livro do Desassossego*.

A *Reforma Ortográfica de 1911*, apesar da sua grande relevância - pela sistematização que introduz na ortografia da língua portuguesa - acaba por abrir um fosso entre as grafias das, então, duas nações lusófonas: Portugal e o Brasil. Com efeito, ainda que tivesse constituído, em 1907, uma comissão cujo objetivo era simplificar a ortografia, seguindo de perto o texto da equipa portuguesa, o Brasil não aderiu à Reforma de Gonçalves Viana, continuando a usar a ortografia etimológica até à publicação do Vocabulário de 1943.

Ao longo do século XX foi-se assistindo a tentativas várias, no sentido de uniformizar a grafia nos dois países. Essas tentativas têm tido menos sucesso do que se esperaria, muito porque as perspetivas subjacentes divergem, como nos diz Guilherme Ribeiro, num artigo intitulado *Apontamentos sobre a história da evolução da língua*, disponível em: http://esjmlima.prof2000.pt/hist_evol_lingua/R_GRU-J.HTML (acesso em 24-10-2009):

É visível o interesse que ambos os países sentem em encontrar uma norma ortográfica comum. Tal já vem a ser demonstrado desde 1907, ano em que a Academia Brasileira de Letras, sob a orientação de nomes ilustres, como Euclides da Cunha, Rui Barbosa e outros, projectava uma reforma idêntica à defendida por Gonçalves Viana. Mas o facto da [sic] reforma de 1911 ter sido feita sem qualquer intervenção do Brasil, motivou que, durante anos, os dois países utilizassem ortografias completamente diferentes (Portugal, com a ortografia moderna e o Brasil ainda com a ortografia pseudo-etimológica).

As ações conducentes à uniformização que, espera-se, o acordo de 1990 atingirá, começaram - ou prosseguiram, se tivermos em conta que um primeiro contacto ocorreu em 1907, e depois em 1914 - em 1924, com uma reunião da Academia Brasileira de Letras e da Academia de Ciências de Portugal. Continua Guilherme Ribeiro:

Em 1931, chegaram a um acordo preliminar, dando-se assim alguns passos na convergência ortográfica entre os dois países. Mas os Vocabulários publicados em 1940, pela Academia das Ciências, e, em 1943, pela Academia Brasileira de Letras, continham ainda algumas divergências.

Em 1943 decorreu uma Convenção Ortográfica, que, em Portugal, deu origem ao Acordo Ortográfico de 1945. Este acordo foi oficializado pelo governo português

através do Decreto n.º 35 228, de 8 de dezembro, mas não foi ratificado pelo Congresso Brasileiro. Na prática, a totalidade das bases que compõem este acordo, tendo cada um introduzido uns aspetos e preterido outros. A título de exemplo, o Brasil acabou por deixar cair as consoantes mudas. Portugal deixou cair o trema e o acento gráfico em ditongos **ei**, tónicos e graves, como em *ideia*.

Os encontros com vista à uniformização foram prosseguindo (1971, 1973-1975 (foi assinado um acordo que não entrou em vigor devido ao 25 de Abril), 1986 e 1990).

Acordo de 1990

O Acordo de 1990 que, finalmente, entrou em vigor no início deste ano de 2010 segue de perto, quer na estrutura, quer no conteúdo, o acordo ortográfico de 1945. Aqui e ali há aspetos mais desenvolvidos ou mais bem arrumados, fruto, talvez, de um amadurecimento, ou da tomada de consciência de que nem as coisas mais aparentemente evidentes o são na verdade. Estou a pensar, por exemplo, na denominação das letras do alfabeto. Poderia dizer o mesmo das regras de acentuação, ou do uso do hífen. Tem menos bases (51 em 1945 e 21 em 1990), não por terem diminuído os aspetos focados, mas porque no novo acordo foram reorganizados os temas no interior de cada uma das bases.

Podemos dividir o acordo ortográfico em quatro grandes áreas:

1- Alfabeto e grafia - bases I a VII

- **Base I:** do alfabeto e dos nomes próprios estrangeiros e seus derivados
- **Base II:** do *h* inicial e final
- **Base III:** da homofonia de certos grafemas consonânticos
- **Base IV:** das sequências consonânticas
- **Base V:** das vogais átonas
- **Base VI:** das vogais nasais
- **Base VII:** dos ditongos

2 - Acentuação - bases VIII a XIV

- **Base VIII:** da acentuação gráfica das palavras oxítonas
- **Base IX:** da acentuação gráfica das palavras paroxítonas
- **Base X:** da acentuação das vogais tónicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas
- **Base XI:** da acentuação gráfica das palavras proparoxítonas
- **Base XII:** do emprego do acento grave
- **Base XIII:** da supressão dos acentos em palavras derivadas
- **Base XIV:** do trema

3 - Uso do hífen - Bases XV a XVII

- **Base XV:** do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares
- **Base XVI:** do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação
- **Base XVII:** do hífen na ênclise, na tmese e com o verbo *haver*

4 - Diversos - XVIII a XXI

4.1 - Apóstrofo - XVIII

4.2 - Uso de minúsculas e maiúsculas - XIX

4.3 - Divisão silábica - XX

4.4 - Assinatura e firmas - XXI

1 - Alfabeto e grafia - bases I a VII

As alterações mais significativas para o português europeu – e que têm, aliás, desencadeado a maioria dos protestos, ou, pelo menos, sido usadas, por vezes com algum exagero, pelas pessoas que não concordam com o novo acordo – situam-se nesta parte. Algumas sem fundamento, pois, por exemplo, o uso do **h** (base II) não sofre alterações, contrariamente ao que, por vezes, se vê escrito.

Na base I, consagra-se a reintrodução das consoantes **k**, **y** e **w** sem que, todavia, se alargue consideravelmente a sua aplicação, que continua restringida a palavras estrangeiras e suas derivadas. No entanto, a sua inclusão poderá deixar em aberto a introdução de um considerável número de duplas grafias, se alguns países lusófonos optarem por representar o som /k/ com a consoante correspondente. Surgem já no *Vocabulário Ortográfico* da Porto Editora as palavras **kizomba** e **quizomba**, sem, do meu ponto de vista erradamente, serem dadas pistas sobre a geografia desta utilização. As duas grafias ocorrem igualmente no *Vocabulário Ortográfico* do Instituto de Linguística Técnica e Computacional (ILTEC), disponível em <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?sel=exact&query=kizomba&action=simplesearch&base=form>. Todavia, aí é dada indicação da distribuição geográfica das duas grafias, indicando-se **Kizomba** como grafia angolana.

As alterações centram-se na base IV, que prevê a queda das consoantes mudas **c** e **p**. Essas consoantes caem desde que não sejam pronunciadas. Assim, palavras como **facto** na locução «de facto» vão manter a consoante, pois ela é pronunciada... Na prática, e segundo informações do ILTEC, partindo de um estudo com base num conjunto de 137 000 palavras, 1,55% sofrem supressão destas consoantes. A distribuição do número de palavras em que ocorre a queda é a seguinte:

Queda de c	n.º	Queda de p	n.º
cc	208	pc	45
cç	139	pç	35
ct	2127	pt	933
Total	3487		

Porque, na sequência da adaptação que se foi efetuando, no Brasil foi já eliminada a grande maioria das consoantes nesta situação, esta é uma medida que será sentida sobretudo no português europeu (PE). Haverá, todavia, situações em que no PE se pode perder a consoante que vai ser mantida no português do Brasil (PB). É por exemplo o caso de *percetível*, cujo **p** é pronunciado no Brasil. Por outro lado, há um conjunto de palavras que vai ter dupla grafia por queda, no Brasil, de **b**, **g**, **m**, e **t**, em sequências como *bd* (súbdito – Br: súdito); *bt* (subtil – Br: sutil); *gd* (amígdala – Br: amídala); *mn* (amnistia – Br: anistia); *tm* (aritmética – Br: arimética).

Com base no mesmo conjunto de 137 000 palavras, 0,3% de palavras com estas caraterísticas vão ter dupla grafia:

bd	bt	gd	mn	tm	Total
141	73	23	147	73	457

Gostaria de salientar que o acordo de 1990 não é o primeiro a eliminar consoantes mudas. Já em 1911 elas caíram, por exemplo, em palavras como *práctica*, *sancto*, *assumpto*, etc. Aliás, tal como aconteceu nessa altura, nas sequências *mpt* (peremp-tório), *mpç* (assumpção) e *mpc* (assumpcionista), a queda do **p** vai implicar a transformação do **m** em **n**: perentório, assunção (já existente, aliás...), assuncionista, respetivamente.

Na base VII, que se refere aos ditongos, surge a consagração das sequências com consoante nasal como ditongos, na terceira pessoa do plural dos verbos e noutros casos em que, efetivamente, o que se pronuncia é um ditongo e não uma vogal nasal: **bem /ãj/**, **também /ãj/**; **falam /ãw/**, etc...

2 – Acentuação – bases VIII a XIV

Nesta parte do acordo concentra-se o maior número das situações de dupla grafia. Com efeito, a acentuação gráfica tem em princípio três funções:

- a) assinalar a sílaba tónica;
- b) identificar o timbre (aberto ou fechado) da vogal;
- c) retirar a ambiguidade em palavras homógrafas.

86

Os casos de dupla grafia situam-se sobretudo no âmbito da alínea b), pois há situações em que uma dada vogal é aberta - e, conseqüentemente, marcada com sinal gráfico que indica essa abertura (acento agudo) - em Portugal e fechada no Brasil, sendo esse fechamento assinalado com acento circunflexo. Esta situação ocorre com palavras agudas (*bebé* - *bebê*), graves (*Fénix* - *Fênix*) ou esdrúxulas (*anónimo* - *anônimo*).

A par das duplas grafias, há algumas palavras em que o acento vai cair:

a) nos ditongos tónicos *oi* e *ei*, quando em posição paroxítona, ou grave (em Portugal já não se colocava o acento no ditongo *ei*...). Assim, *jóia* passa a escrever-se *joia* e os brasileiros deixam de escrever *idéia* e passam a escrever *ideia*, etc...Isto,

saliento, acontece com as palavras graves, desde que a estrutura da palavra não exija a explicitação do acento gráfico, como acontece em palavras terminadas em l, r, z, x, e n, o que leva a que palavras como géiser e Poséidon mantenham o acento gráfico. Nas palavras terminadas em ditongo agudo não há alteração: caracóis, papéis, etc.

b) nas formas verbais em que ocorrem duas vogais iguais seguidas a vogal tónica deixa de ser acentuada. Lêem, passa a leem, dêem, a deem, etc. Como já acontece com voo, enjoo, perdoo...

c) as formas verbais gu, qu, deixam de ter acento. Delinqúis, argúis, etc. passam a delinquis, arguis... Esta situação implica, segundo se diz na *Nota Explicativa do Acordo Ortográfico*, ponto 5.4.4, que a primeira pessoa do pretérito perfeito, que é aguda, haja acento gráfico: «*Tais formas só serão acentuadas se a sequência ui não formar ditongo e a vogal tónica for i, como, por exemplo, arguí (1.ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo).*» É um dos casos em que importa estar atento à decisão dos dicionaristas, ou autores dos vocabulários, uma vez que, neste momento, essa forma não tem acento gráfico. Além disso, na base de dados do Portal da Língua Portuguesa, que dá acesso ao Vocabulário Ortográfico e que permite a conjugação dos verbos, este acento não está presente, embora todas as outras alterações previstas no acordo já sejam contempladas.

d) desaparece o acento tónico em vogais i e u quando ocorrem a seguir a um ditongo: baiuca; taoismo, etc.

e) desaparece o acento que desambiguava algumas palavras: pára, pêlo, péla e pólo passam a para, pelo, pela, polo, sendo o contexto que vai permitir a escolha da pronúncia adequada a cada situação. O caso de pêra, nome e pera, preposição, não é explicitado. Todavia, no Vocabulário da Porto Editora ocorrem ambas sem acento.

f) Mantém-se o acento discriminatório em formas verbais como pode - pôde; demos - dêmos, etc. Mantém-se também para distinguir a preposição por do infinitivo do verbo pôr. Na primeira pessoa do plural do pretérito perfeito dos verbos da primeira conjugação esse acento é facultativo. O vocabulário do ILTEC, dá, na conjugação, conta destas situações.

3 - Uso do hífen - Bases XV a XVII

Composição

As bases que tratam o problema do hífen procuram, ainda que com alguma leveza aqui e ali, digamos assim, sistematizar o uso do hífen de forma mais organizada do que ocorre atualmente. Todavia, a leveza de que falei permite interpretações que, na prática, sendo embora fugas ao texto do acordo, poderão contribuir para uma efetiva sistematização daquela que é, podemos dizê-lo, a mais pantanosa área da ortografia da nossa língua. Há, todavia, um risco nesta inovação, em si positiva: a tradicional (até me apetece dizer fatal, ou seja decidida pelos Fados...) incapacidade de dialogar e decidir em conjunto que parece dominar-nos. E, assim, vemos nascer vocabulários... Primeiro o brasileiro esquecendo aqui e ali esta margem do Atlântico; depois os que por aqui vão germinando. E o Vocabulário Comum, esse, nem em semente parece existir... Bom, considerações à parte, as mudanças relativamente ao

uso do hífen ocorrem sobretudo no âmbito da derivação.

Sistematizando, segundo o texto do acordo, o hífen mantém-se nos compostos (base XV) constituídos:

- a) dois nomes: ano-luz; navio-escola;
- b) um nome e um adjetivo: guarda-noturno; amor-perfeito;
- c) dois adjetivos: surdo-mudo; luso-brasileiro;
- d) um verbo e um nome: guarda-chuva; conta-gotas;
- e) um numeral e um nome: segunda-feira; primeiro-ministro;
- f) advérbio bem ou mal e adjetivo ou verbo: bem-vindo; mal-humorado, bem-estar.

Há algumas situações em que o hífen se perde: mandachuva, paraquedas. Há também, situações em que o advérbio bem já se aglutinou: benquerença; benfazejo, etc. Com o advérbio mal ocorre aglutinação se a palavra começar por consoante: mal-estar, mas maldisposto.

Mantém-se também o hífen com os elementos de ligação grã (grã-duquesa), grão (grão-mestre), além (além-mar), aquém (aquém-mar), recém (recém-chegado) e sem (sem-cerimónia). O *Vocabulário* da Porto Editora inclui aqui *quase* (quase-delito) e *não* (não-agressão). No entanto, O *Vocabulário* da Academia Brasileira de Letras não introduz estes dois elementos (não e quase) no domínio das palavras com hífen, seguindo, aqui, o texto do acordo. O ILTEC não associa hífen ao advérbio **não** e contém uma única palavra em que a **quase** se liga com hífen um nome: (quase-delito).

Nas locuções, como jardim-de-infância, educador de infância, a proposta do acordo é manter o hífen nos casos em que o seu uso está generalizado. Caso contrário, não se coloca hífen, exceto se designam espécies botânicas ou zoológicas. Porém, a interpretação que está a surgir nos vocabulários não é coincidente com o texto do acordo, pois está a ser retirado o hífen em locuções nas quais se usava. Por essa razão, é preciso estar atento aos documentos que forem surgindo, e, sobretudo, àquelas que o governo do nosso país considerar como oficiais.

Coloca-se também o hífen em compostos ocasionais, como por exemplo, Lisboa-Porto.

Derivação

As palavras derivadas são as que sofrem uma maior sistematização e redução relativamente ao uso do hífen. Na base XVI, a regra geral é a eliminação do hífen, com prefixos e pseudoprefixos. Excetua-se algumas situações:

a) emprega-se o hífen sempre que o prefixo terminar com a mesma letra que inicia a palavra a que se liga, ou quando esta começa com h: anti-higiénico; anti-inflamatório, hiper-regulamentado. Excetua-se os prefixos **co**, **pro átono** e **pre átono**, que se aglutinam sempre: cooperação, proeminente, preencher, preestabelecido. Não é referido no texto do acordo, mas, pelo seu comportamento constitui igualmente exceção o prefixo **re**, que também costuma aglutinar-se: reenviar, refazer, etc. Um dos exemplos de uso do hífen com palavras começadas por h é co-herdeiro. Esta palavra, explicitamente registada no texto do acordo, poderá vir a originar dupla grafia, pois no vocabulário brasileiro não é tida em conta a grafia co-herdeiro, sendo registado

coerdeiro. No Vocabulário da Porto Editora, por seu lado, são registadas as duas formas: coerdeiro, por analogia com coabitar, e co-herdeiro. No do ILTEC apenas se regista co-herdeiro.

Sempre que o prefixo terminar em vogal e a palavra a que se liga começar com **s** ou **r**, esta consoante dobra, com o objetivo de manter a pronúncia: microssistema, antirreligioso;

b) se o prefixo terminar em **m** ou **n** e o segundo elemento começar por *vogal*, **m**, ou **n**, emprega-se igualmente o hífen: pan-americano; circum-navegação;

c) mantém-se o hífen com os prefixos sota (sota-piloto), soto (soto-mestre), vice (vice-presidente), vizo (vizo-rei), pré (pré-escolar), pós (pós-graduação) e pró (pró-seleção).

A base XVII refere-se ao uso do hífen com formas verbais e a inovação prende-se com o desaparecimento do hífen que tem ligado a preposição **de** ao verbo haver: hei de, hás de, hão de...

4 - Diversos - XVIII a XXI

Agrupámos sob o título *Diversos* quatro aspetos, cada um tratado numa base. Aquela cuja referência é relevante por haver algumas alterações é a base XIX, que regula o uso das maiúsculas e das minúsculas.

Passam a grafar-se com minúscula:

a) os dias da semana, dos meses e das estações do ano;

b) os termos fulano, sicrano, etc.

c) os pontos cardeais, exceto quando usados de forma absoluta: Norte, por norte de Portugal.

Grafam-se opcionalmente com maiúscula ou minúscula:

a) os títulos dos livros (sempre com a primeira letra e os nomes próprios em maiúscula...): *As pupilas do senhor reitor* ou *As Pupilas do Senhor Reitor*. Seja qual for a opção, os títulos deverão escrever-se em itálico.

b) os nomes das áreas do saber: português ou Português; matemática ou Matemática;

c) nos axiónimos: senhor doutor Manuel, ou Senhor Doutor Manuel;

d) nos hagiónimos: santo António, ou Santo António;

e) a designação dos logradouros públicos: rua da Liberdade, ou Rua da Liberdade.

Em relação ao uso das maiúsculas não há alterações a não ser as que estão descritas no uso das minúsculas.

Como se diz em nota ao título, procurei, na grafia, seguir o novo acordo. A falta de treino deve ter-me traído pelo meio... As dificuldades que senti, todos as vamos sentir durante algum tempo. No entanto, estão já a surgir materiais que podem ajudar-nos. O *Vocabulário da Porto Editora* está disponível *on-line*, gratuito, na *Infopédia*, onde é igualmente possível consultar, também gratuitamente, duas versões do dicionário da Porto Editora, uma com a grafia anterior ao acordo, outra com a grafia atualizada. Também o ILTEC, no *Portal da Língua Portuguesa*, tem disponibilizados, além do vocabulário, diversos documentos de grande utilidade. Apresenta, no entanto, solu-

ções inovadoras que poderão causar problemas e face às quais importa estar atento. O dicionário *on-line* da *Priberam* contém também já, na sequência da definição da palavra pesquisada, a sua nova grafia, caso a haja. A *Porto Editora* disponibiliza ainda uma outra página intitulada *Português exato*, em: www.portuguesexato.pt/, na qual, além de informação relevante, se encontra um conversor ortográfico, que nos ajuda. Também se pode consultar o VOLP brasileiro a partir da página da Academia Brasileira de Letras.

Referências

Casteleiro, João Malaca (2009). *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. Porto: Porto Editora.

Castro, Duarte & Leiria, orgs. (1987). *A demanda da ortografia portuguesa: comentário do acordo ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu*. Lisboa: Sá da Costa.

Correia, Margarita (coord.) (2010). *Vocabulário ortográfico do português*. Lisboa: Instituto de Linguística Técnica e Computacional, disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org>.

Estrela, Edite (1993). *A questão ortográfica: reforma e acordos da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Notícias.

Feytor Pinto, Paulo (2009). *Novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Gomes, Francisco Álvaro (2006). *Ortografia para todos: para [ensinar] a escrever sem erros*. Porto: Edições Flumen; Porto Editora.

Gomes, Francisco Álvaro (2008). *O acordo ortográfico*. Porto: Edições Flumen; Porto Editora.

Gonçalves, Maria Filomena (2003). *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gonçalves Viana (1885). *Bases da ortografia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Janssen, M. et alii (2008). *Vocabulário - As palavras que mudam com o acordo ortográfico*. Rio Tinto: Editorial Caminho.

Português exato. Porto Editora, disponível em (contém um conversor ortográfico): <http://www.portuguesexato.pt>.

Fontes das imagens (apenas constantes na *Separata*)

Cepeda, Isabel Vilares (Coord.). *Inventário dos Códices Iluminados até 1500* [CD]. Lisboa: Biblioteca Nacional - **Imagem 1**: Vol. I - 151 PRISCIANUS, fl. 520-540 BN, ALC. 78: Pert.: Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. **Imagem 2**: Vol. I - 166 OSBERNUS DE GLOUCESTER, fl. 1150 BN, ALC. 151: Faltam fólios no final. - Pert.: Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. **Imagem 3**: Vol. I - 333 PAPIAS, 10-BN, ALC. 424-426: Enc. original. - Pert.: Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. **Imagem 4**: Vol. II - 26 PAPIAS, 10, cfr. cód. alcobacenses 424-426 da BN. **Imagem 5**: Vol. II - 145 DOMENICO DA SAN GEMIGNANO UCBG - Ms. 722-723 - Manchas de acidez. - Enc. em pele com o super-libros da Livraria da Universidade, mutilada nos cantos e na lombada. - Pert.: Jean du Chastel, "evesque de Carcassone" (séc. XV). **Imagem 6**: Vol. I - 222 PEDRO LOMBARDO, ?-1160 BN, ALC. 235: Not. marg. de letra vária. - Pert.: Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. **Imagem 7**: Vol. I - 108 CANCIONEIRO DA AJUDA, BAJUDA, Cancioneiro da Ajuda: Not. marg. - Enc. com pastas de madeira revestidas de couro castanho escuro, lavrado, vestígios de fechos. - Pert.: Colégio dos Nobres. **Imagem 8**: Vol. I - 46 DINIS, Rei de Portugal, 1261-1325, ANTT, Fragmentos, cx. 20 (C.F.): Perg. muito fragilizado por ter servido de encadernação ao livro com a cota Cart. not. Lx. 7A / cx. 1, maço 1, livro 3, e esmaecido com prejuízo do texto e da notação musical; rasgões e perfurações. **Imagem 9**: Vol. I - 342 ISIDORO DE SEVILHA, Santo, ca 560-636, BN, ALC. 446: Not. marg. com figuras de animais. - Enc. da época. - Pert.: Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. **Imagem 10**: Vol. II - 260 ISIDORO DE SEVILHA, Santo, ca 560-636, BPMP - Ms. 21 [Santa Cruz 17] - Not. marg. - Enc. com pastas de madeira revestidas a pele, muito deteriorada. - Pert.: Mosteiro

de Santa Cruz de Coimbra (Santa Cruz 17). **Imagem 11:** Vol. II - 196 VOCABULARIUM BPADE - Pasta 1, doc. 35 e 37 - Mutilações e perfurações afectando o texto e a iluminura; manchado e fragilizado. **Imagem 12:** Vol. II - 514 VOCABULARIUM, BN - MSS. 258, n.º 38 - Vincado por ter servido de encadernação. **Imagem 13:** Vol. II - 540 VOCABULARIUM BN - S.C. 150 A. (guardas) - Rasgado e cortado no canto superior esquerdo; deteriorado e colado por servir de guardas. **Imagem 14:** Vol. I - 66 PORTUGAL. Leis, decretos, etc. ANTT, N.A. 1 (C.F.) : Not. marg. — F. 77 a 109 de data posterior (século XVIII). — Alguns fólios deteriorados e ilegíveis por acção da humidade. **Imagem 15:** Árvore da Gramática in Grammatices Rudimenta (c. 1540) de João de Barros. **Imagem 16:** Rosto da Gramática de Fernão de Oliveira, impressa por Germam Galharde em 1536. **Imagem 17:** Gramática atribuída a João de Barros, publicada em 1539.

Edite Prada, Separata, *Profalmada*, n.º 22, 2010

¹Este texto procura seguir as normas do novo Acordo.

A APCA pela Usalma Um projecto inovador de associativismo

Introdução

Com este estudo-artigo pretende-se salientar a criação da Associação de Professores do Concelho de Almada (APCA) na perspectiva do projecto sociocultural da modernidade, que institui o direito-dever de associar-se no quadro dos direitos de liberdade ou cívico-políticos. Pontuar que o individualismo contemporâneo é uma patologia social: era do vazio (cf. Lipovetsky, 1989) ou era dos extremos (cf. Hobsbawm, 1996). Reconhecer que a APCA, ancorada na cultura da aprendizagem de todos ao longo de toda a vida, se tem afirmado, na Cidade, pela originalidade da Usalma- Universidade Sénior de Almada, em retrato sucinto de caracterização. Um caso singular do associativismo nacional e almadense pelo serviço prestado a todo e a qualquer munícipe no campo da formação-educação, tendo por referencial a cultura integral do indivíduo (cf. Jesus Caração, 1939).

A educação permanente, em expansão, desde os anos sessenta do século XX, sob modalidades formativas de educação formal, não formal e informal, alarga o seu campo social para o público sénior, independentemente das suas habilitações académicas.

Em Portugal, nos últimos dez anos, cresce a oferta formativa para os seniores, cuja esperança média de vida em crescendo recomenda a qualificação para uma vida com sentido na perspectiva de cuidar o futuro (cf. Pintasilgo, 1998). A intergeracionalidade em lógica multicultural constitui-se como desígnio relevante da contemporaneidade, particularmente da UE em seus 500 milhões de cidadãos.

I. O direito-dever de associar-se

O projecto sociocultural e emancipatório da modernidade (séculos XVIII-XIX) institucionalizou o direito de associar-se como um dos direitos de liberdade ou cí-

vico-políticos. Direito radicado na experiência multissecular do homem como ser relacional ou comunitário. Daí que associar-se (família, vizinhança, profissão,...) se constitua como um dever de humanização do homem e de democratização da sociedade (cf. Giddens, 1999). O individualismo como elogio da liberdade traduz-se sociologicamente em patologia pessoal e societal - era do vazio (cf. Lipovetsky, 1989) ou em era dos extremos (cf. Hobsbawm, 1996).

A institucionalização do Estado de direito democrático como regulador do Mercado e da Sociedade Civil tem vindo a ser sobredeterminada ou colonizada pelo poder privado económico-financeiro. A desregulação em cena desde 2007, traduzida em pobreza, fome, discriminação pela etnia, religião, idade, género ou orientação sexual - precariedade global, mina os alicerces da liberdade e da democracia (cf. Santos, 2000). Daí, a exigência de educar para uma cultura humanista de sentido solidário: a re-emergência da sociedade civil como pilar regenerativo da democracia através do associativismo, juridicamente constituído ou não formal, por causas inadiáveis do nosso tempo (cf. Giddens, 2000).

O associativismo como património imaterial da humanidade (cf. Fernandes e Sarmiento, 2010) reflecte uma leitura sócio-histórica que pretende desconstruir preconceitos ou lugares comuns sobre o direito-dever de associar-se e a todos convocar para uma nova cultura consagrada, no pós II Guerra Mundial, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948, Artº 29.º nº1): O individuo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.

Almada, no contexto do movimento associativo dos séculos XIX-XXI, afirma-se como capital do associativismo (cf. Malheiro, 1996). Apesar da sua singularidade, o associativismo mutualista, recreativo, cultural, desportivo ou sindical manifesta-se por todo o país, mesmo e apesar da ditadura do Estado Novo. Pós-Abril, o associativismo diversifica-se, assumindo novas causas como o património natural, ambiental e construído, a não discriminação pelo envelhecimento, género, etnia ou orientação sexual (cf. Museu da Cidade, 2007).

Neste quadro de cultura cívico-política, a Associação de Professores do Concelho de Almada (APCA), criada em 2003, afirma-se como serviço à Comunidade, particularmente pela Universidade Sénior de Almada (Usalma). Um caso exemplar, no panorama nacional, porque constitui a aprendizagem de todos e ao longo de toda a vida como desígnio do seu projecto associativo enquanto comunidade de professores.

92

Em cenário nacional, as universidades seniores em número de 140 com 120 000 alunos, segundo estimativa da RUTIS - Rede de Universidades da Terceira Idade (2009), são uma promessa para romper com a cultura endémica do nosso país que se fotografa entre 1910 - 76% de analfabetos e 2001 - 10% de analfabetos. Vergonha nacional, dizia-se em tempo de implantação da República, há cem anos.

II. Traços de caracterização da Usalma

A Revista da APCA/Usalma Memórias e Futuro, cujo primeiro número foi publicado em Outubro de 2009, consubstancia a actividade desenvolvida entre 2003 e

2008 e espelha a originalidade desta associação de professores a nível nacional. Não fora o reconhecimento de serviço à Cidade, a Câmara Municipal de Almada não teria atribuído, em 2007, a Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção, em homenagem à Associação (cf. Rev., p. 245).

Sobre o percurso da Usalma, regular e em expansão, Jerónimo de Matos, Presidente da Direcção, escreve uma Breve História (cf. Rev., p.17-19). A leitura do Boletim Correio da Usalma(2005-2010) espelha a diversidade de autores entre estudantes, professores e investigadores, sob o desígnio Aprender é Viver Melhor.

A singularidade da Usalmatraduz-se matricialmente em sete princípios teórico-políticos:

- a cultura da aprendizagem ao longo de toda a vida, em modalidades de educação formal, de educação não formal e de educação informal (cf. Fernandes, 2010), tendo por desígnio ou missão a cultura integral do indivíduo, em campo intercultural e intergeracional, na Comunidade (cf. Fernandes, 2009);

- a pedagogia de formador e formandos em relação dialógica, trabalhando saberes-preconceitos-ignorâncias-alienações, em projecto de futuro radicado na Memória como exercício da atenção e do cuidado entre companheiros (cf. Fernandes, 2008);

- a candidatura/inscrição aberta aos sócios da APCA e a qualquer munícipe do Concelho;

- a candidatura/inscrição não condicionada ao nível académico ou de habilitações escolares das pessoas;

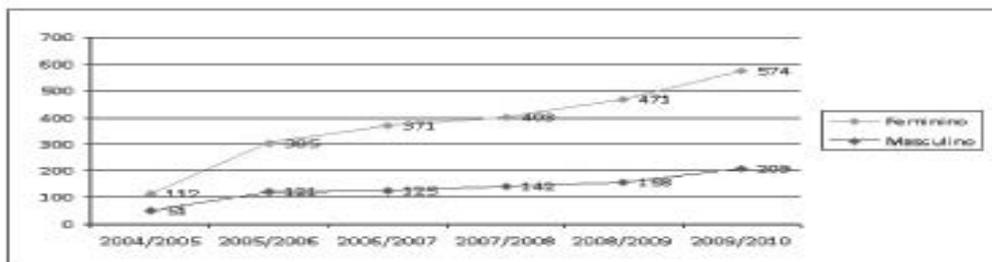
- a candidatura/inscrição não constitui como requisito de selecção a idade dos formandos (sénior ou terceira idade);

- o corpo docente exerce a sua função em trabalho voluntário;

- a organização da oferta formativa implementa-se numa lógica de proximidade residencial dos candidatos, em cooperação com Escolas e Associações do Concelho, cultura a manter, mesmo no horizonte próximo da Usalmater a sua sede na zona histórica de Almada, nas antigas instalações da Cooperativa Almadense, projecto em remodelação pela Câmara Municipal de Almada.

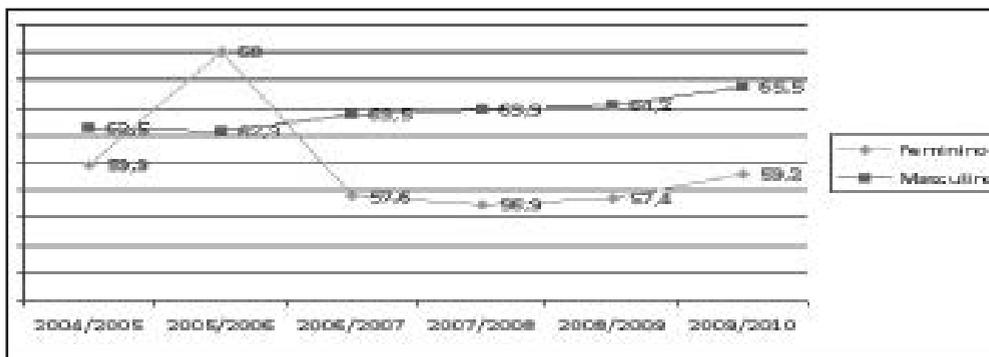
No sentido de aprofundar o conhecimento sobre a Usalma, partilhamos a seguinte informação, que será, oportunamente desenvolvida:

1. Evolução do Número de Alunos por Ano Lectivo



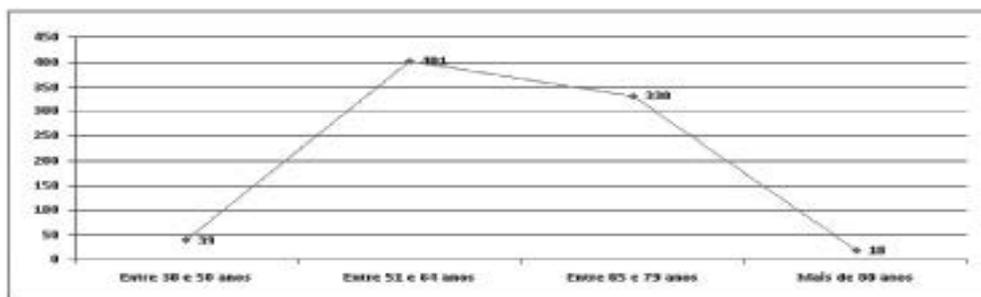
Saliente-se: a crescente procura de formação, em posição relevante das mulheres e em crescendo dos homens.

2. Evolução da Média de Idade dos Alunos por Ano Lectivo



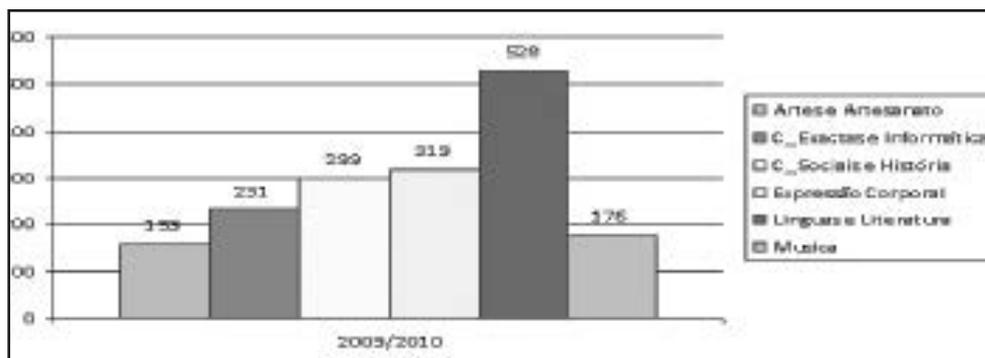
Registe-se: a juvenilização da idade média dos estudantes, na dianteira a procura dos estudantes do género feminino.

3. A Distribuição dos Alunos por Escalão de Idade em 2009/2010



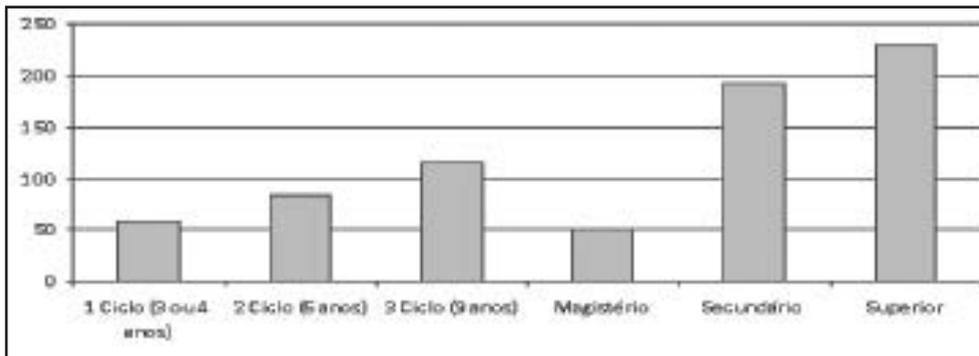
Acentue-se: A maior fatia de alunos encontra-se numa faixa etária inferior à designada terceira idade.

4. A Procura dos Alunos por Áreas Formativas em 2009/2010



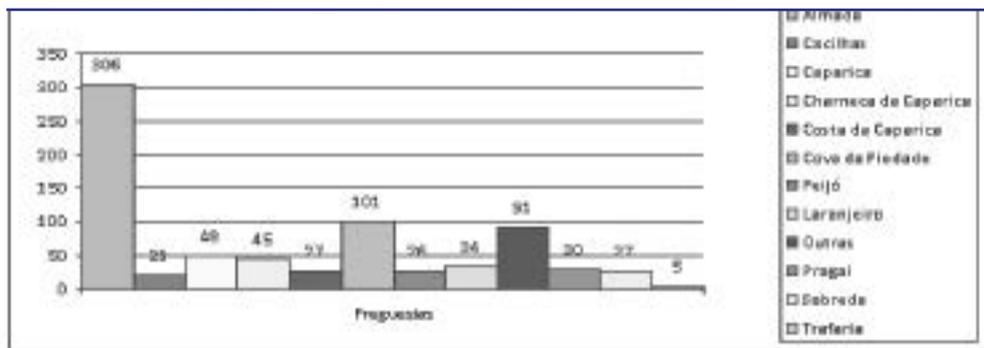
Destaque-se: Existe uma predominância das Linguas em relação às outras áreas de saber. Cada aluno pode inscrever-se até ao máximo de 4 disciplinas.

5. Habilitações Académicas dos Estudantes no Ano Lectivo de 2009/2010



Realce-se: Alunos com maior escolaridade dão continuidade aos seus estudos.

6. Territorialização por Freguesias do Concelho no Ano Lectivo 2009/2010



Focalize-se: A concentração urbana é factor relevante.

Epílogo

O projecto societal da modernidade em sua promessa de emancipação ergueu como bandeira liberdade-igualdade-fraternidade. Utopia, dramaticamente, interrompida por duas guerras mundiais e regimes de totalitarismo político, a Ocidente.

O direito, quem sabe, mais urgente na actualidade, o dever de associar-se, enquadra-se nos direitos de liberdade ou cívico-políticos, pilar da democracia. Nesta perspectiva, deverá ser retomado o lema do associativismo almadense: Cada um entrega o melhor de si para colher o melhor da comunidade.

O projecto associativo da APCA convoca cada um de nós para reaprender a linguagem co-pilotada da esperança, segundo a palavra de Sophia de Mello Breyner Andresen em Olhos (1997). Neste projecto, a Usalma-Universidade Sénior de Almada representa um caso exemplar de serviço à comunidade concelhia. Uma das novas causas do associativismo: o envelhecimento demográfico da população. No caso de Almada, a população com idade igual ou superior a 65 anos passou de 4,9% em 1960 para 16,8% (26 945 pessoas) em 2001 (cf. Fernandes, 2009).

Quando a esperança de vida nos países da UE é superior a 75 anos (Afeganistão

- 36, Serra Leoa - 37) não é suficiente viver mais tempo, é necessário que a vivência do tempo seja de qualidade - sentido, ou seja, em desenho de novos percursos de vida.

No campo das actividades desenvolvidas, tipo ocupação de tempos livres ou de projectos estruturados para os seniores, a herança cultural das universidades populares, que, em Portugal, têm uma referência histórica em Bento de Jesus Caraça (1901-1948), professor catedrático de matemática, deve ser cultivada como campo aberto a qualquer cidadão, independentemente das suas habilitações académicas, porque o que não deve nem pode ser monopólio de uma elite é a cultura, essa tem de reivindicar-se para a colectividade inteira, porque só com ela pode a humanidade tomar consciência de si própria, (...) [Caraça, 1939, p.33; cf. Schmidt e Cabral, 2008].

É justo reconhecer que em José Saramago (1922-2010), primeiro Nobel da língua portuguesa (1988), tendo sido serralheiro mecânico, desenhador, jornalista, tradutor, escritor e político, acolhemos um exemplo de vida com sentido contra a cegueira (1995), cuja obra pujante é escrita quando era maior dos sessenta anos. Em poemas possíveis (1966), levantado do chão (1980) pela sua formação cultural autodidacta, persistentemente soletrou, no corpo da alma, estes versos:

Há-de haver uma cor por descobrir,	Poesia tardia que não chegas
Um juntar de palavras escondido	A dizer nem metade do que sabes:
Há-de haver uma chave para abrir	Não calas, quanto podes, nem renegas
A porta deste muro desmedido. [...]	Este corpo de acaso em que não cabes.

Referências Bibliográficas

APCA, Autores Vários, *Boletim Correio da Usalma*(2005-2010), Almada, APCA - Associação de Professores do Concelho de Almada.

APCA/Usalma, Ernesto Fernandes e Edite Prada [org.] (2009) - Revista *Memórias e Futuro*, n.º 1, Almada, Associação de Professores do Concelho de Almada (APCA).

ARENDETT, Annah (1958) - *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 2001.

BOBBIO, Norberto (1992) - *A Era dos Direitos*, Rio de Janeiro, Editora Campus.

CARAÇA, Bento de Jesus (1939) - *A Cultura Integral do Indivíduo: problema central no nosso tempo*, Lisboa, ITAU, s.d..

CONFERÊNCIA Episcopal Portuguesa (2003) - *Carta Pastoral: Responsabilidade Solidária pelo Bem Comum*, Lisboa, Secretariado Geral da CEP.

DELICADO, Ana (2002) - *Caracterização do Voluntariado Social em Portugal*, in Rev. "Intervenção Social", n.º 25/26, Lisboa, ISSS Lisboa/Beja, p. 127-140.

96 FERNANDES, Ernesto e BRANCO, Francisco (org.) (1998) - *Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*, n.º especial da Rev. "Intervenção Social", Lisboa, Departamento Editorial do ISSScoop - Cooperativa de Ensino Superior Intervenção Social, CRL.

FERNANDES, Ernesto - *Por uma Carta Formativa e Sociocultural da APCA*, in "Correio da Usalma", n.º 15, Outubro 2008, p.4-5; Universidade Popular, in "Correio da Usalma", n.º 18, Abril 2009, p.6-7; *A Cidadania dos Idosos em Almada*, in "Correio da Usalma", n.º 20, Novembro 2009, p. 4-5 e 8; *A Educação ao Longo de Toda a Vida*, in "Profalmada", n.º 21, Março de 2010, p.3-5, Almada, APCA.

FERNANDES, Ernesto e SARMENTO, Joaquim (2010) - *O Associativismo Património da Humanidade*, in "Anais de Almada - Revista Cultural", n.º 11-12, 2008-2009, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórico - Câmara Municipal de Almada, p. 185-208.

FREIRE, Paulo (1991) - *A Educação na Cidade*, São Paulo, Cortez.

GIDDENS, Anthony (2000) - *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Presença.

HOBSBAWM, Eric (1996) - *A Era dos Extremos*, Lisboa, Presença.

LIPOVETSKY, Gilles (1989) - *A Era do Vazio - Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, Lisboa, Antropos.

MALHEIRO, José (1996) - *Associativismo Popular: originalidade do povo português*, Almada, Câmara Municipal de Almada.

MATOS, Jerónimo de (2006) - *Universidade Sénior de Almada*, in "Anais de Almada - Revista Cultural", n.º 7-8, Almada, Câmara Municipal de Almada, p. 265-278.

MUSEU DA CIDADE (2007) - *Associativismo e Cidadania*, Almada, Câmara Municipal de Almada.

PINTASILGO, M. Loudes (presid.), Comissão Independente População e Qualidade de Vida (1998) - *Cuidar o Futuro. Um programa radical para viver melhor*, Lisboa, Trinova.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2000) - *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*, Porto, Afrontamento.

SCHMIDT, Luísa e CABRAL, João de Pina [organizadores] (2008) - *Ciência e Cidadania: homenagem a Bento de Jesus Caraça*, Lisboa, ICS - Instituto de Ciências Sociais.

SEMEAR PARA UNIR/ Associação de Alfabetização e Cultura Popular (1984) - *O Associativismo Tradição e Arte do Povo de Almada*, Câmara Municipal de Almada.

Ernesto Fernandes e Nuno Coelho. Separata. *Profalmada*, 2010, n.º 23

* Colaboração diligente a nível administrativo de Sónia Tomás, do Secretariado da APCA.

Saga de Pequenas Memórias **em Sessão de Apresentação**

Saga de Pequenas Memórias, do Professor Oleiro, apresenta-se-nos como uma narrativa a dois andamentos:

1. Um 1.º, de expressão significativa, pois representa quase 2/3 da obra, percorre as vivências e as memórias a elas associadas desde o nascimento (1920), ao casamento (1942) e os 1.ºs tempos de organização de uma vida a dois, que culmina com a vinda para Almada

2. Um 2.º, de natureza mais descritiva e episódica, situa-se em Almada e suscita-nos a atenção para a evolução da Escola (leia-se escola primária, atual 1.º ciclo do ensino básico) desde os anos cinquenta até aos nossos dias e toda a participação cidadã a ela associada.

O professor convida-nos a partilhar com ele "emoções e acontecimentos" que ilustram uma vida, mas eu diria que ilustram a história de um povo, de um país, de uma cidade. É uma longa, mas bonita história, aquela que o professor Oleiro nos dá a conhecer através da *Saga de Pequenas Memórias*.

A narrativa revela toda a sua vivacidade, toda a sua inquietude, todo o seu amor à vida, toda a sua dedicação aos que lhes são queridos, aos seus colegas de profissão e mais recentemente àqueles que integram com ele a Associação dos Professores do Concelho de Almada.

Mas também nos desperta as nossas memórias (as paisagens alentejanas, a agitação de Lisboa, a evolução urbana de Almada, as narrativas dos nossos avós, as leituras da nossa adolescência, os sabores das nossas comidas, as lembranças das professoras que nos ensinaram as 1.ªs letras, o viver o durante e o pós 25 de Abril ...).

Numa fase mais avançada da sua obra, regista o seu testemunho enquanto elemento da Associação dos Professores do Concelho de Almada, da Usalma...

Participação ativa, reconhecida pelos seus pares, sempre pautada pela boa disposição. Sendo um momento de (in)confidências, aproveitou para recordar alguns mimos com que o professor presenteava o grupo de trabalho responsável pela criação da Associação, mais tarde também corresponsável pelo surgimento da USALMA, como eram os sonhos – pequenos fritos - que ele próprio confeccionava em casa e nos dava a saborear naquelas longas tardes de trabalho.

Mas também revela o seu reconhecimento pela distinção a que foi sujeito pela sua participação ativa na comunidade (enquanto delegado escolar, autarca, membro do Rotary Clube de Almada, da APCA ...) e que teve expressão na atribuição da medalha de ouro de mérito e dedicação do município de Almada e mais recentemente na atribuição do seu nome, pela Câmara Municipal, à escola onde hoje nos encontramos. Escola do presente, mas também escola do futuro, que será certamente revisitada em muitas outras pequenas sagas.

Acredito que outras memórias poderiam ainda abrilhantar este trabalho que tenho a honra de apresentar – a sua atenção e disponibilidade para com o Próximo, a orientação para a vida, passo a citar o professor “Depois de tanto esforço, vai ... e exerce o teu *munus* o melhor que pudeses e souberes” foram valores exercidos e passados para o seu próprio filho Raul. Recordo na década de 80 a participação ativa de algumas famílias de Almada Velha ao serviço do Grupo Desportivo e Cultural de Almada, instalado no Salão das Carochas, muito empenhadas na formação desportiva dos jovens, na sua maioria com introdução tardia ao desporto federado, por inexistência de condições físicas instaladas nas escolas, a braços com a necessidade de dar resposta ao crescente aumento de alunos provenientes de Almada e Seixal e de um jovem (no caso o seu filho), que, empenhado na concretização do seu sonho, foi responsável por colocar alguns dos seus atletas no pódio nacional e de um pai muitas vezes cooptado para o transporte desses mesmos jovens. Quem não se lembra do automóvel do professor Oleiro no salão das carochas? Confidencio que era sempre bem-vindo face à exiguidade dos recursos.

Partilho agora algumas passagens desta Saga, como estímulo à vossa leitura, sem deixar de aludir à riqueza da linguagem, que o professor Jerónimo, no seu prefácio, caracteriza, referindo Aquilino, como sendo coloquial, castiça, rica de aforismos latinos. Eu diria que nos remete para uma certa oralidade. É como se tivéssemos o professor Oleiro a confidenciar-nos as suas memórias, naquele tom de voz brejeiro, mas de afeto e companheirismo que muitos de nós conhecemos:

- O Alentejo é-nos revelado na sua dimensão paisagística, onde o mês de maio se apresenta “luxuriante” (p.27) e rural. Esta é visível no cuidar do gado (p. 54) e, por exemplo, na contratação sazonal dos *ratinhos* (p.66).

- A Educação perpassa toda a sua vida, quer como estudante, quer como professor, quer na sua própria vida pessoal, dado que foi casado também com uma professora. Remete-nos para a distância a percorrer para se chegar à Escola no Alentejo relatando-nos as dificuldades para percorrer esse caminho, algumas das vezes intransponíveis – cheias no inverno (pp.37-38), o respeito e o amor à Dona Cora (p.40),

a conclusão do 5.º ano em Évora (a grande alegria) (p.96), e do magistério primário em 1950 (p.97), a grande vitória.

- O exercício da profissão (1.º regente escolar em Vendas Novas, depois docente na Escola Masculina n.º 1 em Montemor-o-Novo e a vinda para Almada, onde exerceu funções na Escola Conde Ferreira de docente e diretor) encontra-se substancialmente desenvolvida na sua obra. Realça-se a título ilustrativo a decisão tomada quanto às contas da caixa escolar (p.103). Em 1960 é nomeado delegado escolar, onde teve contacto com a realidade (a escola improvisada no palco do Clube Desportivo da Sobreira, os postos escolares dos Pilotos em Vila Nova e Alcaniça e a situação delicada vivida no Pragal pela construção do HGO, que levou à construção da Escola n.º 2 do Pragal. O acumular de funções e a magnitude das dificuldades, submerge a essência do ser professor e que nos é apresentada pela observação certa do menino (p.118). Observa e regista a evolução positiva da educação no concelho (p.108)

- A influência dos saberes e sabores. A leitura dos escritos do professor Oleiro remete-nos para a importância dos saberes adquiridos através da vivência tida com familiares, amigos e outras personalidades influentes que se cruzaram com o professor ao longo da sua vida (a professora Cora que já fiz referência, o amor da sua vida, o seu sogro de seu nome Joaquim Póvoa, autodidacta, que o levou à descoberta de Victor Hugo, Emílio Zola, Balzac, Goethe, entre outros, o Professor Moura (pp. 113-114), o Ricardo e Helena, fundadores do Externato Campo Flores, a Câmara Municipal de Almada, na pessoa da sua Presidente, na oportunidade de participação nos projetos da APCA, Usalma ou Homenagem ao Professor Aposentado.

Os sabores acompanham-nos ao longo da narrativa – a pescaria e o piquenique no Pego do Altar, a boda do seu próprio casamento e o “elogio à açorda alentejana”, que foi apresentada pela sua mãe aos senhores engenheiros da futura barragem do Pego do Altar (p. 46).

Os benefícios recebidos na sua relação com os Outros são testemunhados ao longo da *Saga de Pequenas Memórias*. Estes adquirem, no entanto, uma dimensão muito especial no episódio do Pedro (p.133)

E com estas palavras termino, homenageando o professor Oleiro pela edição da *Saga de Pequenas Memórias*

Bem haja, Professor.

Almada, 17 de Junho 2011

Paula Sousa

Instrumentos Básicos de Direitos Humanos

Esta rubrica é integrante do Boletim *Profalmada*, desde o n.º 15, novembro de 2008, da autoria de Ernesto Fernandes, coordenador da redação do Boletim.

No rescaldo trágico da II Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclama a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), referência civilizacional que, no caso da Constituição da República Portuguesa de 1976, se

constitui como preceito constitucional para a leitura/interpretação dos direitos individuais ou de liberdade e dos direitos económicos, sociais e culturais consagrados.

Sendo uma matéria crucial para a educação e promoção da **cidadania democrática**, considera-se fundamental para o desempenho profissional de educadores e professores incluir no Boletim a rubrica *Instrumentos Básicos de Direitos Humanos*.

Em cumprimento deste objetivo, enuncia-se apenas, sem a transcrição do publicado, os instrumentos selecionados, nos anos de 2009 e 2010:

- *Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Conselho da Europa, Roma, 4 de novembro de 1950 (cf. *Profalmada* n.º17, março 2009)
- *Constituição da República Portuguesa* (1976): CAPÍTULO III - Direitos e deveres culturais - Artigo 73.º Educação, cultura e ciência (cf. *Profalmada* n.º18, junho de 2009)
- *Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*, ONU, 21 de dezembro de 1965 (Cf. *Profalmada* n.º19, outubro de 2009)
- *Convenção sobre Os Direitos da Criança*, ONU, 1998, segundo a linguagem do Comité Português da UNICEF (cf. *Profalmada* n.º20, dezembro de 2009)
- *Os Direitos da Criança*, segundo a linguagem de Matilde Rosa Araújo (cf. *Profalmada* n.º21, março de 2010)
- *Carta das Cidades Educadoras*, International Association of Educating Cities e al., Génova 2004 (cf. *Profalmada* n.º22, maio de 2010)
- *Constituição da República Portuguesa* (1976): CAPÍTULO III - Direitos e deveres culturais : Artigo 73.º - Educação, cultura e ciência; Artigo 74.º - Ensino; Artigo 77.º - Participação democrática no ensino; Artigo 79.º - Cultura física e desporto (cf. *Profalmada* n.º 23, outubro de 2010).

Almada, Julho 2011
Ernesto Fernandes

Livros pela Educação: Recensões

100 **NÓVOA**, António (2007) - *O Regresso dos Professores*, Comunicação, Conferência Desenvolvimento Profissional de Professores para a Qualidade e para a Equidade da Aprendizagem ao Longo da Vida, org. Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, Lisboa, Parque das Nações - Pavilhão Atlântico, 27 e 28 de Setembro de 2007.

O escrito de António Nóvoa (especialista em ciências da educação e actual reitor da Universidade de Lisboa) trabalha a identidade profissional docente, colocando à nossa reflexão as seguintes ideias, segundo a lógica do autor (o regresso dos professores ao centro das nossas preocupações e das nossas políticas):

a) Assistimos a um consenso discursivo sobre o desenvolvimento profissional dos professores numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, que tem como marca o conceito de professor reflexivo, produção de investigadores, especialistas

ou de agências internacionais do campo da educação;

b) O excesso dos discursos esconde uma grande pobreza das práticas, inflação teórica que não tem os profissionais como principais autores-protagonistas destes discursos;

c) Na base deste diagnóstico, António Nóvoa assinala três medidas que podem ajudar a superar muitos dos dilemas actuais:

Primeira medida: É preciso pensar a formação de professores para dentro da profissão, ou seja, os professores deveriam ter um lugar predominante na formação dos seus pares, o que obriga a mudanças organizacionais internas da escola, para mobilizar conhecimentos, vontades e competências, segundo uma metodologia de reflexão partilhada sobre as práticas e de investigação (pensar para agir e agir para pensar melhor, máxima de Amílcar Cabral);

Segunda medida: É preciso promover novos modelos de organização da profissão, ou seja, importa romper com fortes tradições individualistas e rígidas regulações externas, designadamente burocráticas, pois é inútil apelar à reflexão se não houver uma organização das escolas que a facilite. Assim, o regresso dos professores é indissociável do seu compromisso para traduzir em acções, pessoais e colectivas, as boas intenções e as difíceis preocupações: é surpreendente a fragilidade dos movimentos pedagógicos (...), espaços insubstituíveis no desenvolvimento profissional dos professores;

Terceira medida: É preciso reforçar a presença pessoal e pública dos professores, ou seja, uma profissão socialmente exposta, crucial para o desenvolvimento (veja-se o mundo global, o abismo entre países ricos e países pobres no campo da alfabetização e da educação), a identidade do educador-professor joga-se na capacidade activa de relação com o público (alunos, famílias, comunidade local, mundo empresarial). Diz António Nóvoa: Quando os professores aprendem mais, os alunos têm melhores resultados.

A identidade de ser professor é permanentemente uma auto-construção, segundo Olga Pombo, citada pelo autor: *se é certo que o discurso do professor, enquanto meio de comunicação, não detém a velocidade da luz que caracteriza a tecnologia cibernética, é igualmente um facto que a sua voz e a instantaneidade da sua audibilidade na clareira comunicativa que é o espaço da aula, a polifonia das diversas linguagens de que se serve, a temperatura do olhar, a postura corporal, os gestos, a entoação, o ritmo da fala, fazem dele o meio privilegiado e incontornável de qualquer ensino.*

Ernesto Fernandes, *Profalmada*, n.º 18, 2009, p. 9

ESCOLA Secundária do Monte de Caparica (2008) – 25 Anos, Aprender para Ser, Almada, Escola Secundária do Monte de Caparica.

A Escola Secundária do Monte de Caparica lançou, no dia 12 de Março, a obra *25 Anos: Aprender Para Ser*.

Esta obra, recolha de textos diversos, é uma história de aprendizagem ao longo da vida de uma Comunidade Educativa que sempre OUSOU querer SER (1983 a

2008). Uma Comunidade Educativa repito, um colectivo de pessoas, que aceitou pensar, comunicar, escrever(-se), (re)conhecer-se, projectar(-se) para prazer e orgulho dos leitores/autores desta narrativa a várias vezes, a vários tempos e a vários andamentos; enfim, a vários sonhos e vontades. Narrativa cuja acção e dimensão permitem ver(-nos), sentir(-nos), melhorar(-nos) como pessoas e como intervenientes de eleição, no processo ensino-aprendizagem, razão de ser de uma organização ESCOLA que se realiza, no quotidiano educativo para o qual concorrem tantas e tão decisivas forças e escolhas.

Aprender é a ideia motora. Ser a substância, a construção desejada, a Utopia.

Este livro-chave oferece e sugere inúmeras possibilidades de abrir olhos, ouvidos, consciências, de aproximar uns e outros, de (re)unir sentidos, acções, projecções, desafiando toda uma comunidade, a favorecer a tomada de consciência, o auto/hetero-conhecimento e a avaliação a nível pessoal e organizacional.

Todos os protagonistas, pela palavra, pela acção, pelo sentimento, num espaço sagrado/privilegiado - A ESCOLA - num contínuo temporal, numa dinâmica construtiva, num contexto próprio, tecem e guardam para o futuro, Memórias, Registos, Sinais, que só a organizações com Alma sabem acarinhar, preservar, dar em partilha, cientes de que o sentido para ser em Educação, em Cidadania é uma Busca, uma Demanda, um Devir permanente, com Todos!

Ainda menina, esta nossa Escola Secundária do Monte da Caparica, assume-se e desde sempre quis assumir-se, como se pode comprovar pelo desenvolvimento de um projecto educativo que se orienta em função de princípios de inclusão, de igualdade de oportunidades para todos, consagradas na diversidade e qualidade das ofertas educativas e formativas curriculares, regulares, alternativas, profissionais e de certificação de competências.

Este livro, *25 anos: Aprender para Ser*, é uma obra aberta, incompleta, que convida a mais histórias/memórias, diferentes leituras, renovadas ideias e realizações. As mãos que em concha se dão, na imagem da capa, apelam a que se faça e se transforme o que está nas nossas mãos fazer... Muito.

As mãos oferecem-nos reconhecidas uma escola, uma vida, que se fez, faz e fará com Amor, Dedicção, Profissionalismo de Muitos. Uma escola que se escreve com leve firmeza, em poesia quase - revelando-se consciente, solidária, inovadora, empenhada, amiga, plural, envolvente, acolhedora, feliz, crítica, afectiva, dedicada, dinâmica, educativa, formativa, viva, sensível, aberta, pensante, actuante, insatisfeita, ousada, positiva, com Futuro, decididamente, porque se dá e quer Aprender a Ser.

Uma Escola que Acredita!

Que apela à participação de Todos!

Adelaide Silva, *Profalmada*, n.º 18, 2009, p. 13-14

FERNANDES, Ernesto e PRADA, Edite (coord), *Memórias e Futuro* (2003 - 2008), Revista da Associação de Professores do Concelho de Almada e da Universidade Sénior de Almada, Almada, APCA, 2009, 336 páginas.

Este número primeiro da Revista devolve à Cidade, em mais de trezentas páginas, o projecto associativo da APCA - Associação de Professores do Concelho de Almada, particularmente reconhecido pela Usalma- Universidade Sénior de Almada. Por distinção, a Câmara Municipal de Almada, em 2007, atribui a *Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção* à Associação de Professores do Concelho de Almada (cf. p. 245).

A Revista *Memórias e Futuro* acolhe, entre outras fontes, os Boletins *Profalmada e Correio da Usalma*, criados em 2005. De facto, sem memória não há futuro.

À coordenação da Revista pertenceu o trabalho *miudinho* de pesquisa da informação e de construção de uma revista - livro que pretende ser uma leitura do trajecto cívico-cultural da APCA. Uma história que enaltece a cultura associativa, nomeadamente para as pessoas em idade avançada, sejam ou não sócios da APCA. Traço singular do nosso projecto é a cultura de voluntariado dos professores da Usalma (cf. *Editorial*, Jerónimo de Matos, p. 13-20).

No sentido de valorizar a autoria dos escritos (educadores, professores, estudantes, investigadores), em cultura de *todos diferentes, todos melhores*, a produção do **Índice Analítico** da Revista, p. 327-332, revela-se oportuno para o leitor, segundo as seguintes categorias:

I Parte: Ensaio e Outros Escritos

II Parte: Memórias em Campo de (Auto)Formação

III Parte: Itinerários de Cultura e Lazer

IV Parte: Eventos

V Parte: Projectos - Equipamentos

VI Parte: Reconhecimentos Pessoais e Institucionais.

A Revista *Memórias e Futuro*, depois deste número primeiro e especial, será editada anualmente para celebrar o protagonismo da sociedade civil através da formação académica e da aprendizagem ao longo da vida, das actividades/projectos de lazer e cultura e do voluntariado social (parceiro do GClA - Grupo Concelhio de Idosos de Almada).

Respondendo ao pedido da Coordenação da Revista, a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, Maria Emília Neto de Sousa, reitera o seu reconhecimento pela actividade da Associação de Professores: (...) *deixo aqui, uma vez mais, o agradecimento de Almada e dos Almadenses pela coragem com que aceitaram o desafio da Autarquia para, em parceria e colaboração activa, pormos de pé este belo projecto de promoção, divulgação e elevação da cultura, do saber e do conhecimento* (cf. p.9). É justo reconhecer que a Revista foi viabilizada com o apoio da Câmara Municipal de Almada.

A coordenação da Revista - Ernesto Fernandes, Edite Prada e Joaquim Ribeiro no design e paginação - reconhece o valor da capa graças à pintura de Louro Artur e deseja animar todos pelo sonho ou utopia, segundo a poesia de José Gomes Ferreira (cf. p. 12):

*Pois os homens sabem
e cantam e cantam
com morte e suor
O nosso mundo é este...
(Mas há-de ser outro).*

BALSEMÃO, Mónica (coord.), *Expresso + Novos – Provérbios de Sempre*, Colecção Ilustrada com CD, 12 Livros, Lisboa, Expresso, Maio a Agosto de 2009.

A colecção *Provérbios de Sempre* tem como objectivo dar a conhecer aos mais novos vários provérbios portugueses (...), habitualmente utilizados nos nossos dias, aplicados às mais diversas situações do quotidiano (...), pretendem, ainda, despertar a curiosidade das crianças, estimulando-as a aprender um pouco mais sobre as tradições e costumes do nosso País.

Esta antologia de provérbios, em prosa-poética, figurativa e policromada, ganha valor pedagógico-didáctico, para todas as idades, em nome de uma cultura intergeracional e intercultural, pois quem não semeia o progresso deixa morrer a tradição. Aprendizagem permanente ou contínua, em dialéctica entre a preservação da Memória e a criação do Futuro.

A colecção integra uma secção destinada aos mais curiosos, designada 'Palavra puxa palavra'. Imaginação com sentido educativo.

A colecção é constituída por 12 Livros, cada um por seu provérbio: n.º 1 *Cão que ladra não morde*; n.º 2 *Tal pai, tal filho*; n.º 3 *Quem tem boca vai a Roma*; n.º 4 *Nem tudo o que vem à rede é peixe*; n.º 5 *Devagar se vai ao longe*; n.º 6 *Depressa e bem não há quem*; n.º 7 *Quem tudo quer tudo perde*; n.º 8 *Não há bela sem senão*; n.º 9 *Quem não arrisca não petisca*; n.º 10 *Cada macaco no seu galho*; n.º 11 *A mentira tem perna curta*; n.º 12 *Mais vale tarde do que nunca*.

Ernesto Fernandes, *Profalmada*, n.º 20, 2009, p. 11

CASTRO, Inácio Canto e (2009), *1 milhão de novas oportunidades*, Agência Nacional para a Qualificação, I.P.

Com o objectivo de dar voz aos adultos que recorreram à Iniciativa Novas Oportunidades, a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ) recolheu um conjunto significativo de histórias de vida de adultos dos diversos estádios da iniciativa (inscritos, em fase de espera, em processo, encaminhados para formação, certificados...).

Nesse sentido a ANQ contactou os Centros de Novas Oportunidades para que estes lhe indicassem contactos de formandos interessados em colaborar, tendo recolhido 400 contactos.

Com o objectivo de dar espaço e destaque à diversidade, foram seleccionados textos de formandos mais jovens e mais velhos; empregados, desempregados e empreendedores do seu próprio negócio; do norte, do sul, do interior e do litoral de Portugal Continental.

O resultado é um conjunto de 57 histórias de vida, equilibradas no que respeita à participação dos géneros.

Como traço original, poderemos referir, por exemplo, casos, quatro, de histórias colectivas, o que não deixa de ser uma forma interessante de abordar a história de vida. No entanto, no caso em apreço, essa parceria, digamos assim, justifica-se pois as quatro pessoas, dois homens e duas mulheres, trabalham na mesma padaria, tendo, todos, aderido à Iniciativa Novas Oportunidades, embora, no momento em que registaram o testemunho publicado, ainda nem todos tivessem concluído o percurso, ou processo, para usarmos o jargão das novas oportunidades.

Dos diversos testemunhos pode extrair-se um discurso de satisfação e auto-estima, por vezes contagiante. Este livro, editado pela ANQ, poder ser obtido no Centro de Recursos desta agência, ou descarregado da internet a partir da sua página em www.anq.gov.pt.

Edite Prada. *Profalmada*, n.º 21, 2009, p. 10

SAMPAIO, Jorge (2009) – *O Meu Livro de Política*, ilustrações de Tiago Albuquerque, Lisboa, Texto Editores, 63 páginas.

1. A presente obra, que integra a colecção O MEU LIVRO é pensada para jovens leitores, procura esclarecer conceitos para compreender melhor alguns aspectos da vida em sociedade.

O Meu Livro de Política, destinado particularmente a um público entre os 8 e os 14 anos, revela-se interessante pelo seu carácter didáctico, porque conjuga precisão teórica, simplicidade da linguagem e exercícios-jogos. Igualmente didáctico pelo seu carácter autobiográfico, isto é, o discurso desenvolve-se segundo contextos e experiências de vida do autor (Sintra, Baltimore-Estados Unidos, Inglaterra, Lisboa, na qualidade de filho, neto, irmão, militante do movimento estudantil, pai,..., presidente da República).

2. As lições, em número de dez, estão estruturadas em três capítulos:

I. Pai, mas o que é a política?

- *A Política é um pouco como a medicina. É simultaneamente uma ciência e uma arte. Exige conhecimentos, talento e dedicação... - começou o meu pai a dizer, num tom pausado e pensativo.*

- *Mas, ó Pai, tu tratas dos doentes. E os políticos?*

- *Os políticos tratam da Nação, é claro! Do governo da Nação! – Foi a resposta imediata que recebi (p.12).*

A conversa política corria aos pedaços, como os episódios das histórias d'O Mosquito, pelo ano de 1947, quando Jorge frequentava a segunda classe, sobre *A Nação, O Estado, A Constituição*.

II. A Democracia

Em tempo de exame da 4.^a classe e frequência do Liceu, outras perguntas: *a divisão de poderes, formas e sistemas de governo, eleições e referendos.*

III. 25 de Abril, sempre!

Este capítulo inicia-se com uma confidência: *Os leitores, quase de certeza, associam o lema '25 de Abril, sempre', ao Partido Comunista! Porém, na verdade fui eu que o inventei, embora nunca tenha reclamado direitos de autor nem tenciono fazê-lo! (...) '25 de Abril, sempre' é mais do que um slogan de manifestação ou de campanha (...) exprime uma ambição para Portugal (...) Por isso, vou falar-vos da cidadania, da Europa e de Portugal no mundo (p.45).*

3. Aos jovens e adultos de todas as idades, Jorge Sampaio convoca para a questão da cidadania como razão e coração da democracia: *Para além de sermos nacionais de um determinado Estado e de sermos ou não europeus, de sermos do género masculino ou feminino, de sermos novos ou velhos, antes de mais, cidadãos do mundo, iguais em direitos e dignidade. (...) Por isso, devemos todos ser chamados a testemunhar a nossa solidariedade e a responsabilidade partilhada pelo nosso futuro colectivo. (...) Uma sociedade será tanto mais forte quanto a malha social for unida e solidária (p.50).*

Jorge Sampaio, em tom interpelativo-convocatório, conclui as suas 10 Lições com este último parágrafo: *Por isso, meus amigos, mãos à obra: valorizem-se, façam valer a nossa língua, dêem motivos aos outros para a quererem aprender, orgulhem-se de ser portugueses. Contribuam para que Portugal se orgulhe de vocês! (p.63).*

MORGADO, Américo (2008) - *Das tuas mãos caem palavras*, Vila Nova de Famalicão, Atelier Produção Editorial.

A todos os que lerem este texto esclareço que o mesmo foi escrito numa perspectiva oralizante, portanto, grande parte da sua frescura, funcionalidade e emoção construiu-se no contexto em que foi proferido. O olhar do público, as suas emoções, a forma nobre e disponível como seguiu a apresentação e se deixou generosamente conduzir, através de uma leitura possível dos versos de Américo Morgado, tornaram mais nobre, mais generosa, mais emocionada a apresentação de *Das tuas mãos caem palavras*, no dia 22 de Outubro, no Fórum Romeu Correia, em Almada, tornando assim mais poderoso o texto que lhe serviu de base.

Boa noite a todos.

É com enorme prazer que volto a esta emblemática sala, do emblemático poeta Pablo Neruda, para apresentar a mais recente obra poética de Américo Morgado.

Das tuas mãos caem palavras é, hoje, pretexto para vos falar de poesia e, antes mesmo de vos falar deste novo livro de poemas, gostaria de partilhar convosco a brilhante visão sobre o **Poeta** a que Ariano Suassuna, um escritor brasileiro, faz referência, na sua obra *Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai - e - Volta*.

Citando Mendes Leal Júnior, neste seu romance Suassuna confirma a ideia de que *'na majestade do seu poder, o poeta é mais poderoso e importante do que os Reis', acrescentando que estes seriam, apenas, Reis dos Povos, enquanto que o Poeta é, ao mesmo tempo 'Rei do engenho, Rei da arte e das multidões'!*

Gostaria, então, de convosco desvendar o engenhoso reino deste poeta, nosso amigo.

Começo por realçar, nesta obra, a presença da tocante singeleza da abordagem do amor, muitas vezes conseguida através de construções simples, como é exemplo o poema *Nunca se sabe*, o qual passo a ler: *Nunca se sabe a quantas se anda se anda / nos sentimentos de amor. / Ferve-se em pouca água / pensa-se o pior, / mas o querer é sempre maior*. Outras vezes, esta simplicidade surge construída na linha da poesia popular, como acontece no poema *Asinha*, do qual lerei apenas alguns versos: *quero que sejas minha/e não saio daqui. // Regressa com a mesma pressa, / espero por ti*.

Nestes novos poemas do autor somos também tocados pela beleza da serena verbalização da intemporalidade do amor, o que acontece, por exemplo, quando o poeta, no fim do poema *Gostar de ti*, diz: *Quero, apenas ser, gostar de ti / e assim permanecer*.

Neste segundo livro de poemas de Américo Morgado, continuamos a assistir, tal como no seu primeiro trabalho, intitulado *Há outros caminhos para o sol*, à permanência da sugestão orgânica da cor.

Nos seus versos vislumbramos, aqui e ali, aqui e além, pinceladas de *azuis vivos transparentes*, de *suares amarelos*, de *rosa nascente esmaltada* e de *vermelhos de pele rasgada*.

Mas mais importante do que a simples enunciação da cor é a sua projecção no horizonte futuro. Segundo Américo Morgado, *A cor é romper o nascer*, a cor é *espe-*

rança prometida, e o poeta chega a afirmar, de forma veemente, que é através da cor que existimos no tempo e no espaço. Acontece isso em versos como *matizes soltos a brincar no cosmos* (esta ideia de matizes cósmicos é verdadeiramente poética) e *finitude iluminada, de tons de todas as cores / a colorir o tempo que traz a madrugada*.

Sugeria-vos, agora, que olhássemos para estes poemas numa perspectiva poética de redenção. Da leitura que fiz desta obra, a começar pelo seu título, pressenti desde cedo a ideia de dádiva que conduz à libertação. O poeta aceita o outro como cúmplice na gestação do acto criativo. São as palavras que caem das mãos e que o outro lhe oferece que constroem o poema e só assim a redenção parece ser possível para a voz que ecoa nestes versos.

A inconstância, a amargura, a derrota são sublimadas e transfiguram-se, na maior parte destes versos, num horizonte de esperança, como podemos intuir pela leitura dos excertos que passo a partilhar convosco. O primeiro finaliza o poema *Meu sonho não arde* e expressa bem este sentimento de esperança: *À tristeza contradigo alegria / ao fogo, peço-lhe que me queime, / mas meu sonho não arde*. O segundo excerto é o dístico final do poema *O que de mim dói*, também nele o futuro surge como pensamento redentor: *Mas quero renascer, ver mais além / Não posso ser barco amarrado ao cais*. Outro exemplo de grande beleza desta perspectiva redentora surge na transfiguração do sofrimento extremo na beleza suprema, presente nestes nos dois versos que se seguem: *Oiço murmúrios moldados pela lama / e dela surge uma rosa*. (Confesso-vos que considero estes dois versos notáveis e que neles sinto o eco de toda a poesia de Américo Morgado.)

Quando termina o poema *Os teus olhos*, o poeta deixa também no ar um caminho de esperança: *Vive, olha como a gaivota sobe*. (Sente-se no voo desta gaivota a perfeita concretização do instante redentor.)

Acredito que não podemos construir a leitura desta obra sem desvendar o seu grande segredo: o silêncio.

Permitam-me, então que vos conduza a sentir, a ouvir os silêncios presentes em *Das tuas mãos caem palavras*.

Em diferentes momentos destas páginas poéticas diz Américo Morgado que: *As estrelas espalham o silêncio*, diz ainda que os *Silêncios* são *espasmos que respiram/ Sofrimento* e que *O silêncio testemunha / o sonho*, escreve também que os *Silêncios absorvem sentimentos / a soluçar nos meus olhos* e continua dizendo de uma forma mais feliz *Para mim, só um silêncio de sol me sorri*, e no poema *Silêncios dos meus dedos* anuncia, delicadamente, *e silêncios dos meus dedos / trazendo cores*.

Gostava ainda que sentissem a preciosa ideia expressa nestes três versos do poema *O vento embala: segredando tudo o que é preciso / para saberes amar, / entrelaçar silêncios*. (Pergunto-vos, eu, se o segredo nos afectos, em todos os afectos, não será mesmo o entrelaçar de silêncios?)

Como percebemos pelas passagens lidas, o silêncio envolve-nos e comove-nos quer na intensidade dos momentos da dor, quer na luminosidade feliz dos instantes de prazer. O silêncio assume importância maior quando, no poema com o título *Enches a praia*, o eu lírico se metaforiza e diz ser o próprio silêncio: *Meu existir não*

tem tempo / só nostalgia viva, da ausência / sem queixume, só silêncio.

O silêncio é, sobretudo, revelador quando nos esclarece sobre a existência humana, e isso acontece de uma forma belíssima no poema *Lírio: Nosso mundo é o do silêncio profundo / Escutamos as raízes no amor à terra.*

Proponho-vos, agora, para finalizar, que estejamos atentos ao poder da palavra no universo poético de Américo Morgado.

As palavras que caem das mãos são uma obsessão para o poeta. E essa obsessão deriva da força mágica que esta matéria-prima da poesia contém. O som das palavras, a cor das palavras, o silêncio das palavras percorrem estes versos, numa ânsia constante da demanda de significados.

Momentos há em que o eu lírico desespera pela falta de palavras, como é o caso do poema *Tudo tarda*. Noutros casos diz o poeta que: *Os gestos suspensos / esperam a palavra renascer.*

Para este sujeito lírico as palavras são: *montanhas voláteis / raízes suspensas / sobre a água salgada*. A magia da palavra transparece, também, quando o poeta profere, e passo a citar o final do poema *O vento embala: Palavras, deixa-as ganhar som / Talvez um dia falem.*

As palavras, para Américo Morgado, indiciam os recomeços e constroem sonhos, como vos vou mostrar nos dois exemplos que se seguem. Referindo-se a um novo começo, escreve no poema *Segredos de uma estrela: As palavras partiram nossa vida / Escravos de circunstâncias teimosas, / mas sinto o recomeço a partir dali, / segreda-me uma estrela*. E, num outro momento, no poema *Palavras abertas*, ligando-se ao sonho, o eu lírico revela: *Palavras abertas o acolhem / E logo se fecham para o germinar, / Como o mar que pensa a onda, cria-a / E a onda se cumpre na praia desejada*. (O poder da palavra que cumpre o sonho, expresso desta forma é realmente sublime.)

Eu acredito no poder da palavra, na força ilocutória do verbo, no generoso instinto da poesia. E por isso acredito na força assertiva deste livro de poemas. Acredito nas mãos de quem escreveu estes versos. Acredito nas palavras soltas, nas palavras libertas, nas palavras voláteis, nas palavras cósmicas que caíram destas mesmas ou outras mãos e que permitiram esta obra poética. Acredito, como escrevo no prefácio a este livro, que as palavras que constroem estes versos nos inquietam, nos alentam, nos transformam.

É nesta perspectiva que, para terminar, vos gostaria de ler o poema *Naquela hora*. Nele revemos silêncios, desvendamos palavras, buscamos alentos. E por isso mesmo, através dele nos transformamos.

(Leitura do poema.)

E agora apetece-me dizer a este poeta, *a este rei da arte, do engenho e das multi-dões: Obrigada, Américo, pelas palavras que caem das tuas mãos.*

Diz-me até quando...

Conheci o Américo Morgado há mais de vinte anos, na Escola Secundária de Romeu Correia, onde ambos leccionámos e tive o privilégio de ser convidada por ele para apresentar o seu primeiro Livro em prosa com o título *Diz-me até quando...* e de redigir o respectivo prefácio.

A sessão teve lugar na Sala Pablo Neruda, no Fórum Romeu Correia, no dia 7 de Novembro de 2009.

À laia de introdução, não poderia deixar de citar esta frase do escritor contida na página 20 deste seu Livro, pois ela resume, de uma forma muito particular, o que ele pensa sobre o papel da escrita como acto de Amor Universal: *Ver é um acto mecânico, automático. O olhar é mais tocante e delicado, porque só a mim pertence. É preciso renascer para o saber usar, abrir a interioridade, dialogar com o silêncio, partilhar.*

O poeta Américo Morgado que já publicou dois livros de Poesia: *Há Outros Caminhos Para O Sol* (Editorial Minerva, Dezembro de 2006) e *Das Tuas Mãos Caem Palavras* (Atelier de Produção Editorial, Setembro de 2008), faz a sua estreia como prosador com a publicação deste livro intitulado *Diz-me Até Quando...*, que está dividido em três partes ou capítulos, de acordo com a temática fulcral das narrativas que o compõem: **I - Estados de Alma, II - Afectos e III - Olhar o Mundo.**

O território literário desta sua primeira obra em prosa desenvolve-se em pequenos fragmentos ou curtas narrativas de pendor reflexivo e poético com uma forte componente introspectiva e confessional, o que a aproxima da corrente Transcendentalista da Literatura Americana, cujo principal expoente foi o escritor e pensador Walt Whitman.

Para estes escritores/pensadores o único dever do Homem é ser verdadeiro consigo próprio, sendo que a introspecção, longe de o isolar, leva-o à descoberta da verdade comum: quanto mais ele aprofundar o seu eu secreto, mais depressa descobrirá a verdade universal!

Vejam-se, então, as semelhanças: Walt Whitman, no seu livro de poesia intitulado *Leaves of Grass*, exclama, num verso inflamado: *I'm large, I contain multitudes* e A. M., num dos seus textos afirma: *Este desejo de abraço que tudo anima e transcende distingue-nos de todas as coisas que existem, porque somos um espaço infinito que alberga o mundo!* (pág. 74).

Mais à frente, na pág. 174 volta a escrever: *Revejo o meu corpo em tudo o que sou, na diversidade existente, como um todo, isto é, a soma de todas as componentes que constituem o Universo.* Nesta sua primeira obra em prosa, as palavras surgem, assim, como duplo mágico e imediato do mundo, onde o escritor vive a plenitude do encontro consigo próprio, com os outros e o Universo, em êxtase cósmico, mas em plena rebelião com os códigos sociais moralizantes que lhe possam coarctar a liberdade individual, ideia que está bem patente nesta sua afirmação: *Só viveria alegre, se me pudesse libertar das regras que me limitam* (pág. 19).

O sofrimento, a dor, a doença, a morte, a solidão, a tristeza, o desassossego, o desejo de liberdade, as contradições do amor são, pois o motor de arranque da sua

obra literária, por onde perpassam as tonalidades sombrias da tristeza e do desânimo, mas também as cores luminosas da esperança e da alegria de estar vivo. De momento, o recurso à prosa foi a forma que encontrou para dar voz à sua inquietação perante o estado do mundo, pois, para ele, a escrita é também um veículo para defender a ideia do **nascimento de um Homem novo**, digno de merecer o respeito dos seus pares e da sociedade em que está inserido.

Segundo o escritor José Saramago, o romance abriu-se, deixando de ser um género classificado. Pode, então, surgir também, em forma de ensaio, poesia, drama ou filosofia. Nesta linha de pensamento, desengane-se o leitor que pense encontrar nesta obra um romance tradicional, com enredo, personagens, princípio, meio e fim. **Aqui existe uma única personagem: o Homem desnudado**, à deriva nos caminhos ínvios da vida, em busca da sua verdadeira essência, ou seja, do seu ser matricial. Ao longo do seu percurso, experimenta todo o tipo de sentimentos, ou cambiantes de alma: os que o assolam nos momentos de angústia e de solidão ou os que lhe causam a verdadeira alegria, em harmonia com a Natureza e com todos os seres que a habitam e que, afinal, são as personagens secundárias desta sua colectânea de prosas íntimas, onde Américo Morgado, licenciado em Filosofia, revela claramente um certo **panteísmo cósmico**.

Nelas paira a influência de algumas das suas figuras tutelares, como os filósofos, S. Freud, Nietzsche ou Kierkegaard, ou os escritores/pensadores, como Albert Camus, Franz Kafka, Johan Wolfgang Von Goethe ou Fernando Pessoa.

Não é, portanto de estranhar que os seus textos apresentem aspectos de correntes filosóficas e literárias modernistas, tais como o **existencialismo**, o **simbolismo** ou até o **expressionismo**.

O **simbolismo literário** irrompe, quando o autor expõe a sua concepção mística do Universo ou se refere à efemeridade das aparências e dos estados afectivos em que a vida flui, a caminho do Nada. A valorização da realidade interior, a sugestão de estados de alma que roçam o tédio, a desilusão e a atracção do abismo, a descoberta da Verdade oculta em cada objecto são traços bem evidentes da sua prosa poética.

A sua **vertente expressionista** está mais patente nos textos da **PARTE III - Olhar o Mundo**, onde o escritor denuncia a incrível aceleração das novas tecnologias, o desenraizamento nos aglomerados urbanos, os paraísos artificiais, o mal-estar comum, a sociedade violenta e belicista, o culto do descartável e do prazer imediato.

110

A.M. revela também uma enorme **inquietação metafísica**, na medida em que mentaliza e disseca as emoções, muitas vezes num jogo de contrários, como nesta frase: *Sou assim, pleno de contradições, uma alegre fraude da perfeição.*

Estas pequenas narrativas, envoltas num lirismo ajustado ao pulsar do coração humano, apelam ao questionamento do Eu e dos seus inúmeros disfarces, constituindo, portanto um mosaico variado de estados de alma e de uma inquietude de espírito incapaz de se deter na ilusão do estável.

O escritor desnuda-se espiritualmente à nossa frente, ao revelar-se contra a forma de ser por conta alheia, por alheamento de si e dos outros e, num grito de liberdade, exclama: *Não me identifico com o redil!*

A sua prosa de ideias, profundamente reflexiva e já tão rara na Literatura portuguesa, é também **pictórica e sensorial**, uma vez que realça os sentidos do ser humano, através da visão de paisagens inundadas de cores vibrantes ou soturnas, dos odores frescos que o vento embala, do contacto com o chão que pisa, das carícias de corpos em êxtase, do sabor das palavras.

Nesta frase suculenta é bem evidente a sua prosa sensorial e o seu fascínio pelos sentidos: *Somos elementos de um todo que se abre a cada um para viver, apreendendo-se a realidade de um modo tão específico como cada órgão individual dos sentidos do homem.*

Sentindo-se o autor especialmente **atraído pelas cores e pelos sons**, não é de estranhar que a **simbologia das cores** represente um dos traços mais significativos da sua obra. Usa em profusão **o azul** como a cor do apaziguamento e da quietude da alma, mas também **o verde** das planícies, o **tom dourado** das searas, **o círculo vermelho** onde vê a amada, **os tons púrpura** da sua loucura, **a cor de laranja** do nascer do sol ou do ocaso, ou da dor de uma lágrima...

Os sons que emanam dos elementos da natureza percorrem harmonicamente todas estas narrativas. Aliás, num dos seus textos, o escritor chega a dizer: *Tudo se identifica pelo som. O grito do homem quando nasce vibra e é o sinal da vida pelo som que nos traz toda a felicidade.*

A Natureza nas suas narrativas não é, de modo nenhum um elemento decorativo ou um apontamento de cenário, mas antes um local, onde o escritor encontra uma espécie de vida espiritual e também física, de deslumbramento. Assim sendo, **os elementos da paisagem não são meros espectadores passivos, mas interlocutores ou actores que partilham com ele o palco da Comédia Humana**, com as suas tragédias e momentos de encantamento perante a beleza das asas de uma borboleta, a vastidão de uma seara loira ondulando à passagem do vento, a sombra acariciadora de uma árvore, a imensidão de uma praia deserta banhada pela espuma das ondas, os rebentos da primavera, uma gota de orvalho, o rumorejar da água de um rio ou de uma fonte ou o dorso ondulante de uma montanha que o eco acolhe.

Existe, assim, um certo **entusiasmo panteísta na sua prosa**, muito semelhante ao de Álvaro de Campos ou ao do grande poeta americano já atrás referido, Walt Whitman, que via a sua alma reflectida na Natureza e acreditava que *uma simples folha de erva não era menos importante do que a infinita viagem das estrelas.*

A.M. revela, sem dúvida, um amplo *amore mundi* que envolve os seres humanos, os animais, as nuvens, as árvores, as flores, os campos de verde moço, por onde os enamorados passeiam e se perdem. E, se mais dúvidas houvessem, bastaria ler esta sua afirmação: *Não consigo pacificar em mim esta vontade de me encontrar e me fundir no Universo, num amplexo perfeito e livre de incertezas.*

Na PARTE I - Estados de Alma desenrola-se perante os nossos olhos um caleidoscópio de sentimentos que vão desde **a solidão à tristeza, à dor**, aos encontros e desencontros nas encruzilhadas da vida.

O desassossego é, porém, o sentimento dominante que percorre as suas narrativas da primeira parte deste livro, senão veja-se esta frase: *Há muito que perdi a bússola e sinto-me perdido neste mar de desassossego que me invade o corpo e a alma* (pág. 19).

Por este motivo, não posso deixar de assinalar as semelhanças entre este livro e o *Livro do Desassossego* de Fernando Pessoa, também ele construído em fragmentos que expõem devaneios de alma, interrogações sobre o papel do homem numa sociedade caótica, onde a verdadeira resposta existe na natureza dominada por uma racionalidade interna baseada na simplicidade e força. Em ambos existe a mentalização das emoções, a inquietação metafísica, os avessos da alma, a demanda da Verdade oculta ou o desejo de descobrir no visível o invisível, ir para além das aparências.

É, sobretudo nos textos desta Primeira Parte, que Américo Morgado evidencia uma constante procura do seu EU profundo, muitas vezes em frente de um espelho, onde vê reflectidos outros seres, a quem confessa as suas permanentes interrogações: *A outra pessoa em mim é a minha negação, o meu perpétuo desassossego.* (pág.36); *Vivo o que sou e vivo-os a eles – as pessoas que transformo em mim* (pág. 62).

É já num grito de desespero por não aguentar tanta dor, que profere: *Conforma-te e verás que serás feliz!*

Estas suas narrativas são também atravessadas por um certo **determinismo fatalista**, como, por exemplo, nas seguintes citações: *Ser humano e estar no mundo sem estar é o meu destino; Ninguém se desprende como folha ao seu destino; Tenho de vencer este meu fado de viver e não conseguir mudar o mundo; O nosso destino é como o da seara loira, ondulante à passagem do vento, madura, que se colhe, tritura, diversifica-se e depois apaga-se, fazendo renascer o enigma. Mas, decididamente, nada, nada que me prenda tem a ver comigo; Nada mais há que valha a pena, senão romper o caudal, mudar o fio-de-prumo, flutuar, mudar o rumo.*

Em alguns textos, o autor **recua à sua infância**, revelando saudades desse período despreocupado e feliz da sua vida, mas, em contraponto, refere-se também à sua fase adulta, como nesta frase, por exemplo: *Hoje só brinco com a razão que não gosto e é um esforço suportá-la.*

Na **PARTE II - Afectos**, surgem textos em que os jogos de enamoramento são uma constante. **O Amor** irrompe neles como tema chave na sua dicotomia de harmonia e desarmonia, êxtase e tormento, liberdade e prisão.

O amor onírico, idílico, intangível vislumbra-se em pequenos quadros de pinceladas românticas, porém, o escritor também divaga sobre o amor físico, torrencial, espermático, procurando enquadrá-lo em paisagens expressionistas de cores fortes, contornos agressivos e tons crepusculares.

112 Mas para o autor qualquer forma de amor implica sempre sofrimento, pois *o desejo idealiza sempre o outro.*

Sentimentos de tristeza e alegria fundem-se no território onde o amor habita: *Sei que a tristeza me pesa e sinto-me triste, mas, ao mesmo tempo, o amor provoca em mim uma imensa alegria.* Mas, apesar de tudo, o amor também é paz, harmonia, clareira de luz prometedora de uma vida feliz, de renascimento individual.

Elementos da Natureza entram nos jogos de enamoramento, disputando a mulher amada.

Passo a citar um belíssimo parágrafo do texto intitulado **ENAMORAMENTO** em que esta afirmação não deixa dúvidas: *Penteio teus cabelos fartos, belos, com os meus dedos lestos a puxar os caracóis teimosos que a seguir logo se enrolam a desafiar-me o talento.*

Deixo-os pendentes e coloco-lhes uma gota do teu perfume que perturba o sol a dar a entender que também gosta de ti. Ele espreita-nos, tímido, por entre as árvores do teu jardim, a intimidar-nos com sorrisos atrevidos. Mas os teus beijos são só meus, são só para mim.

Na PARTE III - Olhar o Mundo, as narrativas focam-se numa atroz crítica social, numa visão desencantada do mundo contemporâneo, onde os aglomerados urbanos são desumanizados e tudo obedece à lógica do dinheiro. Entristecem-no as feições das novas cidades povoadas por seres petrificados, vergados pelo tédio de um quotidiano cinzento, que os afasta, cada vez mais da sua verdadeira essência. Aqui a paisagem também mudou, e as próprias flores estão domesticadas nos canteiros dos jardins... Em frases pungentes, o escritor dá-nos conta do seu descontentamento por viver nesta sociedade de indivíduos tornados insensíveis pelas malhas do materialismo que gera amarguras existenciais, como nesta, por exemplo: *É selvagem o apetite do neo-capitalismo e o aparecimento da neo-escravatura. Perdeu-se a estética da harmonia e não se optou por estética nenhuma a não ser a que defende o culto do descartável que coloca pessoas e bens de consumo ao mesmo nível!*

Para o autor, o sentido de democracia também mudou, pois hoje privilegia-se o desrespeito, a falta de autoridade, a desordem, a indisciplina, o jogo de interesses sem deveres.

Nesta outra citação é para ele bem claro que se vive no fingimento: *Nesta forma vivencial, reina sobre nós um Poder medonho, absoluto, que tudo condiciona, orientador das mãos que o aplaudem e lhe obedecem. Sob esse Poder, o mundo respira de felicidade, de riso fácil, de liberdade, conceitos que as nossas mãos agarram como se fossem verdadeiros, mas soam a falso, são puro engano.*

A **solidão** é o sentimento preponderante nestas narrativas, o que se pode constatar nesta outra citação: *Alguma solidão existe neste mundo, devido à estruturação das sociedades que não respeitam a dignidade da pessoa, atraindo-a ao jogo da guerra e do domínio.*

Para o autor, *vive-se uma espécie de período adolescente em que as pessoas só se preocupam com elas próprias e os seus estilos de vida.*

A **criança** é também uma personagem de destaque em alguns dos seus textos, pois sendo mais vulnerável, está necessariamente mais exposta aos perigos desta nova sociedade. No texto intitulado *Sociedades*, ele refere: *Olhemos para a criança. Ela pertence cada vez menos à família e cada vez mais ao meio exterior que a condiciona e manipula como marioneta.*

Na deliciosa prosa, um tanto autobiográfica, do texto *O Brinquedo*, o autor compara, de um modo muito crítico, as brincadeiras da sua infância com as do mundo actual: *O brinquedo era a poesia a acontecer na nossa mão. A intimidade, a identidade com o objecto, como se brincássemos com a alma e com o corpo...*

Dantes, o brinquedo era partilha com o outro, uma aprendizagem de sociabilização.

Hoje, brinquedo é dinheiro, luxo, moda que rende lucros em grandes negócios para uma criança feita homem pequeno antes do tempo... O brinquedo isola, rivaliza, é marginalizante, porque se tornou sinónimo de dinheiro e de poder! Fabrica nostalgia, ansiedade, inveja, frustra a criança, transforma-a numa cidadã doente de um amanhã doente que o sol indiferente ilumina.

A sua mordaz crítica social é bem evidente nestas outras citações: *Nesta civilização tudo nos falta e andamos a correr à toa, num mundo de rareza cruel, organizada... Corremos em direcção ao fictício horizonte do 'ter'... Seguimos por um caminho aleatório, dirigido e dominado por objectos, parco de pensamentos e ideias.*

Daí advém a sua ânsia de absoluto e de renovação da Humanidade, que culmina com uma frase desesperada, no final do texto intitulado *A Cidade*, que passo a citar: *Daqui olho o perfil vago e imperfeito da cidade e penso: A cidade não é de ninguém, a não ser do fogo de Nero que a mata e ressuscita!*

O fogo surge, assim como símbolo de renovação, tal como a cor azul simboliza o refúgio na interioridade. Os silêncios também abrem clareiras de paz, de regeneração, **mas é o sonho, o verdadeiro oásis, onde todas as angústias se dissipam.** Através dele, o escritor encontra finalmente refrigério para todos os males que o afligem.

Nesta última parte, as prosas pinceladas de tons mais agressivos, perdem o seu pendor poético. A negação ao *status quo* passa a ser a nota dominante e os sentimentos libertários percorrem-nas, num frémito, apelando sempre à urgência de repensar o Mundo: *É urgente criar outras formas poéticas a colorir este mundo conspurcado pelo artificialismo do plástico e fazê-lo regressar à sua pureza original.*

O escritor **José Saramago** afirmava: *Faltam-nos métodos de reflexão. Sem ideias não vamos a parte nenhuma...* e, por isso, creio que vale a pena lermos estas prosas reflexivas e entrarmos num labirinto de estados de alma que nos irão provocar uma inquietude de espírito incapaz de se deter na ilusão do estável. Penetrar na floresta encantatória das palavras deste livro de Américo Morgado, será, por certo, um desafio em prol do conhecimento da nossa própria interioridade e da compreensão da necessidade de renovarmos o Mundo!

Almada, 7 de Novembro de 2009

Elisa Araújo*

*Professora da Usalma



Parte II: Práticas em Reflexão

† BRONZE

Cidadania e participação cívica

1. Enquadramento

Educação para a Cidadania, Educação Cívica, Educação para os Valores, Participação Democrática, Aprendizagem da Cidadania, Construção Social e Cultural da Cidadania... São variadas as formulações, múltiplos os estudos e sempre premente, num percurso já longo de décadas, a preocupação e a atenção de educadores, de teóricos e de responsáveis políticos, relativamente a uma questão central numa sociedade democrática: a educação/formação da prática da cidadania.

Esta preocupação tem evoluído nos seus contornos e abrangência tal como se tem transformado gradualmente a natureza e a constituição das sociedades democráticas, nomeadamente as europeias. Os caminhos da História e as dinâmicas sociais e económicas para tal têm contribuído, provocando o aprofundamento de conceitos como *integração* e *igualdade*, e introduzindo as vertentes de *sociedade de informação* e *globalização*, por exemplo, sem contudo encerrar debates como os que se desenvolvem à volta de igualdade/diferença (sexo, raça, classe social, religião ou orientação sexual, p.e.).

Se no mundo pré-moderno a cidadania era um direito que implicava exclusividade (e com uma extensão considerável de camadas de população não cidadãs), o desenvolvimento do liberalismo veio introduzir a ideia de igualdade entre os indivíduos perante o Estado. Este princípio da igualdade é abstracto, geral, e desde o século XVIII se procuram as estratégias mais diversificadas para assegurar esse direito a todas as pessoas. A própria noção de cidadania, nascida da Revolução Francesa e da defesa dos ideais universais de igualdade, liberdade e fraternidade, foi ganhando novos contornos ao longo dos séculos XIX e XX, com a afirmação dos nacionalismos, o crescimento dos novos Estados, a demarcação milimétrica de fronteiras e a conseqüente demarcação entre “cidadãos” e “estrangeiros”. A entrada das grandes massas na vida política redefiniu o conceito de cidadania e a participação dos cidadãos no exercício do poder contribuiu para que, ao longo do século passado, fossem consagrados os direitos sociais de segurança social, saúde e educação aos cidadãos em geral.

No mundo global contemporâneo, a cidadania é entendida como um conjunto de direitos, responsabilidades e participação política. *A cidadania é um estatuto que medeia a relação entre o indivíduo e a comunidade política, ao mesmo tempo que fornece as bases para as interações entre os indivíduos dentro da sociedade* (Nogueira, Conceição e Silva, Isabel – Cidadania, construção de novas práticas em contexto educativo, Ed. ASA, 2001).

Apesar de tradicionalmente se associar o conceito de cidadania à esfera da intervenção pública e particularmente política, entende-se e aceita-se cada vez mais facilmente a aplicação deste conceito a uma esfera social mais ampla, havendo até já a utilização do conceito de *cidadania íntima* (Plummer, Faulks), no que implica a aplicação do princípio do equilíbrio da relação entre direitos e obrigações a todos os planos das relações humanas – familiar inclusive.

A educação para a cidadania tem sido preocupação de governantes desde sempre: políticos, mas também cientistas sociais, historiadores, pedagogos, filósofos, têm reflectido e procurado implementar modelos de formação do cidadão em que os diferentes sentidos de “cidadania” pudessem ser aperfeiçoados numa aprendizagem em construção. Não é, portanto, nova, esta preocupação; antes tem ganho novos contornos, mais amplos objectivos e uma importância proporcional à valorização e importância da intervenção cívica na organização de respostas aos novos problemas sociais decorrentes da globalização progressiva: movimentos migratórios, desemprego, urbanismo, segurança, acesso à saúde, estatutos das minorias, diferenças culturais, etc, etc.

A escola enquanto centro das aprendizagens ganha, então, um lugar específico e insubstituível como local de desenvolvimento do processo de socialização e de aquisição das noções básicas da educação cívica. É nas escolas que se firmam os “quatro pilares da educação” enunciados pela UNESCO (relatório Delors, 1996): aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser. E desta percepção traduzida em princípios concretos emerge, enfim, um novo paradigma educativo que gradualmente se tem afirmado, não obstante a persistente permanência de princípios pedagógicos e concepções educativas de cariz tradicionalista, arraigadamente presentes nas actividades escolares de diversas instituições educativas dos nossos dias.

A aprendizagem do conhecimento científico, bem como do sistema político e das instituições democráticas, constitui apenas um primeiro passo no processo educativo, o da “alfabetização” política elementar. E o “fazer” e o “viver” são novos passos nesse caminho para “ser”. No relatório Delors “Educação, um tesouro a descobrir”, afirma-se que o que importa é *fazer da escola um modelo de prática democrática que leve as crianças a compreender, a partir de problemas concretos, quais são os seus direitos e deveres, e como o exercício da sua liberdade é limitado pelo exercício dos direitos e liberdades dos outros. E sugere-se: Um conjunto de práticas já experimentadas, poderá reforçar esta aprendizagem da democracia na escola: elaboração de regulamentos da comunidade escolar, criação de parlamentos de alunos, jogos de simulação do funcionamento de instituições democráticas, jornais de escola, exercícios de resolução não violenta de conflitos.*

A aprendizagem de práticas de participação pública implica, contudo, além de conhecimentos, a construção de uma escala de valores, o desenvolvimento de capacidade crítica e aquisição de autonomia.

120

Sentimos cada vez mais urgente a necessidade de criar cidadãos autónomos, críticos, conscientes dos problemas do seu tempo e da sua sociedade, empenhados e comprometidos com a procura de soluções para eles. A crise que as sociedades actuais atravessam é simultaneamente de civilização (crise do Estado-Providência, crise do trabalho) e dos indivíduos (individualismo crescente, desagregação das famílias, desestruturação de laços sociais) (Nogueira, C. e Silva, I, 2001). A valorização da cidadania é o grande desafio actual e poderá ser uma resposta ao problema enunciado.

Procuramos colocar em prática as recomendações da UNESCO: tentamos que a aprendizagem e a preparação para uma vida cívica activa não fique limitada a

aprendizagens cognitivas mas antes se fundamente e alicerce em experiências concretas, partilhadas, analisadas e com significado. Procuramo-lo a diversos níveis, de turma e de escola, a nível associativo e de comissões, como um pouco por todo o concelho, por todo o país, os professores fazem e inovam.

Contudo, gostaria de **partilhar aqui uma experiência** que temos repetido na Escola Secundária Anselmo de Andrade há já alguns anos e que, pela adesão que suscita e pelos resultados observados, nos parece útil e interessante partilhar. Chamamos-lhe “Acção Educativa – Cidadania e Participação Cívica” e é dedicada a delegados e sub-delegados de turma. Os objectivos gerais deste encontro são:

- definir as funções de delegado e de sub-delegado;
- estimular o espírito reflexivo que deve anteceder qualquer intervenção democrática, e:
- promover o desenvolvimento de competências para o desempenho das tarefas para as quais foram eleitos.

A metodologia utilizada é a de, num espaço exterior à escola, proporcionar condições de reflexão conjunta entre pares, contribuindo para o estabelecimento de pontes de ligação sobre problemáticas comuns, para além das diferenças etárias, entre outras. No fundo, são “acções de formação”, facultativas, em que são dadas aos delegados oportunidades de exercício de actividades democráticas, verdadeiramente participadas. Ao sair da escola estamos a contribuir para que, naturalmente, se aprofundem e reforcem elos de ligação entre os elementos do grupo, ao mesmo tempo que cresce a motivação pela componente lúdica inerente a uma saída do local de trabalho habitual. Por este motivo, o formato da actividade de formação desdobra-se em dois dias, um lectivo outro não lectivo, uma sexta e um sábado. Os delegados são convidados a participar, sendo aberta a participação apenas a um elemento por turma por questões operacionais, já que são 44 as turmas da escola, do 5.º ao 12.º ano.

Dadas as características do grupo (jovens estudantes) temos realizado estes encontros em Pousadas da Juventude, que proporcionam alojamento e salas de trabalho condignos e adequados. Procuramos aliar as sessões de trabalho a momentos de lazer e de enriquecimento cultural. Por isso, além dos momentos formativos, que são a essência dos encontros, e das actividades de lazer previamente preparadas que integram todo o grupo (jogos, canções, etc.), faz parte do programa uma visita orientada a um local de interesse cultural e científico, por exemplo a vila de Óbidos ou as grutas de Alvados, como nos últimos anos.

Um dos aspectos interessantes é o da diferença etária: de Escola Secundária a sede de Agrupamento, com 2.º ciclo apenas desde o ano lectivo de 2007/2008, a franja etária dos delegados cresceu dos 12/18 para os 10/18. A organização dos grupos tem esta diferença presente, e se há actividades organizadas especificamente para os diferentes ciclos de ensino/níveis etários, a constituição dos grupos para deslocações, refeições, visitas, responsabiliza sempre os mais velhos por colegas mais novos, os mais novos perante os mais velhos.

Do produto da formação é dada informação às turmas: os colegas são informados pelos participantes dos conteúdos abordados, das reflexões efectuadas e das propostas finais. É um outro momento da actividade: a responsabilidade, a outra face do

direito de participar; o prestar contas aos eleitores do trabalho do eleito.

Podemos ler um relatório produzido por um delegado, publicado no Jornal J`A – on line, que conta na 1.^a pessoa a mais recente destas sessões:

Enquanto delegado, penso que estas acções são muito importantes e ricas pois aprende-se, de certa forma, a respeitar o próximo e a pensar nos problemas em vez de não fazer nada para os resolver. Gostava ainda de salientar o apoio e o meu maior respeito pelo Conselho Executivo por oferecer esta viagem aos delegados para proporcionar modos de vida correctos e ideologias, que todas as pessoas deviam seguir, aos seus alunos.

Em conclusão, podemos dizer que os resultados têm sido positivos: pela adesão, pelo empenho revelado, pelos contributos de todos. A aposta, obviamente, não tem resultado à vista, imediato. É uma aposta de médio/longo prazo. Mas pensamos contribuir de modo positivo com experiências activas de práticas de cidadania participada que contribuam para estimular os nossos alunos – os que participam activamente nestas sessões e os que, posteriormente, delas têm conhecimento – a serem cidadãos activos e empenhados, construtores críticos de uma sociedade responsável e solidária.

2. Experiência

Pelas 9h30, do dia 24 de Outubro de 2008, delegados e subdelegados de diversas turmas da **Escola Secundária Anselmo de Andrade** partiram rumo a Porto de Mós com o objectivo de participarem na **3.^a Acção Educativa – Cidadania e Participação Cívica**.

Esta acção tem como finalidade proporcionar aos delegados e subdelegados uma reflexão sobre os seus direitos e deveres enquanto representantes das turmas e ainda como agir em diferentes situações.

A viagem decorreu sem problemas. Os delegados apresentaram-se um a um e tiraram-se as primeiras impressões.

A chegada à **Escola Secundária** com **3.^o Ciclo de Mira de Aire** ocorreu às 12h30, onde a professora **Élia Martins** atribuiu aos representantes das turmas a actividade n.^o 1 que tinha como objectivo apresentar um delegado à sorte. Depois do sorteio, os pares foram fazer uma entrevista de modo a conhecerem um pouco mais de cada um.

Feita a entrevista seguiu-se o almoço na cantina da escola onde houve mais um momento de convívio entre todos os presentes, inclusive os alunos da **Escola de Mira de Aire**.

Por volta das 14h00, começaram as 1.^a e 2.^a partes da Acção, no anfiteatro da escola, actividade que foi dirigida pelas Professoras **Maria Margarida Lucena e Élia Martins** e ainda pelo Professor **Paulo Ferreira**.

A primeira parte da acção foi a apresentação dos pares ao resto dos delegados e subdelegados, tendo cada um explicado aos restantes os motivos que o levaram a aceitar o cargo de delegado.

Acabadas as apresentações realizou-se uma reflexão que permitiu explicitar, a partir das motivações atrás referidas, as características de um delegado:

**Nós (delegados)/Líderes:
RESPONSABILIDADE/ SOCIABILIDADE/ CAPACIDADE DE FAZER
PROPOSTAS/ FÁCIL COMUNICAÇÃO/SENSATEZ/ RESPEITO POR
COMPROMISSOS**

Após esta reflexão, os professores entregaram a actividade n.º 2 que tinha como objectivo destacar os aspectos positivos e negativos da escola e dos estudantes. Esta actividade foi realizada, primeiro, individualmente e depois em grupos.

Após o destaque dos pontos positivos e negativos, elaborou-se a seguinte tabela:

Escola-Positivo	Estudantes-Positivo
Actividades diversas Salas de apoio Internet Instalações Alimentação do bar Organização Bons Professores	Acolhedores Comunicativos Simpáticos, alegres e amigos Criativos Participativos Organizadores de Festas Empenhados (A.E)
Escola-Negativo	Estudantes-Negativo
Espaço exterior mal aproveitado Falta de A.A.E Papel Higiénico Conjunto de espaços cobertos Água fria	Má criação dos mais novos Discriminação Falta de higiene pessoal Mau uso do material escolar Competitividade Diferentes faixas etárias Violações de regras Esquecimentos Irresponsabilidade Má formação de alguns

Depois da tabela estar concluída, cada delegado deu a sua opinião sobre os aspectos negativos da escola e elegeram-se os 3 problemas que deviam ser tratados, da escola e dos estudantes.

O debate durou até às 18h00 quando o grupo foi levado até às instalações da Pousada da Juventude de Alvados em Porto de Mós. Após a instalação ter sido feita tranquilamente, os alunos concentraram-se no terraço da pousada a conviverem uns com os outros de forma a tornar esta acção divertida e original.

Às 19h00 o grupo jantou na pousada e concluída a refeição juntou-se na sala para participar no Jogo da Mímica juntamente com os professores. Acabada a actividade, os delegados recolheram-se para os seus aposentos onde foram dormir. Por volta das 8h00m, do dia 25 de Outubro, os delegados tomaram o peque-

no – almoço na Pousada e por volta das 9h00m estavam prontos para concluir a 3.^a e última parte da Acção Educativa.

O início da 3.^a parte foi marcado pelo debate dos assuntos votados e apresentaram-se propostas para resolver os problemas da escola e dos alunos. Este debate foi feito em pequenos grupos. Cada grupo tinha de arranjar forma de resolver um dos três problemas da escola tendo havido propostas decentes e plausíveis para serem aplicadas aos problemas que foram votados. Acabado o debate começou a actividade n.º 3 com a formação de novos pequenos grupos.

A actividade n.º 3 tinha o objectivo de alterar os deveres dos delegados quando confrontados com problemas de indisciplina nas salas de aula e fora das mesmas. Seguiu-se um novo debate sobre as medidas a serem tomadas pelos delegados em situações desse género.

Fizeram-se várias reflexões sobre como agir e, acabada a discussão, seguiu-se a quarta e última actividade. Esta última actividade falava sobre como proceder enquanto delegado e a quem se dirigir para resolver os problemas. Formaram-se, de novo, pequenos grupos e debateu-se uma última vez sobre a actividade n.º 4. Após o debate, a professora concluiu a temática da Acção e entregou aos delegados uma síntese sobre a mesma.

Por volta das 13h00 seguiu-se o almoço e acabado este, os delegados e subdelegados foram arrumar as malas para partirem rumo a Almada. A saída da Pousada da Juventude de Alvados ocorreu pelas 14h00 e a camioneta encaminhou-se para as Grutas de Mira de Aire.

A visita durou por volta de duas horas. Acabada a visita, os delegados encontravam-se prontos para regressarem a Almada. A chegada ocorreu pelas 18h00.

Maria Margarida Lucena, Escola S/2/3 Anselmo de Andrade, *Profalmada* n.º 17, 2009, pág. 8-10

Escola: espaço de todos para cada um

124 A Escola Básica Padre Abílio Mendes situa-se na freguesia do Alto do Seixalinho, no Barreiro e é a sede do Agrupamento com o mesmo nome. Desde a tomada de posse deste conselho executivo que tem havido, entre outras, uma constante preocupação com a requalificação do espaço escolar, uma vez que a escola já tem 20 anos, mas também em criar um lugar onde toda a comunidade educativa se sinta bem.

Atendendo à população que frequenta esta Escola, o conselho executivo cedo percebeu a necessidade de implementar Actividades de Enriquecimento Curricular (muito antes da sua obrigatoriedade) para ocupar de uma forma lúdico-pedagógica uma percentagem significativa de alunos que, de outro modo, não teriam como empregar os seus tempos livres. Estas actividades (Clubes) funcionam após o horário lectivo e vão desde o desporto escolar até aos clubes de cerâmica, pintura e embelezamento de espaços, passando pelas ciências, não esquecendo o teatro e a dança.

Em relação ao Clube de Embelezamento de Espaços, foi através do seu trabalho que se conseguiu melhorar o interior do Bloco A, incluindo a escadaria e a entrada do Centro de Recursos, bem como a Sala de Professores. Gostaria de personificar na pessoa da professora Rosário Gonçalves de EVT todo o trabalho que os professores têm dedicado à escola com o seu saber e mestria. Foi, pois, na sequência destas actividades que nos lançámos num projecto de maior envergadura, ao qual chamámos *Escola: espaço de todos para cada um* que nasceu da necessidade de melhorar os espaços físicos da escola (salas de aula) e de implicar os alunos nessa construção. A *Área de Projecto tem como objectivo envolver os alunos na concepção, realização e avaliação de projectos, permitindo-lhes articular saberes das várias Áreas curriculares/disciplinares em torno de problemas ou temas de pesquisa ou de intervenções* (Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro).

Assim, em Setembro de 2005-06, foi apresentado aos professores da área curricular não disciplinar de Área de Projecto o tema e os objectivos para o trabalho que iria ser concretizado nos anos lectivos de 2005-06 e 2006-07. O primeiro passo foi motivar os professores, uma vez que muitos deles não eram do Departamento de Educação Visual e Tecnológica ou de Educação Visual, e mostravam-se receosos com a tarefa que teriam de desenvolver com as suas turmas. No entanto, com o esforço das coordenadoras, de alguns docentes e, sobretudo como havia muita vontade de levar até ao fim este projecto, a Escola lançou-se num desafio no qual os alunos de todas as turmas participaram activamente e foram os grandes impulsionadores desta obra.

Até Dezembro de 2005, as turmas (5.º ao 9.º ano) foram convidadas a pesquisar e a realizar trabalhos sobre **personalidades de renome das várias áreas curriculares**: Escritores Portugueses, Ingleses, Franceses; Historiadores; Matemáticos; Físicos; Artistas Plásticos; Geógrafos e Desportistas. Para seleccionar as individualidades de cada área foi pensado e realizado um concurso, tendo levado os alunos a participar na eleição dos nomes que seriam os patronos das salas de aula.

Apurados nomes das diversas personalidades, cada professor escolheu a sala que gostaria de pintar e decorar ou melhorar e embelezar. Os alunos foram chamados a construir o projecto da *sua* sala; elaboraram placas de identificação das salas, com uma pequena biografia da personalidade em causa, fizeram o orçamento dos materiais que pretendiam utilizar e puseram mãos à obra. O acesso às tintas para pintar as salas, às telas e quadros para as decorar e tudo o mais que foi necessário, só foi possível porque o conselho executivo foi um parceiro que acreditou no projecto e custeou os materiais.

No final do ano lectivo de 2006-07, a batalha estava ganha e mesmo aqueles que no princípio mostraram maior resistência, renderam-se e colaboraram dentro do que foi possível.

Este projecto permitiu que os saberes das várias disciplinas, a criatividade e imaginação contribuíssem para renovar a Escola Padre Abílio Mendes. Tendo sido convidada a conhecer a *Nova Escola*, a comunidade educativa considerou o resultado final muito enriquecedor a vários níveis. Foi assim possível observar a forma emocionada e orgulhosa com que os alunos das turmas envolvidas receberam as suas famílias e mostraram o trabalho que tinham desenvolvido, testemunho que deixaram

aos alunos mais novos.

Em nosso entender, só pode haver uma relação de pertença em relação à escola se os alunos forem chamados a participar activamente na resolução dos problemas da mesma. É dessa forma que vemos a escola, como um espaço que é de todos e como tal deve ser preservado, mas também um lugar onde cada aluno merece sentir-se parte integrante dessa organização.

O projecto *Escola: espaço de todos para cada um* traduz-se também nos poemas da Prof^a. *Maria João Alves Grilo*:

Escola

É na escola que aprendemos a vida
logo que sentimos nosso ser crescer
é uma caminhada bem longa e dorida
dependendo do que nos ensina a ver.

É lá que todos os esforços se juntam
num elo único e bem sentido também
pois para o sucesso todos juntos lutam
sempre com objectivos de formar alguém.

E para isso professores e alunos trabalham
de mãos dadas e com calor da alma a sorrir
e até nem mesmo as poucas auxiliares falham
para que nenhum dos sonhos consiga ruir.

Escola Ideal

Numa escola ideal
onde o sucesso é o rei
queremos alunos sem igual
e que não transgridam a lei.

Em todas as áreas se trabalha
pois todas são importantes
quando precisa o professor ralha
dando conselhos bem sonantes.

Desde o Português à Matemática
se ensina e se aprende
com os números e a gramática
a atenção deles se prende.

Também em Área de Projecto
se fazem trabalhos interessantes
desde o chão até ao tecto
se pintam salas cintilantes.

Uma sala, uma temática
com o objectivo de aprender,
com frases e uma cor enfática
e alguns versos para ler.

Também se representam cenas
quando o teatro está presente,
são úteis e cívicos os temas
para lhes moldar a mente.

Os alunos são os actores,
seguem os passos dos ensaístas,
nesta peça de muitas cores
são os professores a dar as pistas.

Maria Manuela Lopes*, *Profalmada*, n.º 18, 2009, p. 7-8

* Escola Básica 2,3 Padre Abílio Mendes, Barreiro

Memória Institucional

Escola Básica 2,3 D. António da Costa 1956-2009

1. As quatro escolas históricas

A década de 50 representou um momento de viragem no modo como as famílias de Almada e o Estado encararam a escolarização do ensino secundário. A população escolar aumentara exponencialmente.

Nas décadas de 50 e 60 foram criadas quatro escolas “históricas” de Almada, nas quais se inclui a Escola D. António da Costa. A primeira a ser criada foi a Escola Industrial e Comercial de Almada em 1955, com instalações definitivas em 1959 e passando nesta data a designar-se de Escola Industrial e Comercial Emídio Navarro. Ministrava o primeiro ano do Ciclo Preparatório e o Curso Geral do Comércio.

Em 1956 surge a segunda escola “histórica”: o Externato Frei Luís de Sousa. Inicia com os quatro primeiros anos do ensino liceal.

Em 1959 surge a terceira: A Escola Técnica e Elementar D. António da Costa para ministrar os dois anos do ciclo preparatório para as escolas técnicas, que saem da Escola Emídio Navarro.

Só em 1969 a escola fica dotada de edifício próprio, construído de raiz, designada por Escola Preparatória D. António da Costa.

De 1959 a 1969 funcionou em quatro locais diferentes: nas instalações camarárias da Rua D. João de Portugal; em pavilhões junto à “Escola do Campo” (Escola n.º 1 de Almada); na Escola Emídio Navarro e em dois andares arrendados na antiga Avenida Frederico Ulrich (hoje Avenida 25 de Abril).

A quarta e última “escola histórica” de Almada foi inaugurada em 1965: o Liceu Nacional de Almada em instalações provisórias de pavilhões pré-fabricados, no local onde é hoje a Praça da Liberdade (Praça do Fórum Municipal Romeu Correia). Só em 1975 foi inaugurada a Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, sua “herdeira”.

2. História da Escola

A escola inicia em 1959 com 893 alunos, número que triplicou passados dez anos, até cerca de 2800 alunos. O aumento repentino da população escolar a partir de 1968 deve-se à criação do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, que unificou num mesmo currículo e numa mesma escola o Ciclo Preparatório para o Ensino Técnico com o Primeiro Ciclo do Liceal, passando as Escolas Técnicas Elementares a designarem-se por Escolas Preparatórias (como sucede à Escola D. António da Costa em 1969, no edifício actual).

A escola começou por ministrar só os 1.º e 2.º anos do Ciclo Preparatório, mas em 1972-73 é seleccionada para aplicar a experiência inovadora dos 7.º e 8.º anos experimentais. A iniciativa inseriu-se na reforma de Veiga Simão para implementação de um currículo unificado de oito anos de escolaridade, que vem depois do 25 de Abril a servir de base para a criação do ensino secundário unificado.

De 1959 a 1961 foi director da escola o pintor Jorge Escalço Valadas e daí até 1974 foi Sousa Barros.

A partir de 1975 a procura de ensino não pára de crescer, dando origem à expansão de uma rede do ensino preparatório e secundário que se alastra a todo o concelho, desdobrando-se a população escolar, que foi diminuindo nas escolas base.

Assim em 1969-70 é criada a secção do Feijó da Escola Preparatória D. António da Costa, que mais tarde dá origem à Escola Preparatória Pintor Columbano (actual Escola Básica 2,3 da Alembrança).

Desde o início dos anos 70 há uma construção galopante de escolas básicas dos 2.º e 3.º ciclos e de escolas secundárias que procura acompanhar uma população escolar em explosão demográfica.

A população escolar dos 2800 alunos iniciais da Escola Elementar D. António da Costa passou actualmente para 800 alunos, distribuídos por quarenta turmas do currículo normal, percursos alternativos e cursos de educação e formação profissional e conta com uma diversidade étnica e cultural que não existia há 50 anos.

Ao longo destas cinco décadas a escola foi designada por Escola Elementar D. António da Costa, Escola Preparatória D. António da Costa, Escola C+S (ciclo e secundário – quando a escolaridade obrigatória era até ao 9.º ano) e finalmente Escola Básica 2.3 D. António da Costa.

É hoje sede de um agrupamento que integra sete escolas, desde o Jardim de Infância ao 9.º ano.

3. Pavilhão D. António Costa sua importância no desenvolvimento do desporto concelhio

O pavilhão da Escola Preparatória D. António da Costa foi um marco no desporto concelhio, pois permitiu o seu desenvolvimento, devido à falta de instalações desportivas em Almada há cinquenta anos.

A estreia oficial do pavilhão realizou-se 4 de Fevereiro de 1971 com um jogo de Andebol entre o Almada Atlético Clube e o Apatin da Jugoslávia.

Até esta data todas as equipas de Andebol de Sete efectuavam os seus jogos em Lisboa.

O novo pavilhão passou a ser utilizado para os treinos e jogos pelos seguintes clubes: Almada Atlético Clube, Liberdade Futebol Clube, Ginásio Clube do Sul, Clube Desportivo da Cova da Piedade e Clube Náutico dos Oficiais e Cadetes da Armada.

Mais tarde outras escolas e clubes passaram a utilizá-lo para os seus jogos: Escola Anselmo de Andrade, Escola Emídio Navarro, Clube Recreativo “Falcões”, Clube Desportivo do Alfeite, Clube Lisnave, Sociedade Recreativa União Pragalense, São Paulo Clube Recreativo de Almada.

O Andebol do nosso concelho passou a ser respeitado a nível nacional e considerado como uma das “Escolas de Andebol Nacional” e até como uma das principais “catedrais” do Andebol em Portugal.

Realizaram-se no pavilhão bastantes competições europeias e muitos torneios nacionais, assim como Saraus de Ginástica de várias colectividades do concelho de Almada e de encontros com equipas estrangeiras, além de muitas outras actividades.

4. O Patrono da Escola

D. António da Costa (1824 – 1892) Pedagoga e Político.

O patrono da escola foi um homem que na sua época teve como sonho maior fazer progredir o ensino em Portugal.

Era neto do Marquês de Pombal e sobrinho materno do Duque de Saldanha. A Regeneração, inaugurada e presidida pelo Duque de Saldanha, nomeou D. António da Costa em Maio de 1851, para Secretário Geral do Governo Civil de Vila Real.

Passado um mês de estar em Vila Real foi D. António da Costa transferido pelo tio para Secretário do Governo Civil de Leiria. O nosso patrono que nascera em Lisboa veio a ter um grande apego a Coimbra (onde se formou em Direito) e a Leiria, embora a sua carreira e a sua vida o tenham levado a vários pontos do país, tendo até exercido temporariamente o cargo de Governador da Real Casa de Santo António, em Roma. Viajou também pela Europa.

Já escrevera anteriormente na *Revista Académica* (1845 – 1853) uma *Memória sobre a Instrução Primária*, onde defendia que a ventura de um povo está na razão directa da sua educação e instrução. Tentou implantar escolas no distrito de Leiria e criou o *Centro Promotor da Instrução Primária*. Fundou também o jornal *O Leiriense*, onde publicou uma série de artigos sobre a *Instrução Primária em Portugal*, acompanhados de um projecto de reforma da sua lavra.

Depois de ter sido deputado independente pelo círculo de Leiria e Primeiro Oficial da Direcção Geral da Instrução Pública (além de outros cargos), rebentou inesperadamente, a 19 de Maio de 1870, a revolução Saldanhista tendo o Marechal Saldanha subido ao poder.

Por decreto de 22 de Junho de 1870 foi instituído o Ministério da Instrução Pública (que englobava a educação e a beneficência) e nele D. António da Costa foi nomeado Ministro da Instrução Pública.

Via chegar a hora de poder realizar o seu sonho. No programa que realizou, este Ministério era um órgão vivo de promoção educacional.

O Ministério durou dois meses, caindo a 29 de Agosto de 1870, pois nesta data D. Luís demite Saldanha e nomeou o Marquês Sá da Bandeira.

Apesar dos governos dos acasos constitucionais da época, D. António da Costa continuou a ter cargos públicos e honoríficos.

Deixou um grande espólio literário. Promoveu o estatuto feminino na vida social e política, tendo escrito *A Mulher em Portugal*.

Morre em 24 de Janeiro de 1892. O seu nome foi venerado pelo povo Português como reformador, amigo das classes desvalidas, pelo escritor dedicado de alma e coração ao bem geral, sempre “com honrada imparcialidade e o seu alto critério”.

Vinte e dois anos depois das reformas por ele propostas, adversários políticos reconheciam o seu mérito, qual visionário e pedagogo “avant la lettre”.

5. Cinquentenário da Escola

No dia 17 de Janeiro de 2009 procedeu-se à abertura solene da comemoração do cinquentenário. Nesse mesmo dia ficou patente a exposição “Aconteceu na Escola”, que

mostrou projectos e actividades relevantes ao longo dos anos. Na mesma data foi inaugurada uma exposição de Artes Plásticas de professores actuais e aposentados, na Sala Pablo Neruda, no Fórum Romeu Correia. Ambas tiveram visitas guiadas para alunos e professores, tendo sido feita uma animação/exploração lectiva por professores actuais e aposentados.

De 18 Fevereiro a 7 de Março esteve patente a exposição *O Teatro na Escola*, com várias actividades e dois espectáculos no Fórum Romeu Correia.

De 8 a 27 de Março esteve patente a exposição *A Escola e o Desporto*, com várias actividades.

Para Abril e Maio estão agendados *workshops* Literários e outras Exposições de Artes Plásticas.

Em Abril haverá uma mostra sobre *O Papel da Escola na Vida Democrática*, com actividades.

Em Abril e Maio haverá duas conferências. Respectivamente: *Abril – Gestão de Conflitos e Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais*.

De Março a Maio consta da programação a *Apresentação dos Trabalhos das Turmas*. Todas as turmas da escola estão a trabalhar neste tema, estando-se a verificar um grande entusiasmo dos alunos.

Em Junho realiza-se a *Semana do Agrupamento* que inclui um arraial com jantar multi-étnico, sardinhada e um encontro de gerações, acompanhado por música.

Em Setembro está previsto o colóquio *Escola, um Espaço em Mudança*.

Finalmente em Novembro, será o encerramento com Jantar de Gala e fogo-de-artifício.

Bibliografia

ABREU, Carlos, *Os longos caminhos para a escola – história do ensino em Almada*, in *Ir à Escola*, Almada, Câmara Municipal de Almada e Museu da Cidade, 2005.

BARRIGA, Edite, Condeixa, D. *António da Costa (1824 – 1892: escritor, pedagogo e político)*, in *Anais de Almada – Revista Cultural*, n.º 3 Câmara Municipal de Almada, 2000.

Time line do Cinquentenário da Escola D. António da Costa.

Edite Condeixa, *Profalmada*, n.º 18, 2009, p. 10-11

A turma do *Fintas*

130

Introdução

Aceitando o desafio para reflectir sobre a minha prática *intencionalizando a heterogeneidade dos alunos/turma, nomeadamente a sua diversidade cultural, condição social, trajectória escolar*, tentarei conjugar uma dimensão de avaliação prospectiva de final de ano lectivo, com o compromisso de partilhar no Boletim *Profalmada* a experiência educativa que desenvolvi com uma Turma do 5.º Ano de escolaridade, na Escola do 2.º e 3.º Ciclos Dr. António Augusto Louro-Seixal. Gostaria também de estimular a reflexibilidade crítica dos

leitores e suscitar as suas interpelações, através dos endereços que coloco à disposição no final deste relato.

Por via da redução do tempo de serviço que me é concedido, por ser professor *veterano* no 2.º Ciclo, tenho desde há alguns anos acumulado a leccionação das disciplinas de Matemática, Ciências da Natureza, Área de Projecto, Estudo Acompanhado, Formação Cívica com a regência da Direcção de Turma, o que me permite ser titular de apenas uma turma, com as vantagens inerentes a esta opção na relação pedagógica e na gestão curricular.

No ano lectivo de 2008/2009, por sugestão da Presidente do Conselho Executivo, foi-me atribuída uma turma, que era inicialmente constituída por vinte e quatro alunos oriundos de um colégio particular, integrando dois alunos com necessidades educativas especiais.

Correspondendo às minhas recomendações, a turma viria a integrar mais quatro alunos, uma aluna e três alunos, sendo um deles de origem moldava, um outro natural do Brasil que havia ficado retido no ano anterior e ainda um aluno de origem cabo-verdiana, com quatro anos de retenção repetida no mesmo ano de escolaridade, que foi baptizado pelo apelido *O Fintas*.

A turma, com quem partilhei esta aventura, nem sempre bem sucedida, ficou conhecida na escola como a *Turma do Fintas* devido ao *currículo* deste aluno de origem africana, (que teve um percurso normal até frequentar o primeiro ano do segundo ciclo de escolaridade, reprovando depois sucessivamente por falta de assiduidade), possuidor de imensas *habilidades e competências extracurriculares*. De facto, nas inúmeras situações que cria em contexto escolar consegue quase sempre ilibar-se das suas responsabilidades nos acontecimentos por ele desencadeados, sendo geralmente atribuída a *culpa* a outros elementos dos grupos que lidera. Um verdadeiro especialista no disfarce, na fuga, na efabulação e na elaboração de alibis convincentes.

1. A Filosofia Pedagógica

Como membro do Movimento da Escola Moderna, anima-me a convicção e a filosofia pedagógica que enunciei em depoimento publicado em número anterior deste Boletim:

Considero que é urgente reinventar a escola, construindo uma escola verdadeiramente democrática em todos os contextos escolares, começando pela sala de aula, onde todos possam ser intervenientes vivos no acto educativo, com o envolvimento activo e o respeito por todos os protagonistas, contemplando momentos de trabalho individual e de partilha colectiva, cumprindo os programas oficiais e as regras negociadas e aceites por todos.

No MEM, do qual sou militante pedagógico, acreditamos que é possível, aqui e agora, alterar o paradigma da escola tradicional, onde se pretende ensinar todos como se fossem um só, assumindo uma dimensão essencialmente retrospectiva, virada para o passado e, como tal, incapaz de corresponder aos desafios do futuro. Acreditamos que a escola democrática e inclusiva, que procuramos instituir, deve ter uma dimensão prospectiva, virada para o futuro, assumindo os riscos de experimentar novos caminhos, onde se torna imperativo o exercício da democracia na sala de aula, da gestão comparticipada do currículo pelos alunos, tentando promover uma verdadeira comunidade de aprendizagem,

tendo sempre presente a regra social da cooperação enunciada por Curt Lewin: *Cada um só pode alcançar os seus objectivos se, e só se, os demais conseguirem atingir os seus.*

Trata-se de uma pedagogia de natureza construtivista, orientada por princípios e regras contratualizadas entre o professor e os alunos, que se distingue das pedagogias não directivas e tem como referência inquestionável o cumprimento do currículo oficial, com recurso a metodologias vocacionadas para o desenvolvimento sócio-moral e o envolvimento activo dos alunos na partilha e construção do saber.

2. Os Caminhos da Inclusão, da Democracia e da Cooperação

Em educação, como noutras dimensões humanas, as teorias só ganham dimensão real quando são complementadas com a *praxis* e se sujeitam ao escrutínio da experiência e da análise crítica dos processos e dos produtos. É desses desafios e inquietações que tentarei falar, procurando ser relativamente objectivo e sintético, para respeitar o tempo dos leitores e o espaço disponível neste Boletim.

A inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais e de origens étnicas e culturais diferentes da maioria foram uma preocupação permanente nas áreas disciplinares e não disciplinares que leccionei e nos contextos educativos que promovi.

Quem, como os professores, conhece a realidade das escolas sabe que os recursos humanos disponíveis para apoiar a integração destes alunos são manifestamente insuficientes e que a escola inclusiva de que tanto se fala é ainda uma miragem no nosso país. Consciente desta realidade, como Director de Turma tentei assumir a função de professor-tutor, reunindo regularmente os pais e cada um dos sete alunos para os quais foram elaborados Programas Educativos Individuais e Planos de Recuperação, assumindo também a organização de actividades de apoio pedagógico na disciplina de Matemática, em horário extra-curricular.

Foram desafios complexos e exigentes, com avanços e recuos, mas sempre partilhados e avaliados mensalmente pelos encarregados de educação em conjunto com os alunos envolvidos.

Em reflexão realizada com a turma, após os resultados do primeiro período, foram vários os alunos com bons desempenhos escolares que se voluntariaram para apoiar os sete alunos em risco de retenção, tendo a planta da sala sofrido alterações para ensaio de parcerias de cooperação, pensadas e aceites pelos alunos *tutores* e pelos alunos que iriam beneficiar dessa colaboração, visando contemplar diferentes disciplinas.

Estas parcerias estratégicas, que em alguns casos se projectaram para fora da sala de aula, foram sendo avaliadas pelos próprios pares e reformuladas no início do segundo período.

Em Formação Cívica, instituímos o Conselho de Cooperação Educativa, espaço de reflexão e debate sobre os problemas identificados e os projectos seleccionados, dirigido por um presidente e um secretário em regime de rotatividade. O Diário de Turma, jornal de parede onde registaram o *gostei*, o *não gostei* e o *proponho*, foi um recurso precioso como *termómetro* moral da turma, na mediação de conflitos e instrumento auxiliar das reflexões colectivas realizadas. Foi também neste espaço de exercício da democracia participativa, que procedemos ao planeamento de iniciativas previstas no Projecto Curricular de Turma e à avaliação das experiências de tutoria iniciadas.

Em Ciências da Natureza, criámos grupos de trabalho em torno do programa da disciplina, desenvolvemos percursos de investigação e foram preparadas as comunicações que os grupos partilharam com a turma, incluindo conteúdos programáticos e actividades experimentais. Como professor, coube-me naturalmente o papel de organizador das aprendizagens, de acompanhamento do trabalho dos grupos, de apoio às investigações e actividades experimentais, complementando e aprofundando, quando necessário, os temas investigados e ministrando as áreas não contempladas nas apresentações feitas pelos alunos.

Na Matemática, a metodologia adoptada foi sobretudo a *resolução de problemas*, tendo como fonte de inspiração os projectos desenvolvidos e as intervenções no *Jardim do Amor*, espaço verde e de lazer que construí há alguns anos com uma turma, tendo como objecto de trabalho as formas geométricas ali existentes. Foram criados grupos de trabalho, com o máximo de quatro elementos, para resolução conjunta de problemas, realização e tratamento de inquéritos para preparação da II Feira do Animal de Estimação, estudo de áreas e perímetros dos espaços verdes existentes no Jardim do Amor, exercícios e jogos de cálculo mental e escrito e para apoio a alguns dos projectos desenvolvidos (visitas de estudo, festas, cabaz da Páscoa,...).

A Área de Projecto ajudou a planear e organizar, apoiando-se em grupos de trabalho responsáveis pelos sete projectos desenvolvidos, resultantes alguns deles de propostas esboçadas em Conselho de Cooperação, depois de apreciadas e aprovadas pelo Conselho de Turma. Foram disso exemplo a II Feira do Animal de Estimação que contou com a colaboração do Canil Municipal do Seixal, a visita à Quinta dos Avós de duas alunas da turma, a Ópera *Nos Montes de Viriato* realizada pela turma, o intercâmbio com uma turma de 4.º Ano do Colégio *O Cantinho dos Amigos*, a Festa para Pais e Familiares e as Festas de Final de Período.

3. Em Jeito de Avaliação

É com um misto de satisfação e inquietação que revejo e avalio os itinerários educativos percorridos, verificando que o trabalho colectivo dos professores e da turma, assegurou a concretização de projectos de desenvolvimento educativos relativamente bem sucedidos e a obtenção de sucesso escolar por parte de vinte e sete dos vinte oito alunos, incluindo os alunos com necessidades educativas específicas e quatro dos cinco alunos com planos de recuperação, onde ganha particular relevância a transição do *Fintas*, que conseguiu este feito após cinco anos de frequência do mesmo ano de escolaridade.

Preocupa-me e lamento o insucesso de um dos alunos, que ficou retido com seis níveis *negativos*, entre os quais os únicos níveis inferiores a três nas disciplinas de Matemática e Ciências da Natureza que leccionei.

O insucesso desse aluno muito irrequieto, pouco dedicado e com défice de atenção e motivação, é também meu insucesso profissional, insucesso dos seus professores apesar do seu elevado profissionalismo e também de toda a turma, enquanto comunidade de aprendizagem.

Nesta caminhada conjunta, houve naturalmente momentos de grande insatisfação e desalento, conflitos difíceis de gerir e problemas desafiadores da inteligência e paciência. Houve também momentos em que a realidade superou o sonho e as expectativas, como

aconteceu com o elevado desempenho da turma na ópera sobre Viriato, no intercâmbio com uma turma de quarto ano, com a surpreendente participação dos pais na Festa no Dia Mundial da Criança e nas sessões temáticas dinamizadas por pais e mães em Formação Cívica, ou ainda na adesão da comunidade escolar à Feira do Animal de Estimação.

Valeu a pena?

Valeu, mas...

Para o ano, iremos continuar juntos e tentaremos fazer mais e melhor, incorporando os ensinamentos adquiridos nas experiências gratificantes mas também nos insucessos vivenciados.

joansarmento@gmail.com

<http://5bemblogue.blogspot.com/>

Joaquim Sarmento*, *Profalmada*, n.º 19, 2009, p. 7-9

Abordagem multicultural na aula de português

Os jovens que realizam o seu percurso escolar numa língua diferente da que ouvem em primeiro lugar em casa poderão desenvolver um conflito interior provocado pelo contacto entre as duas línguas, agudizado quando se regista um sentimento de inferioridade face à língua de origem e à cultura que esta língua representa. Em estudos realizados sobre a proficiência dos jovens filhos de emigrantes portugueses em França é manifesta uma *...inferioridade nítida da linguagem falada e escrita... [cujas causas devem ser procuradas [...] no contexto social em que vivem esses grupos desfavorecidos]*, Artur Mesquita (1990:225). Criadas num ambiente de ambiguidade cultural, as crianças vão construindo *...uma cultura específica, verdadeira cultura de mediação: à cultura imposta pelo país de acolhimento [...] junta[m] fragmentos da cultura do país de origem.* (*idem*: 226). Esta situação desestabiliza as relações familiares e conduz ao desenvolvimento de inadaptação e de baixa auto-estima, que impede a realização plena dos jovens:

Outro aspecto, ligado à linguagem, situa-se na relação pais-filhos. Os adultos são considerados os detentores do saber, do poder. Mas, no estrangeiro, fora do ambiente familiar, são socialmente dominados. Por exemplo, relativamente ao conhecimento da língua francesa, as crianças progridem rapidamente e superam os adultos já desde a escola primária com o acesso à leitura e escrita, que a maioria dos adultos não chega a possuir. Inverte-se a relação familiar, passando os filhos muito cedo à situação de domínio em relação a seus pais. Integrando-se na sociedade de acolhimento, estas crianças entram em conflito com o universo familiar (*idem*: 228).

O conflito familiar é, no entanto, apenas uma das faces exteriores de um conflito mais vasto: o conflito interior, que conduz a uma baixa auto-estima. A escola, embora se registem esforços no sentido de contornar esta situação, é o espaço onde essa baixa auto-estima se manifesta, frequentemente traduzida em insucesso provocado pela interferência linguístico-cultural, que vai condicionar a aprendizagem.

Reflectindo sobre a necessidade de um ensino multicultural, Pedro D'Orey da Cunha considera que a problemática da inserção cultural é complexa e define dois tipos de cultura: a **alta cultura** e a **cultura profunda**:

*Do domínio da **alta cultura** são todas essas realidades que se exprimem em instituições, que se formalizam explicitamente e até que se podem transmitir e ensinar, É a língua, a religião, as artes, a ciência, o folclore, e até a mitologia nacional de um grupo. [...]*

*No domínio da **cultura profunda**, as diferenças são muito mais subtis, escondidas e implícitas. Mas são também aquelas que mais incompreensão provocam, mais afastam, mais insucesso causam. São as concepções de tempo e espaço, são os valores, são os perfis de personalidade, são os estilos de aprendizagem, são até os conceitos de prestígio da própria alta cultura [...] Cunha, (1993: 19).*

A escola intervém, sobretudo, no âmbito da *alta cultura*, porque ela é mais institucional, mais objectiva, sendo a sua intervenção no campo da *baixa cultura* mais difícil, embora seja importante, pois condiciona a própria abordagem da alta cultura.

Os professores das nossas escolas sentem este problema em turmas que integram os filhos de imigrantes, sobretudo dos que provêm dos PALOP. Solicitados, por exemplo, a falar das comemorações relativas a datas festivas na terra dos pais, ou a contar uma história que tenham ouvido aos familiares, estes jovens declaram frequentemente que desconhecem as festividades e que os pais não lhes contam histórias das suas terras.

Cabe aos professores tomar a iniciativa de trazer para a escola as várias culturas a que pertencem os seus alunos, promovendo uma aprendizagem multicultural, que conduza ao conhecimento das várias culturas em confronto nas escolas.

Inserem-se neste âmbito algumas actividades promovidas regularmente pela Escola Secundária do Monte de Caparica, cuja população é muito heterogénea. Dão-se, como exemplo, ainda que desenvolvidas há já algum tempo, as actividades efectuadas nas aulas de língua portuguesa como preparação da *Semana de Cabo Verde*. Depois de identificadas as características dos alunos, no sentido e adoptar estratégias adequadas, foi seleccionada uma turma bastante heterogénea. Cerca de metade dos alunos descendiam de famílias provenientes de Cabo Verde; muitos vinham de famílias oriundas de várias zonas do nosso país e uma jovem era descendente de angolanos. No percurso escolar de quase todos havia experiências de insucesso. Todos apresentavam um nível relativamente baixo de domínio da língua portuguesa.

Aproveitando a diversidade cultural dos jovens, foi-lhes solicitado que contassem histórias e referissem palavras diferentes que ouviam em casa ou na terra dos pais. Nenhum deles referiu quaisquer palavras e apenas três se dispuseram a contar histórias da terra dos pais.

Propôs-se igualmente uma investigação sobre escritores cabo-verdianos, com o objectivo de seleccionar alguns poemas para ler na *Semana de Cabo Verde*, durante a cerimónia de abertura. Consultados sobre a possibilidade de lerem poemas em crioulo, os alunos rejeitaram.

Com o objectivo de envolver todos de igual forma e de promover uma reflexão sobre a diversidade linguística e sua riqueza, estudaram-se alguns regionalismos

susceptíveis de dificultar o entendimento entre portugueses de regiões diferentes. Foi analisada a letra do fado *Mestre Alentejano*, cantado por António Pinto Basto:

[...]
 Terra mole é atasquero,
 Ir embora é abalar,
 Deitar fora é aventar,
 Fita de couro é apero;
 Vaso com planta é cravero,
 Carpinteiro é abegão,
 A choupana é cabanão
 E às hortas chamam hortijos
 Os cestos são cabanejos
 E ao trigo chama-se pão.
 [...]

António Pinto Basto, *Rosa Branca*, Letra de J. de Vasconcelos e Sá.

A dificuldade que todos sentiam em compreender algumas palavras aproximou a turma, que se uniu. E foi surgindo o reconhecimento de alguns termos. *A minha avó dizia isto, mas eu não sabia o que queria dizer.* Alguns acrescentaram outras palavras que afinal sempre conheciam, muitas vezes sem conseguirem aplicá-las em novos contextos. Convidados a fazer o mesmo, os alunos descendentes de cabo-verdianos escusaram-se, dizendo que não sabiam explicar bem as palavras que ouviam (e diziam!) lá em casa e que estas se não podiam escrever. Entretanto prosseguia a pesquisa acerca dos escritores cabo-verdianos. Foram à biblioteca. Recolheram textos de manuais, surpreendidos por encontrarem tantos. Navegaram na *Internet*. No *Ciberdúvidas, Antologia*, encontraram o testemunho de Germano de Almeida, escritor cabo-verdiano, nascido na ilha da Boavista em 1945, que analisámos em pormenor na aula. A leitura deste testemunho teve sobre os alunos “cabo-verdianos” o efeito que o *Mestre Alentejano* tivera nos que provêm de famílias vindas regiões de Portugal. Após a leitura individual, os alunos começaram a conversar entre si e a rir, cúmplices, apontando a parte do texto que se destaca:

(...) *batem à porta. Quem será, questionou nho padre. Quase é André, respondi. Nho padre não entendeu no imediato, mas depois deve ter feito alguns jogos de cabeça porque começou a rir: Quase não, disse ele, ou é André ou não é. Quase é André é que não pode ser. Vai ver!*

Fui e de facto era André. Nho padre continuava a rir mas eu não via onde podia estar a piada. Porque desde o princípio que eu tinha desconfiado que era o André que batia, mas de qualquer modo ainda não o tinha visto e por isso não podia ter a certeza de ser ele e poder garanti-lo. De modo que o “quase” era a palavra correctíssima para indicar aquela relativa dúvida.

Isto para mim. Mas nho padre (...) tinha aprendido o português de Portugal e da gramática, e então para ele o “quase” só podia significar qualquer coisa “a meio de” e um “quase André” não lhe dizia absolutamente nada.

Uma das alunas apontou no texto a palavra **quase** e explicou que muitas vezes a

mãe a utilizava com o sentido indicado no texto e que ela sempre achara que isso se devia ao facto de ela falar mal o português. Feliz porque o sentido da palavra existia, nesse momento estava reconciliada com ela e com o saber linguístico da mãe.

Neste momento, os alunos sentiam-se verdadeiramente iguais nas suas diferenças e começaram a trocar impressões sobre pequenas coisas do seu dia-a-dia. E na aula seguinte vieram algumas, tímidas, histórias.

As actividades continuaram com a selecção dos poemas a ler. A certa altura foi introduzido de novo o desafio da leitura de um poema em crioulo. Duas alunas aceitaram o desafio e na sessão de abertura leram o poema vestidas com trajes típicos, que mantiveram até ao fim.

Esta actividade, ao facilitar a articulação entre alta cultura e cultura profunda, melhorou consideravelmente a auto-estima dos alunos e o seu relacionamento quer na aula, quer no ambiente familiar, como foi possível perceber pelo testemunho de alguns pais.

Referências

ALMEIDA, Germano, (1997) *A nossa língua portuguesa*, disponível em <http://ciberduvidas.sapo.pt/antologia.php?subtype=Cabo%20Verde>

CARNEIRO, Roberto, (1996), "A tolerância e os valores da interculturalidade" " in *Educação para a tolerância, actas*, Lisboa: Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural do Ministério da Educação, (p.115-125).

CUNHA, Pedro D'Orey (da), (1993), "Diferenças culturais e integração na escola" in *Escola e Sociedade Multicultural*, Lisboa: Editorial do Ministério da Educação, (p. 17-24).

MARQUES, Ramiro, (2000), "Concepção antinómica da educação; implicações para o currículo multicultural cosmopolita" in Maria do Céu Roldão e Ramiro Marques (org.), *Inovação, Currículo e Formação*, Porto: Porto Editora, (p. 102-120).

MARTINS, Guilherme d'Oliveira, (1996), "Tolerância, cidadania e cultura da paz" in *Educação para a tolerância, actas*, Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural do Ministério da Educação, Lisboa (p.43-49).

MESQUITA, Artur, (1990), "Emigração e educação inter-cultural" in *Actas do I congresso da educação pluridimensional e da escola cultural*, s.l.: Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural (AEPEC).

PEREIRA, Dulce, (1998), *Estórias de linguagem*, Lisboa: Núcleo de Organização Curricular e Formação do Departamento da Educação Básica do Ministério da Educação.

PEREIRA, Dulce, (2001), "Línguas que gostavam de falar" in *Noesis* n.º 57, Janeiro/Feveiro, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional (p. 27-29).

PEREIRA, Fernando Michael, (1996), "Tolerância, análise sociológica" in *Educação para a tolerância, actas*, Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural do Ministério da Educação, Lisboa (p.31-41).

PINTO, Paulo Feytor, (1998), *Formação para a diversidade linguística na aula de português*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

O meu percurso no caminho das artes A expressão dramática e a multiculturalidade

Solicitaram a minha opinião sobre o papel das artes na escola, baseada na minha experiência como professora/animadora de Expressão Dramática.

Tendo embora nascido numa terra de província (Olhão), tive a oportunidade, desde muito cedo, de viver experiências marcantes, que influenciaram o meu percurso.

Teria talvez os meus cinco anos quando, pela primeira vez, subi a um palco. Era final do ano e o colégio onde andava tomou a iniciativa de partilhar, com os pais e a comunidade, o Encerramento das Actividades Lectivas. Participava num grupo de dança e lembro-me que tiveram que me puxar para fora do palco, no final da actuação. Havia esquecido tudo o resto e tentava descobrir, na plateia, os olhos do meu pai. Procurava saber se a minha prestação havia sido positiva, se alguém, como ele, com uma larga experiência de actor amador, tinha gostado do que vira.

Interessante, começo a ver que, desde cedo, dei grande importância ao olhar crítico, à presença de alguém de fora com a capacidade de pensar ao mesmo tempo que a experiência decorre.

O meu contacto com o teatro veio depois, como espectadora. Olhão recebia, anualmente, uma única companhia de teatro, o Teatro Desmontável Rafael de Oliveira. A minha curiosidade era imensa, massacrava o meu pai com perguntas sobre tudo o que se passava em cena e, muitas vezes, imaginávamos mesmo o que iria acontecer nas cenas seguintes. A par do teatro havia outras paixões ... Primeiro, o gosto pelos contos que a velha Gertrudes (Tutu), a costureira da casa, não se cansava de me contar e de repetir sempre que eu lhe pedia: – Conta lá outra vez! Depois, os livros. Nunca me proibiram lá em casa qualquer tipo de leitura e lembro-me que, muito cedo, comecei a ler livros que encontrava nas estantes: Alexandre Dumas, Émile Zola, Júlio Dinis, António Nobre, mesmo folhetos avulsos, a literatura de cordel, as revistas, “Modas e Bordados”, a “Crónica Feminina”, o “Mundo de Aventuras”, enfim, tudo o que me vinha parar às mãos.

Mais tarde, e já na Faculdade de Letras, em Lisboa, recordei, deslumbrada, dois actores franceses, no Anfiteatro Grande, numa cena de “L’Annonce Faite à Marie”, de Paul Claudel. Pés descalços, envoltos em trajos leves, etéreos, Violaine e Pierre de Craon falavam do amor impossível, da fé, da santidade.

Comecei a leccionar Português e Francês em 1967-68 e foi no ensino das línguas que estabeleci primeiramente uma saudável articulação com a expressão dramática. Inicialmente, posso afirmá-lo, com uma grande dose de intuição. Porém, a alegria dos alunos ao experimentarem a improvisação e a dramatização, confirmaram-me a certeza do caminho a percorrer. Mais tarde, em 1973, o meu estágio foi um autêntico laboratório de ensaio de várias técnicas e jogos aplicados às línguas, em que eram constantes a aprendizagem e a criatividade, registados, muitos deles, no relatório final: *A Criatividade na Língua Portuguesa*.

Senti que havia necessidade de investir mais na minha formação em Expressão Dramática para poder estar à altura de um ensino mais lúcido e coerente e, ao longo dos anos, contactei com grandes nomes do teatro, da expressão dramática e de todas as áreas de expressão artística. Consolidei os meus conhecimentos no curso de Mediadora de Expressão Dramática, na Gulbenkian e ainda como bolseira de Estudos Teatrais, na Sorbonne (Paris III) e com a Especialização em Estudos de Teatro, na Faculdade de Letras de Lisboa. Reflecti sobre a minha prática em *Workshops*, Seminários, participação em Congressos nacionais e internacionais. Procurei contribuir para a transformação do ensino, das ofertas culturais e da formação de professores, ao criar, em 1990, com Ângela Mota, o projecto, hoje, Associação Cultural *O Mundo do Espectáculo*.

A experiência adquirida levou-me a olhar a escola e o ensino de um modo crítico e mais aberto às diferenças sociais e culturais que nela se iam introduzindo, a sentir que os programas escolares deveriam reflectir esse pluralismo, os costumes, as tradições, as crenças, as línguas dos vários povos, permitindo preservar a riqueza dessa heterogeneidade. Penso que as expressões artísticas (a expressão dramática, o teatro, as artes plásticas, a música, a dança) têm um papel a desempenhar numa escola cada vez mais multicultural, pois possibilitam o desenvolvimento dum amplo entendimento que ultrapassa o uso da palavra.

Recordo uma experiência nos Currículos Alternativos, que integrava alunos de várias etnias, com uma equipa pluridisciplinar (psicóloga, médica, assistente social, professores das várias disciplinas, entre elas a expressão dramática, representantes de Instituições de Solidariedade Social (IPSS), formador na área da metacognição). Ao longo do ano, fizeram-se várias idas ao exterior, a museus, a teatros, formações/animações no Centro Cultural de Belém e posso concluir que foi evidente a evolução dos alunos não só a nível curricular, mas na aceitação mútua, na abertura para a diversidade das práticas e das culturas, na crescente atenção ao exterior e ao meio.

A educação artística forja as identidades culturais, reforça a confiança em si e o respeito pelo outro e pela sua cultura. Na revista "RETIA", n.º 4, no artigo *Expressão Dramática, um contributo para a mudança na escola*, assinada por mim e por Manuel João, afirmávamos: *A animação cultural e artística, como factor de ligação com os vários elementos da comunidade e com características globalizadoras e integradoras da diversidade, deve ser um dos percursos a experimentar e desenvolver nas nossas escolas. Acreditamos numa relação dinâmica entre a escola e a comunidade, de produção e de fruição do objecto artístico.*

139

Ao encaminharmos as crianças e os jovens, no contacto com os bens culturais (museus, escolas de música, concertos, teatro, cinema, centros de artesanato), iremos contribuir para a sua evolução na comunidade e para uma melhor consciência de si próprios. Do mesmo modo, será importante que a comunidade saiba apreciar o resultado de uma intervenção artística da escola e se valorize através da mesma. Nesta dupla participação e, de um modo durável e profundo, o jovem ganha o sentido das responsabilidades, assimila os princípios da cidadania.

As artes alimentam a imaginação e o sentido estético, oferecendo os meios

únicos para compreender o mundo. Graças ao seu contacto com as artes, os jovens aprofundam a sua compreensão da condição humana, aprendem a colocar-se no lugar do “outro” e a compreender o seu ponto de vista e, como a educação artística está estritamente ligada ao jogo e às relações humanas, vivenciadas de uma forma lúdica, agradável, elas são como que um impulso para a sua participação activa na vida cultural e noutras actividades educativas.

Considero que, ao longo dos anos, tenho tido a oportunidade de conhecer experiências espontâneas, na escola e fora da escola, de grande valor mas que, infelizmente, não têm sido objecto de estudo e são pura e simplesmente ignoradas, esquecidas e, por outro lado, o que existe de educação artística no ensino é, pobre e desarticulado, não havendo qualquer relação entre os diferentes níveis e modalidades de ensino.

Continua a relegar-se para segundo plano o papel das emoções na escola, quando cada vez se toma maior consciência da inteligência emocional, da sua influência em todos os domínios da vida e, em particular, da aprendizagem escolar.

Voltando à mesma fonte atrás mencionada, *Falta hoje na escola a aprendizagem da e através da emoção, da sensibilidade, da criação recriando o mundo. Há que educar o homem, de hoje e de amanhã, para o conhecimento de si e dos outros. Há que procurar o equilíbrio intelectual, físico e emocional. Aprender somente através da razão não é nem pode ser o único caminho. Aprender também com os sentidos e com as emoções; aprender a sensibilizar-se e a emocionar-se. É aqui que reside a grande riqueza do homem.*

E termino com a forte mensagem de Koichiro Matsura, Director Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que, por altura da Conferência Mundial de Educação Artística, em 2006, ao convidar os Estados membros a promover a educação artística sobre todas as formas, académicas ou não, afirmou: *A criatividade é a nossa esperança.*

Referências Bibliográficas

Benavente, Ana (1994) - *Estratégias de igualdade real. Educação Para Todos*, Cadernos PEPT, 2000.

Peixinho, Helena e João, Manuel (1998) - *Expressão Dramática um contributo para a mudança na escola*, RETIA, N° 4 (Edição Especial), pp. 8, 9, 10.

Loureiro, Miguel e Peixinho, Helena (1992) - *Expressão Dramática, Pequeno Manual*, Escola Superior de Educação de Setúbal.

Unesco (2006) - *Desenvolver Capacidades Criativas para o Século XXI*, Programa e documento de trabalho da Conferência Mundial sobre Educação Artística.

Helena Peixinho*, *Profalmada*, n.º 19, 2009, p. 10-11

* Escola do 2.º e 3.º ciclos António da Costa – Almada

Sentimentos sobre o processo de reconhecimento, validação e certificação de competências, ou como eu vejo o RVCC

O quadro negro está em branco e não há manuais de apoio. Os formadores sentem na pele o conceito de aprendizagem ao longo da vida. O desafio não é fácil e obriga os técnicos a estarem muito atentos, ajudando as pessoas a escavar experiências.

No RVCC não há alunos, nem professores ou exames. Há uma justiça social ao reconhecer as competências que o adulto já adquiriu.

A Escola Secundária do Monte de Caparica iniciou a sua actividade no ano lectivo de 1982-1983, desenvolvendo as suas funções no 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário. Desde o seu início que o espírito desta escola é o de abertura à comunidade, no pressuposto de que a escola é uma organização de pessoas que interagem num processo que contempla a acção de professores-alunos-funcionários- pais-en-carregados de educação e comunidade educativa envolvente.

Desde o início que pretendemos perspectivar e garantir o futuro. Possibilitar o acesso aos recursos, à informação e à formação de todas as pessoas, independentemente de estarem directa ou indirectamente relacionadas com o sistema educativo, contribuir para uma escola melhor.

E, por sua vez, uma escola melhor ao serviço da comunidade enriquece-nos e confere-nos um sentimento forte de pertença que só desenvolvemos em relação às coisas que são de todos e de que todos queremos usufruir, para melhorarmos, no futuro, o País.

Assim, desde Janeiro de 2004, que o Centro Novas Oportunidades da Escola Secundária do Monte de Caparica promove a validação e certificação de competências adquiridas pelos adultos ao longo da sua vida.

Este é um Centro que se enquadra na Iniciativa Novas Oportunidades, pretendendo actuar ao nível da qualificação dos portugueses, em especial dos activos que, por diversos motivos, deixaram de estudar e necessitam de uma nova e real oportunidade para elevar as suas habilitações escolares e/ou profissionais.

Os motivos são muitos: progressão profissional, acesso à qualificação profissional, mudar de emprego, continuar a estudar, ou simplesmente concretizar um sonho antigo ou uma oportunidade de valorização pessoal e social.

No Monte de Caparica, são muitos os adultos que têm procurado novas respostas que podem passar por acções de formação profissional ou de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências adquiridas ao longo da vida.

Os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências conduzem à reflexão sobre as competências adquiridas por via das diferentes experiências individuais, permitindo a realização de balanços de competências consubstanciadas num Portefólio Reflexivo de Aprendizagens, que os participantes são convidados a elaborar e que contém as provas que espelham as suas competências. Todo este processo é construído de forma autónoma e flexível e com o apoio de técnicos e formadores do Centro.

Os horários são flexíveis e as metodologias são individualizadas, permitindo a participação de todos quantos desejem valorizar-se, mediante este processo, que consideramos de justiça social.

Assiste-se a momentos emocionados, mas audazes, dos adultos que através de experiências de vida tão diferentes como o facto de ter filhos, pertencer às forças de segurança, ser membro efectivo da comunidade, trabalhar na Câmara Municipal de Almada, constituir a sua empresa, frequentar acções de formação, entre muitas outras, adquirem competências únicas que lhes permitem e/ou permitirão atingir a certificação.

Este processo também tem sido uma experiência e uma aprendizagem para os profissionais que têm colocado em prática este processo. Para mim que estou ligada ao CNO desde a sua instalação nesta Escola, a coordenação de equipas, por si só, é um desafio com muitas incertezas.

A coordenação de equipas num projecto como este ainda mais o é. Cabe-nos enfrentar alguns desafios, por exemplo: formação interna das equipas; procura de parcerias estratégicas, não só a nível externo como a nível interno (por exemplo, com as equipas dos cursos EFA); construção de uma política de qualidade, com avaliação interna e metodologias de controlo da qualidade do processo nas diferentes fases; procura de articulação entre as metas, objectivos e linhas de orientação e a criação/manutenção do “espírito” de trabalho do CNO; implementação de processos de comunicação e gestão do conhecimento, articulando a produção com o reconhecimento público e social do processo, registando e implementando metodologias de gestão do conhecimento no contexto de actuação do CNO e no contexto de utilização por parte dos adultos e do público em geral.

Testemunhos

A necessidade de aprender

A cultura faz parte da formação do homem. Uns mais do que outros têm acesso a diferentes formas de evoluir culturalmente, na música, na literatura, na poesia, na pintura, no teatro e no conhecimento geral.

Na nossa sociedade, com a velocidade que a vida nos impõe, nem sempre nos predispomos a reservar alguns momentos para o conhecimento dos nossos génios e são muitos: pensadores, escritores, poetas, pintores e o povo com os seus hábitos e costumes que tem um valor incalculável! Mas só com conhecimento podemos avaliar, comentar e intervir! Tudo isto é cultura.

Quando tive conhecimento do RVCC, inscrevi-me. Não fui pressionado e na profissão que exerço há cerca de trinta e cinco anos não me exigem outras habilitações. Mas senti a necessidade de me valorizar.

Quero, desde já, expressar o meu reconhecimento pelo que nestas poucas sessões de linguagem e comunicação que tivemos em conjunto – com o carinho, o saber e competência da formadora, com as suas propostas e desafios – ter conseguido libertar-me do receio e do complexo que sentia em transmitir, através da escrita, os meus sentimentos, histórias e pensamentos.

Reavivou-me o gosto pela escrita, pela poesia, pelo debate e pela comunicação e

fez com que me libertasse desta prisão que sentia dentro de mim em me exprimir ao longo de muitos anos.

Com as possibilidades que hoje temos com as novas tecnologias, a Internet também é um meio que temos ao nosso dispor e que nos possibilita pesquisar e consultar os mais variados temas, perguntarmos e, na maior parte dos casos, obtermos respostas. Tudo isto é mais uma forma de nos valorizarmos culturalmente.

Por fim, o regresso à escola está a ser para mim uma experiência fabulosa independentemente dos resultados.

Nunca pensei com esta idade estar de volta, mas ainda bem que estou, não só pelo sentimento de liberdade que me provoca, mas também pela necessidade de aprender e de me valorizar culturalmente.

Manuel Galante¹

Foi num dia longínquo

Foi num dia longínquo do ano 2005, quando me preparava para mais um treino de Atletismo que, ao entregar aos meus companheiros de corridas o programa Eleitoral à Freguesia de Olival Basto, do qual fazia parte, o meu grande amigo Joaquim Antunes me disse: “Não quero voltar a ler outro programa onde apareças com as habilitações literárias da 4.^a classe!”.

O grupo incentivou-me. Eu argumentava com a falta de tempo, mas todos diziam que eram desculpas.

Passado algum tempo mudei de residência. Vim morar para a Charneca de Caparica. Entendi ser a altura ideal para voltar à escola. Inscrevi-me no CRVCC com o objectivo de certificar o 9.^o ano.

Tive as primeiras sessões com outros formandos, organizámos um grupo. Foi espectacular! Como é que conseguimos formar um grupo, com diferenças de idades tão grandes!? O menos jovem tinha 56 anos e a mais jovem 24 anos. Senti-me confuso, como se tivesse recuado cinquenta anos no tempo. Voltei a jogar ao pião e a utilizar a fisga, senti-me um puto na escola, que me parecia enorme. Com o decorrer do tempo, aquando das comemorações de um quarto de século desta mesma escola, ainda muito maior me pareceu.

Há dias na vida que modificam por completo o modo de pensar e agir das pessoas! Foi o que aconteceu comigo.

Com a certificação do 9.^o ano, mais um desafio se me colocou e o passo seguinte foi inscrever-me no EFA Escolar, com o objectivo de uma valorização pessoal, já que profissionalmente nada vou usufruir. Outra razão foi o ter-me sentido bem no meio escolar onde, com esta idade, estou a aprender a crescer e a transmitir aos mais jovens as mais valias do que fui aprendendo, agora e ao longo da vida.

Estou a deixar a família surpreendida com a minha persistência.

Ainda não parei para pensar, mas há sempre um mas e uma porta em aberto. Aprendi a dizer: “Nunca digas nunca! Somos livres e podemos escolher: encolher os ombros ou lutar pelos nossos ideais.” Sinto-me valorizado e com boas recordações da Escola Secundaria Monte de Caparica onde encontrei um corpo de formadores empenhado e dedicado a indicar aos formandos o caminho a seguir. De tudo guardo boas recordações e dou por bem empregue o tempo que despendi.

Deixo um conselho a quem tem dúvidas: vale sempre a pena recomeçar e não nos darmos por vencidos; no dia-dia, na política, no trabalho, em suma, na sociedade em geral, somos um ser insaciável e como tal devemos dar largas à nossa imaginação. No início pode ser confuso: é tudo diferente! Mas rapidamente se conhecem outras pessoas como nós e surge a camaradagem e amizade. O pior é o fim! Mesmo com os objectivos conseguidos, estou mesmo a ver que vou encontrar um grande vazio. Tenho que ter imaginação para o preencher...

Joaquim Machado Duarte²

Referências bibliográficas

Agência Nacional para a Qualificação, (2008), *Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos: Orientações para a Operacionalização do Sistema de Créditos* [Documento em PDF]. Lisboa, ANQ. Disponível em <http://www.avaliadores.anq.gov.pt/np4/10.html>.

ALMEIDA, Maryline, et al. (2008), *Metodologia de acolhimento, diagnóstico e encaminhamento de adultos - Centros Novas Oportunidades*, Lisboa: ANQ.

ALONSO, Luísa, et al (2002), *Referencial de competências chave de educação e formação de adultos (nível básico)*. Lisboa. Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos.

ÁVILA, Patrícia (2004). *Relatório nacional de avaliação: Cursos de educação e formação de adultos 2002-2003*. Lisboa: DGFV.

CANELAS, Ana Maria (2008), *Cursos Educação e Formação de Adultos: nível básico - aprender com autonomia*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação (2.^a ed.).

Direcção Geral de Formação Vocacional (2004), *Reconhecimento e validação de competências: instrumentos de mediação*.

Lisboa: DGFV.

Direcção-Geral de Formação Vocacional (2002), *Competências, validação e certificação: entrevistas biográficas*. Lisboa: DGFV.

Direcção-Geral de Formação Vocacional (2002), *Percursos em torno das áreas de competências-chave: viagens pelo trabalho e sociedade, B2A*. Lisboa: ANEFA.

Direcção-Geral de Formação Vocacional (2004), *Percursos em torno das áreas de competências-chave: viagens pelo trabalho e sociedade, B3A*. Lisboa: DGFV.

GASPAR, Teresa et al. (2009), *A sessão de júri de certificação: momentos, actores, instrumentos - roteiro metodológico*. Lisboa: ANQ.

GOMES, Maria do Carmo (coord), (2006), *Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos - Nível Secundário*. Lisboa: Direcção-Geral de Formação Vocacional (DGFV).

GOMES, Maria do Carmo (coord), (2006), *Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos - Nível Secundário: Guia de Operacionalização*. Lisboa: Direcção-Geral de Formação Vocacional (DGFV).

144

GOMES, Maria do Carmo e RODRIGUES, Sandra, (2007), *Cursos de Educação e Formação de Adultos - Nível Secundário: Orientações para a Acção*. Lisboa: ANQ.

GOMES, Maria do Carmo, Francisca Simões, (2007), *Carta de qualidade dos centros novas oportunidades*. Lisboa: ANQ.

GONÇALVES, M. T. (coord.), (2002), *Da orientação à formação de adultos: experiências europeias*. Lisboa: ANEFA.

IMAGINÁRIO, Luís et al., (2002), *A aprendizagem dos adultos em Portugal: exame temático no âmbito da OCDE*. Lisboa: ANEFA.

LEITÃO, J. A. (coord.), (2003), *Cursos de educação e formação de adultos: orientações para a acção*. Lisboa: DGFV.

LEITÃO, J. A. (coord.), (2002), *Centros de reconhecimento, validação e certificação de competências: roteiro estruturante*. Lisboa: ANEFA.

MELO, Alberto et al., (2002), *Novas políticas de educação e formação de adultos: o contexto internacional e a situação portuguesa*. Lisboa: ANEFA.

MORAND-AYMON, Bernadette (2006), *Olhares cruzados sobre educação não formal: análise de práticas e recomendações. Regards croisés sur l'éducation non formelle: analyses de pratiques et recommandations*. Lisboa: DGFV.

SIMÕES, Maria Francisca e SILVA, Maria Pastora, (2008), *A operacionalização de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais - guia de apoio*. Lisboa: ANQ.

Luisa Faro*, *Profalmada*, n.º 20, 2009, p. 7-9

¹ Formando do nível B3 do RVCC, 2008.

² Aluno do EFA Escolar, 2009.

* Subdirectora da Escola Secundária do Monte de Caparica e colaboradora do CNO, desde o seu início na Escola.

O Professor que fui...

Assim, assim. Fui talvez melhor que o professor do Trindade Coelho, mas estou convencido de que a minha professora da primária foi melhor professora do que eu. Claro que não há medições exactas para se poder dizer isto, mas a gente sente como é que as coisas correm e nós próprios tiramos as ilações. É curioso dizer que, das muitas coisas que eu ensinei às minhas classes, aprendi eu com a D. Helena, a minha professora da primária de 1948/52. Estive pouco tempo na Escola primária, mas fui sempre solidário por considerar grande a profissão, por promover, quer valores éticos, quer valores sociais e ainda e também pelo simples facto de toda a gente ter passado pelas mãos de um professor primário, o que reputo de muito importante para a profissão.

Entendia no meu tempo 1963/67 que professor era uma profissão desconsiderada, atendendo ao pouco salário que auferia face ao que lhe era exigido e até mesmo ao que produzia.

Nesse tempo, os pais vinham falar connosco, professores, e havia um conjugar de ideias que conseguiam levar a água ao moinho, tendo sempre como objectivo formar o homem, transmitindo-lhe as ferramentas necessárias para que soubesse resolver os problemas do dia a dia na vida futura, com sabedoria, educação e competência.

Tenho saudades desses tempos e recordo com muita saudade a minha primeira aula e os meus primeiros alunos, bem como algumas dificuldades que tive em dominar uma turma de 48 rapazes. Mas lá fui andando.

A sociedade de hoje revela um comportamento de muito pouca dignidade, quer no campo político, quer no campo social, mas isso pode ser culpa de muita gente, mas nunca de um professor primário. Que, é verdade, tinham uma régua na mão, mas que tinham simultaneamente uma grande capacidade de amar, no sentido de querer bem aos seus alunos, de querer o melhor para eles. E havia brio e orgulho e boa capacidade cultural nos mestres desse tempo. Havia sofrimento no desempenho e satisfação nos resultados obtidos. Era assim o professor primário do meu tempo.

Não é bonito destacar este ou aquele professor porque todos foram uns heróis não se poupando a esforços.

Mas gostaria de deixar aqui expressa uma palavra de admiração pelo Professor Feliciano Oleiro, que continua detentor de grande capacidade de humanista, como o demonstrou no passado dia 30, quando esteve comigo numa jornada cultural no Fórum Romeu Correia em Almada. E felicitar também o Professor Ildo Santos, do meu tempo, que esteve igualmente presente nessa jornada, por continuar a defender o professor primário que foi.

E uma palavra amiga ao António Malpique, que esteve nessa jornada cultural sentado na primeira fila e começou na profissão quando eu. E ao António Ciríaco de Serpa, que fez o curso comigo no Magistério de Faro, que aceitou o meu convite e esteve presente também.

E quero saber se posso colaborar no *Profalmada* com uns artigos mais ou menos como este. Porque fui professor no início e no fim da minha carreira profissional. E porque gostava de contar com a vossa presença quando proceder ao lançamento do meu segundo livro de ficção, “AMANHÃ, NÃO ME PROCURES” a sair ainda este ano. E porque gostei muito de ser professor. E quero que todos aceitem um abraço.

João Manuel de Brito de Sousa, *Profalmada*, n.º 20, 2009, p. 12

Ranking de Escola

No Agrupamento de Escolas Padre Abílio Mendes, gostamos que os nossos alunos apresentem bons resultados e que melhorem as suas prestações.

Primamos pelo sucesso e pela realização pessoal e colectiva, por isso promovemos actividades e proporcionamos meios que estimulem a cooperação, o espírito de grupo e a entajuda.

Cumprindo o objectivo de incentivar e motivar cada aluno para melhorar o seu desempenho, para que o seu próprio êxito possa contribuir para o sucesso do grupo, enquanto turma e, simultaneamente, ajude os colegas da turma com mais dificuldades, para que a sua turma consiga atingir os melhores resultados, desenvolvemos o projecto **Ranking de Escola, para os 2.º e 3.º Ciclos**.

ANO LECTIVO 2008-09	MATEMÁTICA				L. PORTUGUESA				GLOBAL (TODAS AS DISCIPLINAS)			
	R. INIC	AV. 3º P	AFERIÇÃO /CRESCIMENTO	CLASSIF	R. INIC	AV. 3º P	AFERIÇÃO /CRESCIMENTO	CLASSIF	R. INIC	AV. 3º P	AFERIÇÃO /CRESCIMENTO	CLASSIF
9º A	3,536	3,607	0,071	3º	3,393	4,036	0,643	1º	3,734	4,136	0,402	1º
9º B	2,429	3,000	0,571	1º	3,036	3,250	0,214	2º	3,334	3,640	0,306	3º
9º C	3,321	3,393	0,072	2º	3,286	3,179	-0,107	3º	3,142	3,469	0,327	2º

O projecto assume-se como um *Concurso*, tendo como base a melhoria do desempenho colectivo, face aos resultados obtidos por cada aluno da turma no final do 1.º Período, a nível global (média de todas as disciplinas) e em particular a Língua Portuguesa e a Matemática.

Todas as turmas da Escola têm a mesma possibilidade de vencer, pois o concurso as-

senta no crescimento e evolução de cada turma, partindo dos seus próprios resultados.

É normal referir-se que *as melhores turmas são sempre as melhores* e que já se sabe à partida qual é ou quais são as turmas que apresentam os melhores resultados.

O **Ranking da Escola, por Turma**, contraria este pressuposto, dando a possibilidade a todas as turmas de serem vencedoras e, assim, motivar também os alunos com mais dificuldades e aumentar-lhes a auto-estima, proporcionando-lhes a satisfação pelo sucesso, com base no próprio desempenho.

O Ranking Turma pode ser entendido como um concurso entre as turmas do mesmo ano de escolaridade, elaborado com base nas médias de todos os alunos a Língua Portuguesa, a Matemática e a Nível Global (todas as disciplinas).

Cada turma apresenta um *ranking* inicial, que é determinado pela média aritmética das classificações obtidas por cada aluno, no 1.º Período, em todas as disciplinas, a Língua Portuguesa e a Matemática.

No final de cada período lectivo, são aferidos os resultados de cada turma e determinado o respectivo crescimento, tanto global (média de todas as disciplinas), como específico (média da disciplina de Língua Portuguesa e de Matemática).

O crescimento é determinado pela fórmula $[R_n - (R_n i)]$, sendo que R_n se refere ao *ranking* no final de cada Período Escolar e $R_n i$, ao *ranking* inicial.

As turmas vencedoras são aquelas que apresentarem um maior crescimento, no final do ano lectivo, a nível global, a Língua Portuguesa e a Matemática.

São igualmente destacadas, as turmas que apresentam os melhores resultados, em valor absoluto.

Trata-se, assim, de uma competição entre turmas, pelos melhores resultados do grupo e pela melhoria dos resultados da turma ao longo do ano.

Às melhores turmas são atribuídos prémios simbólicos – diplomas com a fotografia da turma!

A prestação individual é igualmente um indicador de sucesso para a Escola, que vê na integração do aluno no seu **Quadro de Excelência**, a consolidação do Direito do Aluno de: *Ver reconhecidos e valorizados o mérito, a dedicação e o esforço no trabalho e no desempenho escolar e ser estimulado nesse sentido.*

O Quadro de Excelência tem como objectivo premiar o êxito dos alunos que revelam resultados excelentes, assim como incentivar todos os alunos para o conseguirem, tendo como pressuposto as capacidades demonstradas através de uma avaliação contínua, nas diferentes disciplinas e áreas curriculares não disciplinares, nos 2.º e 3.º Ciclos.

Para que possam integrar o Quadro de Excelência Padre Abílio Mendes, os alunos têm que ser nomeados logo no 2º Período, necessitando para isso de conseguir obter a menção qualitativa de Satisfaz Bem em todas as áreas curriculares não disciplinares e níveis quatro e cinco nas várias disciplinas do seu currículo, podendo apenas obter nível três, numa delas.

Se conseguirem chegar ao final do ano, mantendo as menções de Satisfaz Bem nas áreas curriculares não disciplinares e no máximo dois níveis quatro, sendo os restantes níveis cinco, então estão cumpridos os requisitos para integrarem o Quadro de Excelência e verem, com merecido orgulho, a sua fotografia exposta num quadro enorme, no hall de entrada do Bloco A, na Escola Sede do Agrupamento.

O Quadro de Excelência Padre Abílio Mendes já vai no seu quarto ano lectivo e é

com grande satisfação que constatamos uma evolução crescente no número de alunos que o integram: doze alunos no ano lectivo de 2006/07, vinte e dois em 2007/08 e quarenta e quatro alunos no ano lectivo transacto!

Cristina Maria Melo*, *Profalmada*, n.º 21, 2010, p. 9-10

* Escola Básica 2.º e 3.º Ciclos Padre Abilio Mendes - Barreiro

O Ensino-Aprendizagem das TIC na Usalma

A capacidade de usar efectivamente as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) tornou-se uma condição essencial para assegurar aos cidadãos uma participação activa na vida social e democrática, fundamental para o fortalecimento da coesão social e para a competitividade das nossas sociedades.

As competências informáticas tornaram-se num elemento essencial na formação dos indivíduos, num contexto de aprendizagem ao longo da vida.

Presidência do Conselho da Europa - Conferência Ministerial sobre a e-Inclusão

Viena, 2 de Dezembro de 2008¹

Todos vivemos experiências mais ou menos ricas em ambientes de ensino-aprendizagem, desde a escola primária... e alguns de nós continuámos enriquecendo com as diferentes participações nessas experiências, mais activas, com outros intervenientes.

Estive primeiramente ligado à educação formal, como aluno e posteriormente como professor; mais tarde, e durante três dezenas de anos, num registo misto de educação informal e não formal em ambientes laborais, como profissional de informática, em actividades *in house* de preparação das equipas técnicas internas, e mais recentemente, mas também já há alguns anos, em experiências de ensino não formal com alunos numa faixa etária mais elevada, em sessões de entretida e discussão, mais do que em aulas propriamente ditas, com aprendentes, estudantes, alunos ou apenas frequentadores da Universidade Sénior de Almada (Usalma).

148 Percorri assim três vertentes da educação/formação, igualmente apaixonantes, independentemente de os momentos em que acontecem/aconteceram. O facto dos conhecimentos a transmitir em qualquer destes ambientes se integrem numa área que, ao fim de algumas décadas, ainda se designa como “Novas Tecnologias” (as sempre novas tecnologias), tem-me forçado a um constante esforço de actualização com o estudo permanente numa variedade “infinita” de *hardware* e *software* (novas soluções, aplicações, sistemas operativos, equipamentos, periféricos e suas interligações), assim como com a procura e implementação de novas metodologias, mais motivadoras e capazes de superar o desinteresse dos novos alunos face à suposta, não de facto, vulgarização de conhecimentos nesta área.

Em artigo anterior (publicado no n.º 20 deste Boletim - Dezembro de 2009) referi

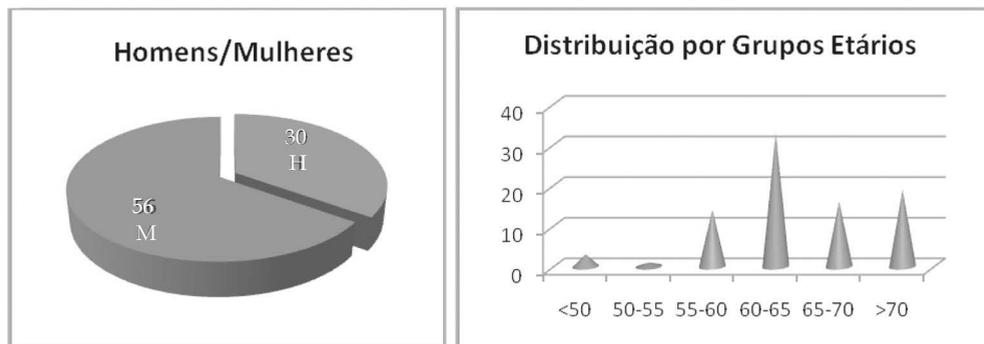
que voltaria ao tema das TIC. Consideradas no *Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida* do Conselho da Europa em 2000 como sendo, “se necessário” (e apenas, digo eu), um suporte à implementação de uma política de “(...) providência de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida...”, parecem não merecer mais atenção do que tão somente isso. Constituem uma ferramenta fundamental para o processo, mesmo durante a idade activa (até aos 65 anos). Porém, continua esta faixa da população a não poder beneficiar de programas especiais formação, de apoio à aquisição de equipamento nem à sua ligação em rede. Cabe assim, mais uma vez, às instituições de natureza privada como as Universidades para a Terceira Idade ou outras associações, a oferta de soluções de aprendizagem e prática das TIC, com o objectivo, também, de combater a infoexclusão digital, dotando os indivíduos desta faixa etária, dos meios referidos para o prosseguimento, em muitos casos em instituições semelhantes, da sua Aprendizagem ao Longo da Vida.

Com o objectivo de melhorar a compreensão de um dos ambientes do ensino não formal que mais me tem apaixonado, o das Universidades Seniores, mas também por ser membro da Associação de Professores do Concelho de Almada e ter uma estreita ligação com a Usalmana dupla qualidade de aluno e professor, desenvolvi um estudo de suporte à elaboração da dissertação que apresentei à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, na especialidade de Educação e Formação de Adultos, em Maio de 2009, versando os processos de ensino-aprendizagem estritamente nas disciplinas e cursos de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), que têm lugar na Usalma, numa tentativa de identificar eventuais problemas nesta relação e dar alguns contributos para a sua solução ou superação. Das questões a que me propus responder saliento: “Que TIC se ensinam e como se ensinam na Usalma?”

Desmultipliquei estas questões estreitando o *scope*, noutras mais redutoras, tentando perceber se as aulas, os conteúdos, as técnicas, as práticas e as estratégias são aquelas que os alunos esperam, se os professores têm em conta a idade mais elevada dos aprendentes, se são procuradas e/ou detectadas frustrações e que medidas são apontadas para a sua remediação, e se o processo pode ser melhorado (onde e como). Recolhi os dados para este estudo em respostas a dois questionários que coloquei à comunidade escolar da Usalma ligada aos cursos de TIC. Os questionários focavam a recolha de alguma informação pessoal e de opinião, esta de duas formas, uma em que se apresentavam grupos de afirmações para as quais se convidava o inquirido a escolher, para cada uma delas, um grau de discordância/concordância segundo uma escala de Likert de 5 níveis, e uma outra forma com questões para resposta aberta, esperando recolher críticas e/ou sugestões para melhoria de situações e outros contributos.

Um dos questionários foi dirigido aos alunos que frequentavam estes cursos.

Frequentavam a Usalma 638 alunos, distribuídos por 98 turmas dos 88 cursos em funcionamento no ano lectivo de 2007/08. Das 98 turmas, 10 correspondiam a três níveis de TIC, recebendo 153 inscrições, integraram estas turmas apenas 90 alunos (os 63 restantes ficaram em fila de espera, ou não concretizaram a sua frequência), mas somente 86 colaboraram neste estudo. Estes 86 alunos eram maioritariamente



masculinos, 56 para 30, com idades a variarem entre os 46 e os 82 anos (média de 64), 31 dos quais com formação universitária, sendo a maior expressão profissional a dos professores, em número de 21.

O outro questionário foi destinado aos professores da área, obtendo a participação da totalidade (8, excluído o autor). Os 3 professores do género feminino e os 5 do masculino apresentavam uma média de idades de 53 anos e aderiram ao projecto da Usalmapor solidariedade e por a considerarem uma boa causa. Apenas um estava aposentado e todos tinham experiência do ensino das TIC a adultos.

No que se refere à população que frequenta na Usalma as aulas de TIC, nem sempre se pode falar de LLL, já que a sua frequência nem sempre é motivada (apenas) pela aprendizagem, pois o “retorno à escola” não se lhes aplica numa forma generalizada.

Das várias motivações (opções, não exclusivas, de escolha no questionário) que trouxeram à Usalma estes maiores de 50 (em média) registo que, embora “O prazer de aprender coisas novas” e “Para actualizar conhecimentos”, tivessem obtido acima das 88% de concordâncias, “Para me manter activo” atingiu valores superiores a 82,5% e ainda, “Para conviver com os amigos” e “Para combater o isolamento” chegaram aos 61% e 36% respectivamente.

Já sobre as razões que levaram estes estudantes a se inscreverem nas aulas de TIC, de um conjunto de dez hipóteses, as três que receberam as suas preferências foram:

“Porque me interessa especificamente pela matéria”,

“Para actualizar conhecimentos”

e “Para ir à descoberta da Internet”,

com 98,84%, 87,21% e 82,56%, respectivamente.

À procura de constrangimentos, nos grupos de questões seguintes, pedi aos alunos para classificarem a sua relação com o professor em sala de aula, com as matérias leccionadas e com os colegas, e também sobre o seu próprio posicionamento e atitude, em sala e ao longo do curso, face à aprendizagem e à sua utilidade e utilização, tentando também perceber como as TIC motivaram actividades pessoais fora das aulas. As escolhas recaíram sobre respostas como:

“Sinto vontade de procurar e experimentar novas tecnologias”, com apenas uma discordância;

“O que já aprendi tem-me sido útil”, confirmada por mais de 90% dos alunos;
“Intervenho nas aulas, colocando as minhas dúvidas”, escolhida por mais de 80%.

As três seguintes:

“O número de aulas por semana é muito pouco”,

“O professor interessa-se pela aprendizagem dos alunos” e “Já uso o que aprendi para trabalhos pessoais” ultrapassaram os 66% de concordâncias;

Finalmente, no conjunto das questões para resposta aberta pedia-se:

1- Que indicassem as mudanças que se verificaram nas suas próprias vidas e hábitos em consequência das aulas de TIC.

As respostas incidiram sobre o terem adquirido maior autoconfiança, intensificado a navegação na Internet, o passarem a usar o correio electrónico e as redes sociais para comunicarem com a família e, amigos e ainda, passarem a usar o computador para os seus trabalhos pessoais.

2- Que sugerissem alterações que pudessem melhorar os processos e/ou os resultados.

As sugestões apontaram no sentido de aumentar o número das aulas por semana, constituir turmas menos numerosas, melhorar o equipamento de trabalho e as salas, desenvolver aulas mais práticas, melhorar os materiais de apoio, intensificar as práticas de navegação na Internet com a ligação a serviços ou sites de utilização frequente e necessária, tal como serviços públicos, bancos, saúde, etc.

Nos questionários colocados aos professores destaco dois grupos de questões:

Um primeiro conjunto onde são oferecidas à reflexão do professor sentenças relacionadas com a sua postura e actuação em sala de aula, considerando estar a lidar com uma população de adultos com 50 ou mais anos, o que isso implica na forma de abordar os temas e os exercícios, e a assunção de atitudes de comprometimento e cumplicidade com a turma.

Um segundo conjunto em que são colocadas afirmações sobre procedimentos especificamente relacionados com o ensino das TIC, focando aspectos mais operacionais quanto às dificuldades resultantes das características físicas do grupo, nomeadamente quanto à agilidade, memorização, visão, implicando mais atenção (individualizada) do professor, repetições, terminologia, etc.

No espaço para as respostas abertas, em dois conjuntos, pedia-se:

1- Que indicassem as mudanças verificadas nos alunos em consequência das aulas de TIC.

As respostas indicam terem os alunos adquirido mais autonomia no uso dos computadores e das TIC com ganhos de autoconfiança nas navegações na Internet, no uso do correio electrónico e nas redes sociais.

2- Que sugerissem alterações nas aulas, nos programas, nas práticas dos professores, que pudessem melhorar os processos e/ou os resultados.

As sugestões apontaram para a flexibilização dos currículos, para a não escolarização do ensino e para que a selecção de professores para esta área tivesse em conta a experiência pedagógica e não apenas o conhecimento mais ou menos profissional das matérias.

Concluindo

O trabalho sobre as respostas obtidas e para além do salientado acima, permitiu concluir que os alunos de TIC da Usalma, manifestando um elevado grau de satisfação, acham que:

- Os conteúdos programáticos são cumpridos;
- Deviam ter mais aulas por semana e com mais prática;
- A aprendizagem é proveitosa e útil (>90% dos alunos);
- Ultrapassaram os problemas e medos no contacto com o computador;
- Os materiais de apoio são suficientes;
- Mantêm uma boa relação com os professores;
- Reconhecem que estes se esforçam;
- Há uma boa ajuda entre os colegas;
- Usam os conhecimentos adquiridos e com eles têm desenvolvido novas distrações;
- Melhoraram a sua auto-estima;
- Usam mais e melhor a Internet e de forma mais diversificada.

E que, por seu turno, os professores de TIC da Usalma assumem maioritariamente que:

- Os conteúdos programáticos são discutidos previamente;
- As planificações têm em atenção as preferências dos alunos;
- A idade dos professores não é um factor importante para a sua selecção;
- As habilitações específicas também não são muito importantes;
- Os alunos não têm, em sala de aula, comportamentos perturbadores;
- Os professores preferem não agrupar os alunos por níveis de conhecimento;
- Preferem usar a terminologia específica das TIC em detrimento da procura de sinónimos de uso mais comum.

Terminado este estudo, gostaria de registar aqui os devidos agradecimentos à Usalma, na pessoa do seu Director, Prof. Jerónimo de Matos, aos colegas que prontamente se disponibilizaram para participar, e finalmente, aos alunos de TIC da Usalma, sem os quais não teria sido possível abordar desta forma o tema.

BIBLIOGRAFIA E LIGAÇÕES À INTERNET

Comissão Europeia (2000). *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida*, EU, Bruxelas 30.10.2000 SEC(2000) 1832. Acedido: em 10 Out. 2009 em http://www.un.org/esa/socdev/ageing/popageing_demo5.html

Presidência do Conselho da Europa *Conferência Ministerial sobre a e-Inclusão* Viena, 2 de Dezembro de 2008. Acedido: em 10 Out. 2009 em http://ec.europa.eu/information_society/events/e-inclusion/2008/doc/conclusions.pdf

NASCIMENTO, Carlos M. M. (2009). *O Ensino-Aprendizagem das TIC numa Universidade Sénior*. Dissertação de Mestrado. FCHS da Universidade do Algarve. http://ec.europa.eu/information_society/events/e-inclusion/2008/doc/conclusions.pdf

Carlos Nascimento*, *Profalmada*, n.º 21, 2010, p. 6-8

* Escola Secundária Anselmo de Andrade - Almada.

Curso de Educação e Formação Operador de Sistemas Ambientais (CEF-OSA)

Há três anos apostámos pela primeira vez em cursos na área do Ambiente que, pela sua actualidade, pensamos serem motivadores para jovens meio perdidos nos seus percursos escolares e altamente desmotivados.

Desafio que agarrámos com determinação. Motivar alunos desmotivados, ensinar de forma diferente.

Como temos feito?

Dado que se trata de um curso de Ambiente nada melhor que torná-lo o mais prático possível, proporcionando e estimulando o trabalho em equipa.

Recorrer aos média, à interdisciplinaridade, visitas de estudo a empresas, laboratórios e faculdades, e trabalhos de pesquisa, a actividades laboratoriais e de campo.

No início do ano, propõe-se um projecto de turma que permite a interacção com todas as disciplinas e com o meio. O cumprimento dos programas é algo importante, mas, mais do que ensinar, é fundamental educar e orientar os alunos para uma vida de cidadania, proporcionando-lhes as bases para uma opção profissional, um projecto de vida enquanto cidadãos conscientes e activos.

A integração em projectos como “Ler + da Gulbenkian”, “Qualidade de Vida e Sustentabilidade”, “Festa Verde da CMA. “,”Dia do Rio – SETA-Turismo e Educação Ambiental”, como entre outros da escola “O Dia do Não Fumador” e “Ciclo de Cinema Científico”, permite não só a aquisição de conhecimentos, como uma sensibilização aos problemas da Humanidade, como minimizá-los e como respeitar os outros.

Vimos estabelecendo parcerias com Escolas Básicas e Secundárias, onde os alunos através de teatro, documentários, *power point*, panfletos e actividades experimentais, sensibilizam outros para questões ambientais.

Deste modo, conseguimos aumentar a sua auto-estima e provar que também sabem fazer e fazem bem.

Não é tarefa fácil modificar hábitos de estudo, de falar, de saber estar, mas, com grande determinação e acreditando que é possível, conseguimos que estes jovens, que recebemos com baixos níveis de auto-estima e sem grandes projectos de vida, “zangados” com a instituição Escola, no final sejam jovens com rumo e satisfeitos pelas pessoas que são.

O trabalho conjunto de professores, alunos e encarregados de educação é bastante gratificante quando, no fim do ano lectivo, vemos o sucesso escolar e após o estágio, o reconhecimento por parte das empresas onde estagiaram.

Por vezes é duro, cansativo, mas vale a pena!

Amélia M^a Diaz e Vânia Vilela*, *Profalmada*, n.º 22, 2010, p. 5

*Professoras da Escola Secundária Emídio Navarro – Almada.

Olá professora!

Saudação de Aluno

A escola pública contém em si uma riqueza que, sendo a sua mais-valia, é, também, o seu maior desafio: a diversidade sociocultural dos seus alunos. Esta diversidade não pode ser impeditiva do sucesso de todos os alunos, mas implica desafios e tomadas de posição positivas por parte dos professores, sobretudo quando estão perante uma turma difícil, de sucesso precário e consequente baixa auto-estima.

Uma das maiores dificuldades que os professores enfrentam perante turmas desmotivadas é a lentidão com que os resultados se revelam, não se compadecendo com o ritmo anual em que o trabalho se organiza na grande maioria das situações. Por vezes, o professor tem a sorte de, muito mais tarde, poder comprovar se o seu trabalho foi profícuo. Porque digo isto? Porque o escrevo? Bom, tive, recentemente, a felicidade de viver um desses momentos...

Numa situação de fragilidade como costumam ser as que nos conduzem a um hospital, ouvi num corredor uma voz que me interpelava, chamando-me pelo nome e perguntando-me o que se passava. Não reconheci de imediato, nem o jovem, nem, e muito menos, a voz. Identificou-se. *Sou o André, da escola do Monte. Precisa de alguma coisa? Eu estou sempre aqui, se precisar, diga.*

Relembrei o André. Relembrei a turma. Trabalhei com aquela turma dois anos: o sétimo, leccionando português, e o oitavo, leccionando francês, mas dando aulas de apoio em português a um grupo de alunos, em estreito trabalho com a professora titular de português. A grande maioria dos professores acompanhou a turma, na qual era perceptível o défice de auto-estima que se reflectia, por vezes, numa adesão pouco conseguida ao trabalho escolar, à disciplina apropriada pela escola e pela sala de aula.

Trabalhava de perto com a Directora de Turma. Era sua secretária e ela ia-me falando da sua experiência como Directora de Turma. Ainda em trabalho próximo, ela recorda, como eu, esses tempos:

Era um grande desafio diário, na altura, trabalhar com turmas de alunos bastante desmotivados e com muitas dificuldades de aprendizagem que provinham da falta de competências não adquiridas ao longo do seu percurso escolar. Não reconheciam o espaço da sala de aula, que consideravam como uma extensão do recreio. Desrespeitavam os professores e os colegas. Foi necessário tomar medidas. Por isso o Conselho Executivo e o Conselho Pedagógico, à época, desafiaram um conjunto de professores a leccionarem turmas deste tipo, que foram designadas de "Competências Básicas". A equipa pedagógica, bastante diversificada em perfis profissionais e em estratégias de actuação, reunia todas as semanas para analisar a situação destas turmas. Era quase uma psicanálise semanal em que havia entreeajuda para ultrapassar o stress e a frustração. Aos poucos, essas reuniões contribuíram para o reforço da equipa em termos de consistência e força pedagógica.

O interessante é que existiam professores com personalidades muito diferentes e que

perante situações de conflitualidade agiam de forma oposta, uns de forma mais liberal, outros de forma mais formal, e outros, por vezes, entravam mesmo quase em choque com os alunos. No fim, acabavam por chegar todos à mesma meta e o sucesso destas turmas acabava por ser positivo, pois além de uma equipa pedagógica forte, com muito trabalho colaborativo, a própria heterogeneidade das turmas tornava-se uma riqueza para os alunos.

Como Directora de Turma, tinha de explicar muitas vezes aos alunos essas diferenças e fazer-lhes ver que a sociedade era feita de pessoas iguais em direitos, mas diferentes nas formas de actuar e que todos tínhamos de nos preparar para essa realidade, de que a turma era um claro exemplo, não só em professores, como em alunos.

Ainda hoje acho piada a essa diversidade. Nunca gostei de conselhos de turma muito homogêneos, pois desde cedo concluí que com personalidades, formas de ser, de actuar e estratégias diferentes, todos acabávamos mais enriquecidos e conseguíamos que os alunos melhorassem as suas atitudes e adquirissem conhecimentos fundamentais para o seu futuro.

O 7.º ano era dedicado, sobretudo, a trabalhar as atitudes e os valores, fazer ver aos alunos que era necessário mudar a sua atitude, para que o rótulo de "maus alunos" caísse. Nada disto era fácil, mas no final do ano era compensador ver como eles melhoravam e cresciam como pessoas.

Mas era preciso exigência, para que percebessem que tinham de se esforçar. Por isso as aprendizagens eram as básicas, mas as necessárias à aquisição dos conhecimentos mínimos científicos de cada disciplina.

No 8.º ano, ultrapassados que estavam muitos dos problemas atitudinais, foram reforçadas as aprendizagens e desencadeadas algumas actividades que permitiram continuar o trabalho de integração e de aumento do sucesso efectivo dos alunos. Como não gostavam muito de ler, **convidámos uma escritora a vir à escola: Ana Maria Magalhães**. Para obterem tal prémio, os alunos precisavam de executar algumas tarefas, sendo a principal, ler obras desta autora, de forma demonstrar à escritora que conheciam algo das suas obras.

Dadas as características da turma, a professora de português optou por ler em aula uma das obras: *Uma Aventura na Escola*. Os alunos seleccionaram um conjunto de frases que foram digitadas, impressas em papel e coladas na sala onde a turma tinha aulas. Foi ainda feito um breve resumo da obra. E foram previstos alguns aspectos a focar durante a conversa com a escritora.

Outra turma, do curso profissional de secretariado, recebeu também a escritora. Como equivalia ao 9.º ano, as obras a ler não eram já da colecção *Uma Aventura*, mas da colecção *Viagens no Tempo*. A leitura foi realizada parcialmente em aula e as alunas (eram só alunas...) efectuaram um resumo de cada capítulo da obra lida. Produziram, além disso, pequenos textos em que deram o seu testemunho acerca da actividade e da impressão que a leitura lhes causara. Essas frases foram compiladas num caderno que foi oferecido à autora. Esse caderno incluiu ainda uma breve descrição do curso em que as jovens estavam inscritas e uma pequena biografia da escritora.

Ana Maria Magalhães fez duas sessões, uma com cada turma envolvida e na

respectiva sala. Em ambas as sessões se criou um ambiente que proporcionou um diálogo franco e fácil entre a escritora e os alunos, fazendo estas várias perguntas a que aquela respondia.

Tratando-se, em ambos os casos, de turmas sem quaisquer hábitos de leitura, foi importante verificar que, como eles próprios disseram, esta foi, para alguns dos alunos, a primeira vez que concluíram a leitura de um livro, o que foi, só por si, razão suficiente para que a actividade fosse considerada como positiva.

Se esta foi uma actividade prioritariamente desenvolvida em **sala de aula**, outras foram desencadeadas de forma a envolver a **comunidade escolar e as famílias dos alunos**. Recordo a dinamização de uma **quermesse**. Foi preciso definir objectivos. Preparar a actividade. Todos os alunos da turma se interessaram e envolveram, além de promoverem o envolvimento das famílias ao recolher, e fazer, objectos que constituiriam os prémios. Foi com entusiasmo que enrolaram as rifas, numeraram as prendas e as organizaram no espaço adequado e na data apazada. Convidaram os pais e os amigos para participarem. Fizeram uma escala para definir os responsáveis que mudariam de hora a hora, ou de duas em duas horas, de forma a que todos os alunos participassem. A escola, através da **directora de turma**, convidou uma escola primária próxima a participar, visitando a escola no dia da quermesse. Aliás, em todo este trabalho e na sua articulação foi muito importante a acção da directora de turma, quer na sua relação com os alunos, quer na forma como se articulava com as famílias, predispondo-as, pela sua disponibilidade, a interagir com a escola. A quermesse, com substancial ajuda do orçamento escolar, permitiu a **aquisição dos livros** que foram lidos aquando da preparação da visita da escritora Ana Maria Magalhães.

Além de envolver a comunidade escolar, desenvolvendo o sentido de pertença e promovendo a auto-estima, foi também tida em conta a necessidade de desenvolver o **sentido estético dos alunos**. Estava na altura em cena, para público escolar, uma peça de teatro no **Teatro Nacional: A Aventura de Ulisses**. Os professores levaram os alunos, mas decidiram levá-los em transportes públicos, desenvolvendo, uma vez mais, o sentido de grupo e a responsabilidade, quer individual, quer de grupo.

Os alunos gostaram de ver a sala Garrett, onde nunca tinham entrado. Para muitos foi também o primeiro contacto com o teatro. Embora fosse uma peça que demorou duas horas sem intervalo, não se ouviu um rumor entre os alunos, tendo-se mantido interessados e motivados todo o tempo.

A memória atraiçoa-me. Já não recordo todas as actividades desenvolvidas durante o ano com aqueles alunos. As anotações são escassas, aqui e ali. Nós, professores, somos assim. Fazemos as coisas, mas nem sempre as registamos, como se tudo fosse normal, como se nada fosse relevante... O sucesso da turma foi, oficialmente, razoável. Mas a voz recente do André, repetida em eco, na minha cabeça, garante-me que algo de bom ajudámos a construir.

E agora termino eu, novamente a Directora de Turma, dizendo que vale sempre a

pena apostar nos nossos alunos, eles são o melhor que a escola tem, mas temos muitas vezes de os ajudar a trilhar o seu caminho. E a tarefa não é fácil, quando eles chegam à escola já feridos pela vida, quando a sociedade e as famílias já permitiram que tivessem vidas difíceis. É preciso fazer muito e não perder a esperança na recuperação de um jovem. O importante, numa escola, além das aprendizagens, é o que ela tem para oferecer, quando os alunos chegam com tantas dificuldades. É a resposta que ela pode dar para transformar esses jovens em futuros cidadãos activos e críticos. Este é o verdadeiro ranking das escolas. Aquele que nunca foi feito!

O jovem André também, aqui há tempos, veio à escola. Eu já não o conhecia, porque era um homem, mas veio ter comigo e disse-me aqueles foram dos melhores anos sua vida. E referiu: «nós, mesmo com todos os problemas que causávamos gostávamos dos nossos professores e eles ensinaram-nos muita coisa. Hoje estou empregado e venho à escola buscar um certificado, porque vou para um emprego melhor».

Obrigada André, é por isso que gostamos de ser professoras!

Edite Prada e Manuela Dâmaso*, *Profalmada*, n.º 23, 2010 p. 6-7

* Escola Secundária Monte de Caparica . Manuela Dâmaso é, hoje, a Directora da escola. O texto em itálico é da autoria de Manuela Dâmaso.

Cursos da Usalma: Fotografia I e II

No âmbito do seu programa curricular de actividades no exterior, previstas para o presente ano lectivo, as turmas de Fotografia I e II do Formador José L. Guimarães, têm vindo a efectuar diversas deslocações de que aproveitamos a dar notícia:

A 17 de Dezembro passado, um grupo, constituído por 25 participantes, deslocou-se à Golegã, tendo como objectivo principal a Casa - Estúdio Carlos Relvas, edificada entre os anos de 1871 e 1875 que, além de constituir um belo exemplar de arquitectura, foi uma obra idealizada como um “Templo da Fotografia” com o intuito de a desenvolver e celebrar.

O edifício, fruto do espírito criativo do conhecido e distinto fotógrafo amador de Portugal do século XIX, CARLOS RELVAS, com características únicas no mundo, é uma fusão da arte, da ciência e da tecnologia, numa conjugação perfeita entre a pedra, o estuque, o ferro e o vidro.

Carlos Relvas foi o autor do projecto geral, sendo os desenhos técnicos e de pormenor da autoria do Arquitecto Henrique Carlos Afonso. De referir, ainda, os estuques da Escola de Afife (a mesma do Palácio da Pena) e os azulejos do chão de Rafael Bordalo Pinheiro.

A visita inicia-se no hall de entrada do piso térreo onde nos deparamos com os bustos dos pioneiros da fotografia: Niépce e Daguerre, para onde abrem os laboratórios “escuros”.

Fomos então conduzidos a uma das salas que ladeiam o corredor central, que foram os antigos laboratórios “claros”, onde um esplêndido documentário multi-média nos permitiu assistir a uma síntese da vida de Carlos Relvas narrada pelo próprio, “ressuscitado” pela tecnologia dos nossos dias.

O corredor leva-nos então a uma luxuosa sala de convívio, a sala de espera, onde pessoas de todos os estratos sociais, aguardavam o momento de serem fotografadas pelo mestre. Aqui pode-se ainda conhecer uma outra faceta de Relvas: a de inventor de um bote salva-vidas “sempre-em-pé”, com o qual granjeou uma condecoração da Ordem dos Cavaleiros Salvadores da região dos Alpes e ainda a sua faceta musical através da exposição de um piano vertical de origem alemã onde Margarida Relvas interpretava partituras, por vezes acompanhada pelo marido, com os sons das cordas do seu Stradivarius.

Desta sala, e através de uma belíssima escada de caracol, acede-se à “jóia” da casa: a galeria, com paredes em vidro, forradas com panos opacos verticais, cuja manipulação com cordas e roldanas, e jogando com o Sol e as condições atmosféricas, permitia criar a iluminação própria para cada retrato.

Podem ainda apreciar-se algumas das câmaras e outros equipamentos pertencentes a Relvas, bem como alguns dos adereços por si utilizados. Um espaço dedicado à preparação dos modelos (uma espécie de camarim em espaço aberto) e a sua biblioteca técnica completam este magnífico espaço.

Ao fundo da galeria duas portas para o exterior, por onde saíam os fotografados.

Aproveitando algum tempo livre até ao almoço, em que se viveram momentos de agradável convívio, alguns dos participantes ainda “meteram o nariz” na Igreja Matriz, com o seu belo portal manuelino e no Equuspolis onde efectuaram uma rapidíssima visita a um novo espaço museológico destinado a preservar a obra do Mestre Martins Correia, onde se podem apreciar algumas das suas pinturas e esculturas.

Nesta nossa visita, pudemos registar, com especial agrado, a companhia do “nosso” *Professor Jerónimo de Matos*.

A 19 de Dezembro, um grupo de 12 participantes deslocou-se à Oficina de Cultura da Câmara Municipal de Almada à Exposição DIGRESSÕES 2008, Expo Anual da F4, em que também fomos acompanhados pelo Professor Jerónimo.

A 4 de Fevereiro, o grupo, com 22 participantes, deslocou-se à Casa da Cerca onde decorriam 2 exposições: de auto retratos de Graça Sarsfield na Galeria do Pátio e “Wall” de Rita Barros na Cisterna. A visita a estas exposições tornou-se num interessantíssimo exercício colectivo de interpretação. A interação provocada pelo animador Mário Campos (fotógrafo) deu azo a participada sessão provocada pelas variadas leituras/interpretações que as obras induziram.

A 25 de Março, um grupo de 17 participantes, tornamos a visitar o interessante espaço camarário, o Solar dos Zagallos, onde fomos, de novo, amavelmente recebidos pelo seu responsável Dr. Luís Nascimento.

Desta vez o objectivo foi a visita à exposição “De mim não posso fugir” do artista plástico Carlos Ribeiro.

Segundo o artista “...os objectos deixados para trás, falam-nos da inexorável ac-

ção do tempo... oferecem-me forma, cor, textura... Esta “leitura” das peças expostas feita pelo próprio artista, provocou uma agradável troca de pontos de vista sobre formas, cor e texturas, temas também permanentemente presentes quando estamos num ambiente de apaixonados da fotografia.

Foi mais um interessante exercício sobre como “sentir e ver” uma fotografia, antes da sua fase mais secundária, a sua captura pela máquina.

Jorge Teixeira Pinto*, *Correio da Usalma*, n.º 18, 2009, p. 8 e 9

*Aluno da Usalma

Cursos da Usalma: História da Arte III, IV e V

Visita ao Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado

No Passado dia 2 de Maio um grupo de alunos das turmas de História da Arte, acompanhados pelo seu Professor, Dr. Jerónimo de Matos, realizou uma visita ao Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado, onde estava patente (e continua até 21 de Junho) uma exposição temporária de arte romena, denominada “As Cores da Vanguarda. Arte na Roménia 1910 – 1950”.

Um pequeno conjunto de obras da vanguarda modernista portuguesa foi também inaugurado pelo Museu, entre elas, pinturas de Amadeo de Souza-Cardoso, Almada Negreiros, Maria Helena Vieira da Silva, Eduardo Viana, artistas de grande relevância do período em causa. Assim, puderam os estudantes reflectir sobre o que se fazia naquela época, nos dois países, em termos de arte vanguardista e eventuais influências, dado que um dos pintores romenos estabeleceu relações com pintores portugueses.

O Professor Jerónimo de Matos que foi também o nosso guia, começou por fazer uma breve introdução na entrada, chamando-nos a atenção para as esculturas ali expostas.

Perante algumas das pinturas vanguardistas portuguesas, o grupo foi estimulado a fazer a sua análise, o que despertou bastante interesse. Na observação e análise da pintura romena ali exposta, notámos grande presença de elementos tradicionalistas, em especial do mundo camponês, obras vanguardistas e também de apologia, a partir de 1945, do novo poder comunista.

A pintura “Retrato de Ilarie Vorouca”, 1925, de Victor Brauner, documenta a aproximação ao modernismo português, especialmente a Amadeo de Souza-Cardoso.

José Luís Carvalho*, *Correio da Usalma*, n.º 19, 2009, p. 9

*Estudante da Usalma

Cursos da Usalma: Horticultura e Jardinagem

A estufa e o espaço exterior, a sala de aula e o Laboratório de Biologia da ESMO, graciosamente postos à disposição do Curso de Horticultura e Jardinagem pelas sucessivas direcções desta Escola, desde o ano lectivo 2006/2007, têm sido o cenário de muita acção. As actividades práticas/teóricas que os alunos seniores inscritos e a professora Graça Almeida Ribeiro desenvolvem consistem em uma panóplia de afazeres, tais como:

Cavar a terra, plantar sementes e bolbos, transplantar plantas jovens, fazer a manutenção do compostos, observar células vegetais no MOC, sempre ao sabor do tempo, aliás das Quatro Estações do Ano, apesar de estarem quiçá algo “baralhadas”, fazer apresentações com o videoprojector *datashow*, conhecer o Jardim Botânico da Ajuda, a Quinta Biológica de Azeitão. Estas são as diversificadas aulas de campo, literalmente falando, cujo mote é sempre o (re)aproveitamento de materiais biológicos e de outros, que decorrem nesta Escola. A parceria entre este curso e os jovens alunos da ESMO tem vindo a ser encetada, no âmbito da transversalidade de disciplinas e, porque não?, de saberes!

Um bem-haja a essa instituição que é a Escola Secundária do Monte da Caparica.

Correio da Usalma, n.º 19, 2009, p. 8

Cursos da Usalma: Oficina de Literatura

Para complementar e ilustrar o estudo da obra de José Saramago, “O Memorial do Convento”, duas turmas de Literatura da Usalma, acompanhadas pelas respectivas professoras, Maria José Januário e Gabriela Machado, visitaram, no passado dia 22 de Abril, o convento de Mafra.

Este monumento foi mandado erigir por D. João V, como promessa pelo nascimento de um filho varão e engloba, no seu conjunto, uma basílica, um palácio e um convento de frades franciscanos. A obra foi entregue ao arquitecto alemão João Ludovice, que seguiu como modelo a basílica de Roma, tendo levado vários anos a ser concluída.

Financiada pelo ouro do Brasil e com recurso aos mármore de Pêro Pinheiro localizados próximo do local da construção, foi necessário um grande esforço de homens e animais para levar a cabo a grandiosa tarefa de construção.

As obras tiveram início no ano de 1717, prolongando-se na sua primeira fase por 11 anos, altura em que se encontrava, ainda, ao nível do rés-do-chão. A mando real, são “arrebanhados” todos os homens válidos para irem trabalhar em Mafra, enquanto entre as suas famílias reina a fome, a doença e a morte.

Treze anos após o início das obras, a basílica é sagrada, com a presença de reis

e nobres da Europa do seu tempo e muito incenso queimado em toda a cerimónia, com os operários a assistirem do exterior.

Trata-se do mais importante monumento do Barroco português, com a basílica ao centro e uma longa fachada com cerca de 220 metros, que termina, de ambos os lados, com dois torreões.

A basílica é valorizada pelos seus dois torreões e cúpula, e dois carrilhões, os maiores do mundo, ficando o convento na parte posterior. No andar de cima, as sumptuosas salas do palácio estendem-se a todo o comprimento da fachada, com os aposentos do rei numa extremidade e os da rainha na outra.

O convento situa-se na zona posterior. Uma biblioteca, das mais belas da Europa, com cerca de 40 mil volumes encontra-se nesta zona.

Maria Margarida Silva*, *Correio da Usalma*, n.º 19, 2009, p. 4

*Estudante da Usalma

Cursos da Usalma: Som e Cor

É o título de um soneto de um poeta esquecido – Gomes Leal¹ – que, de uma forma requintada, associa as sensações visuais à música. Trata-se de poesia dita sinestésica, o que significa justamente uma associação entre dados de sentidos diferentes e assim, ao contemplar por exemplo um quadro, as suas cores quentes, doces ou ber-rantes provocarão em nós uma sensação em que não é só a visão que está presente.

Resta, para concluir, partilhar, com o eventual leitor, o poema:

Alucina-me a cor! A rosa é como a lira
A lira pelo tempo há muito engrinaldada,
E é já velha a união, a núpcia sagrada,
Entre a cor que nos prende e a nota que suspira.

Se a terra, às vezes, cria a flor que não inspira,
A teatral camélia, a branca enfasiada,
Muitas vezes, no ar, perpassa a nota alada
Como a perdida cor dalguma flor, que expira...

Há plantas ideais dum cântico divino,
Irmãs do oboé, gémeas do violino,
Há gemidos no azul, gritos no carmezim!

A magnólia é uma harpa etérea e perfumada,
E o cacto, a larga flor, vermelha, ensanguentada,
Tem notas marciais: soa como um clarim!

António Amável de Sousa Martins*, *Correio da Usalma*, n.º 19, 2009, p. 9

*Estudante da Usalma

¹Gomes Leal, *Claridades do Sul*, 1875

TIC e Língua Portuguesa aventuram-se pela escrita criativa

A produção escrita [...] é uma actividade intelectual que precisa da coordenação de operações diversas [...] numerosas e, sobretudo, cognitivamente dispendiosas.

Irma Aurélia González, *Instruções de Escrita*, DGIDC, p. 42

Com o objectivo de promover a produção textual a divulgar em blogues criados no âmbito da disciplina de Tecnologias da Informação e Comunicação, as professoras Domitila Cardoso e Edite Prada elaboraram um mini-curso de escrita criativa que foi implementado ao longo de quatro aulas.

Foi preocupação central das professoras desencadear a tomada de consciência da complexidade que a escrita encerra ao mesmo tempo que se alertava para a necessidade de escrever segundo as regras da língua portuguesa.

As actividades promovidas ao longo das sessões foram diversificadas, dando forma ao plano segundo o qual se pretendia a produção de um texto narrativo

O objectivo central da 1.^a sessão foi a tomada de consciência de que, seja qual for a actividade humana, há um conjunto de procedimentos e regras, explícitas ou implícitas, que lhe estão subjacentes e que funcionam como se de uma receita se tratasse. Nesse sentido a actividade motivadora foi, precisamente, a elaboração de umas receitas, cujo resultado foram textos como os que seguem:

Arroz Primavera

Ingredientes

Arroz

Cenouras

Ervilhas

Cebola em cubinhos pequenos

Azeite

Sal q.b.

Num tacho colocar um pouco de azeite, e cebola em cubos pequenos e deixar refogar um pouco. Depois acrescentar legumes em bocadinhos pequenos, podemos pôr cenouras e ervilhas, mas também se podem introduzir outros legumes conforme o gosto.

Acrescentar água ou caldo de legumes e quando a água estiver a ferver colocar o arroz e um pouco de sal a gosto. Deixe cozer em lume brando.

Maria Manuela Rafael

Depois de apresentadas as diversas receitas elaboradas, as formadoras apresentaram alguns exemplos de receitas criativas, tendo sido reservada para a segunda sessão a apresentação da receita para fazer um romance que integra o capítulo V das Viagens na Minha Terra de Almeida Garrett:

Todo o drama e todo o romance precisa de:

Uma ou duas damas.

Um pai.

Dois ou três filhos, de dezanove a trinta anos.

Um criado velho.

Um monstro, encarregado de fazer as maldades.

Vários tratantes, e algumas pessoas capazes para intermédios.

Ora bem; vai-se aos figurinos franceses de Dumas, de Eug. Sue, de Vitor Hugo, e recorta a gente, de cada um deles, as figuras que precisa, gruda-as sobre uma folha de papel da cor da moda, verde, pardo, azul – como fazem as raparigas inglesas aos seus álbuns e scraapbooks, forma com elas os grupos e situações que lhe parece; não importa que sejam mais ou menos disparatados. Depois vai-se às crónicas, tiram-se um pouco de nomes e de palavrões velhos; com os nomes crismam-se os figurões, com os palavrões iluminaram... (estilo de pintor pinta-monos). E aqui está como nós fazemos a nossa literatura original.

E aqui está o precioso trabalho que eu agora perdi!

Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*, cap. V

Esta receita foi o elemento desencadeador da segunda proposta de trabalho que consistia na elaboração de um conto a partir de um conjunto de indicações, ou sugestões:

O meu mundo

Ao fundo ouvia-se o coaxar de uma rã.

A menina rã estava desolada. Já era noite alta e ela encontrava-se só, muito só...

Queria arranjar uma companhia para que a solidão terminasse e não se sentisse tão sozinha, naquele belo lago rodeado de árvores e arbustos e flores em abundância. Até rosas de porcelana havia!

Como não tinha transporte para se deslocar, lá foi dando uns saltos aqui, outros acolá. Sempre atenta aos perigos com que se poderia deparar...

Sempre atenta a outros animais que ameaçavam a sua existência.

Depois de muito caminhar, e já o sol despontava no horizonte, a bela rã deu com uns olhos meigos que a olhavam com ternura, de uma bela rã-macho! Linda de morrer!... Deu-lhe uma quebra de tensão! Sentiu-se tão mal que logo a rã-macho se prontificou para a ajudar. Era mesmo isso que ela pretendia e sentiu-se desfalecer nos braços fortes daquele que viria a ser o seu amado.

Olharam-se nos olhos tão intensamente, que logo se aperceberam de que não mais se haviam de separar.

Na sessão seguinte foram apresentados alguns exemplos de descrições, com vista a promover o enriquecimento dos trabalhos efectuados. Simultaneamente reflectiu-se sobre algumas convenções da escrita, tal como o uso da pontuação e da acentuação.

Finalmente, na última sessão explorou-se a possibilidade de efectuar narrativas mudando de ponto de vista. Partindo de exemplos da literatura foi, uma vez mais, lançado o desafio aos seniores, no sentido de, partindo do texto elaborado na segunda sessão, o enriquecerem.

Apresentamos a seguir o texto final do conto *O meu mundo*, cuja estrutura inicial se apresentou acima:

O meu mundo

Ao fundo ouvia-se o coaxar de uma rã.

A menina rã estava desolada. Já era noite alta e ela encontrava-se só, muito só...

Queria arranjar uma companhia para que a solidão terminasse e não se sentisse tão sozinha, naquele belo lago rodeado de árvores e arbustos e flores em abundância. Até rosas de porcelana havia!

Como não tinha transporte para se deslocar, lá foi dando uns saltos aqui, outros acolá. Sempre atenta aos perigos com que se poderia deparar...

Sempre atenta a outros animais que ameaçavam a sua existência.

Depois de muito caminhar, e já o sol despontava no horizonte, a bela rã deu com uns olhos meigos que a olhavam com ternura, de uma bela rã-macho! Linda de morrer!... Deu-lhe uma quebra de tensão! Sentiu-se tão mal que logo a rã-macho se prontificou para a ajudar. Era mesmo isso que ela pretendia e sentiu-se desfalecer nos braços fortes daquele que viria a ser o seu amado.

Olharam-se nos olhos tão intensamente, que logo se aperceberam de que não mais se haviam de separar.

Depois de ter encontrado seu amado, e numa certa manhã de Inverno do ano de 1995, em que a chuva e o frio gelavam os ossos, sem vontade de saltar da cama, sentiu-se lerdá.

Mas era necessário que a vontade se impusesse. E, assim, de um salto, a senhora rã, de seu nome Taly, como precisava de prosseguir seu caminho em busca da restante família de seu marido, deu um salto da fofa cama feita com pétalas de flores, debaixo de uma gigante folha de bananeira.

Seu marido, o senhor rã-macho, de seu nome Ochaky, perdera-se de sua família havia já algum tempo.

Taly vendo seu amado Ochaky sempre tão triste, decidiu que haviam de fazer umas viagens, procurando a família perdida.

Taly era uma bela rã de pernas esguias, e bem ágeis, verde-claro da parte superior e com uns tons amarelados na parte inferior. A barriga bem lisa, de um branco pérola; os olhos vermelhos, luzidios, assim como sua língua. Os seus lábios, bem desenhados, eram de um tom preto brilhante, sua 'lombeira' de um verde-lago. Quando a olhávamos, sentíamos como que uma calma e paz interior, porque suas cores eram refrescantes e serviam-nos de tranquilizante.

Ochaky uma bela rã-macho pôs a sua boina lilás na cabeça, agarrou o seu trompete, que lhes fazia companhia em longas caminhadas, e lá seguiu com a sua amada em busca da sua família.

Os seus saltos ágeis e elegantes, convidavam-nos a rebolar nas ervas para que sentíssemos o cheiro da terra molhada. À noite, quando nasce a lua e as estrelas nos servem de companhia, é belo de ver os dois Taly e Ochaky, rebolando na frescura do verde das ervas, como que a agradecer à natureza toda a beleza em seu redor.

E assim os dois se puseram a caminho, com uma bela trovoada como companhia... Seguiram por caminhos desconhecidos e, seguindo o instinto do sr. Ochaky, os saltos de ambos

eram elegantíssimos e rápidos. Depois de várias horas de folha em folha, de tronco em tronco, ficaram extasiados com um lago pequeno, mas com uma água transparente, cheia de nenúfares. O cheiro puro que exalava, deixava-os inebriados! O lago estava rodeado de altos arbustos, hortensias e orquídeas de várias cores. Ficaram sem conseguir articular palavra, deitados de costas, com os braços atrás da cabeça e saboreando o resultado da caminhada.

Perderam-se no tempo a contemplar o paraíso que os rodeava.

O sol estava a tocar o limite do horizonte com uns tons vermelhão e laranja lindos... De súbito, uns sons, provenientes do outro lado do lago, atraíram-nos.

Aproximaram-se para ver quem os despertaria da sua felicidade pelo paraíso encontrado, e as suas bocas de lábios bem pretos brilhantes abriram-se de alegria, e coaxaram tão alto que assustou os outros habitantes do lago. Correram uns ao encontro dos outros e abraçaram-se até perder o fôlego... Tinham encontrado a família do sr. Ochaky. A felicidade era total, porque encontraram a família perdida e porque o local onde se encontravam era um autêntico paraíso.

Taly e Ochaky, a cada olhar, a cada nova maravilha descoberta, se convenciam mais de que este local seria uma boa opção para aumentar a família que queriam ter, e para a criar num paraíso terrestre, que o animal racional ainda não tinha descoberto.

Margarida Simão

As professoras consideram que a experiência foi proveitosa para todos e os alunos manifestam igualmente opinião positiva como pode depreender-se dos excertos:

«Considero que beneficiei bastante e nos meus pequenos trabalhos de informática recorro aos seus ensinamentos.»

Luísa Timóteo

«(...) foi muito útil. O tema que foi abordado fez-me recordar coisas de que eu já me tinha esquecido.»

Milita Fontes

«(...) ficámos mais actualizados acerca do modo correcto de escrita, evitando assim erros. Para quem como eu já deixou a formação neste campo já lá vão muitos anos... Bem-hajam»

Maria Manuela Rafael

«(...) a nossa aula ficou bem mais rica.

(...)

Seria bem mais produtivo, se fosse possível uma aplicação de português com informática, todos os ensinamentos que nos transmitissem seriam mais aliciantes e motivadores para que pudéssemos utilizar de forma bem mais correcta a nossa língua.»

Margarida Simão

*Professoras da Usalma

Cursos da Usalma: Língua Russa

Almoço de Natal

Decorreu no passado dia 11 de Dezembro, no Restaurante “A Tapadinha” na Calçada da Tapada, o almoço de natal da turma de Língua e Cultura Russas. Desfrutámos de um agradável ambiente e decoração russas e fizemos um menu de degustação “russa”, da extensa carta do restaurante. Iniciámos a refeição com um BORSCHÉ (sopa de beterraba com natas), seguiu-se KOTLETA KLIRINAIA (peito de frango Kiev recheado c/vegetais), PELMENI (raviolis russos), TELIATINA na KRUTONE (lombo de vitela c/natas), TRESKA VE SMETANE (bacalhau c/natas) e SVININA PO NICOLAVSKY (lombo de porco panado). Terminámos a nossa refeição com as famosas panquecas russas - OLADI - e um shot de Vodka, cortesia do restaurante.

Comemos bem, divertimo-nos ainda mais e fechámos com “chave de ouro” o 1.º período deste ano lectivo! Boas Festas a Todos Vós.

Claudia Freire*, *Correio da Usalma*, n.º 21, 2009, p. 5

*Estudante da Usalma

Cursos da Usalma: Língua Inglesa

Aprendendo Inglês...

Nas aulas do 2.º ano de Inglês da Professora Gilda Monteiro falamos, escrevemos e cantamos em inglês.

Há dias em que também dançamos, dramatizamos e assim aprendemos...

São aulas plenas de animação em que o aprender é uma forte motivação, pois mesmo nos dias frios e cinzentos de Inverno, ninguém quer faltar.

Depois... temos sempre, em datas festivas, a visita da colega Filomena Branco da turma do 3.º ano que nos mima e presenteia com pequenas/grandes obras de arte.

No último dia de aulas do 1.º período foram maravilhosos Pais-Natal.

A todos os colegas e professores da Usalma desejamos BOAS FESTAS!

Emília Evaristo e Gracelinda Nascimento*, *Correio da Usalma*, n.º 21, 2009, p. 5

*Estudantes da Usalma

História de Almada

Uma Aula Prática

Começámos por nos reunir por volta das 10h00m, da manhã, no dia 14 de Abril passado, junto da Igreja de Nossa Senhora do BOM SUCESSO, em Cacilhas.

Olhando para a fachada, com os dois relógios de cada lado da mesma, começou a aula prática. Rodeámos o Mestre Alexandre Flores e ouvimos com atenção, não deixando alguns de ir tirando fotografias.

A Igreja foi reconstruída depois do Terramoto de 1755, sobre uma outra aí existente, e próximo da antiga Gafaria de S. Lázaro.

Ligada a esta Igreja fazia-se uma importante festa religiosa e popular, a 8 de Setembro de cada ano. A partir do Terramoto, a mesma passou a ser feita a 1 de Novembro.

Na actual Rua Cândido dos Reis, antiga Rua DIREITA, onde estávamos, situavam-se várias estrebarias, com burros, destinados a passeios para janotas e forasteiros, vindos da Capital do Reino, no concelho.

Em seguida descemos para o Largo de Cacilhas, junto do cais de embarque, onde antigamente chegou a existir uma praia de banhos. Aqui se fazia o grande entreposto de passageiros e mercadorias. O largo era frequentado por burriqueiros, catraeiros, marinheiros, mercadores, moços de recados, vendedores ambulantes. Aqui se situava o famoso Farol de Cacilhas – um verdadeiro “Ex-libris” da terra, bem como o estaleiro da Parry & Sons, junto da praia da Lapa. Existiam então vários tipos de embarcações, botes, catraios, cacilheiros – não como os actuais, a motor, eram à vela, e ainda as naus e as caravelas, do antigamente.

Passámos depois ao Ginjal, iniciando o nosso percurso paralelo ao Rio Tejo. Num dos pontões ali existentes, olhámos para os edifícios bastante degradados, e para a falésia sobranceira. Ouvimos o que outrora foram: armazéns de frio, de isco, de alfaias para a pesca, antiga fábrica de óleo de bacalhau e o Grémio do Bacalhau. Mais à frente, o Mestre mostrou-nos os edifícios que outrora estiveram ligados ao comércio de vinhos, azeite e vinagres e outros produtos. No Ginjal no lugar do Cobal, funcionou o primitivo estaleiro da Parry & Son, (que mais tarde passou para o Largo de Cacilhas).

Continuando a nossa visita, parámos na entrada de um dos edifícios para o interior dum desses edifícios, o chamado Corredor do Ginjal, onde existiu uma famosa Taberna dos Galos, uma oficina de tanoaria e ouvimos a sua história.

Daqui seguimos para a Praia das Lavadeiras, onde as mulheres no passado lavavam as roupas de famílias e de clientelas, graças às nascentes de água doce, aí existentes.

Depois fomos até à Fonte da Pipa de 4 bicas, mandada fazer pelo rei D. João V em 1736. Esta fonte tornou-se célebre devido à tentativa de alguns bravos Almadenses, do Castelo de Almada, que tentaram ir buscar água, saindo por uma pequena porta das muralhas, mas tendo sido descobertos, foram mortos pelos Castelhanos, no decorrer da Revolução de 1383-85. Perto deste local, existem agora dois restaurantes, embora o acesso por onde viemos esteja bastante degradado, principalmente as guardas de protecção, o que com as crianças é um motivo de preocupação para os pais.

Passámos pela zona arranjada de acesso ao Elevador da BOCA do VENTO e subimos em grupos, pagámos subida/descida, e fomos até ao topo donde se desfruta uma magnífica vista sobre LISBOA, desde a Ponte 25 de Abril, até aos limites, tendo como contorno, Santa Engrácia, até à zona da Santa Apolónia, e do lado de cá até ao limite do Castelo de Almada, e até ao rio, na zona do Ginjal.

Percorremos então algumas ruas até que entrámos no Pátio Prior do Crato, onde existiu o Teatro Taborda e em princípio foi o local onde se iniciou a mais antiga Associação de Almada (INCRÍVEL ALMADENSE), 1 de Outubro de 1848, ano em que foi fundada. Neste pátio realizaram-se algumas das primeiras reuniões clandestinas com vista à Restauração de Portugal.

Continuámos pela rua onde residiam as Espingardeiras, ouvimos a história dos frades apanhados por um Juiz com quadrilheiros a acompanhá-los, prendendo-os, etc., e seguimos para a rua da Judiaria, que nos diz pelo nome da existência dos Judeus nesta Terra; seguimos até à zona histórica envolvente do Castelo, onde ouvimos não só a história desta Fortaleza, como também a da Igreja de Santiago junto ao Jardim começando a descer a rua da Laje, actualmente designada por rua Rodrigues de Freitas.

Passámos então para a rua Elias Garcia, antiga rua da Pedreira, até que chegámos ao Restaurante “O PALHAÇO”, onde acabou a Aula prática.

Comemos, bebemos, tirámos dúvidas e constatámos que estas visitas, são muito proveitosas e ricas, ajudando-nos a não esquecer a história de Almada, e tudo o que a ela nos liga – principalmente para quem vive e escolheu esta terra, e para os que cá nasceram e não querem esquecer a sua história e as suas memórias.

Termino com um verso, que escrevi durante e enquanto estive à espera do café, mas já depois de ter bebido um bom vinho, que no final nos fazia lembrar a famosa Casta Ferral.

Cá vai:

I

Depois do passeio e da aula acabar
Ao “PALHAÇO” fomos todos almoçar
Petinga, dourada, espetadas, etc. ...
Com pão, manteiga e vinho a acompanhar.

II

Mas ainda não acabou,
Mais passeios/Aula há p’ra dar
De Autocarro, a pé, e de burro, “ talvez”
Muito temos ainda que andar.

III

E até as aulas acabarem,
Ainda falta um bom bocado,
Convívio, boa disposição, não faltaram,
Aos outros colegas - Mandamos o recado.

IV

Juntem-se, façam aulas práticas,
Puxem pelos colegas e Professores,
A Usalma está p'ra durar e continuar,
Professores / Colegas - são uns amores.

V

E para terminar - vos digo,
É para continuarmos - falei,
Por Email - estes vou mandar,
Mestre Alexandre Flores - Gostei.

J. Vaz Martins*, *Correio da Usalma*, n.º 23, 2010, p. 10-11

*Aluno da Usalma

A Origem da vida e a biodiversidade

Este tema, introduzido nas aulas da Universidade Sénior de Almada, foi uma feliz coincidência com o ano internacional da Biodiversidade.

Foi uma honra, para mim, estudar este tema e verificar que a terceira idade pode influenciar, com a sua vivência no terreno e conhecimento adquirido, a juventude de hoje (nossa terceira geração), na defesa do nosso Planeta.

Na verdade, a nossa geração tem assistido à transformação radical do estilo de vida.

Primeiro vivia-se maioritariamente no campo, utilizando-se para alimento, ali mesmo, os produtos que a terra dava.

Hoje, quase toda a gente vive nas cidades. Tudo é criado artificialmente, com um só objectivo: o lucro fácil.

Na minha opinião - e aproveitando a aprendizagem que fizemos sobre a compreensão da natureza, nomeadamente a evolução da espécie Humana, através do LEGADO DE DARWIN - devemos transmitir aos jovens de hoje que a vida confortável das cidades não pode ser duradoura porque alguém tem que produzir comida no campo o qual está neste preciso momento ao abandono.

Cada vez a nossa comida vem de mais longe: o trigo vem da América, as hortícolas da Espanha, as maçãs do Chile e as laranjas da África do Sul. Enquanto isso, os nossos campos produzem frutos silvestres que ninguém apanha.

Ainda bem que esta matéria vai continuar na Universidade Sénior. É que só a

terceira idade viveu o período sem sedentarismo, quando se podia comer toucinho no pão! Agora, é quase proibido comê-lo, face à obesidade que está a crescer, muito por causa do tal sedentarismo.

A própria instituição (Universidade Sénior de Almada) ficará prestigiada se conseguir fazer-se eco da triste realidade da nossa agricultura e da qualidade dos produtos que comemos junto da juventude do nosso concelho, bem como de outras Universidades Seniores do país.

António M.^a Tomás*, *Correio da Usalma*, n.º 24, 2010, p. 12

*Aluno da Usalma

Cursos da Usalma: História da Arte I e V Visita ao Museu Gulbenkian

1

Na passada sexta-feira,
ao décimo quarto dia,
houve uma bela maneira
de irmos em romaria

2

Numa visita de estudo
à Gulbenkian, ao Museu,
deu-se a volta quase a tudo...
estivemos no apogeu...

3

Várias salas percorremos
p'ra podermos observar
o que de belo nós temos
no Museu, para admirar.

4

Cabeça de Senuseret,
cabeça de Hamen-Hotep,
estatueta de Hesmeref
e torso de Badibastet.

5

Reis e deuses em quantidade
com uma deusa p'lo meio,
era grande a qualidade
e nada mesmo era feio...

6

Estatuetas funerárias,
uma lâmpada lindíssima,
uma garrafa finíssima,
belas obras milenárias.

7

Da Mesopotâmia vimos
um belo relevo mural
obra d'arte a que *assistimos*,
do Palácio d'Assurnasipal.

8

Uma urna muito bela
da chamada época parta,
dava vontade de tê-la
por ser bonita à farta....

9

Uma sítula e um vaso
decorados com primor,
nada foi feito ao acaso,
tudo com grande rigor.

10

Moedas eram bastantes
e de datas variadas,
decorações deslumbrantes,
perfeitamente cunhadas.

11

Do Egipto até à Grécia,
com as suas divindades,
passando depois à Pérsia
com suas preciosidades.

12

Ricos tapetes estendidos
e ricas tapeçarias,
também uns belos vestidos
e muitas peças lendárias.

13

Uma Bíblia da Arménia
e um Evangeliário,
e um belo relicário,
com uma devida vénia...

14

Manuscritos iluminados
e peças em belo marfim,
tapeçarias e bordados,
era só arte sem fim...

15

Entrando então na Pintura,
com os muito bons pintores,
foi mesmo uma loucura
c' a pintura dos senhores.

16

Pintores a destacar
pelas suas obras belas,
de Rembrant a Fragonard
foi uma delícia vê-las.

17

Passando ainda em Fantin
e antes por Claude Monet,
também se viu o Manet
e por último o Rodin. *escultor*

18

No fim em grupo tirámos
a foto, na claridade,
e então assim ficámos,
rindo p'ra posteridade.

Marta Oliveira e Silva*, *Correio da Usalma*, n.º 24, 2010, p. 14

*Estudante da Usalma

Cursos da Usalma: Língua e Cultura Portuguesa

171

Alunos visitam Biblioteca da Ajuda

Os alunos de Língua Portuguesa deslocaram-se, no dia 29 de Maio passado, à Ajuda, com o objectivo de visitar a Biblioteca da Ajuda. Esta visita foi promovida no âmbito de uma abordagem feita em aula acerca dos suportes da escrita. Surgiu nesse momento, a pergunta acerca das semelhanças e diferenças entre alguns, sobretudo entre o papel, o papiro e o pergaminho. Desta abordagem nasceu a hipótese de ir

à Biblioteca da Ajuda observar alguns documentos em pergaminho normal e num pergaminho muito fino, o velino, que se obtinha a partir de crias bebés ou, mesmo, de fetos.

Na biblioteca, onde fomos muito bem recebidos, observámos o Cancioneiro da Ajuda, Séc. XIII, tendo podido ver páginas concluídas e algumas inconclusas, com capitulares por ilustrar e sem a pauta musical. Ficámos com uma ideia da riqueza do documento e sentimo-nos pequeninos perante a vetustez do documento. Porém, o ponto alto, para muitos, foi a observação de uma bíblia, do século XIII, iluminada, em velino. O pergaminho, ou velino, de que foi feita é de tal forma fino, que a bíblia tem o formato de uma bíblia de bolso impressa. As suas folhas parecem de papel-bíblia. A letra, legível e certinha, é de dimensões reduzidas. Não deixa de ter assinalados, a cor diferente, os capítulos e os versículos, que se iniciam no meio das linhas para não se perder espaço.

Tomámos ainda conhecimento da acção de Alexandre Herculano na preservação da Biblioteca, bem como na divulgação de documentos. Vimos primeiras edições dos *Portugaliae Monumenta Historica*, publicados entre 1856 e 1873, bem como do *Eurico, o Presbítero*, obra que fora abordada quer em Língua Portuguesa, quer no Clube de Leitura. A par desta obra vimos igualmente os outros dois volumes que se incluem no *Monasticon*.

Como gentileza, por nos deslocarmos de Almada, foi-nos ainda possível observar o manuscrito de Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, editados igualmente por Alexandre Herculano. Recordar-se a ligação de Frei Luís de Sousa a Almada, no tempo em que ainda se chamava Manuel de Sousa Coutinho, mais conhecido como personagem da obra de Almeida Garrett *Frei Luís de Sousa*.

Aproveitando o facto de nos deslocarmos à Ajuda, visitámos ainda o Palácio da Ajuda, acompanhados de excelente guia, que nos foi dando preciosas informações. A concluir, e já depois do almoço, visitámos igualmente o Jardim Botânico da Ajuda, onde também nos foram dadas indicações importantes.

Edite Prada*, *Correio da Usalma*, n.º 24, 2010 p. 15

*Professora da Usalma





Parte III: Poesia e Escrita Criativa da Usalma

F BRONZE₀₁

A sombra

Tenho uma sombra e até a terra tão grande a tem
companheira insólita, silenciosa, presente como a vida sem a vida ser

O que não tem vida e existe também tem sombra, o selo da existência!

A sombra é vida diferente pegada a mim
projecto da noite e da morte sem assustar, morre comigo.

Por vezes quero pegar-lhe e nunca a tenho por inteiro e faz-me pensar.
O que a mim se agarra muda de forma e de movimento e eu permaneço
com ela sem domínio.

O sol terá sombra?

A sombra só me diz a verdade da existência e não me fala de vida.

E a vida o que é? Tem sombra?

Américo Morgado*, *Correio da Usalma*, n.º 18, 2001, p. 7

*Professor da Usalma

Poemas para Ti

Sei quem és
Conheço-te
Mas, não te explico!
Olho a erva
Vejo-a
Olho o céu
As cores que tem.
Mais além,
Corpos celeste
Gravitação
A terra suspensa.
Nada explico
Olho, vejo, contemplo
Sem saber porque faço.
O que vejo, é
Ou é o que penso
Imaginando ser
O que é?

Nada explico
Estou aqui para te olhar
A beleza é fugidia
Em mim, permanência!
As pinceladas falam
As metáforas ecoam
Fragmentos de ti.
Só sei, que olho e vejo.
Falar, só sei dizer
Amo, creio.
A verdade é silêncio!
E por aqui me encontro.
Mas, não te explico.

177

Américo Morgado, *Correio da Usalma*, n.º 19, 2009, p 2

Opinião

Não sei como fazer da opinião
uma gota d'água pura
um raio de luz.

É tanto o convencimento
que nos conduz
a dizer que é verdade o que o coração não diz.

Arrepia a firmeza pela qual mata,
mata o passarinho que chilreia
e é vida com cores de vida nas penas.

Espalha-se como onda sucessiva
é tsunami, arrasta, devasta,
gritos, lágrimas, palavras em guerra
sem nada dizer que valha,
fere susceptibilidades
mantém vaidades
coisas que a flor não tem
e é irmã de vida, dá alegria em todas as direcções circularidades
que o humano não entende e tanto faz sofrer humanidades civilizações
corações que nascem e aqui irão viver...

Américo Morgado, *Correio da Usalma*, n.º 20, 2009, p. 5

Era uma vez

Amizade coisa simples
Custa o acesso
e quando se alcança , cessa!
Telefone já não toca
noites mais frias
pode-se suicidar, pouco importa!
Ninguém sofre uma lágrima
corta, dispara
não ama quem nunca amou!
Deito-me no chão da minha mágoa.

178

Américo Morgado*, *Correio da Usalma*, n.º 22, 2010, p. 5

*Professor da Usalma

Tesouros

Vou ao leme de um corcel.
Vou montado na garupa de um navio.
Subverto.

Escalo a Torre de Babel.
Nas nuvens rodopio.
Invento.

Sulco mares... oceanos.
Atravesso bosques.
Percorro pradarias.

Levo à cintura
uma pistola com balas de quimeras.
Empunho uma espada feita de um raio de luz.

Ando à procura de tesouros.
Acho-os nos lugares mais insólitos:
Nas imediações de um castelo.
Na parede esburacada de uma casa em ruínas.

Sei de um,
guardado por dragões,
no fundo de uma caverna.

Vou agora para lá...
Levo a minha espada feita de um raio de luz.

Num combate feroz venço dragões.

E...

Trago sílabas - pepitas de ouro.
Palavras - jóias de diamante e safiras.
Moedas raras.
Trago colares de rimas.
Metáforas.
Mel e vinho
em ânforas romanas.

*Aluno da Usalma

Um Pedido

Uma donzela a S. António pediu
Que lhe arranje um namorado
Porque ela tem procurado
Ainda não conseguiu

S. António milagreiro
Atende o pedido meu
Mas pensa bem primeiro
Num amor que seja só meu

S. António sê bonzinho
Não fiques mal-humorado
Se tu deres um jeitinho
Eu arranjo um namorado

Manuel Delgado*, *Correio da Usalma*, n.º 23, 2010 p. 9

*Aluno da Usalma

Memórias da minha infância

Numa aldeia de Trás-os-Montes donde sou natural passava a maior parte do tempo de férias.

Admirava os trabalhos do campo e, por vezes, gostava de participar neles, pois os meus avós eram agricultores. No mês de Junho, no tempo da ceifa, ficava na varanda a ver passar mulheres de cestos à cabeça, levando a merenda coberta com alvos panos de linho aos malhadores que malhavam o trigo na eira comunitária, lá no cimo da aldeia. No Inverno eram as bestas que passavam carregadas de lenha para atear as grandes lareiras, amenizando o rigoroso Inverno transmontano. Batiam ritmadamente com as ferraduras no empedrado do chão, levando no meio da carga um menino descalço, para que seus pés não se ferissem nas desgastadas pedras da calçada.

Dessa mesma varanda, quando a noite caía, admirava as estrelas que luziam e tremiam na vastidão de um céu, que na cidade eu nunca via.

E quando, em Setembro, se iniciava a faina da amêndoa, com os meus 8 ou 9 anos lá ia eu no meio de um rancho de raparigas e rapazes da mesma idade, pelos campos fazer o “rebusco”, que consistia em procurar as amêndoas que caíam no chão depois de varejadas e também as que ficavam nos ramos mais altos. Por vezes, estas amêndoas eram vendidas para ajudar ao sustento das famílias mais pobres.

O rebusco

Ouvia-se uma voz atrás do postigo.

Anda, vem connosco, vamos ao rebusco.

Traz a cesta da merenda, vamos p’rá Albagueira

E pé ante pé, sem que a minha avó se apercebesse

Lá me esgueirava eu pela porta traseira.

Ao longe, nos amendoais, eu assistia
Homens varejando e mulheres curvadas
A apanhar amêndoa, ao sol escaldante
E com a cesta numa mão, o chapéu na outra
Lá seguia eu no grupo, radiante.

E dessas amendoeiras, que na Primavera
Mais se pareciam com um mar florido
Pendiam agora ramos a tocar o chão
Esperando que alguma mão amiga
Tivesse delas alguma compaixão.

Subindo a encosta um burrito carregado
Com dois sacos no dorso sobre a sua albarda
No meio, um rapazito que o guiava.
O burrito de suor todo molhado
De tal modo era pesada a sua carga.

E numa amendoeira aliviada
De seus frutos agora já despida.
No extremo de um comprido galho
Avistei duas amendoitas lá perdidas
Talvez um varejador mais descuidado
Ou mais curto de braço as deixara lá
Ou talvez por serem pequeninas
Batíamos-lhes com a vara, num gesto forte e seco.
E procurávamo-las no chão
Debaixo das pedrinhas.

E quando no fundo da cestinha
Se aninhavam essas pobres enjeitadas
Era tão grande a alegria que sentia
E talvez maior a delas por serem libertadas.

Terminada a faina, no chão da casa, a amêndoa era despejada
E num dia ou outro era revolvida
Não fosse o bolor dar cabo dela.
Ali ficava algum tempo amontoada
Esperando o dia da partida.
Era ao serão, junto à lareira.
Com a família toda reunida
Contavam-se histórias, anedotas
Ou até se cantava alegremente
Comiam-se figos secos, pão e azeitonas
Bebia-se licor e aguardente.

E o som dos inúmeros martelos
Batendo nas amêndoas com algum jeito
Entrava em mim, e no cantinho do escano¹ adormecia
Como menino embalado no seu leito.

Graciete Lourenço Pascoal*, *Correio da Usalma*, n.º 24, 2010, p. 13

*Aluna da Usalma

¹ Banco de madeira colocado junto à lareira

Só

Sentado numa escada
parou o mundo na rua solitária.
Só uma árvore solidária encurtava a sombra.

Desci à praia a caminhar comigo na areia molhada
sem saber se havia sol ou montanha azulada.
Era eu imagem invertida na água que pisava
observando o mar brancura, que me chamava
lençol que me cobria e avançava
sobre a onda que me trazia a mão de onde voou a gaivota.

Agarrei a minha solidão
puxei-a até à orla
e aí ficámos horas sobre horas.

Caminhámos, depois sobre a ponte do cais, as lágrimas
e na minha frente o infinito, a gota de água para ainda viver.

Américo Morgado*, *Correio da Usalma*, n.º 24, 2010, p. 15

* Prof. da Usalma

Entre um sonho e a realidade...

Caminhar pelas ruas em dia de Inverno, é um exercício um pouco cansativo...

O vento, com rajadas fortes e ocasionais, dificultava-me os movimentos. Os sapatos faziam tchoc nos extensos tapetes de folhas matizadas espalhadas ao longo dos passeios.

Plátanos, Tílias e Jacarandás despiram-se, apenas algumas folhas mais rebeldes se mantinham agarradas às grandes e fortes pernas. Pelos grossos troncos castanhos,

surgia então o verde musgo, como escorrido da paleta do pintor, juntando-se, ora o amarelo ocre, ora o branco cinza tornando-as em maravilhosas obras da natureza.

Através das falhas das folhas, via-se um céu nublado, onde a sutileza da chuva tocada pelo vento, se cruzava e rodopiava na atmosfera, quais bailarinas leves e delicadas esvoaçando, caindo e regando os campos, hortas e jardins, despertando, do longo sono, pequenas sementes.

Minha roupa cola-se ao corpo, o cabelo escorre. Fecho os olhos deixando que ela me lave o rosto. Entrego-me como se eu fosse nada e por momentos esqueço o tempo, entregando-me ao tempo e recuando no tempo.

Foi um longo e rigoroso Inverno; a chuva uma constante dias e semanas, não dava tréguas. Os campos eram lençóis de água barrenta que se estendia, formando pequenas represas.

As árvores, despedidas de folhagem, pareciam esculturas modeladas pela natureza, vendo-se, pela ausência das folhas, franjadas nuvens cinzentas, deslizando velozmente por cima de nós.

As casas aglomeravam-se no pequeno vale com telhados vermelhos e húmidos, onde cresciam musgo e heras, que se agarravam pelas paredes velhas e desbotadas.

O silêncio era quase absoluto, apenas quebrado pelo som do vento, tangendo sobre as copas das oliveiras, agitando as frágeis urtigas, que se vergavam beijando pequenos arbustos.

As azinhagas íngremes e lamacentas, obrigavam a grande esforço. Os sapatos escorregavam e o equilíbrio era demasiado para as nossas frágeis pernas mas, passadas as estações, sorria a primavera em toda a plenitude.

Os campos ganhavam cor. Pelo relevo da terra lavrada, crescia o milho, as aboboreiras, as flores... As árvores ganhavam as primeiras folhas, vestiam -se de rosa, branco e salmão.

É a obra da natureza que se abre para o sonho, a sutileza das estações num elo de ligação.

Por isso amo cada árvore, cada folha, cada flor, cada erva...

Abro os olhos. Não fazia vento, não chovia, não havia azinhagas nem terras lavradas, nem oliveiras..., mas o sol brilhava sempre igual, num céu azul sem fim.

Vestiram-se de cor os jardins, floriram tílias, jacarandás, cerejeiras do Japão...

Tinha sonhado um sonho colorido em que a natureza se harmoniza entre o belo e o divino e que se aprende a amar cada erva, cada flor, cada folha, cada árvore...

Maria Augusta Pires*, *Correio da Usalma*, n.º 21, 2009, p. 9

183

*Estudante da Usalma

Natal da minha infância

O frio incomodava. Os pés descalços a pouca roupa e uma saca em bico pela cabeça para proteger um pouco os cabelos que já se encontravam molhados, e brincávamos às escondidas, para não arrefecermos os corpos franzinos. Assim se comportavam as

crianças da minha aldeia nos poucos dias que antecediam o Natal.

Quando nos sentávamos no átrio para apanhar uma réstia de sol, só se falava do Natal, não dos presentes pois esses não havia, mas das flores de azevinho e do musgo que tínhamos de apanhar no mato, e que era o motivo do nosso contentamento e alegria, a missa do galo, noite em que nos deitávamos tarde. A azáfama de fazer o presépio era um vai-e-vem, o presépio era lindo tinha água a correr, musgo a sério com as figuras pitorescas, que era uma alegria ver.

A criançada com o ranho no nariz, mal agasalhados, e mal calçados, mas, estavam felizes.

O presépio era sempre feito por minhas tias mais novas, e a petizada trazia as verduras, pedras, e troncos. As figuras eram retiradas religiosamente do sótão, para ficarem expostas durante três semanas.

Na véspera do Natal a azáfama era grande. Íamos para casa de meus avós maternos, onde era feito o jantar com as couves e peixe seco, pois o bacalhau era caro.

Minha mãe junto com minha avó e tias faziam as filhoses lêvedas com abóbora e fatias douradas, arroz doce e aletria. Meu avô como estava muito frio e para que nos aquecêssemos, assava grão de bico e punha-nos nas mãos para ficarmos quentinhos a comer e contar histórias, junto à lareira.

Quando voltávamos para nossa casa já vinha tudo encavalitado no meu pai, um em cada braço outro às cavalitas e ainda outro ao colo, mortos de sono e exaustos da brincadeira, pois não havia o hábito de deitar tarde lá em casa.

Até que chegávamos ao grande dia!. De véspera já tínhamos deixado os sapatos velhos e rotos, mas bem limpinhos, junto à chaminé.

Dia de Natal bem cedo nos levantávamos, íamos acordar meu pai, que nos levava às cavalitas até à chaminé, para que pudéssemos ver o que o menino nos deixou, e o nosso espanto era tamanho, e a felicidade sem limites, pois os nossos sapatos tinham uma bela boneca de trapos para cada uma de nós, eu e minha mana, os rapazes, meus dois irmãos, tinham uma bola de trapos, possivelmente feita pela bisavó Teresinha que era perita nesses feitos, três castanhinhas (pois minha terra não é zona de castanheiros) e meia dúzia de rebuçados deliciosos, e que nos deixavam no coração uma alegria imensa, pela grandeza dos bens recebidos.

De seguida, e como ninguém sofria de falta de apetite... tínhamos umas papas de milho bem quentinhas à espera para o pequeno almoço, e regadas com um doce delicioso chamado “arrôbe” feito de mosto (sumo de uva antes de esta fermentar), seguido dos doces da véspera, claro. Eram de facto os nossos acepipes, que ainda hoje fazem crescer água na boca de tão puros e bons que eram.

As roupas eram poucas, mas nem frio sentíamos, bem está o ditado popular “ ... Deus dá o frio conforme a roupa...”, pois com tão pouco os nossos olhos transmitiam e sentiam alegria, saúde e muito, muito amor, em todos os Natais. Onde o dinheiro não existia, existia sim o calor humano.

Margarida Simão*, *Correio da Usalma*, n.º 21, 2009, p. 6

*Estudante da Usalma

Reconhecimento

A Usalma não dispõe do elixir da juventude, não descobre nem “fabrica crânios”, mas ajuda a preservar cérebros levando-lhes conhecimento e aguçando-lhes a curiosidade, o que é da maior importância para a qualidade de vida de muitos homens e mulheres que se recusam a ser restos de gente. Por isto, e porque é evidente que as ideias de conhecimento, cultura e lazer têm aqui o sabor da solidariedade, aqui deixo o meu muito obrigado à Direcção, ao Corpo docente e a todos Aqueles que, de uma ou outra forma, dão o seu contributo para manter a operacionalidade da Usalma. Bem hajam!

Com elevada consideração,

Joaquim G. Dias*, *Correio da Usalma*, n.º 21, 2009, p. 4

*Estudante da Usalma

Um tipo

Conheço-o, lembro-me de o ver em diferentes pontos da cidade, desde os tempos em que vendia livros de porta em porta.

Era um vendedor ambulante; vendia revistas de humor e de passatempos, banda desenhada e pequenos livros policiais, de aventura e romances de amor.

Disponha a mercadoria no chão sobre um pequeno toldo e anunciava:

- É para rir! É para rir!

Exibia revistas de humor.

- Palavras cruzadas...! É para entreter na viagem!

- É a seis escudos... a seis... é a dez... é a dez escudos...

No corrupio apressado das gentes, para o comboio ou para o barco, havia quem parasse e olhasse para as revistas e os livros espalhados no chão.

- Olhe, menina, romances, fotonovelas... Corín Tellado.

- Olhe, policiais, aventuras... O Falcão... O Tarzan...!

Havia quem abrisse a carteira ou o porta-moedas:

- Uma revistinha dessas...

- O Cara Alegre.

Eu, de porta em porta, num contacto directo com clientes, oferecendo boa literatura, romances de Alexandre Dumas, Balzac, Victor Hugo e enciclopédias, obras luxuosamente encadernadas, via com curiosidade e alguma simpatia a actividade deste meu “concorrente”.

Comprei-lhe algumas vezes revistas de palavras cruzadas. Tinha-me viciado nesse exercício de descobrir letras para formar palavras; passou-me desde que comecei a escrever “crónicas” nos meus cadernos.

Há muito que o deixara de ver, desde que passei a trabalhar no Queiroz & C^a. Vi-o hoje estatelado no chão, na 24 de Julho, a queixar-se da anca e algumas pessoas a tentar soerguê-lo.

Mais adiante, um indivíduo era quase linchado por alguns populares.

- Seu cobarde!

- Ataca-se um homem dessa maneira...?

Desenvencilhando-se de quem o agarrava desatou a correr para a paragem do autocarro.

Por curiosidade, direi sem modéstia, com algum faro jornalístico... estaria aqui uma boa história... fiquei a observar o pobre vendedor a acabar de levantar-se, queixoso, juntando depois as revistas e livros que se haviam espalhado.

Todos quantos inicialmente o socorreram ou, simplesmente, presenciaram a cena, se tinham posto em andamento; eram agora outros os transeuntes, ignorantes ao que se passara, testemunhas de outras realidades envolventes.

E ali estava, no meio da multidão, um Zé-ninguém, um homem solitário, vítima de uma agressão.

- Que lhe aconteceu...? Diga lá se precisa de alguma coisa...?

- Obrigado...! Ai, ai... uma revista?

- É para rir não é...?

Ri-me mesmo.

-Deixe-me cá... O bufo há-de pagar-mas!

Fiquei de orelha afitada.

- O bufo... o que lhe bateu?

-Sim senhor... o gajo anda aí com cara de poucos amigos, trombudo. Quando o vejo gozo com ele. "É o Cara Alegre"! Digo a toda a gente que é bufo; por causa dele, tenho a certeza, fui parar à António Maria Cardoso.

- Tenha cuidado... com que então o gajo é bufo?

Vou registar esta!

Fernando Antunes*, *Correio da Usalma*, n.º 21, 2009, p. 4

*Estudante da Usalma

Bolero

Engraçado, dei comigo a cantar *Bolero* de Ravel, por vezes associo um determinado acontecimento ou leitura de um livro a uma música, e esta música é uma das minhas preferidas, o tempo que estive *suspensa no tempo* passou tão rápido, foi como que uma levitação em palco mas sem espectadores. E, é engraçado estou a caminhar para sul, à minha direita está um sol poente lindíssimo com uns tons encarniçados e alaranjados, umas nuvens escuras que se querem infiltrar e que encantam minha visão e me enchem a alma, à minha esquerda a lua já se levantou e está uma lua cheia,

de uma beleza espantosa. Até parece que ambos os astros me estavam esperando para me beijar, no meio do namoro que o sol está a fazer à lua.

De facto os nossos olhos quando querem, ou quando estamos predispostos, eles em tudo vêem um brilho de amor, até o namoro do sol com a lua. Isso quer dizer que também nosso coração está transpirando amor, e nossos olhos vêem tudo o que os rodeia com muito mais atenção, com muito mais pormenor, e o *Bolero* de Ravel continua na minha cabeça. A música parece que tem sempre o mesmo tom, mas eu sei bem que não, a música vai progredindo e os acordes são tão intensos e melódiosos, que a paz interior é enorme.

Toda esta harmonia do Sol, Lua, música e coração, nos traz a paz semelhante à que sinto quando vejo o arco-íris, adoro o arco-íris:

- Suas cores estão ligadas aos sabores;
- Suas cores estão ligadas aos cheiros;
- Suas cores estão ligadas às sensações;
- Suas cores estão ligadas aos sentidos;
- Suas cores estão ligadas ao amor;
- Suas cores estão ligadas às crianças;
- Suas cores estão ligadas à alegria.

Penso que o arco-íris é o equilíbrio da vida, se ele não existisse a vida não tinha este sabor de esperança, sabor de viver com um mundo de cores, que nos alegram e nos mostram a paz depois de uma tormenta.

Obrigada arco-íris, pois apareces inesperadamente do nada, como de uma poça de água, de uma queda de água, de umas gotas de orvalho que se encontram nas plantas, depois de uma tempestade ou, claro, depois de umas boas chuvadas, mas que nos dão uma sensação de bem estar, harmonia, amor e, claro, na minha cabeça continua com os sons lindos e tranquilizantes de *Bolero*...

Margarida Simão, *Correio da Usalma*, n.º 22, 2010, p. 10

*Aluna da Usalma

Ao correr da pena

Discorrer ao deslizar da pena enquadra-se no âmbito das minhas opções, neste quartel da vida, em que entendo a escrita como uma terapia, e por isso mesmo, tem sido a escrita um dos meus *hobbies* preferidos. Para tal, é boa norma que seleccionemos os temas e implicitamente nos detenhamos em pontos nucleares e daqui partamos para as nossas imaginativas deambulações.

Apesar da minha ocupação profissional activa já se encontrar distante, reconheço que a escrita continua a fornecer-me assunto para breves comentários que, por judiciosos, vale a pena recriar.

Corria o ano de mil novecentos e cinquenta e quatro e leccionava uma terceira classe na Escola Masculina n.º 1 de Montemor-o-Novo.

Como é fácil deduzir a monodocência permite que do convívio professor – aluno resultem laços afectivos indeléveis, situações marcantes que nos acompanham ao longo da vida.

Aqui o docente é o interlocutor mais próximo da família e por conseguinte é a pessoa a quem a criança entrega toda a gama de emoções que transporta de casa,

Esta cumplicidade propicia pequenos episódios que, pela sua singularidade, merecem uma breve alusão.

Durante a vigência do Estado Novo o ensino primário obedecia a moldes economicistas que se faziam sentir a todos os níveis. Na minha pessoa centravam-se obrigações inerentes às funções docentes e administrativas de director de escola e de delegado escolar. Para além do horário alargado que cumpria, era ainda, por vezes, constringido a executar pequenas tarefas no decurso das aulas.

Naquele ano leccionava a terceira classe e estava a expirar o prazo para ultimar as folhas de vencimentos dos professores e pessoal auxiliar.

Transgredindo mais uma vez as normas legais, resolvi tirar cópias das referidas folhas no horário escolar. Não o fiz sem, mais uma vez, pormenorizar o que pretendia.

Encarreguei a turma de redigir quatro a cinco frases em tema livre, ilustradas com desenhos a seu gosto.

Recordo ter advertido, com acentuado ênfase, os meus pequenos pupilos: *vão estar caladinhos porque o professor vai fazer cópias das folhas e não se pode enganar.*

Recolhidos os exercícios para correcção, fui surpreendido com a seguinte frase: *se não fossem as folhas a gente já sabia muito mais.*

O exercício foi lido na aula e saudado o aluno pela pertinente observação que fazia e tão facilmente compreensível.

Resolvi retomar este pequeno episódio, já anteriormente abordado para lançar um desafio a todo o universo – APCA – Usalma, na perspectiva de que todos poderemos testemunhar situações marcantes que nos permitem emitir juízos e tecer as mais diversas considerações que sem dúvida nos enriquecerão a todos.

À guiza de conclusão devo ainda acrescentar o seguinte: - Partindo da premissa de que professor é aquele que ensina, não deixa de ser igualmente verdade que a pessoa adestrada ou perita em qualquer assunto é igualmente professor. Nesta perspectiva todos poderemos assim ser considerados.

A semântica permite-nos estas maravilhosas divagações e com elas me estreio no “Correio da Usalma”.

Já me estava a esquecer de referir que a observação feita pelo meu pupilo poderia servir como ponto de partida para uma análise histórica da organização do ensino escolar primário na vigência do Estado Novo.

Quantos acontecimentos deste teor se encontrarão “ arquivados “ na memória dos nossos parceiros neste universo de saberes e de experiências feito?

Aguardemos para ver.

Ermelinda

Ermelinda apeou-se da camioneta, sorridente.

Vinha feliz.

O cobrador entregou-lhe um embrulho em papel pardo, subiu ao tejadilho pela escada colocada na retaguarda e desceu com um cesto de vime.

Ermelinda agradeceu, acentuando o sorriso, deixando escapar uma “Boa Viagem”.

Pouco depois a camioneta partia largando um fumo negro e uma nuvem de pó que, rapidamente, se espalhava e assentava enquanto o barulho do motor persistia durante a leve subida, deixando de se ouvir depois de descrita a curva.

As fileiras de vivendas, de um e de outro lado da estrada, rodeadas de jardins bem cuidados, dentro de muros com gradeamentos protectores, acabava ali... o Bairro Novo!

Ermelinda atravessou a estrada e transpôs uma valeta atulhada de plásticos, garrafas e latas vazias.

Sentiu uma pequena dor na virilha e no calcanhar ao poisar o pé do outro lado; seguiu por um caminho que contornava um canavial...

Junto a uma figueira poisou o cesto e o embrulho...

Não é que lhe pesassem... era mais o incómodo dos dois volumes tão desiguais. O embrulho com as lãs era leve mas, mal atado, as meadas pareciam que se escapavam para fora do papel.

Trazia material para mais umas tantas camisolas... e os sapatinhos de bebé, tiveram aceitação.

Havia de fazer uns especiais... cor de rosa... azuis?

Com um sorriso compôs o embrulho das lãs...

À sua frente, uma fileira de vivendas por acabar, embargadas pela Câmara, só com as paredes em tijolo, sem telhado.

Também terrenos, murados, com anexos em alvenaria, clandestinos, ou com barracas de madeira.

Dispersas, algumas hortas e árvores de fruto, figueiras, nespereiras, laranjeiras e limoeiros.

Era ali o Fim do Mundo... habitações precárias com portas e janelas onde entrava a miséria e saía a esperança.

Também lhe chamavam o Bairro dos Ciganos... os do Bairro Novo, cheios de preconceitos...

Ali não viviam ciganos; acampavam de vez em quando, é certo, nas imediações, por dois ou três dias. Percorriam as ruas do Bairro Novo; batiam às portas, oferecendo cortes de tecidos, tapetes, faqueiros, relógios, procurando por antiguidades, louças antigas, moedas, gira discos e telefonias.

A tarde tombava já mortíca.

Apertado o nó do cordel que atava o embrulho, pegou no cesto de vime e retomou a caminhada em direcção a casa.

Avistou-a: um pequeno anexo em alvenaria junto a um amontoado de sucata, carros a apodrecer, tubos, chapas de metal, fogões e frigoríficos velhos...

Ouviu os latidos do Farrusco preso ao tronco da nespereira... pressentira-a!

Avistou também a Joana Lardoca e a ti Lucinda... vinham ao seu encontro.

- Ermelinda, vens cansada...

- Venho, parece que trago tonturas...

- Deixa cá ver o carrego, mulher...

- Ora essa! Posso bem, obrigada!

- Senta-te aí no muro... vens branca.

Ermelinda sentou-se.

Sentaram-se as mulheres também.

Trocaram impressões... falaram de lãs... da falta do leite e do bacalhau, da subida dos preços... tudo por causa da gasolina...!

- Vamos lá andando!

- Vamos contigo...

- Venham lá!

À porta de casa:

- O meu António... andará por aí... Viram-no?

Ouviu uns murmúrios, reparou na hesitação das vizinhas e numa troca de olhares.

- O meu António?

- Entra Ermelinda... senta-te.

Entraram e sentaram-se as três mulheres.

- O meu António? - Insistiu a Ermelinda.

- Ermelinda...

- Ermelinda...

- O António...

- O António... levaram-no...

- Levaram-no preso...

Sentiu desvanecer-se... ficou lívida... Uma dor no ventre...

-Ai, ai... Ai o meu bebé... Estou a perder o meu bebé...

Valeram-lhe a Joana Lardoca a ti Lucinda...

- Não mo deixaram ver... que fosse lá na segunda...

- Pode ser que saia antes, olha, se Deus quiser, já passas o fim-de-semana com ele...

- Se ele está incomunicável não o vês tão depressa... e se o mandam para o Tarrafal...

- Oh Joana... então?

Ermelinda desatou num choro.

Joana Lardoca levantou as mãos à cabeça arrependida das palavras...

Era a voz da experiência... Teve o marido preso cinco anos e ela mesmo interrogada vezes sem conta... se lhe falasse em torturas é que seria o bonito.

- Acalma-te Ermelinda... pensa em coisas boas... o diabo não há-de estar sempre ao pé da porta...

A Joana Lardoca para a acalmar e desfazer a asneira:

- Quando foi das eleições do Humberto Delgado é que foi pior... andava tudo asanhado... O teu António disse alguma coisa e foram bufar... é como a ti Lucinda diz...

- Com certeza falou da tropa... não leva a paciência... sabe o que por lá passou.

Veio de lá diferente, nervoso, revoltado... Quando o conheci não era assim...

O nosso namoro foi tão bonito...

Conhecemo-nos na Feira Popular...

Eu era alegre, assim meio esgrouviada, gostava de divertir-me...

- Ainda hoje, rapariga...

- Pois é...! Andava naqueles carrinhos de choque... sabem... aqueles carrinhos na Feira. O António andava noutra e vinha sempre contra mim. Travava-me, não me deixava circular... percebi que era perseguição, de propósito.

Quando acabou o tempo veio pedir-me desculpa. Convidou-me que fosse com ele noutra corrida... puxou-me por um braço, fez-me sentar no carrinho e lá fomos... deu-me um beijo durante a corrida...

Começámos a namorar. Trabalhávamos os dois na Baixa; eu no Grandela e ele numa farmácia... íamos para o Castelo, para o Miradouro de Santa Luzia, às matinés...

Depois foi para a tropa, só nos casámos depois de ele vir da Guiné.

Veio com aquele defeito na perna, teve medo que não o aceitasse.

O pior eram os nervos... acordava de noite aos saltos...

Tanto queríamos ter um filho... o que me havia de acontecer...

- És nova...

Batiam à porta.

Ermelinda enxugou os olhos, foi ver. Era o sucateiro.

- Que quer você?

- O António?

- Não está...

- Já calculava... dei por falta de uns tubos... quem andou lá a mexer...?

- Olhe, não sei... ponha lá um guarda... com licença!

Comentaram o despropósito.

Joana Lardoca alvitrou:

- Vocês sabem que ele já comprou o terreno do lado... Cobiça o vosso... ainda mais assim murado. Não me admirava que seja o causador da prisão do teu homem... Ouviu-lhe algum desabafo e...

Ficou a desconfiança a pairar, tanto que havia outras evidências.

Qualquer movimento com tijolos, areia, cimento e lá estavam os fiscais da Câmara...

Depois, na marisqueira do Bairro Novo, havia quem visse o sucateiro com os fiscais...

A prisão do António da Ermelinda espalhou-se aos quatro ventos.

Os jornais de grande tiragem, não se referindo a qualquer nome "denunciavam" movimentos subversivos, anti-patriotas, traidores, comunistas, terroristas, a soldo de potências estrangeiras...

No Bairro Novo sussurrava-se que fora preso um perigoso terrorista que se acoitava no Fim do Mundo...

No Fim do Mundo havia quem opinasse que melhor fora o António estar calado, que se não tivesse metido em política... outros gabavam-lhe a coragem... só assim as coisas podem mudar...

António veio para casa quinze dias depois.

Despediram-no da farmácia.

Foi a salto para França.

Seis meses depois recebia a notícia que era o pai de um lindo bebé.

O segundo filho de Ermelinda nasceu em França.

Regressaram depois da revolução de Abril.

O país não era o mesmo...

António não era o mesmo

No Maio de 68 meteu-se em todas as confusões, bradando contra a burguesia...

Agora ao volante de um "boca de sapo" fazia gala em oferecer boleia aos antigos companheiros, pagar rodadas de copos, exprimir-se num *françiu* assustador...

Engordou, perdeu o cabelo e a barba... estava careca

Ermelinda... desconta-lhe as rugas, o cabelo meio grisalho... mantinha o mesmo olhar meigo, a mesma simpatia e a determinação de quem sabe o que quer.

Perguntou-me pela ti Lucinda e pela Joana Lardoca...

A ti Lucinda morrera há dois anos... A Joana Lardoca desapareceu... ninguém sabe dela... O sucateiro apareceu morto, assassinado, na valeta da estrada, em frente à marisqueira do Bairro Novo.

Fernando Antunes*, *Correio da Usalma*, n.º 23, 2010, p. 8-9

*Aluno da Usalma

Homenagem e saudade

In memoriam

De entre os elementos que, neste ano lectivo de 2008-2009, se juntaram à turma de Língua Portuguesa contou-se a Gracinda Lameirinhas, que faleceu no dia 13 de Janeiro.

Desde o primeiro dia se mostrou decidida a enganar o mundo, a contrariar a vida. Pela acção, quis dizer-nos, quis dizer a si própria que ainda tinha hipóteses, que ainda tinha muito que dar e que aprender.

Manteve essa determinação inicial, essa chama viva, enquanto pôde, lutando contra o inelutável.

Por isso te agradecemos! Por isso te saudamos, Gracinda.

A turma de Língua Portuguesa

Carta a alguém que já está no Outro Lado

Saudosa colega Gracinda,

Como sinto saudades daquelas horas que passávamos juntas. Foram poucas. Como lamento! Quem podia adivinhar que tão cedo nos deixarias? Eras triste, reser-

vada, mas compreendia que eras boa, simples, amiga.

Que descanses em paz e que brilhe para sempre a eterna luz. Embora já tenhas partido, estarás sempre presente no meu coração.

Adeus, amiga. Até um dia!

A colega e amiga Enélia Alves (aluna n.º 1213)

Os alunos que perdi

É um Domingo, como tantos outros. Com chuva, como noutros dias de chuva. À minha frente, uma folha, ou simulacro de folha, esta coisa branca, implacável, que me aparece no ecrã do computador. Mas é um domingo mais sombrio do que a maioria dos domingos da minha vida. Soube que perdi mais um aluno. Uma aluna: a Gracinda. Triste, atenta, interessada. Com vontade de mudar. Logo que a sua vida mudou, procurou novo rumo. Aqui. Na turma de Língua Portuguesa.

Este facto traz outras perdas, noutros contextos, à minha memória. Foi aquela menina do oitavo ano, Português (Como se chamava ela, Deus meu?, que assim a perco duas vezes!...). Um aneurisma. 24 horas. 1989! Uma turma em estado de choque. Seixal, Cavaquinhas. E como estará aquele menino da mesma turma, hemofílico, hemodialisado, que precisava de ser adormecido cada vez que fazia hemodiálise, porque desmaiava ao ver sangue? E a Ana Cristina. Latim, durante três anos. Monte de Caparica. Cancro diagnosticado no 11.º ano. Morte um ano e meio depois, mais coisa menos coisa. Creio que em 1997. Recordo a frase-comentário dela quando as amigas faziam planos sobre a faculdade «*Com um bocado de sorte, fico nesta escola até ao fim da minha vida*». Sempre lutadora. Quando não tinha força para ir a pé para a escola, ia de moto. Quando descobria uma coisa nova, partilhava connosco. A turma de Latim. Éramos menos do que noutras turmas e, por isso, a partilha era mais fácil... Como daquela vez que provou *fondue*. Quis partilhar. Convidou-nos a almoçar (e aquela mãe!). Morreu uma semana depois. Às vezes penso que ela fez connosco uma Última Ceia.

Recordo a Raquel. 7.º ano, Português, 8.º ano, Francês. Tumores múltiplos no cérebro. Não operáveis. Recordo a sua vontade de viver, de experimentar, mesmo as coisas mais perigosas. Recordo o desabafo de certo dia, após uma aula em par pedagógico, durante a qual foi possível chegar um pouco mais longe na alma daqueles jovens. Tinha receio de estar grávida!

Morreu no ano a seguir!

São estes os alunos que eu perdi. Não por ser má professora (terei perdido muitos outros dessa forma...). Mas porque a vida assim o quis. São estes os alunos que, dia-após-dia, perco de novo, como perco todos os outros, porque um dia, muitos dias, confiei na minha memória. Que ingenuidade! Que pena! Mas que poderia, que posso, fazer? Registrar todos os momentos? Gravá-los? E a vida?

Para todos vocês, alunos incríveis, vai a minha gratidão. Pelo que me ensinaram. Pelo que me ensinam.

Edite Prada*, *Correio da Usalma*, n.º 17, 2009, p. 16

*Professora da Usalma



Parte IV: Proyectos e Actividades

F. BRONZE

Eventos Socioculturais

Continuando a sua atividade sociocultural, tem a APCA, quer diretamente, quer através do projeto Usalma, desenvolvido diversas atividades, devidamente registadas nos respetivos boletins e que se optou por enunciar aqui, remetendo para o boletim que as integra.

A - Colóquios e Conferências

Dos colóquios e conferências indica-se o local, o tema, ou título, o orador e a fonte.

1 - Colóquio Inclusão / Exclusão

A 6 de fevereiro de 2009, no auditório da Escola Secundária Cacilhas-Tejo. Oradora: Dra. Luísa Cruz do ACIDI, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, . Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 17, 2009, p. 12-13

2 - Conferência aplicações e implicações das nanotecnologias + nano saber

Auditório F. Lopes Graça do Forum Romeu Correia, em 13 de fevereiro de 2009. Oradora a Doutora Elvira Fortunato, docente e investigadora do CIM da FCT-UTL, Campus da Caparica.

Sobre este tema Américo Morgado elaborou a seguinte texto em prosa poética:

Nano saber

A minha Almada é um nano saber no topo do mundo como uma vez o foi amada, em Tordesilhas, a politóloga Lisboa.

Na história fica a narrativa e da poesia nem cantiga e tudo fica e ficou sem canto e o encanto de um azul murchou.

Hoje, é mais bela Almada no amanhecer de janela orvalhada com gotas microscópicas de cristal que a Elvira olha admirada de espanto e tem mais luz Portugal.

Vê o mundo de outro canto, outra perspectiva, inicia o clarão alarga a visão vai mais profundo, navega outros mares, magia de sereias outros saberes e mostra aos reis um novo império da criação

Um aplauso sonoro das estrelas brilha no céu ecoou Almada e nesta encruzilhada enciclopédica nasceram novos materiais a modelar e enfeitar o universo onde pulsa o coração.

Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 17, 2009, p. 11

197

3 - Pelos cidadãos seniores de Almada: Plano Gerontológico Local

Em 28 de janeiro de 2009, no Complexo Municipal dos Desportos, realizou-se o **Fórum de Participação Melhorar a Qualidade de Vida dos Cidadãos Seniores do Concelho de Almada**, organização do Grupo Concelhio de Idosos, constituído por 25 instituições de solidariedade social e 4 instituições públicas locais, Câmara Municipal, Segurança Social, Centros de Saúde, Hospital Garcia da Orta. A APCA – Associação de Professores do Concelho de Almada integra o referido Grupo.

Ernesto Fernandes escreveu o seguinte texto em prosa poética:

Voluntariamente Escolho o Sol

Seja o próximo, a família, os vizinhos
Seja a freguesia, o concelho e o país
Seja o mundo inteiro, das pessoas à terra-mãe
Solidário comigo, envelhecendo desde criança
Dói-me o isolamento e a solidão

Seja eu voluntário
Haja em mim vontade e coragem
Para ir ao encontro do meu próximo
Em abraço de dar as mãos, associando-me
Para ser pessoa de corpo inteiro em alma aberta
Tantas idades, tanta mudança em mim
Eu em construção sempre, em relação
Haja em mim determinação
Haja sol-vento-água, energias para caminhar
Seja eu pela Vida, solidário, voluntário

Em cada dia, antes do pôr do sol
Invento e escrevo a minha agenda pessoal
Em busca do dia seguinte, do meu Sol
Voluntariamente escolho
A Vida não o medo, em cada manhã, pelo Sol.

Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 17, 2009, p. 8-9

4 - Reumatologia

No dia 17 de abril realizou-se, no auditório do Externato Frei Luís de Sousa, um colóquio sobre Reumatologia, a cargo da Dra Viviana Tavares, médica especialista em doenças reumáticas do Hospital Garcia de Orta. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 18, 2009, p. 10

5 - Colóquio-Rastreio da Audiologia

198 Realizou-se em 13 de março 2010 no auditório da Escola Cacilhas-Tejo, um colóquio sobre Audiologia em que foi orador o Dr. Rui Nunes. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 18, 2009, p. 5

6 - Relações Internacionais

Auditório da Escola Cacilhas/Tejo, no dia 16 de Junho de 2009, um colóquio sobre Relações Internacionais, no qual foi orador o Contra-Almirante na reserva Augusto Manuel da Silva Pinho. *Correio da Usalma*, n.º 20, 2009, p. 11

7 - Azulejaria: História da Arte - Teoria do Restauro Preservar ou Conservar

No dia 4 de dezembro realizou-se este colóquio no auditório do Externato Frei

Luís de Sousa, tendo tido como oradores, respetivamente, a Dra. Filomena Simas e o Dr. José Meco. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 21, 2010, p. 8

8 - Ano Europeu da Criatividade e Inovação

Realizou-se no dia 20 de novembro de 2009, no auditório do Externato Frei Luís de Sousa o colóquio *Ano Europeu da Criatividade e Inovação*, que teve como oradora a Doutora Vera Delgado. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 21, 2010, p. 8

9 - Angiologia - Aorta é vida

No dia 26 de fevereiro, realizou-se este colóquio no auditório do Externato Frei Luís de Sousa, tendo tido como oradora a Dra. Maria José Ferreira, médica do Hospital Garcia de Horta. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 23, 2010, p. 12-13

10 - Doença de Alzheimer

Realizou-se no dia 19 de março, no auditório do Externato Frei Luís de Sousa um colóquio sobre a Doença de Alzheimer, que teve como oradora a Dra. Ana Margarida Cruz Costa Cavaleiro. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 23, 2010, p. 13

11 - A Vida antes de nós

No dia 14 de maio, realizou-se no auditório da escola Frei Luís de Sousa o colóquio designado “A Vida antes de nós – Fósseis e Geistória da Região de Almada e Lisboa”, durante a Época Miocénica e que teve por orador o Dr. Manuel Lima, reconhecido especialista sobre a matéria. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 24, 2010, p. 12

12 - Jornadas de pneumologia

O Colóquio sobre Pneumologia realizou-se no dia 30 de abril, no Frei Luís de Sousa, às 17h00. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 23, 2010, p. 14

13 - Colóquios sobre o Novo Acordo Ortográfico

A APCA, com a colaboração do *AlmadaForma*, realizou durante 2010, nas escolas parceiras, colóquios sobre o Novo Acordo Ortográfico destinados aos seus professores e funcionários interessados. Fonte: *Profalmada*, n.º 23, 2010, p. 5

14 - Novos materiais semicondutores para além do silício: Uma nova era na área dos descobrimentos associados à eletrónica

Oradora: Elvira Fortunato, Prof. Associada do Departamento de Ciência dos Materiais da FCT-UNL e Diretora do Centro de Investigação de Materiais, CENIMAT | I3N, . 23 de outubro, no Fórum Municipal Romeu Correia. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 24, 2010, p 5 e 16.

B - Itinerários de Cultura e Lazer e Outras Visitas

Muitos são os relatos de visitas de estudo e de viagens que surgem nos nossos

boletins, ilustrativos de uma intensa atividade também a este nível. Enunciam-se, seguidamente, os títulos, remetendo para o título e número do boletim em que saiu cada um dos textos:

1 - Viagem ao centro da Europa: Praga, Viena Salzburgo, Innsbruck e Munique

De 17 a 24 de julho de 2008. Fonte: *Itinerários de cultura e lazer. Profalmada*, n.º 19 2009, p. 18-20

2 - Viagens às cidades de Castela Velha

Férias da Páscoa. Fonte: *Itinerários de Cultura e Lazer. Profalmada*, n.º 18, 2009, p. 16

3 - No Alto Alentejo

13 e 14 de março de 2009: Fonte: *Itinerários de Cultura e Lazer. Profalmada*, n.º 21, 2010, p. 14

4 - A Rota do Fresco: Portel - S. Cucufate - Vidigueira - Cuba - Alvito

17 de abril de 2010. Fonte: *Itinerários de Cultura e Lazer. Profalmada*, n.º 22, 2010, p. 10

5 - À descoberta das Pérolas do Báltico: São Petersburgo a Helsínquia

Verão de 2010. Fonte: *Itinerários de Cultura e Lazer. Profalmada*, n.º 23, 2010, p. 13-14

6 - À Descoberta do Nordeste Transmontano

25 e 26 de setembro de 2009. Fonte: *Itinerários de Cultura e Lazer. Profalmada*, n.º 20, 2009, p. 14

7 - Uma incursão no Oeste: Vimeiro, Lourinhã e Óbidos

24 de setembro de 2010. Fonte: *Itinerários de Cultura e Lazer. Profalmada*, n.º 23, 2010, p. 13-14

8 - Passeio ao Alqueva

18 de abril de 2009. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 18, 2009, p. 11

9 - Visita de Estudo Museu da Farmácia

Dia 24 de abril de 2009. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 21(2010), p. 10

10 - Visita Cultural à Região de Coimbra

Dias 29 e 30 de janeiro. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 22, 2010, p. 4-5

11 - Passeio histórico no concelho de Almada

Dia 16 de maio, de 2009. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 19, 2009, p. 10

12 - Visita a Mérida

9 de maio de 2009. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 19, 2009, p. 5

13 - Uma visita à Casa Malhoa

Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 23, p. 12

14 - Visita a Cáceres

Dia 8 de maio de 2010. Fonte : *Correio da Usalma*, n.º 23, 2010, p. 14

15 - Visita ao Museu do Oriente

Fonte: *Profalmada*, n.º 17, 2009, p. 14

16- Visita à XXVI Festa do Castanheiro – Feira da Castanha

14 de novembro de 2010. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 20, 2009, p. 11

C - Festas e Convívios

1 - Festa de Carnaval

Dia 20 de fevereiro. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 17, 2009, p. 15

2 - VIII Encontro das UTIS

dia 24 de maio, em Portimão. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 19, p. 11

3 - IX Encontro Nacional de Universidades Seniores: Visita Cultural: Porto, Braga e Guimarães

Na cidade de Guimarães, no dia 23 de maio de 2010. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 2

4 - Jantar de Homenagem aos Professores da Usalma

Dia 18 de junho de 2010. Restaurante dia a dia. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 24, 2010, p. 4.

D - Espectáculos

1 - Festival da Teatro da RUTIS

Dia 12 de março de 2009. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 18, 2009, p. 11

2 - Tertúlia Coimbra

Fonte: *Profalmada*, n.º 18, 2009, p. 14

3 - Ida ao teatro: Gaiola das loucas

Dia 5 de fevereiro de 2010. Fonte: *Profalmada*, n.º 21, 2010, p. 15

4 - Cantar Zeca Afonso

Fonte: *Profalmada*, n.º 21, 2010, p. 15

5 - Concerto de Natal pelo Coro Polifónico da Usalma

Dia 20 de dezembro de 2009. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 22, 2010, p. 11

6 - Noite de Fados

Dia 15 de abril de 2010. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 23, 2010, p. 15

7 - Festival de Teatro

Dia 28 de abril de 2010, decorreu o IV Festival de Teatro Sénior no Gavião. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 23, 2010, p. 15

8 - V Festival de música – Amadora

No dia 11 de março de 2010. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 23, 2010, p. 15

E - Celebrações e Outros Eventos da Usalma

1 - Mostra do ensino superior

1.1 - Dias 4 e 7 de março de 2009. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 18, 2009, p. 4

1.2 - Dias 5 e 8 de maio de 2010. Fonte:

2 - Concurso de Cultural Geral

Realizou-se, no dia 16 de janeiro de 2009, o concurso interno “O Saber Não Tem Idade” na Escola de Cacilhas Tejo. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 17, 2009, p. 2 e 4

3 - Exposição de pintura

No dia 17 de abril de 2010, na Junta de Freguesia do Laranjeiro. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 23, 2010, p. 14

4 - Mini maratona

Alunos da Usalma participaram na 16.ª Mini Maratona da Vodafone, popularmente conhecida por corrida da Ponte 25 de Abril, que se realizou no dia 22 de março. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 18, p. 2

5 - Sessão de Lançamento da Revista Memórias e Futuro da APCA /Usalma

Dia 6 de novembro, na sala Pablo Neruda do Fórum Romeu Correia. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 21, 2010, p. 12

6 - Cerimónia de entrega de Prémios de Poesia

Dia 18 de dezembro de 2009, realizou-se na sala Pablo Neruda do Fórum Romeu Correia, a cerimónia de entrega do prémio de Poesia e Ficção de Almada 2009, atribuído à aluna da Usalma Maria Inácia Guerreiro Henriques Reis. Fonte: , com o trabalho “Paisagem com Fuga”, decisão tomada por unanimidade pelo júri, conforme foi referido pela porta-voz do mesmo, presente na cerimónia.

O júri do concurso premiou, ainda, com menção honrosa a aluna Maria Amélia Cortes Cordeiro. Seguem-se dois textos, um de cada uma das alunas:

Pirilampos Vermelhos

No horizonte

Crepúsculos avermelhados

É o pôr do sol

E eu subo a ladeira

De terra batida

Com a alma verde

De criança

Saem do meu coração

Pirilampos vermelhos

E da sua luz brotam palavras escritas

Que voam no vento

Sem que ninguém

As leia

Ou contemple
E acabam diluídas
No pensamento
Do poeta

Maria Amélia Cortes

Livre

Livre, se me deixo envolver
pelo véu de espuma imaterial
que se solta das ondas sobre o mar
e entrego ao vento dúvidas e medos.

Livre, se visito
o oráculo e não me deixo converter
como se filha de Minerva fosse
e livre se retomo
das palavras o gosto agridoce.

Livre, se me detenho à beira do abismo
e com a consciência
de quem roubou o fogo das Vestais
desnudo repentinamente
o luminoso mistério dum conceito
com o vento salgado a fustigar-me o rosto
e uma romã aberta sobre o peito.

Livre sou, se sigo a minha rota
guiada pelo rasto das estrelas
quando ao largo oceano dos afetos
as brisas favoráveis trazem velas.
E se, como o pintor previu,
os corvos sobrevoam a seara
na época fecunda das colheitas
sob um céu pesado de presságios,
já livre não sou,
me dou como perdida;
mas aos astros conclamo o solstício de verão
e se, de novo, amadurecem as cerejas
ao calor da minha mão,
com palavras, conceitos e afetos
reinvento a história de uma vida

203

7 - Quermesse

A 26 e 27 de março teve lugar a nossa Quermesse, que decorreu no Salão de festas da URPICA.

Fonte: *Profalmada*, n.º 18, 2009, p. 14

8 - Angariação de Fundos

Fonte: *Profalmada*, n.º 18, 2009, p. 14

9 - Cantinho do colecionador: As nossas moedas

Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 17, 2009, p. 14

10 - Comemoração do 6.º Aniversário da Associação

Foi a 30 de maio que celebrámos o 6.º Aniversário da Associação...

Fonte: *Profalmada*, n.º 18, 2009, p. 15

11 - Distinção ao Prof. Feliciano Oleiro: Escola Básica Feliciano Oleiro

A Câmara Municipal de Almada incluiu na lista de professores homenageados com a atribuição do seu nome a uma escola o professor Feliciano Oleiro, membro fundador e dirigente da APCA. Dado o relevo do nosso associado aqui se transcreve o seu discurso:

“Digníssima Mesa, Minhas Senhoras, Meus Senhores, Meus Colegas – Meus Amigos”

Permitam-me que vos fale com o coração, ou melhor ainda, *com o coração nas mãos* como nos diz o insigne Professor-Poeta e Pensador Rómulo de Carvalho.

Tive dificuldades, tenho muita dificuldade em encontrar a palavra certa para ser dita no momento certo e no lugar igualmente certo.

Por mais voltas que dê ao pensamento, não consigo desarticular-me da Família dos Professores. Estou a referir-me ao ensino básico, mas com os olhos postos no então Ensino Primário, onde iniciei o meu caminho. Que quereis? Cada pessoa é, continuará a ser em grande parte, o produto da época e do meio em que viveu.

Por mais voltas que tente dar ao pensamento, repito, em busca de solução, acabo sempre no mesmo dilema, sem vislumbrar saída para esta situação embaraçosa que me envolve.

Sempre me considereei mais uma *formiguinha* a carrear o seu grãozinho solidário para alimentar o complexo mundo da educação.

204 É claro que ao engrossar o carreiro e, por vezes, caminhando em sentido contrário, sempre me escudei na atitude providencial de não me deixar cair ao rio, qual *formiguinha* da canção e até porque a canção era outra.

Não obstante esta realidade e tendo em atenção as condições, por vezes adversas, em que decorreu o meu percurso para atingir o grau de professor, rememoro a postura que assumi ao iniciar funções, dizendo para comigo nesse momento: *Depois de tanto esforço e muitas vezes contra o tempo só me resta exercer o meu múnus o melhor que puder e souber.*

E foi com este pensamento que me relacionei, em quarenta anos de profissão com os colegas, com os alunos, suas famílias e toda a comunidade.

Após esta breve divagação e continuando na mesma linha de pensamento, posso afirmar-vos que para quem vem da Escola dos anos cinquenta, com tão poucos recursos e assiste ao lançamento de Escolas do nível desta, que estamos a inaugurar, é como se saíssemos de um sonho que parecia não ter fim.

Neste momento, o que bole comigo é o facto do Executivo da Câmara Municipal de Almada ter deliberado ligar o meu nome a esta linda Escola e neste local, o que ainda mais me confunde. Confesso-vos que fiquei perplexo, sem rumo, para atinar no que dizer aqui perante vós.

De dedução em dedução acabei por concluir que o Executivo da Câmara, consciente dos valores da educação, dirigiu as atenções para o Ensino Básico e decidiu atribuir nomes de professores a Escolas onde exerceram funções, com total dedicação, ao longo de décadas, ou a outros que, igualmente, se empenharam nas causas do ensino.

Trata-se dum gesto de reconhecimento e de justiça que muito dignifica quem o promove.

Eis o corolário da minha análise em relação a um assunto que tanto me toca.

É ainda meu propósito dirigir-me à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, Maria Emília Neto de Sousa. Ontem como hoje, Vossa Excelência já nos habituou a vê-la ao lado de todos os munícipes que, de qualquer modo, contribuíram para o engrandecimento e prestígio de Almada, ou aos que se despedem da vida ativa.

Há precisamente dezanove anos quando, por limite de idade, me aposentei, tive a honra de ver a Senhora a meu lado. Hoje é do cimo dos anos que vos falo em jeito de admiração e estima, pelo que lhe peço, entenda as minhas palavras apenas pelo que significam.

Sempre privilegiei as pessoas pelo que representam para mim, sem olhar aos seus credos.

Muitas vezes, estive por perto da Senhora Presidente também sempre que o entendi.

Por tudo isso, não quero perder esta oportunidade única de sublinhar que a vossa inata liderança, permitam-me que o afirme, deixa marcas indeléveis tanto pela renovação do parque escolar, como através das muitas iniciativas de ordem cultural e cívica que, ano após ano, vêm sendo levadas a efeito, na perspectiva de que um povo sem cultura não terá futuro condigno.

Almada sempre atenta o reconhece, Almada o reconhecerá. É o meu vaticínio muito sincero consolidado ao longo de várias décadas.

À guisa de conclusão, é novamente com *o coração nas mãos*, e por conseguinte numa postura de reconhecimento e gratidão que, na qualidade de decano dos professores deste concelho, aceito tão honrosa distinção.

Vou terminar com uma expressão idiomática que, para além de ser do meu agrado, traduz fielmente, o meu estado de espírito neste momento: *Nem por faz ou por nefas* eu esperaria que tal me viesse a acontecer ao longo da vida.

Por último, peço aos Colegas, que se reveem nas minhas palavras, que se juntem a

mim numa atitude de agradecimento a toda a Câmara Municipal de Almada.

Feliciano Oleiro. *Profalmada*, n.º 19, 2009, p. 16-17

12- CaféCria

12.1 Vanguardas da Pintura do Séc. XX: breve incursão. No dia 21 de janeiro, Fonte: *Profalmada* n.º 17, 2009, p.14

12.2 Paulo Eufrásio: O impulso de S. Paulo nos primórdios do Cristianismo, nos meados do séc. I. 18 de março de 2009.

12.3 Dia 6 de maio. O tema escolhido, a “Alergia”, foi apresentado pela Dra. Maria do Carmo Nascimento. Fonte: *Profalmada*, n.º 18, 2009, p. 15

12.4 - O tema Depressão. Oradora: Dr.ª Luciana Couto. Fonte: *Profalmada*, n.º 20, 2009, p. 15

12.5 - Tema: Nutrição/Alimentação saudável”. Oradora .Dra. Carla Santos, nutricionista do hospital Garcia de Orta. Fonte: *Profalmada*, n.º 21, 2010, p. 15

12.6 -Interveniente convidado: o escritor Armindo Reis, dia 28 de abril. Fonte: *Profalmada*, n.º 22, 2010, p.12

13 - Abertura Solene

13.1 - ano letivo 2009/2010: Forum Municipal Romeu Correia, no dia 23 de outubro de 2009. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 20, 2009, p. 9-10

13.2 - ano letivo 2010/2011: dia 23 de outubro, no Fórum Municipal Romeu Correia. Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 24, 2010, p 5 e 16

14 - Encerramento do Ano Letivo 2009/2010

Fonte: *Correio da Usalma*, n.º 19, 2009, p. 12

Voluntariado Uma Palavra Um Alento

Voluntariado - “É o conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidas sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas, ...”

Art.º 2.º da Lei n.º 71/98, de 3 de novembro

Por outro lado, voluntário, segundo as Nações Unidas é “o jovem ou adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades organizadas, ou não, de bem-estar social, ou outros campos...”.

Ser portador de espírito de boa vontade, humildade e responsabilidade é fator essencial para ser voluntário. O grau de escolaridade e a idade não são determinantes.

Contudo, o trabalho voluntário exige um grande grau de profissionalismo, tanto ou mais do que aquele que é exigido em qualquer empresa e com regras a seguir.

A consciência de que o trabalho voluntário contribui para um mundo mais justo, faz com que as pessoas que a ele se dedicam sejam melhores, mais felizes e com uma maior autoestima.

A cada um de nós são intrínsecas apetências que podem ser postas ao serviço do bem social. O importante é descobri-las e canalizá-las para melhorar *realidades* da nossa sociedade.

A Associação de Professores do Concelho de Almada, APCA, consciente de que o trabalho voluntário, movido essencialmente pela solidariedade, mas com objetivos cada vez mais exigentes, é um valioso suporte social.

O Projeto de Voluntariado *Uma Palavra um Alento* surge desta responsabilidade, que é de todos e de cada um, em participar na construção de um mundo melhor, de uma sociedade mais justa, onde todos têm o direito a uma vida digna, a um envelhecimento com qualidade.

Trata-se de um Projeto de Animação no domicílio, que permite, às Instituições Parceiras, um melhor acompanhamento dos seus Idosos, em situação de dependência e/ou isolamento, que optam por se manter em suas casas. De facto, como é do conhecimento geral, embora sentindo o peso da solidão, são muitos os idosos que recusam a hipótese de receber apoio em instituições, pois as memórias e os laços afetivos fazem com que a sua casa tenha um significado único.

Como dever moral, a sociedade não pode ser indiferente a estas necessidades, devendo para isso proporcionar a esses idosos um conjunto de medidas que visem a melhoria da sua qualidade de vida. O seu acompanhamento social é imprescindível, pois o estabelecimento de relações afetivas contribui para o aumento da autoestima do idoso refletindo-se no desejo de viver.

Enquadramento

- Entidade Promotora a APCA
- Parceria no âmbito do Grupo Concelhio de Idosos de Almada, GCIA, .

Objetivos

- Promover a corresponsabilização e participação social dos cidadãos;
- Apoiar pessoas idosas no domicílio, minorando o seu isolamento.

População Alvo

Utentes dos serviços de apoio domiciliário das Instituições Parceiras.

Âmbito Geográfico

O Projeto desenvolve-se no Concelho de Almada.

Gestão, Acompanhamento e Avaliação

A gestão do Projeto cabe à Associação de Professores do Concelho de Almada, que é apoiada no planeamento, acompanhamento e avaliação por um grupo de trabalho, do qual fazem parte representantes da Câmara Municipal de Almada, do Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal / Serviço de Ação Social de Almada, da Santa Casa da Misericórdia de Almada, da Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta e do Centro Social Paroquial de Vale Figueira.

Atividades a Desenvolver

O Projeto não pretende substituir o Serviço de Apoio Domiciliário das Instituições, mas complementá-lo através da Animação ao Domicílio, com uma equipa de voluntários, assente numa perspetiva biopsicossocial e com competências de comunicação e de atitudes.

A Animação prevê:

- companhia, promovendo relações afetivas;
- conversa/escuta;
- leitura/interpretação de cartas e documentos;
- leitura de revistas, livros, jornais;
- escrita de uma carta, de uma *História de Vida*...
- realização de pequenas caminhadas/passeios – na área da residência, ao cabeleireiro, à igreja, a casa de vizinhos...
- dinamização de jogos;
- acompanhamento na comemoração de datas festivas, através das Instituições.

Esta equipa, tendo em conta o número de idosos que se encontra em situação de isolamento, no nosso concelho, **urge crescer** para que sejam, cada vez mais, aqueles que possam beneficiar da presença, do sorriso, da palavra, do beijo dos voluntários, que com a sua capacidade de amar, dispõem um pouco do seu tempo para melhorar a qualidade de vida daqueles *...que alguns insistem em chamar de terceira ou de quarta idade, que outros preferem apelidar de seniores, mas que poucos muito importantes para transmitir valores, contar experiências e reafirmar o direito de amar e ser amados.* Mons. Vítor Feytor Pinto, do Livro *Solidão*, Edição Associação Coração Amarelo, outubro 2006,

Ações Desenvolvidas

Assinatura do Protocolo de Parceria: no dia 30 de março, de 2010, no Museu da Cidade de Almada, teve lugar a cerimónia de assinatura do Protocolo de Parceria entre a Associação de Professores do Concelho de Almada e as seguintes Instituições:

- ISS, IP – Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal
- Município de Almada
- Agrupamento de Centros de Saúde de Almada
- Santa Casa da Misericórdia de Almada
- Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta
- Centro Social Paroquial de Vale Figueira
- ARPCA – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Almada
- URPICA – União dos Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Almada
- Centro Social Paroquial do Cristo Rei
- Centro Comunitário Paroquial de S. José
- Centro Social Paroquial de Cacilhas
- Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro

O Protocolo estabelece a colaboração entre os parceiros, no desenvolvimento e execução do Projeto.

Formação

Os Voluntários beneficiaram de formação inicial e contínua, desenvolvidas em vários módulos, cujos temas foram:

Formação I

- Instituições Particulares de Solidariedade Social, IPSS,
- Serviço de Apoio Domiciliário, SAD,
- Enquadramento jurídico do Voluntariado
- Funções éticas e deontologia
- Carta de Princípios de intervenção domiciliária
- Caracterização da população alvo
- Dependência / Deficiência
- Envelhecimento
- Saúde mental
- Primeiros socorros
- Relações interpessoais
- Animação ao domicílio
- Normas e procedimentos

Formação II

- Jogos, atividades práticas de animação,

Implementação do Projeto / Circuito

- Seleção das voluntárias, mediante entrevista com psicólogo;
- Sinalização dos utentes por parte das Instituições Parceiras;
- Receção do pedido pela APCA e seleção do voluntário de acordo com perfil do utente;
- Marcação de visita ao utente;
- Assinatura do termo de aceitação;
- Início do serviço;
- Monitorização, acompanhamento e avaliação do voluntário feita, mensalmente pela APCA e trimestralmente com as Instituições;
- Avaliação anual apresentada em reunião plenária do GCIA.

Avaliação Anual

A avaliação anual, ocorreu no dia 11 de fevereiro de 2010, no Museu da Cidade, com a participação das Instituições Parceiras e das voluntárias.

Foi feita de modo aberto e espontâneo, tendo em atenção os seguintes aspetos:

- número de voluntárias;
- número de Instituições beneficiadas;
- número de utentes;
- tempo disponibilizado para o atendimento;
- grau de satisfação dos intervenientes no processo;

- subsídios;
- seguro;
- constrangimentos;
- propostas futuras.

Em resposta, temos 15 voluntárias, que desenvolvem o seu voluntariado em 5 Instituições e atendem 17 utentes.

O tempo indicado para o atendimento é de cerca de 90 minutos, uma vez por semana, mas todas as voluntárias confessaram que ultrapassam esse tempo.

Foi muito gratificante ouvir testemunhos reveladores de satisfação, por parte dos utentes, como:

“Obrigada pela sua companhia. Há quanto tempo eu não vinha à rua!”

“Não vá já embora, a sua companhia faz-me tão bem!”

“Agora sinto-me menos só!”

Há pessoas que não saíam de casa há imenso tempo e, presentemente, como têm quem as acompanhe, até vão tomar o seu cafezinho.

Outras, sentem-se imensamente felizes por estarem a registar a sua *História de Vida*, com tanto para recordar e contar!

Todos os intervenientes declararam grande satisfação com o trabalho desenvolvido até à presente data.

Na realidade, segundo o que foi relatado, o Projeto *Uma Palavra Um Alento* tem contribuído para uma melhoria da qualidade de vida destas pessoas.

Quanto a subsídios, recebemos da Câmara Municipal de Almada o montante de dois mil e quinhentos euros, que foi aplicado na aquisição de material facilitador das práticas de animação, gravadores portáteis, rádio-gravadores, máquina fotográfica, jogos, etc.,

Todas as voluntárias beneficiam de um Seguro de Acidentes Pessoais.

No que respeita a constrangimentos, lamentamos a dificuldade em conseguir um psicólogo para entrevistar algumas voluntárias que aguardam, há algum tempo, para poderem ser admitidas.

Propostas futuras

- Tentar encontrar, junto dos sócios da APCA, um psicólogo que se mostre disponível para realizar as entrevistas aos pretendentes a voluntários;
- Saber por que razão há parceiros que ainda não inscreveram os seus utentes para beneficiarem do Projeto;
- Providenciar, no sentido de organizar nova Formação;
- Motivar mais voluntários, pois existem utentes em lista de espera.

No Ano Europeu do Voluntariado, sejamos mais solidários!

Projectos de Equipamentos

Os sócios que acompanham mais de perto a vida da Associação, sobretudo aqueles que, quer apoiando directamente os eventos culturais cuja receita se destina a este programa, quer os que inscrevem o seu nome no *Livro de Ouro* das ofertas generosas, não-de perguntar, com toda a legitimidade, em que ponto se encontram estes projectos.

Todos os anos em Março, cumprindo os estatutos, no *Relatório de Actividades e Contas* apresentado à Assembleia Geral, temos informado os presentes sobre a evolução de cada um dos três projectos de equipamentos.

Devemos, porém, reconhecer que, sem que este facto diminua a nossa vontade de levar a bom termo a sua execução, também fomos atingidos pela actual crise financeira.

Naquilo que está nas mãos da Direcção nada mudou no entusiasmo e vontade de dotar a Associação e a Usalma de equipamentos/espacos que alarguem e optimizem os seus objectivos de ordem social, cultural e solidária. Os três grupos de trabalho nomeados continuam empenhados e atentos às possibilidades de avançar. Foi mesmo constituído um quarto, o grupo de Marketing Social, cuja dedicação e resultados é justo reconhecer.

Mas, para termos uma ideia da distância entre custos da execução dos projectos e as nossas receitas de oito anos de angariação de fundos, deixamos os valores aproximados:

- Receitas totais: cerca de €250 000
- Custos aproximados - Casa do Professor: cerca de € 650 000
- Lar/Residência: entre € 2 e 3 000 000

A disparidade dos números não é de molde a diminuir o propósito da Direcção, tendo em consideração que se trata de objectivos inscritos nos estatutos.

É também de justiça reconhecer o apoio da Câmara Municipal que, desde o início, nos incentivou com manifestações de apreço pela obra da APCA (caso da atribuição da *Medalha de Ouro*) e incentivos na atribuição de espacos (Chalé Ribeiro Teles e terreno na Sobreda) e de apoio financeiro (pagamento do projecto para a Casa do Professor).

Outras promessas são agora mais difíceis de cumprir como bem compreendemos e sentimos na crise em que mergulhámos.

Mas as crises são também tempo de desafios e oportunidades. O desafio é aceite pela Direcção que quer envolver todos os sócios para que chegue a nossa oportunidade.

Em concreto é esta situação:

Casa do Professor

No gabinete da Direcção estão a aguardar o concurso de restauro, os vários projectos de execução que o gabinete de arquitectura Chuva Gomes realizou e a Câmara pagou, acompanhados das várias licenças de obras que a Associação custeou.

É pena que o belo edifício do jardim da Cova da Piedade, apesar dos cuidados do gabinete do património da Câmara, continue a degradar-se, tornando mais difícil e mais cara a reabilitação.

Lar-Residência do Professor

É o grande desafio da Associação, ciente da sua importância para os sócios, a Direcção vem dando passos cautelosos face à dimensão financeira e à complexidade do empreendimento.

A Câmara Municipal contemplou a Associação com um terreno amplo e bem situado, quer pela proximidade do centro da cidade, quer pela envolvente urbano-rural, próximo do Solar dos Zagallos.

Assinada a escritura, foi enviado aos sócios um inquérito que pedia sugestões, inquiria do interesse do projecto e da vontade de vir a habitá-lo.

Consulta por Questionário: *Lar-Residência do Professor*

A consulta, que decorreu entre Janeiro e Abril de 2010, teve por objectivo recolher ideias-sugestões sobre a concepção-modelo da Residência, cujo projecto está em curso.

A Direcção reconhece a participação dos associados e a colaboração voluntária do Eng.º Nuno Fernandes Coelho no respeitante ao tratamento informático dos dados.

Do resultado da consulta, divulgamos a seguinte informação em **valores absolutos** sob a forma de quadros-resumo:

Género		Situação Profissional	
Feminino	123	Aposentados	134
Masculino	24	Activos	13

Questões colocadas aos participantes

Q1 - Pensa candidatar-se à Residência ?

Q2 - Em caso de necessidade, acompanhada(o) pelo seu cônjuge ?

Q3 - Se só, em quarto individual ?

Q4 - Se só ou com o seu cônjuge, em quarto mobilado/decorado com os seus pertences ?

Q5.1 - Cuidados de saúde e manutenção física ?

Q5.2 - Actividades de criação e animação ?

Q5.3 Serviços de cuidado da imagem ?

Q5.4 - A residência deverá organizar serviços de apoio domiciliário para os não residentes ?

Q5.5 - A residência deverá proporcionar serviços de cuidados continuados ?

Q5.6 - A residência deverá promover actividades facilitadoras da relação de residente com a comunidade familiar, amigos e vizinhança ?

Q5.7 - Assegurar serviços de apoio jurídico ?

Q6 - Poderão ter acesso à condição de residente, ascendentes e/ou descendentes que vivam em coabituação com o(s) sócio(s), em situação de dependência ?

Q7 - Considera que a residência poderá acolher educadores-professores em situação transitória de colocados no Concelho de Almada, havendo vagas ?

Questão/Resposta	Talvez	Sim	Não	Não Responde
Q.1	66	79	2	0
Q.2	0	100	35	12
Q.3	0	100	15	32
Q.4	0	101	34	12
Q.5.1	0	144	0	3
Q.5.2	0	135	6	6
Q.5.3	0	127	10	10
Q.5.4	0	143	0	4
Q.5.5	0	140	2	5
Q.5.6	0	140	0	7
Q.5.7	0	124	7	16
Q.6	0	109	14	24
Q.7	0	124	14	9

Procedeu-se depois à elaboração de um caderno de encargos destinado ao concurso dos projectos de execução. Este concurso teve de ser revisto face a um novo estudo com técnicos desta área, nomeadamente do grupo Montepio-Residência, com o qual se estabeleceu uma parceria de estudo e aconselhamento.

Sede da Usalma

O concurso ao abrigo do programa QREN para a reabilitação dos centros históricos, a que a Associação concorreu por convite da Câmara, está na última fase, a do restauro do edifício da antiga Cooperativa Almadense. A Direcção apresentou um programa de adaptação das antigas instalações da Cooperativa às novas funções do ensino universitário sénior, entregue na Direcção de Educação e Juventude e elaborado como projecto de execução, pelos arquitectos do gabinete técnico da Câmara.

Aguarda-se para breve o início das obras de restauro e adaptação.

N.B. - É oportuno lembrar que a actual Direcção está a terminar o seu mandato, pelo que transmitirá, à próxima Direcção eleita, toda a informação de que dispõe em arquivo e de forma oral, para que os projectos prossigam até à sua concretização.

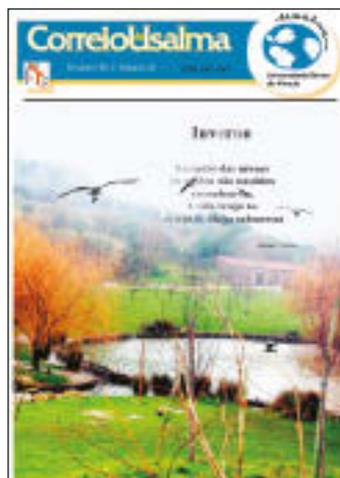
Projecto Editorial e Publicações

Pelos Estatutos da Associação de Professores do Concelho de Almada (APCA), criada em 2003, consagra-se a dimensão editorial como estruturante do projecto associativo. Neste sentido, é definido o estatuto editorial dos Boletins *Profalmada* e *Correio da Usalma* (cf. Rev. *Memórias e Futuro* 1, Outubro de 2009, p. 316-317). Tal desígnio tem vindo a ser regularmente cumprido com a edição de cinco a três boletins por ano, desde 2005.

O tempo actual, designado de *sociedade do conhecimento e da informação*, não poderia deixar de ser um imperativo para uma Associação de educadores e professores, que ousou fundar a Universidade Sénior de Almada (Usalma). Trata-se de divulgar o conhecimento teórico, de partilhar experiências e boas práticas, de promover a leitura e de aprofundar os laços e a interacção comunitária, segundo uma cultura de aprendizagem ao longo de toda a vida: aprendizagem cognitiva, cultural e cívica (cf. Unesco, *Relatório sobre Educação para o Século XXI*, 1996).

A actividade editorial da APCA, em expansão, tem vindo a traduzir-se em:

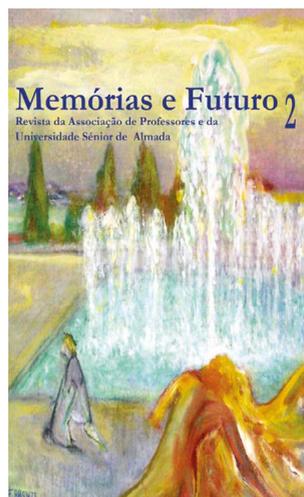
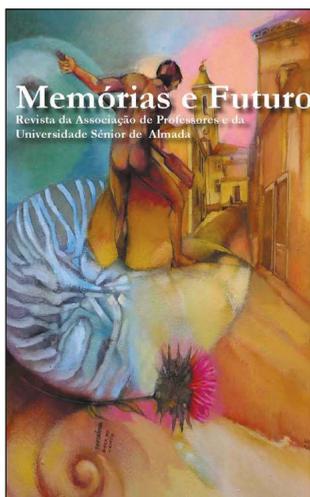
Boletins



214

Separatas

Revista



Brochuras



Livros





Parte V: A APCA - Usalma na Imprensa

F BRONZE 01

Educação e Juventude

Abre a 16 de Fevereiro Universidade Sénior em Almada



U.S. Casilhas Top e uma das três escolas que existe a Universidade Sénior

N o passado dia 16 de Fevereiro (16h30) teve lugar o encontro a Universidade Sénior de Almada. Uma nova instituição dedicada à educação dos associados e emigrantes interessados em continuar a aprender, independentemente da idade.

de 23 horas, em salas dotadas, por tribo especial, a Escola Secundária Casilhas Top, a Escola Secundária Brindis Ribeiro e a Escola Secundária Almeida de Almeida, com as quais vão ser desenvolvidos os primeiros cursos. Assim se concretiza a vontade da Associação e surge o seu

1

REPORTER IN

Idosos voltam às aulas

Universidade Sénior inicia novo ano com 70 cursos

Um novo período de aulas começa a 16 de Fevereiro e esta instituição de ensino superior volta a receber alunos de todas as idades. Segundo o presidente da Associação de Professores de Ensino Superior, António Almeida, a Universidade Sénior de Almada vai oferecer aos seus associados e emigrantes interessados em continuar a aprender, independentemente da idade, uma oferta diversificada de cursos.



Um novo período de aulas começa a 16 de Fevereiro e esta instituição de ensino superior volta a receber alunos de todas as idades. Segundo o presidente da Associação de Professores de Ensino Superior, António Almeida, a Universidade Sénior de Almada vai oferecer aos seus associados e emigrantes interessados em continuar a aprender, independentemente da idade, uma oferta diversificada de cursos.

2

Nunca é tarde para aprender

Universidade Sénior inicia novo ano lectivo

A Universidade Sénior de Almada arranca este mês com o seu programa. No ano passado participaram mais de 600 alunos



A USALMA - Universidade Sénior de Almada inicia em outubro um novo período de aulas. Esta instituição de ensino superior volta a receber alunos de todas as idades. Segundo o presidente da Associação de Professores de Ensino Superior, António Almeida, a Universidade Sénior de Almada vai oferecer aos seus associados e emigrantes interessados em continuar a aprender, independentemente da idade, uma oferta diversificada de cursos.



Sala de aula da USALMA



Exposição de trabalhos realizados pelos alunos da USALMA

4

Educação e Juventude

Câmara cede Chafiz Ribeiro Teles para futura Casa do Professor Docentes do concelho vão ter nova sede

A presidente da Câmara Municipal de Almada, Helena Almeida, anunciou hoje a sua intenção de ceder o Chafiz Ribeiro Teles, na Casa da Princesa, à Associação de Professores de Ensino Superior de Almada. Esta construção que a Câmara presta em doação ao concelho que poderá agora realizar um melhor estudo a respeito da Casa do Professor



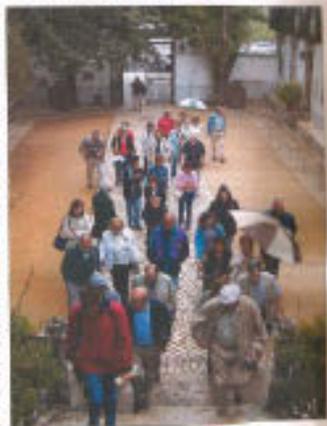
Helena Almeida, presidente da Câmara Municipal de Almada

3

UNIVERSIDADE SÉNIOR DE ALMADA

Visita Cultural ao Concelho

Realizada a convite do 1.º de Junho, uma visita cultural ao concelho de Almada, organizada pela Universidade Sénior de Almada (USALMA), foi realizada no dia 16 de Junho. A visita foi realizada em duas partes, uma pela manhã e outra pela tarde. No total, participaram cerca de 100 alunos da USALMA, acompanhados por familiares e amigos. A visita foi guiada por um grupo de voluntários da USALMA, que foram recebidos em Almada por um grupo de voluntários da Câmara Municipal de Almada. A visita foi muito interessante e os alunos aproveitaram para conhecer melhor o concelho de Almada e a sua história. A visita terminou com um almoço em Almada e um agradecimento aos voluntários da Câmara Municipal de Almada.



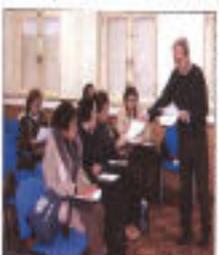
5

REPORTER IN

Universidade para seniores

À espera de novas instalações, USALMA vê crescer lista de espera

Em 16 de Fevereiro a Universidade Sénior de Almada (USALMA) inicia o seu novo período de aulas. Esta instituição de ensino superior volta a receber alunos de todas as idades. Segundo o presidente da Associação de Professores de Ensino Superior, António Almeida, a Universidade Sénior de Almada vai oferecer aos seus associados e emigrantes interessados em continuar a aprender, independentemente da idade, uma oferta diversificada de cursos.



Um dos professores da USALMA a explicar uma aula

Um novo período de aulas começa a 16 de Fevereiro e esta instituição de ensino superior volta a receber alunos de todas as idades. Segundo o presidente da Associação de Professores de Ensino Superior, António Almeida, a Universidade Sénior de Almada vai oferecer aos seus associados e emigrantes interessados em continuar a aprender, independentemente da idade, uma oferta diversificada de cursos.

6

219

11 a 17 MAIO 2010

Professores apresentam projectos sociais

Associação pede apoios para abrir a Casa do Professor, um lar e a sede da Universidade Sénior



Para desenvolver actividades de índole cultural e implementar o seu projecto social, APCA precisa das instalações

18 a 25 OUTUBRO 2010

Alameda 5

Universidade Sénior perto dos mil alunos

Instituição cria pólo na EB 2,3 da Costa da Caparica e nova sede será realidade em 2011

A Universidade Sénior de Alameda USALMA começou as aulas esta semana e, mais uma vez, registra os melhores resultados do seu percurso. Actualmente tem cerca de 900 alunos, enquanto as aulas foram inauguradas há 18 dias. Um crescimento bastante notável, quando se considera que a instituição nasceu há pouco mais de 10 anos. "Cada vez se registam mais alunos queridos para o adquirir os nossos conhecimentos", afirma José Maria Martins, presidente e presidente da Direcção de Professores do Conselho de Alameda (APCA), entidade responsável pe-

la Universidade Sénior do concelho. Em crescimento em termos de alunos, a USALMA também tem vindo a desenvolver-se em termos de actividades de disciplina, foi assim criada um pólo de Universidade na Escola EB 2,3 da Costa da Caparica. Com seis semanas de funcionamento, este pólo tem vindo a desenvolver-se com o apoio da Direcção de Professores da Direcção de Alameda, que "a presidente da Junta de Regeneração local, em representação", afirma José Maria Martins, que pretende ser o futuro pólo de apoio para os próximos anos, na USALMA a funcionar na localidade.

Com o intuito de desenvolver actividades de índole cultural e social, a instituição pede das instalações que possam ser utilizadas para este fim. "Por vezes a falta de instalações específicas para este tipo de actividades é um problema", afirma José Maria Martins, presidente da Direcção de Professores da Direcção de Alameda, que "a presidente da Junta de Regeneração local, em representação", afirma José Maria Martins, que pretende ser o futuro pólo de apoio para os próximos anos, na USALMA a funcionar na localidade.



A Universidade Sénior de Alameda criou um pólo de ensino na Escola EB 2,3 da Costa da Caparica

Arranque do ano lectivo

Arbitragem das instalações da

que deverá ser inaugurada no próximo ano, a Associação de Professores da Direcção de Alameda tem sido a cabeçateira da comissão de trabalho para a promoção e melhoria do ensino de Alameda, através da criação de um espaço que permita a realização de actividades de ensino, em especial, no âmbito da cultura e do

que deverá ser inaugurada no próximo ano, a Associação de Professores da Direcção de Alameda tem sido a cabeçateira da comissão de trabalho para a promoção e melhoria do ensino de Alameda, através da criação de um espaço que permita a realização de actividades de ensino, em especial, no âmbito da cultura e do

7

8

220



A Associação de Professores de Almada e a Universidade Sénior de Almada lançam revista

Associação de Professores do Concelho de Almada e da Universidade Sénior de Almada
Ernesto Fernandes e Edite Prada
Coordenadores da "Memórias e Futuro"



9

A Associação de Professores de Almada (APCA) e a Universidade Sénior de Almada (USALMA) lançaram, no dia 6 de Novembro passado, na Sala Pablo Neruda do Fórum Romeu Correia, o número um da sua Revista.

A sessão de lançamento do número um da Revista Memórias e Futuro foi presidida pelo Vereador da Cultura, Eng.º António Matos, em representação da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Almada.

Este número primeiro da Revista devolve à Cidade, em mais de trzentas páginas, o projecto associativo da APCA - Associação de Professores do Concelho de Almada, particularmente reconhecido pela Usalma - Universidade Sénior de Almada. Por distinção, a Câmara Municipal de Almada, em 2007, atribui a Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção à Associação de Professores do Concelho de Almada.

À coordenação da Revista pertenceu o trabalho miudinho de pesquisa da informação e de construção de uma revista-livro que pretende ser uma leitura do trajecto cívico-cultural da APCA. Uma história que enaltece a cultura associativa nomeadamente para as pessoas em idade avançada, sejam ou não sócios da APCA. Traço singular do nosso projecto é a cultura de voluntariado dos professores da Usalma.

No sentido de valorizar a autoria dos escritos (educadores, professores, estudantes, investigadores), em cultura de todos diferentes, todos melhores, a produção do Índice Analítico da Revista, revela-se oportuno para o leitor, segundo as seguintes categorias:

I Parte: Ensaios e Outros Escritos

II Parte: Memórias em Campo de (Auto) Formação

III Parte: Itinerários de Cultura e Lazer

IV Parte: Eventos

V Parte: Projectos - Equipamentos

VI Parte: Reconhecimentos Pessoais e Institucionais

A Revista Memórias e Futuro, depois deste número primeiro, e especial, será editada anualmente para celebrar o protagonismo da sociedade civil através da formação académica e da aprendizagem ao longo da vida, das actividades/projectos de lazer e cultura e do voluntariado social (parceiro do GCI - Grupo Concelhio

de Almada, Maria Emília Neto de Sousa, reitera o seu reconhecimento pela actividade da Associação de Professores: (...) deixou aqui, uma vez mais, o agradecimento de Almada e dos Almadenses pela coragem com que aceitaram o desafio da Autarquia para, em parceria e colaboração activa, pomos de pé este belo projecto de promoção, divulgação e elevação da cultura, do saber e do conhecimento. É justo reconhecer que a Revista foi viabilizada com o apoio da Câmara Municipal de Almada.

A coordenação da Revista - Ernesto Fernandes, Edite Prada e Joaquim Ribeiro no design e paginação - reconhece o valor da capa graças à pintura de Louro Artur e deseja animar todos pelo sonho ou utopia, segundo a poesia de José Gomes Ferreira.

*Pois os homens sabem
e cantam e cantam
com a morte e suor
O nosso mundo é este ...
(Mas há-de ser outro)*



Se desejar comprar a Revista, ao preço de 10,00 euros,

Fonte das Notícias

- 1 Boletim Municipal, CMA, 2005.
- 2 JR Almada, 18-24 Setembro 2007, p.4.
- 3 Boletim Municipal, CMA, 2007.
- 4 Boletim Municipal, CMA, 2008.
- 5 Notícias de Setúbal, 22 de Junho 2007, p.4.
- 6 JR Almada, 14-20 Outubro 2008, p.4.
- 7 JR Almada, 11-17 Maio 2010, p.7.
- 8 JR Almada, 19-25 Outubro 2010, p.5.
- 9 Escola em Festa, Jornal da Comunidade Educativa do Concelho de Almada, n.º 31, Outubro 2009/Janeiro 2010, p.16.





Parte VI: Parcerias e Protocolos

#BRONZE_01

Parcerias e Protocolos

Tal como nos anos anteriores, as nossas actividades contam com a colaboração de entidades autárquicas, associativas e particulares que passamos a mencionar:

- Câmara Municipal de Almada: Presidência, Pelouro da Cultura e Educação, Gabinetes Técnicos
- Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal
- Centro Regional de Segurança Social de Almada
- Santa Casa da Misericórdia de Almada - Lares
- Juntas de Freguesia com destaque para: Almada, Pragal, Cova da Piedade, Cacilhas, Laranjeiro, Monte de Caparica, Costa da Caparica e Sobreda
- Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL (Monte de Caparica)
- Escolas Secundárias: Anselmo de Andrade, Emídio Navarro, Cacilhas-Tejo, D. António da Costa, Monte de Caparica, António Gedeão, Ruy Luís Gomes, Romeu Correia e Fernão Mendes Pinto
- Externato Frei Luís de Sousa
- Imargem
- Teatro Municipal de Almada
- Academia Almadense
- Hospital Garcia de Orta
- Arquivo Municipal
- Seminário de S. Paulo

Anexos

Estatutos

Associação de Professores do Concelho de Almada

Capítulo I

Denominação, sede, natureza, duração e objectivos

Artigo 1.º - Caracterização

1- É constituída uma associação sem fins lucrativos, com a denominação de Associação dos Professores do Concelho de Almada, abreviadamente designada por Associação, com sede provisória na Rua Conde Ferreira (Antiga Delegação Escolar), 2800-077 Almada, exercendo a sua actividade independentemente de qualquer política ou credo religioso.

2- A Associação é constituída por tempo indeterminado.

Art.º 2.º - Fins e Objectivos

1- A Associação tem como finalidades prosseguir, manter e alargar um conjunto de actividades e objectivos sociais, educativos e culturais dirigidos essencialmente ao grupo profissional dos professores do Concelho de Almada.

2 - Constituem assim, objectivos da Associação, os seguintes:

a) Providenciar a criação de respostas sociais destinadas, entre outras, aos professores idosos, criando condições que promovam a sua autonomia e melhorem a resposta ao envelhecimento e às situações de isolamento e dependência.

b) Promover outras acções de natureza social, educativa e cultural.

3 - Para a realização dos seus objectivos, a Associação promoverá as seguintes actividades:

a) Criação de um Lar de Idosos para professores, como forma de colmatar a inexistência deste tipo de equipamento, a nível do concelho;

b) Promoção de acções de voluntariado para apoio aos cidadãos na velhice e invalidez e em situações de falta ou diminuição de meios de subsistência, de capacidade para o trabalho ou isolamento;

c) Apoio à integração social e comunitária através da criação de uma Universidade Sénior, em regime de voluntariado;

d) Realização de colóquios, palestras, debates e outras iniciativas de carácter sócio - cultural;

e) Promoção de acções de índole social, nomeadamente, estabelecimento de acordos e contratos, angariação de meios de acção, fundos e outros apoios, junto de entidades públicas e privadas para os fins anteriormente mencionados;

f) Estabelecimento de intercâmbios com organizações congéneres.

4 - Em obediência ao disposto no n.º 3 do artigo 10.º do EIPSS, são considerados objectivos principais os de âmbito da acção social.

Capítulo II – Associados e seus direitos e deveres

Artigo 3.º – Da qualidade de sócio

Podem ser associados:

- a) Os professores de todos os ramos e graus de ensino, que exercem, exerceram ou residem no concelho de Almada;
- b) Os cônjuges dos professores associados;
- c) Associações de professores ou outras entidades ligadas à educação e ensino, de âmbito nacional, regional e local;
- d) Pessoas singulares ou colectivas distinguidas por serviços relevantes prestados à Associação.

Artigo 4.º – Categorias de sócios

Os sócios da Associação dos Professores do Concelho de Almada distribuem-se por três categorias: Ordinários, Extraordinários e Honorários.

- a) São sócios ordinários os membros que constam da alínea a) do artigo 3.º;
- b) São sócios extraordinários os membros indicados nas alíneas b) e c) do artigo 3.º;
- c) São sócios honorários os membros referidos na alínea d) artigo 3.º.

Artigo 5.º – Direitos dos associados

1. São direitos dos sócios ordinários:

- a) Participar nas Assembleias Gerais, tendo direito a voto nas decisões que nelas forem postas a votação;
- b) Eleger ou ser eleito para os órgãos sociais da Associação;
- c) Utilizar os serviços da Associação dentro das condições que vierem a ser estabelecidas;
- d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito e com a antecedência de 30 dias;
- e) Propor, por escrito, à Direcção, iniciativas que visem melhorar a actividade da Associação;
- f) Assistir e participar nas actividades da Associação.

2. São direitos dos sócios extraordinários os que constam das alíneas c), e) e f) do número anterior.

3. São direitos dos sócios honorários os que constam das alíneas e) e f) do número um deste artigo.

Artigo 6.º – Deveres dos associados

1. São deveres dos sócios ordinários:

- a) Desempenhar com zelo e diligência os cargos para que foram eleitos;
- b) Cumprir as determinações dos órgãos da Associação em conformidade com a

Lei, com estes Estatutos e com as normas que vierem a ser estabelecidas através de regulamentos internos;

c) Concorrer para o bom nome e prestígio da Associação, contribuir para que esta atinja os seus fins e participar, na medida do possível, na vida associativa;

d) Contribuir para a manutenção da Associação, mediante o pagamento de uma quota, cujo valor e periodicidade será fixado em Assembleia Geral, sob proposta da Direcção;

e) Informar a Direcção, por escrito, sempre que ocorram alterações aos dados inscritos na sua proposta de admissão.

2. São deveres dos sócios extraordinários os que constam das alíneas b), c), d) e e) do número um.

3. São deveres dos sócios honorários os que constam das alíneas b) e c) do número um.

Artigo 7.º - Perda da qualidade de sócio

1. Perde a qualidade de associado quem:

a) Voluntariamente peça por escrito à Associação que cesse essa qualidade, cabendo à Direcção deferir o pedido apresentado no prazo de 30 dias;

b) Mediante deliberação da Direcção, ratificada em Assembleia Geral, falte ao cumprimento dos seus deveres de associado, nomeadamente, pelo não pagamento das quotas de acordo com o estipulado, ou lese, por qualquer meio, os interesses e bens da Associação.

2. O associado que, por qualquer forma, deixar de pertencer à Associação, não tem o direito de pedir a devolução das quotizações que haja pago e perde o direito ao património social, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da Associação.

Capítulo III - Secção I - Órgãos Sociais e seu funcionamento

Artigo 8.º - Elenco

São órgãos da Associação:

a) Assembleia Geral;

b) Direcção;

c) Conselho Fiscal.

Artigo 9.º - Mandato

1. A duração do mandato de qualquer membro dos órgãos sociais é de três anos, sendo permitida a sua reeleição até um máximo de dois mandatos consecutivos, salvo se a Assembleia Geral reconhecer expressamente que é impossível ou inconveniente proceder à sua substituição;

2. Nenhum associado poderá ser eleito para exercer funções em mais de um cargo

durante o mesmo mandato.

3. Os associados que forem eleitos exercerão as suas funções até serem substituídos.

4. Podem ser realizadas eleições intercalares quando, no decurso de um mandato, ocorrerem vagas que excedam metade do número de membros de um órgão da Associação.

5. O exercício de qualquer cargo nos órgãos associativos não é remunerado. Poderá, no entanto, ser remunerado, se o cargo for exercido em regime de exclusividade, competindo à Assembleia Geral, sob proposta da Direcção, decidir e fixar a remuneração.

6. Serão, no entanto, reembolsadas as despesas efectuadas no exercício dos cargos dos órgãos da Associação e em nome desta, desde que justificadas e devidamente documentadas.

Secção II - Assembleia Geral

Artigo 10.º - Constituição

1. A Assembleia Geral da Associação é o seu órgão máximo e soberano, sendo constituída por todos os sócios ordinários em pleno gozo de direitos até à data da sua realização e dirigida por uma Mesa com a seguinte composição:

- a) Um presidente;
- b) Um 1.º secretário;
- c) Um 2.º secretário.

Artigo 11.º - Competências

Compete à Assembleia Geral:

- a) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respectiva mesa e a totalidade ou a maioria dos membros dos órgãos executivo e de fiscalização;
- b) Definir as linhas fundamentais de actuação da Associação;
- c) Autorizar a Associação a demandar os titulares dos órgãos associativos por factos praticados no exercício das suas funções;
- d) Apreciar e votar os planos de actividade e orçamentos anuais, os relatórios e contas da Direcção e os pareceres do Conselho Fiscal;
- e) Deliberar sobre as actividades da Associação;
- f) Apreciar e votar a aquisição, oneração ou alienação de bens ou a realização de empréstimos;
- g) Pronunciar-se sobre actos da Direcção não previstos nos presentes Estatutos e que constituam ónus ou encargos para a Associação;
- h) Deliberar sobre a alteração de Estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da Associação;
- i) Deliberar sobre a atribuição da qualidade de sócio honorário;

- j) Deliberar sobre a remuneração dos cargos dos órgãos associativos;
- k) Deliberar sobre o montante e periodicidade das quotas a pagar pelos associados;
- l) Funcionar como instância de recurso dos diferendos entre os órgãos da associação ou entre estes e os associados;
- m) Aprovar a adesão a Uniões, Federações ou Confederações
- n) Pronunciar-se sobre todos os demais assuntos que lhe sejam submetidos;
- o) Desempenhar as demais atribuições que lhe sejam conferidas pela lei, estatutos e regulamentos internos.

Artigo 12.º Reuniões

1. As reuniões da Assembleia Geral são ordinárias e extraordinárias.
2. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente:
 - a) Até trinta e um de Março de cada ano, para apreciação e votação do relatório e contas da gerência do ano anterior e respectivo parecer do Conselho Fiscal;
 - b) Até quinze de Novembro, para apreciação e votação do orçamento e plano de actividades para o ano seguinte;
 - c) Até quinze de Novembro do último ano de cada mandato, para eleição dos corpos sociais.
3. A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente e sempre que necessário:
 - a) Por iniciativa da Mesa;
 - b) Por iniciativa da Direcção, ou do Conselho Fiscal;
 - c) A requerimento de um grupo de associados correspondente, pelo menos, a um quinto dos que estiverem no gozo pleno dos seus direitos e com um mínimo de seis meses de filiação. Todos os associados que subscreverem a convocatória terão de estar presentes no momento da abertura da reunião e no momento da votação da questão, ou questões, que fundamentaram o pedido.

Artigo 13.º - Convocatória e funcionamento

1. As reuniões realizar-se-ão mediante convocatória afixada na sede da Associação e por meio de aviso postal expedido para cada um dos associados, com a antecedência mínima de quinze dias, devendo mencionar:
 - a) O dia e hora da reunião;
 - b) O local;
 - c) A ordem de trabalhos.
2. As reuniões funcionarão em primeira convocatória à hora marcada desde que esteja presente mais de metade dos associados com direito a voto ou, em segunda convocatória, uma hora depois da hora marcada e com qualquer número de associados, devendo o aviso de convocatória mencionar estas mesmas regras.

Artigo 14.º - Funções do Presidente da Assembleia

São atribuições do Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- a) Convocar as reuniões de Assembleia Geral e a elas presidir;
- b) Dirigir os trabalhos e zelar pela execução das deliberações tomadas;
- c) Dar posse aos corpos gerentes logo após a eleição.

Artigo 15.º - Deliberação)

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos associados presentes, salvo nos casos previstos nas alíneas seguintes:

- a) As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem o voto favorável de, pelo menos, três quartos do número dos associados presentes;
- b) As deliberações sobre a dissolução ou prorrogação da Associação e destino a dar aos respectivos bens requerem o voto favorável de, pelo menos, três quartos do número de todos os associados, em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito.

Secção III - Direcção

Artigo 16.º - Constituição

A Direcção é constituída por:

- a) Um presidente;
- b) Um vice-presidente;
- c) Um tesoureiro;
- d) Dois secretários;
- e) Dois vogais efectivos e dois suplentes.

Artigo 17.º - Competência

Compete à Direcção administrar a Associação e orientar a sua actividade, fazendo executar as deliberações da Assembleia Geral e assumindo as obrigações que nestes Estatutos lhe são expressamente cometidas, nomeadamente:

- a) Gerir os bens da Associação;
- b) Elaborar e submeter à Assembleia Geral e Conselho Fiscal o relatório e as contas anuais, os planos de actividades e orçamentos;
- c) Representar a Associação, em juízo ou fora dele, sendo a Associação obrigada pela assinatura de, pelo menos, dois membros efectivos da Direcção, sendo uma das assinaturas a do presidente ou, na sua falta, a do vice-presidente;
- d) Aprovar ou rejeitar as propostas para admissão de sócios ordinários e extraordinários

e deliberar sobre os pedidos de exoneração apresentados pelos associados;

e) Aplicar sanções ou restringir direitos a associados pelo não cumprimento do que está consignado nestes Estatutos ou regulamentos internos;

f) Deliberar sobre a proposta de acções judiciais, confessar, transigir, ou desistir das mesmas;

g) Adquirir, alienar, ou onerar bens e contrair empréstimos, desde que previamente autorizada em Assembleia Geral ;

h) Elaborar e submeter à Assembleia Geral, com base no disposto nestes Estatutos, o regulamento interno ou regulamentos internos que julgue necessários e respectivas alterações, tendo em vista uma meritória gestão ;

i) Facultar ao Conselho Fiscal toda a documentação e informação solicitadas;

j) Pronunciar-se sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos;

k) Praticar todos os demais actos conducentes à realização dos fins da Associação e tomar deliberações que não sejam da competência exclusiva dos demais órgãos sociais;

l) Garantir a efectivação dos direitos dos beneficiários;

m) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da lei;

n) Organizar o quadro de pessoal e contratar e gerir o pessoal da instituição.

Artigo 18.º - Funcionamento

1. A Direcção reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que o seu presidente, ou quem o substitua, a maioria dos seus membros, o presidente da Mesa da Assembleia Geral ou o presidente do Conselho Fiscal o solicitem.

2. Na primeira reunião, os membros da Direcção distribuirão, entre si, os respectivos pelouros.

3. A Direcção deliberará com a presença da maioria absoluta dos seus membros e as deliberações serão tomadas pelas seguintes maiorias:

a) Dois terços dos membros da Direcção nos casos do exercício das competências previstas nas alíneas d) e e) do artigo 17.º;

b) Maioria absoluta dos membros presentes na reunião, nos restantes assuntos;

4. O presidente terá, além do seu voto, direito a voto de desempate.

5. Às reuniões podem assistir elementos de outros órgãos, mas sem direito a voto.

6. A Direcção pode exigir a presença do presidente da Mesa da Assembleia Geral ou do Conselho Fiscal nas reuniões.

Artigo 19.º - Funções do presidente

Compete ao presidente da Direcção:

- a) Orientar superiormente os serviços da Associação, imprimindo-lhes unidade e eficiência;
- b) Convocar as reuniões periódicas da Direcção, com periodicidade não inferior a um mês, bem como as reuniões que forem julgadas necessárias, orientando os respectivos trabalhos;
- c) Representar a Direcção sempre que necessário e desde que, expressamente e por deliberação desta, não tenha sido estabelecida mais ampla representação;
- d) Assinar com o tesoureiro a autorização das despesas. O vice-presidente substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Artigo 20.º - Responsabilidade

1. Os membros da Direcção respondem, pessoal e solidariamente, pelas faltas e irregularidades cometidas no exercício do seu mandato.

2. Ficam isentos de responsabilidade aqueles que tenham votado contra as deliberações ou que, não tendo assistido às respectivas reuniões, contra elas se oponham na reunião imediata àquelas a que não assistiram.

Secção IV - Conselho Fiscal

Artigo 21.º - Constituição

O Conselho Fiscal é constituído por:

- a) Um presidente;
- b) Dois secretários.

Artigo 22.º - Competência

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Velar pelo cumprimento da lei e estatutos;
- b) Dar parecer sobre o relatório e contas anuais, orçamento e plano de actividades;
- c) Verificar os balancetes das receitas e despesas, conferir os documentos de despesa e a legalidade dos pagamentos efectuados;
- d) Fiscalizar regularmente a escrituração e documentação e exigir que estejam em ordem;
- e) Dar parecer sobre quaisquer assuntos de interesse para a Associação, quando tal lhe seja solicitado pela Assembleia Geral ou pela Direcção;
- f) Reunir ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que o seu presidente o solicite;
- g) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões de órgão

executivo, sempre que o julgue conveniente.

Artigo 23.º - Funcionamento

1. O Conselho Fiscal só poderá deliberar com a presença da maioria dos seus titulares, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos titulares presentes.
2. O presidente terá, além do seu voto, direito a voto de desempate.

Artigo 24.º - Responsabilidade

1. Os membros do Conselho Fiscal são pessoal e solidariamente responsáveis pelos danos que causarem à Associação por falta de zelo no desempenho da missão fiscalizadora que lhes incumbe.
2. Ficam isentos de responsabilidade aqueles que tenham votado contra as decisões tomadas ou que, não tendo assistido às respectivas reuniões contra elas se oponham na reunião imediata àquelas a que não assistiram.

Capítulo IV - Finanças e Património

Artigo 25.º - Património

Constitui património da Associação:

1. O produto de quotas e outras contribuições pagas pelos associados, bem como as receitas provenientes de iniciativas promovidas ou participadas pela Associação.
2. As doações ou subvenções que venham a ser efectuadas por qualquer entidade, pública ou privada.
3. As heranças ou legados de que venha a beneficiar e respectivos rendimentos, o rendimento de bens próprios ou o produto da sua alienação.
4. Os bens, subsídios ou quaisquer outras participações que venham a ser atribuídos pelo poder local.
5. Quaisquer outras receitas permitidas por lei.

Artigo 26.º - Despesas

1. São despesas da Associação as que resultarem do cumprimento das disposições contidas nestes Estatutos e regulamentos internos e todas as outras indispensáveis para a completa realização dos seus fins, de acordo com o orçamento e plano de actividades.
2. A autorização das despesas requer as assinaturas do presidente da Direcção, ou de quem o substitua e a do tesoureiro.

Artigo 27.º - Extinção

1. Em caso de dissolução da Associação, os bens reverterão para organizações

de solidariedade social com sede no concelho de Almada, salvo determinação em contrário da Assembleia Geral.

2. No caso da existência de bens, móveis ou imóveis, cedidos pelo município de Almada, aos respectivos órgãos representativos caberá decidir do destino dos mesmos.

Capítulo V - Disposições Gerais

Artigo 28.º - Actas

De tudo o que ocorrer nas reuniões dos órgãos da Associação se lavrará acta em livro próprio.

Artigo 29.º - Parcerias

A Associação poderá estabelecer relações com outras organizações congéneres, nacionais ou estrangeiras, inclusivamente federar-se, devendo, contudo, os actos que envolvam federação serem submetidos a ratificação da Assembleia Geral.

Artigo 30.º - Omissões

Tudo o mais omissos será resolvido pela Assembleia Geral e legislação em vigor.

Capítulo VI - Disposição Transitória

Artigo 31.º

Entre a aquisição da personalidade jurídica e a tomada de posse dos primeiros órgãos de gerência eleitos na primeira Assembleia Geral, a Associação será gerida pelo Grupo de Trabalho Pró-Associação.

Regulamento Eleitoral*

Artº. 1º. - Capacidade eleitoral

São eleitores e elegíveis para os órgãos sociais da APCA, todos os sócios ordinários no pleno gozo dos seus direitos (artigo 5º alínea b) dos Estatutos).

Artº. 2º. - Caderno eleitoral

O caderno eleitoral, contendo a lista dos sócios ordinários no pleno gozo dos seus direitos, estará à disposição de todos os sócios da APCA que o pretendam consultar, durante os 30 dias anteriores à data prevista para o acto eleitoral.

Artº. 3º. - Convocatória

1. O acto eleitoral será comunicado com uma antecedência mínima de 45 dias;

2. A convocatória, a expedir com antecedência mínima de 15 dias, mencionará expressamente o dia, local, horário e objecto da votação e deve ser enviada por correspondência normal para todos os sócios efectivos.

Artº. 4º. - Candidaturas

1. As listas deverão ser apresentadas à mesa da Assembleia Geral até 30 dias antes da data prevista para a realização do acto eleitoral; Aquelas listas deverão ser completas e conter a anuência de todos os sócios que as integram;

2. Nenhum sócio pode fazer parte de mais do que uma lista de candidatura.

Artº. 5º. Campanha eleitoral

As listas, assim como um resumo dos seus programas de actuação, ficarão disponíveis na sede da Associação para consulta dos associados interessados.

Artº. 6º. - Acto eleitoral

1. Compete ao presidente da Assembleia Geral dirigir os trabalhos do acto eleitoral;

2. O voto é directo e secreto;

3. A votação será feita por introdução na urna do boletim de voto contendo a indicação da lista em que o associado pretende votar;

4. Cada candidatura tem o direito de designar um delegado para acompanhar e fiscalizar as operações eleitorais;

5. A identificação dos eleitores será feita mediante apresentação do cartão de associado, ou outro documento de identificação compatível.

Artº. 7º. Apuramento de resultados

1. Terminado o acto eleitoral, é feito o apuramento dos resultados e indicada a lista vencedora;

2. De tudo o que se passar na mesa de voto será lavrada acta, a qual, depois de lida e aprovada pelos membros da mesa, será por eles assinada e arquivada em conjunto com a lista dos resultados apurados;

3. Qualquer associado com direito a voto, tem o direito de pedir a impugnação do acto eleitoral, com fundamento na violação da lei ou dos estatutos da Associação o pedido de impugnação, devidamente fundamentado, será dirigido ao presidente da Assembleia Geral imediatamente a seguir ao acto eleitoral.

Artº. 8º. Tomada de posse dos membros dos órgãos sociais eleitos

Único - Os novos membros dos órgãos sociais, tomarão posse perante o presidente da Assembleia Geral cessante, ou seu substituto, na primeira quinzena do ano civil imediato ao das eleições.

Regulamento da Universidade Sênior de Almada*

Preâmbulo

O regulamento da Universidade Sênior de Almada (Usalma) foi aprovado pela Associação de Professores do Concelho de Almada (APCA) em reunião da Assembleia Geral de 14 de Dezembro de 2004.

Decorridos 7 anos a Direcção da APCA achou conveniente proceder à sua revisão, propondo ao abrigo do artigo 17.º, alínea h) dos Estatutos, as alterações que considerou oportunas e cujo o texto a seguir se apresenta para ser votado em próxima Assembleia Geral.

Artigo 1.º – Disposições gerais

1 - A Universidade Sênior de Almada (Usalma) é uma realização da Associação de Professores do Concelho de Almada (APCA) ao serviço dos sócios e aberta aos cidadãos interessados.

2- A USALMA adopta como divisa “Aprender é viver melhor” e como cor o azul, uma das cores simbólicas do município de Almada.

3- A USALMA tem a sua sede administrativa nas instalações da sede da APCA.

4- Até dispor de espaço próprio, as actividades da Usalma decorrem em instalações cedidas, mediante protocolos, por estabelecimentos de ensino e instituições de cultura, desporto e recreio de Almada.

Artigo 2.º – Princípios e objectivos

1 - A génese, os projectos e acções da Usalma decorrem dos seguintes princípios:

a) Associar o direito à educação com o dever de aprender ao longo da vida, em ordem à participação social e democrática e ao desenvolvimento pessoal e cultural.

b) Reconhecer e valorizar os saberes e competências dos destinatários da aprendizagem, recentrando as estratégias educativas no primado da pessoa.

c) Combater a solidão, a exclusão e o insucesso humano no seio da comunidade urbana, contribuindo para o magno projecto que é a cidade educadora de Almada, como cidade de futuro.

d) Compatibilizar realidades culturais locais com a vocação universalista da cultura, passando pela afirmação de uma cidadania activa, aberta ao diálogo entre culturas.

2 - A Usalma prossegue como principais objectivos:

a) O desenvolvimento pessoal e social dos utentes, designadamente a promoção de competências orientadas para a resolução de problemas de vida e para o

desenvolvimento sócio-cognitivo no sentido da compreensão e valorização das realidades dos próprios, dos outros e do mundo actual.

b) A promoção da intergeracionalidade como forma de partilha de experiências e de perspectivas de vida e de evolução da sociedade.

c) O estímulo à participação em projectos de desenvolvimento sócio-cultural.

d) O apelo ao voluntariado e ao empenhamento cívico solidário.

e) A formação para a participação activa, crítica e reflexiva, enquanto pilares de uma sociedade de e para todos.

f) A definição das grandes linhas de projecto curricular que incluirão, entre outras, as seguintes:

-Raízes e memórias;

-Línguas e literatura, ciências sociais e ciências exactas;

-Estética e expressão pessoal;

-Ciclos de vida e desenvolvimento da pessoa;

-Competências de comunicação e multiculturalidade;

-Saúde e estilos de vida saudável;

-Voluntariado e projectos de intervenção sócio-cultural.

Artigo 3.º – Estrutura organizativa

1- São órgãos da Usalma:

a) Direcção

b) Conselho Científico

c) Conselho Pedagógico

2 - A Direcção da APCA é por inerência a Direcção da Usalma, sem prejuízo da competência dos outros órgãos sociais da APCA.

3 - A Direcção da APCA mandatará um dos seus membros, com perfil adequado, para exercer as funções de Director da Usalma

4 - O Director da Usalma tem competência para dirigir esta instituição nos domínios científico e pedagógico, com a colaboração dos Conselhos Científico e Pedagógico.

5 - O director da Usalma constituirá um grupo de trabalho, com funções de assessoria, que submeterá à aprovação da Direcção da APCA.

Conselho Científico (CC)

6 - O CC é um órgão de conselho, e apoio ao Director da Usalma no respeitante a assuntos curriculares e pedagógico – científicos.

7 - O CC é constituído pelos professores coordenadores do Conselho Pedagógico e por cinco Doutores, convidados pela Direcção da APCA/Usalma de entre os seus pares ou de outras instituições, sob proposta do Director da Usalma

8 - Ao CC compete:

a) Emitir pareceres sobre a criação ou extinção das áreas disciplinares que suportam os princípios e objectivos definidos no regulamento da Usalma

b) Emitir parecer sobre a criação ou extinção de disciplinas, de forma a melhorar a estrutura e gestão da Usalma

c) Emitir parecer sobre a conformidade científica de novos professores da Usalma

d) Emitir parecer sobre os programas a leccionar na Usalma em cada ano lectivo.

e) Emitir parecer sobre acordos, convénios e protocolos de cooperação com outras instituições.

f) Colaborar com o Director da Usalma na organização de conferências, estudos ou seminários de interesse científico.

g) Propor a criação de núcleos especializados de estudo e reflexão.

h) Pronunciar-se sobre assuntos de carácter científico e pedagógico a solicitação do Director da Usalma

9 - O CC deve reunir pelo menos uma vez por semestre, em reuniões ordinárias convocadas pelo seu presidente.

Conselho Pedagógico (CP)

10- Compete ao Director da Usalma a criação de um CP que imprima à Usalma o nível de qualidade pedagógica consentânea com os seus objectivos.

11 - O CP será constituído pelo Director da Usalma, por um elemento do seu grupo de trabalho (ponto 2 do regulamento do CP), pelos professores coordenadores das áreas disciplinares e por dois representantes dos alunos.

12- Os pareceres do CP, são de natureza consultiva a submeter ao Director, devendo ser tomados por maioria absoluta.

13 - Ao CP compete a gestão pedagógica e disciplinar da Usalma, cabendo à Direcção as deliberações a tomar.

14 - Sempre que as circunstâncias o exigirem, o CP assumirá natureza disciplinar, aplicando a lei e as normas deste regulamento.

15 - Todos os membros do CP são solidariamente responsáveis pelos actos deste órgão e individualmente pelos actos por eles praticados no exercício de funções que lhes forem confiadas.

16 - As sessões do CP devem ser registadas em acta que, após aprovação, será assinada pelos participantes.

17 - O mandato dos membros do conselho pedagógico é anual.

Artigo 4.º – Organização e recursos humanos

1 – São alunos da Usalma as pessoas que se integrem nos princípios e objectivos deste regulamento, tendo prioridade e tratamento específico os sócios da APCA.

2 – São professores formadores da Usalma aqueles que, convidados pelo Director, ouvido o CC, aceitem trabalhar dentro dos princípios e cumprindo os objectivos expressos nos estatutos da APCA e neste regulamento, em regime de voluntariado (ao abrigo da lei 71/98 de 3 de Novembro).

3 – O vínculo entre a Usalma e os professores é anual sendo a sua prorrogação dependente dos pareceres dos CC e CP e da vontade do próprio, ratificados pela Direcção da APCA/Usalma

Artigo 5.º – Recursos materiais

Para funcionamento e financiamento das actividades da Usalma, a Direcção da APCA deverá:

a) Estabelecer o valor da inscrição e das propinas dos alunos no início de cada ano lectivo.

b) Estabelecer protocolos de parcerias com as escolas de acolhimento, associações e outras instituições da comunidade.

c) Estabelecer parcerias com instituições congéneres.

d) Organizar campanhas de angariação de fundos, incluindo sorteios, leilões ou outras actividades, de acordo com a legislação em vigor.

e) Celebrar contratos publicitários.

Artigo 6.º – Serviços

1 – A Usalma presta os seguintes serviços:

a) Aulas das diversas disciplinas;

b) Seminários e Ateliers;

c) Visitas de estudo (apoio à organização);

d) Grupos de animação coral, teatral, instrumental, dança, folclore...que não sejam equiparados a disciplinas;

e) Informação e divulgação de serviços destinados aos alunos e professores;

f) Outras actividades culturais propostas pelos alunos e professores e ratificadas pela Direcção.

Artigo 7.º – Calendário e horário de actividades

1 – As aulas da Usalma funcionam de segunda a sexta feira, das 9:30 às 23:30 horas, em períodos de 60 e de 90 minutos.

Cada disciplina terá uma sessão semanal, salvo situações específicas acordadas

entre o Director e o respectivo professor.

2 - Os seminários e ateliers terão a duração proposta pelos coordenadores, apreciada e aprovada pelo Director.

3 - O calendário lectivo será aprovado anualmente em função das disciplinas a leccionar, após parecer do Conselho Pedagógico, ratificado pelo Director.

Artigo 8.º - Deveres dos Alunos

1 - Manter o bom relacionamento com os colegas, professores, funcionários e a instituição em geral.

2- Cumprir as normas aplicáveis das escolas e instituições de acolhimento.

3 - Pagar pontualmente as mensalidades e o seguro escolar.

4 - Participar pontual e assiduamente nas aulas e outras actividades de sua escolha.

5- Cumprir este regulamento e respeitar as normas e valores prosseguidos pela Usalma

Artigo 9.º - Direitos dos Alunos:

1 - Conhecer o regulamento da Usalma

2 - Participar nas actividades da Usalma

3 - Usufruir do direito à confidencialidade e respeito pela individualidade.

4- Propor actividades ou fazer sugestões sobre os serviços prestados.

5 - Eleger e ser eleito Delegado de Turma e representante dos alunos no Conselho Pedagógico e no Conselho de Delegados.

Artigo 10.º - Delegado de Turma

1 - No início do ano lectivo todas as turmas disciplinares devem eleger o seu Delegado que as representará na Assembleia de Delegados.

2 - O Delegado assume o compromisso de auxiliar o professor nas tarefas decorrentes da actividade lectiva, dinamizar a turma na esfera das relações humanas e de actividades que contribuam para estabelecer boas relações de trabalho e convívio e contactar com o Director e a secretaria da Usalma no sentido de facilitar a circulação da informação e de serviços.

3 - Os Delegados eleitos para os órgãos consultivos da Usalma (Conselho Pedagógico, Assembleia de Delegados e Conselho de Delegados) devem ser assíduos na participação das respectivas reuniões e procurar transmitir posições que correspondam ao sentir da maioria daqueles que representam.

Artigo 11.º - Deveres da Usalma

1 - Assegurar a qualidade dos serviços prestados.

2 - Cumprir e fazer cumprir os regulamentos da Usalma

3 - Respeitar os direitos dos alunos.

Artigo 12.º - Pólos

1- A criação de Polos da Usalma nas freguesias distantes do centro urbano de Almada obedece aos seguintes objectivos:

- Aproximar a Usalma dos cidadãos, oferecendo-lhes melhor acessibilidade.
- Aliviar a ocupação de espaços nas escolas do centro urbano e otimizar recursos disponíveis no Concelho.
- Proporcionar o surgimento de áreas de estudo de temas locais ou das zonas de origem dos cidadãos.

2 - Estão constituídos os seguintes Polos: Laranjeiro/Cova da Piedade, a funcionar nas Escolas Secundárias Ruy Luís Gomes e António Gedeão, Monte da Caparica/Costa da Caparica, a funcionar na Escola Secundária do Monte de Caparica e E.B.2/3 da Costa.

3- A estes Polos é aplicado o presente regulamento com eventuais adaptações, caso se verifiquem necessárias, tendo em conta a consulta às Direcções das Escolas e Instituições parceiras.

Artigo 13.º - Disposições transitórias

Condições de inscrição

1 - As condições de inscrição e frequência a definir anualmente pela Direcção da APCA/Usalma são:

a) Sócios da APCA:

- Dispensa do valor da matrícula.
- Pagamento do seguro escolar e boletim informativo.
- Pagamento das mensalidades.

b) Não sócios da APCA:

- Pagamento da matrícula
- Pagamento seguro escolar e boletim informativo
- Pagamento das mensalidades.

245

Artigo 14.º - Omissões

Único - Todas as questões omissas no presente regulamento serão resolvidas de acordo com a Lei, pareceres técnicos e os estatutos da APCA

Artigo 15.º - Anexos

Único - Fazem parte integrante deste regulamento os seguintes anexos:

- a) Regulamento do CC
- b) Regulamento do CP
- c) Regulamento da AD
- d) Regulamento do CD

Regulamento do Conselho Científico*

Art.º 1.º - Natureza e constituição

1. O Conselho Científico (CC) da Universidade Sénior de Almada (Usalma) é um órgão de consultivo, de apoio e suporte do Director da Usalma, no que respeita a assuntos curriculares e pedagógico-científicos.

2. O CC da Usalma é constituído por todos os Professores Coordenadores do Conselho Pedagógico (CP) e por cinco (5) Doutores convidados pelo Director da Usalma, de entre os seus pares docentes da Usalma ou de instituições universitárias nacionais.

3. O CC é presidido por um dos seus membros eleito por votação interna, sendo igualmente eleito um Vice-Presidente, que substituirá o Presidente nos seus impedimentos, assumindo, por inteiro, todas as responsabilidades inerentes. Os mandatos têm a duração de um ano lectivo.

4. Toma assento no CC um elemento funcionalmente estranho a este e sem direito a voto, nomeado pelo Director, que secretaria as reuniões, sendo responsável por toda a tramitação administrativa inerente ao funcionamento do CC

Art.º 2.º - Forma de funcionamento

1. O CC assume como forma permanente e única de trabalho, a reunião plenária.

2. As deliberações deverão ser preferencialmente tomadas por consenso, e na sua impossibilidade, por votação de maioria simples e voto de qualidade (desempate), por parte do Presidente. Será admitido o escrutínio secreto, por decisão do Presidente, o que implica que em caso de empate, se anule a qualidade de desempate outorgada ao Presidente, obrigando assim a deliberação em reunião posterior.

3. Em qualquer dos casos, as deliberações aprovadas, são da responsabilidade solidária dos membros do CC, salvo declaração expressa do(s) opositor(es) justificativa do voto e emitida imediatamente após a votação.

4. O CC deve reunir pelo menos uma vez por semestre, em reuniões ordinárias, por convocatória do seu Presidente.

5. O CC poderá ainda ser convocado para reuniões extraordinárias, pelo seu Presidente, por sua iniciativa, por requerimento fundamentado de um terço dos seus membros a ele dirigido, ou por iniciativa do Director da Usalma, a qual assume carácter mandatário.

Art.º 3.º - Regras de funcionamento

1. A comparecência às reuniões do CC deverá ser entendida como obrigatória.
2. As reuniões devem ser convocadas (pelos meios mais usuais de comunicação), com pelo menos 7 dias de antecedência, salvo casos de reconhecida urgência, em que este prazo poderá ser pelo menos de 48 horas. Na convocatória devem constar os assuntos que serão objecto de análise, o local e a hora da reunião.
3. É considerada legal e competente, a reunião do CC que verifique a presença do Presidente ou do Vice-Presidente e da maioria dos seus membros (1/2 +1) com direito a voto.
4. Não se verificando “quorum” em primeira convocatória, será convocada nova reunião, com o intervalo não inferior a 1 dia, nem superior a 7 dias. Nesta situação, o CC poderá deliberar desde que estejam presentes o Presidente ou o Vice-Presidente e 1/3 dos seus membros com direito a voto.
5. As deliberações tomadas em reuniões não conformes com o disposto neste Regulamento são impugnáveis e naturalmente nulas, se provadas, em apreciação pela Direcção da Usalma.
6. De todas as reuniões do CC serão elaboradas actas, cuja responsabilidade é do competente secretário, dispondo para o efeito de um prazo de 14 dias.
7. As eventuais declarações de voto deverão constar da correspondente acta, desde que feita na sequência da votação a que dizem respeito.
8. As actas das reuniões serão submetidas à aprovação do Conselho, e uma vez aprovadas e assinadas, serão distribuídas como segue:
 - a. Original - arquivo na secretaria da Usalma.
 - b. Cópias - Director da Usalma (2), membros do CC (1 cada).

Art.º 4.º - Competências

1. Emitir parecer sobre a criação e ou a extinção das Áreas Disciplinares de forma a melhorar a gestão e estruturação, que suporte os princípios e objectivos definidos no Regulamento da Usalma.
2. Emitir parecer sobre a criação e ou a extinção de Disciplinas, de forma a melhorar o seu desempenho, preconizado nos princípios e objectivos definidos no Regulamento da Usalma.
3. Emitir parecer sobre a conformidade científica de novos professores a serem agregados à estrutura docente da Usalma.
4. Emitir parecer até 30 de Abril, sobre os programas das disciplinas a serem leccionadas nesse ano lectivo, os quais devem ser presentes pelos respectivos professores, a Conselho, até 30 de Abril.
5. Colaborar com o Director na organização de conferências, estudos ou seminários de interesse científico e didáctico.
6. Propor a criação de núcleos especializados de estudo e reflexão, credíveis e

enquadráveis na realidade Usalma.

7. Propor a apresentação de projectos de investigação científica, extensão cultural e de prestação de serviços à comunidade.

8. Emitir parecer sobre acordos, convénio e protocolos de cooperação com outras instituições, bem assim como pronunciar-se sobre a participação da Usalma em outras pessoas colectivas ou privadas.

9. Pronunciar-se sobre todos os assuntos de carácter científico e pedagógico, que transitem para fora da Instituição.

10. Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto de carácter científico e pedagógico que lhe seja submetido pelo Director da Usalma.

Art.º 5.º - Representação

O Presidente do Conselho Científico representa sempre o Conselho a que preside, em eventos protocolares e oficiais, em patamar imediatamente a seguir ao Director da Usalma.

Art.º 6.º - Revisão

O presente regulamento, após a aprovação da Assembleia Geral da Associação de Professores do Concelho de Almada, entra em vigor no ano lectivo seguinte ao desta aprovação, findo o qual deve ser revisto pelo CC.

Regulamento do Conselho Pedagógico*

I - Constituição

1. O Conselho Pedagógico (CP) é, na estrutura organizativa da Usalma, uma instância consultiva de avaliação interna, para a promoção da qualidade e do progresso da Universidade, no âmbito do ensino/aprendizagem e da solidariedade social.

2. O CP é constituído pelo Director da Usalma, por um elemento do grupo de trabalho (artigo 3 n.º.11 do regulamento da Usalma), pelos professores coordenadores eleitos nas respectivas áreas disciplinares na primeira reunião anual de professores e por dois representantes dos estudantes, eleitos para este fim na primeira assembleia de Delegados.

3. As Áreas Disciplinares são actualmente as seguintes:

1. Português e Literatura Portuguesa
2. Inglês e Literatura Inglesa
3. Francês e Literatura Francesa
4. Outras línguas e Literaturas

5. Ciências Humanas
6. Ciências Sociais
7. Ciências Exactas
8. Artes e Artesanato
9. Artes do Espectáculo
10. Medicina, Saúde e Movimento
11. Tecnologias de Informação

4. O número e designação das áreas disciplinares podem ser alterados em função do parecer do CC ratificado pelo Director, tendo em linha de conta a evolução da frequência e os interesses da população alvo.

5. O CP é presidido pelo Director da Usalma ou, na sua impossibilidade, por quem ele mandar para o substituir.

6. O Director tem voto de qualidade na votação das propostas/ pareceres que lhe forem submetidos.

II - Competências

1. O CP reúne ordinariamente 3 vezes por ano: no início do ano lectivo, no segundo período lectivo e no final do ano lectivo sendo convocado para este efeito, bem como para reuniões extraordinárias, pelo director da Usalma.

2. O CP tem competências para:

2.1 Apresentar ao CC para apreciação os planos de estudo das respectivas áreas, após a última reunião do ano lectivo.

2.2 Dar sugestões de carácter pedagógico que considerem pertinentes no sentido de promover um projecto de ensino / aprendizagem adequado aos estudantes da Usalma.

2.3 Criar, se necessário, uma secção disciplinar e elaborar um parecer a apresentar ao Director da Usalma.

2.4 Sugerir a aquisição de equipamento e recursos didácticos.

3. Na reunião final do ano lectivo (Junho) os coordenadores de cada área disciplinar exercem as suas competências no sentido de:

3.1 Proceder a uma avaliação do decurso do ano lectivo, com base na auto-avaliação realizada nos grupos disciplinares e em outros elementos de que o CP dispunha.

3.2 Apresentar sugestões de novos professores para preencher as lacunas na constituição do corpo docente, tendo sempre em consideração a qualidade científica e pedagógica dos nomes a indicar.

4. Sempre que se considere necessário, o CP reunirá extraordinariamente para apreciação de questões de natureza pedagógica e disciplinar que o justifiquem.

III - Disposições Gerais

1. Os coordenadores de área disciplinar são eleitos por um ano lectivo.
2. As reuniões do CP serão registadas em acta, a qual será submetida à aprovação deste órgão e, uma vez aprovada e assinada, será assim distribuídas:
 - a) Original – arquivado na secretaria da Usalma
 - b) Cópias – Director da Usalma (2) e Membros do CP (1)
3. As propostas e pareceres das reuniões do CP têm carácter consultivo, pelo que serão apresentadas à Direcção da APCA/Usalma, que procederá em conformidade, depois de apreciada a sua pertinência e exequibilidade.

Regulamento da Assembleia e do Conselho de Delegados*

1. A Assembleia de Delegados (AD) e o Conselho de Delegados (CD) constituem órgãos de representação dos estudantes nas instâncias de organização e gestão da Universidade Sénior de Almada (Usalma), criados pela Direcção para a coadjuvar no cumprimento dos princípios e objectivos da Usalma.

Assembleia de Delegados

2. A AD é integrada pelos Delegados eleitos na respectiva turma disciplinar e mandatados para a representar nas reuniões formalmente convocadas.
3. A AD reúne duas vezes por ano em sessões ordinárias, convocadas pelo Director da Usalma, no primeiro e no terceiro períodos lectivos e, extraordinariamente, sempre que um terço dos seus membros o solicite.
4. Após cada Assembleia, o delegado deve transmitir à turma que o elegeu as informações, bem como as directivas dela emanadas.
5. As propostas da AD têm carácter consultivo e devem ser presentes ao Director, a fim de estudar a sua viabilidade e proceder de acordo com os superiores interesses da Usalma.
6. A AD procederá, na reunião ordinária do primeiro período lectivo, à eleição do Conselho de Delegados que incluirá os representantes dos estudantes no Conselho Pedagógico.
7. Podem concorrer à eleição listas propostas por grupos de alunos que as subscrevam em número de 20 proponentes, devendo ser apresentadas à Direcção e afixadas na secretaria 48 horas antes da primeira Assembleia de Delegados, referida no número anterior.
8. No caso de não serem apresentadas listas nas condições do número anterior, o Director da Usalma procederá à constituição do Conselho de Delegados.

Conselho de Delegados

9. O CD é constituído pelos representantes dos estudantes, eleitos na 1ª AD, ou de acordo com o ponto 8, devendo, enquanto durar o regime de parceria com as escolas e instituições de acolhimento, ser escolhidos representantes e suplentes por cada escola ou instituição, de acordo com um rácio a definir anualmente, em função do número de turmas.

10. O CD tem como objectivo dinamizar a intervenção dos estudantes, tanto no que concerne à vida interna da Usalma, como à sua representação e intervenção externa.

11. A coordenação do CD é da responsabilidade do Director da Usalma.

12. Nas primeiras reuniões, o CD deve elaborar um plano de propostas das actividades ao longo do ano lectivo, o qual, uma vez aprovado pela Direcção da APCA, fará parte integrante do Plano de Actividades da Usalma.

13. O Director convocará reuniões de trabalho informais de acordo com a necessidade e urgência das actividades programadas.

14. As propostas emanadas do CD têm carácter consultivo, devendo ser apresentadas pelo Director da Usalma à Direcção da APCA, que decidirá da sua exequibilidade.

*Aprovados em Direcção e sujeitos a ratificação na próxima Assembleia Geral da APCA.

Corpos Sociais Triénio 2009-2011

Assembleia Geral Presidente - Maria Adelaide Paredes Silva, 1.º Secretário - Maria da Graça Mascarenhas Pessoa, 2.º Secretário - Feliciano António Oleiro

Direcção Presidente - Jerónimo Augusto Guerra de Matos, Vice-Presidente - Maria Carreiras Saldanha Seabra, Tesoureiro - Jorge Álvaro Teixeira Sintra, 1.º Secretário - Emília Luisa Baptista Evaristo 2.º Secretário - Maria da Orada Quina Emídio, 1.º Vogal Efetivo - Gracelinda Bravo do Nascimento, 2.º Vogal Efetivo - Paulo Tunes Eufrásio, Vogal Suplente - Domingos Luis Torgal, Vogal Suplente - Fernando Humberto Serra

Conselho Fiscal Presidente - Joaquim dos Santos Silva, 1.º Secretário - Maria do Carmo Martins Manique, 2.º Secretário - Mário Pereira do Amaral

Índice Analítico

• Introdução	9	
Ernesto Fernandes e Edite Prada, Coordenadores		
Facsimile dos Últimos Editoriais dos Boletins , Joaquim Ribeiro	11	
• Editorial	13	
Jerónimo de Matos, Presidente da Direcção da APCA		
Parte I: Artigos e Outros Textos	19	
A democracia em construção na escola: a participação dos alunos, Elena de Oliveira David, <i>Profalmada</i> , n.º 17, p.3-7	21	
Cultura das profissões da educação: reconstrução da identidade, Ernesto Fernandes, <i>Profalmada</i> , n.º 18, p. 3-5	33	
Multiculturalidade e Educação, Paulo Feytor Pinto, <i>Profalmada</i> , n.º 19, p. 3-5	38	
Universidade popular, Ernesto Fernandes, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 18, p. 6-7	42	
Cidadania dos idosos em Almada, Ernesto Fernandes, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 20, p. 4,5 e 8	44	
Aprendizagem, e depois dos 65?, Carlos Nascimento, <i>Profalmada</i> n.º 20, p. 3-5	48	
Educação ao longo de toda a vida: Quem educa quem? Educar para quê?, Ernesto Fernandes, <i>Profalmada</i> , n.º 21, p. 3-5	52	
Movimento associativo de pais-MAP: uma participação activa nas escolas, Luís Barradas, <i>Profalmada</i> , n.º 22, p. 3-4	58	
Agrupamento de escolas Anselmo de Andrade: o papel das suas Associações de Pais, Luís Barradas, <i>Profalmada</i> , n.º 23, p. 3-5	60	
A Segurança não é um custo, mas sim um investimento, A. M. da Silva Pinto, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 24, p. 6-7	63	
A Biologia: a propósito da exposição sobre a vida e obra de Darwin, Elsa Oliveira, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 18, p. 12	65	
Ano Internacional da Biodiversidade, Maria Graça Pessoa e Ivone Ferro, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 23, p. 7 e 11	66	
José Afonso, o <i>Andarilho</i> : entre professor e criador artístico, Ernesto Fernandes, <i>Profalmada</i> , n.º 19, p. 14-15	68	
Portugal, país periférico, A. M. da Silva Pinto, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 22, p. 6-7	71	
Memória das palavras, Paulo Eufrásio, <i>Profalmada</i> , n.º 18, p. 12	73	
Ratificou-se o acordo, e agora? Edite Prada e Paulo Eufrásio, <i>Profalmada</i> , n.º 17, p. 13 e 14	75	
Formação de termos técnicos utilizando o alfa primitivo, Paulo Eufrásio, <i>Profalmada</i> , n.º 23, p. 11	79	
Acordo ortográfico: visão global, Edite Prada, Separata, <i>Profalmada</i> , n.º 22 - 81	81	253
APCA pela Usalma: um projecto inovador de associativismo, Ernesto Fernandes e Nuno Coelho, Separata, <i>Profalmada</i> , n.º 23	91	
<i>Saga de Pequenas Memórias</i> em Sessão de Apresentação, Paula Sousa	97	
Instrumentos Básicos de Direitos Humanos, Ernesto Fernandes	99	
Livros pela Educação: recensões	100	
António Novoa, O Regresso dos Professores, Ernesto Fernandes, <i>Profalmada</i> , n.º 18, p. 9	100	
Escola Secundária do Monte de Caparica, 25 Anos, Aprender para Ser, Adelaide Silva, <i>Profalmada</i> , n.º 18, p. 13-14	101	
Ernesto Fernandes e Edite Prada (coord.), <i>Memórias e Futuro</i> , Ernesto Fernandes, Edite Prada e Joaquim Ribeiro, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 20, p. 12	102	

Mónica Balsemão, Expresso + Novos Provérbios se Sempre, Ernesto Fernandes, <i>Profalmada</i> , n.º 20, p. 11	104
Inácio Canto e Castro, 1 Milhão de Novas Oportunidades, Edit Prada, <i>Profalmada</i> , n.º 21, p. 10	104
Jorge Sampaio, O Meu Livro de Política, Ernesto Fernandes, <i>Profalmada</i> , n.º 22, p. 8	105
Américo Morgado, Das tuas mãos caem palavras, Conceição Marques	106
Américo Morgado, Diz-me até quando, Elisa Araújo	109

Parte II: Práticas em Reflexão

Parte II: Práticas em Reflexão	117
Cidadania e Participação Cívica, Maria Margarida Lucena, <i>Profalmada</i> , n.º 17, p. 8-10	119
Escola. espaço de todos e de cada um, Maria Manuela Lopes, <i>Profalmada</i> , n.º 18, p.7-8	124
Memória Institucional: Escola António da Costa, Edite Condeixa, <i>Profalmada</i> , n.º 18, p. 10-11	127
A turma do <i>Fintas</i> , Joaquim Sarmiento, <i>Profalmada</i> , n.º 19, p. 7-9	130
Abordagem multicultural na aula de português, Edite Prada, <i>Profalmada</i> , n.º 19, p. 5-7	134
O meu percurso no caminho das artes: a expressão dramática e a multiculturalidade, Helena Peixinho, <i>Profalmada</i> , n.º 19, p. 10-11	138
Sentimentos sobre o processo de reconhecimento, validação e certificação de competências, ou como eu vejo o RVCC, Luísa Faro, <i>Profalmada</i> , n.º 20, p. 7-9	141
O professor que fui, José Manuel Brito Sousa, <i>Profalmada</i> , n.º 20, p. 12	145
Ranking de escola, Cristina Maria Melo, <i>Profalmada</i> , n.º 21, p. 9-10	146
Ensino-aprendizagem das TIC na Usalma, Carlos Nascimento, <i>Profalmada</i> , n.º 21, p. 6-8	148
Curso de Educação e Formação: operador de sistemas ambientais (CEF-OSA), Amélia Maria Diaz e Vânia Vilela, <i>Profalmada</i> , n.º 22, p. 5	153
Olá, professora: saudação de aluno, Edite Prada e Manuela Dâmaso, <i>Profalmada</i> , n.º 23, p. 6-7	154
Curso da Usalma: Fotografia Ie II, Jorge Pinto Teixeira, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 18, 8 e 9	157
Curso da Usalma: História da Arte III, IV e V, José Luís Carvalho, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 19, p. 9	159
Curso da Usalma: Horticultura e Jardinagem, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 19, p. 8	160
Cursos da Usalma: Oficina de Literatura, Maria Margarida Silva, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 19, p. 4	160
Cursos da Usalma: Som e Cor, António Amável de Sousa Martins, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 19, p. 9	161
TIC e Língua Portuguesa aventuram-se pela escrita criativa, Domitila Cardoso e Edite Prada, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 19, p. 8	162
Cursos da Usalma: língua Russa, Cláudia Freire, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 21, p. 5	166
Cursos da Usalma: Aprendendo Língua Inglesa, Emília Evaristo e Gracelinda Nascimento, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 21, p. 5	166
História de Almada: uma aula prática, J. Vaz Martins, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 23, p. 10-11	167
A origem da vida e a biodiversidade, António M. Tomás, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 24, p. 12	169
Cursos da Usalma: História de Arte I e V, Marta Oliveira e Silva, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 24, p. 14	170

Cursos da Usalma: Língua e Cultura Portuguesa, Edite Prada, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 24, p. 15	171
Parte III: Poesia e Escrita Criativa da Usalma	175
A Sombra, Américo Morgado, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 18, p. 7	177
Poemas para Ti, Américo Morgado, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 19, p. 2	177
Opinião, Américo Morgado, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 20, p. 5	178
Era uma vez, Américo Morgado, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 22, p. 5	178
Tesouros, Fernando Antunes, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 22, p. 8	179
Um pedido, Manuel Delgado, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 23, p. 9	180
Memórias da minha infância, Graciete Lourenço Pascoal, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 24, p. 15	180
Só, Américo Morgado, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 24, 15	182
Entre um sonho e a realidade, Maria Augusta Pires, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 21, p. 9	182
Natal da minha infância, Margarida Simão, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 21, p. 6	183
Reconhecimento, Joaquim J. Dias, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 21, p. 4	185
Um tipo, Fernando Antunes, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 21, p.4	185
Bolero, Margarida Simão, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 22, p. 10	186
Ao correr da pena, Feliciano Oleiro, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 22, p. 9	187
<i>Ermelinda</i> , Fernando Antunes, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 23, p. 8-9	189
Homenagem e saudade: <i>In Memoriam</i> , Edite Prada, <i>Correio da Usalma</i> , n.º 17, p. 16	192
Parte IV: Projectos e Actividades	195
Eventos Socioculturais	197
A - Colóquios e conferências	197
B - Itinerários de Cultura e Lazer e Outras Visitas	199
C - Festas e Convívios	201
D - Espectáculos	201
E - Celebrações e Outros Eventos da Usalma	202
Voluntariado: <i>Uma Palavra, Um Alento</i>	206
Projectos de Equipamentos	211
Sede da Usalma	
Casa do Professor	
Lar-Residência do professor	
Projecto Editorial e Publicações	214
Parte V: A APCA-Usalma na Imprensa	217
Parte VI: Parcerias e Protocolos	223
Anexos	227
Estatutos da APCA	229
Regulamento Eleitoral	238
Regulamento da Universidade Sénior de Almada	240
Regulamento do Conselho Científico	248
Regulamento do Conselho Pedagógico	250
Regulamento da Assembleia e do Conselho de Delegados	
Índice Analítico	253



Distinção *Medalha de Ouro* 2007
Câmara Municipal de Almada

O Número 1 da Revista, em edição patrocinada pela Câmara Municipal de Almada, por Outubro de 2009, consubstancia os cinco primeiros anos da actividade associativa desenvolvida.

O Número 2 de *Memórias e Futuro* consagra matéria publicada nos Boletins *Profalmada* e *Correio da Usalma*, Separatas e Opúsculos. Recolhe ainda artigos e outros documentos disponíveis, tendo por horizonte temporal os anos de 2009 e 2010.

